

Cecília Vieira do Nascimento

Caminhos da docência:  
Trajetórias de mulheres professoras em  
Sabará – Minas Gerais (1830-1904)

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2011

Cecília Vieira do Nascimento

Caminhos da docência:  
Trajetórias de mulheres professoras em  
Sabará – Minas Gerais (1830-1904)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG

2011

Tese apresentada em 08 de fevereiro de 2011 à banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca  
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji  
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca  
Universidade Federal de Minas Gerais

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitas as pessoas que compartilharam comigo nos últimos quatro anos a experiência do doutorado, ensinando-me coisas que não caberiam nesta tese. A essas pessoas, que sustentaram de diversos modos o meu percurso, agradeço, de coração.

Um agradecimento especial ao Luciano. A formalidade aqui se transforma em oportunidade de registrar uma admiração pessoal crescente, por sua amizade, generosidade, paciência e capacidade de agregar e de valorizar pessoas. Luciano tem sido fundamental em minha trajetória profissional, possibilitando-me pensar a educação, também pela história.

Ao GEPHE, grupo especial e acolhedor, que, membro após membro, mantém sua característica de conciliar seriedade com afeição. Agradecimento especial aos amigos que fiz nesses anos e aos professores e professoras deste grupo. Cynthia, por demonstrar incansável gosto pela história da educação; Cristina, que desde a iniciação científica tem manifestado acolhimento e parceria; Bernardo, por seus incentivos constantes; Ana Galvão, leitora perspicaz, por acompanhar momentos iniciais desta pesquisa. Thais Fonseca merece agradecimento a parte, pois, juntamente com Heloisa Villela, contribuiu de forma generosa com questões importantes no momento da qualificação, compartilhando seu conhecimento historiográfico.

Com as amigas do Grupo Especial de Estudos, Fabi, Du, Carol Mostaro, Verona, Alê, Rita, Nelma, Nana e Cleide, pessoas especiais e que admiro, aprendo, a cada dia, a potencialidade de compartilhar conhecimentos. Du, por sua generosidade, merece agradecimento especial.

Ao Prof. Marcelo Ricardo e aos colegas Nelma, Nela, Matheus e Davi, com quem muito aprendi nas discussões sobre gênero. Esse grupo, receptivo e agregador, tem sensibilizado meu olhar para questões complexas, tensas, nem sempre fáceis de traduzir em texto.

À Àgda, que participou de parte considerável da coleta de fontes sobre a Escola Normal de Sabará; e à Suryam, que durante dois meses pesquisou o jornal *A Folha Sabarense*. Além do estímulo e da empolgação, ambas demonstraram potencial perspicácia como pesquisadoras.

À Jordania Guedes, pelas importantes contribuições, com quem pude trocar algumas fontes e informações sobre a pesquisa, na expectativa de continuarmos compartilhando...

À Isabel Silva, Heloisa Villela, Thais Fonseca, Cynthia Greive, Carla Chamon, Mônica Yumi, Inára Garcia, Alessandra Schueler, Margarida Felgueiras, Carol Mafra, Raquel Pacheco, Alexsandra Borges, Leonardo Neves, Priscilla Bahiense, Fabiana Munhoz, Aleana Jotta, Vanda Praxedes, Marileide Santos, Clarice David, Matheus Zica e Eliane Marta. Todas e todos, em algum momento do percurso, emprestaram-me livros, teses, textos, fontes, deram-me dicas e informações diversas.

À Eliane Marta que, além do empréstimo de livros, me permitiu, nos últimos tempos, compartilhar um pouco mais de seu conhecimento e de sua sensibilidade.

Aos colegas do doutorado, Ana Lage, Aleluia, Daniel e Gilvanice, pelas trocas e pela cumplicidade da experiência compartilhada. Com Matheus e Mari compartilhei, além de outras coisas, as angústias e incertezas desse processo.

Aos amigos Sandra, Léo, Jardel e Geise, cada um em uma cidade diferente, por estarem sempre comigo. Agradeço pelo incentivo e confiança constantes.

Aos funcionários do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Rose, Ernane e Dani, pelo precioso e constante auxílio, sempre acompanhado de muita gentileza. Estendo este agradecimento aos funcionários e funcionárias da Faculdade, com quem convivo há alguns anos, em especial a Sérgio, Marli e Carlos, todos da biblioteca.

Aos funcionários da Casa Borba Gato, em Sabará, Jurandir Oliveira e Carla Starling, que, entre a disponibilização de um documento e outro, demonstraram, com muito desprendimento, o gosto pela pesquisa histórica.

Em Sabará, ao historiador José Bouças e à Maria Auxiliadora Azeredo Coutinho, pela disponibilização de referências e documentos.

À dona Antonieta, que, sempre com sorrisos e biscoitos, muito contribuiu para as pesquisas realizadas no Centro de História da Família, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público Mineiro, pela contribuição constante, sobretudo Sandra e Elma. Do mesmo modo, às solícitas funcionárias da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte e do Fórum da cidade de Sabará.

Ao CNPq, pela concessão de auxílio por dois meses para a coleta de fontes, além de financiar participações em congressos, em que pude apresentar partes deste estudo; e à FAPEMIG, que me concedeu bolsa de estudos nos dois primeiros anos da pesquisa.

De modo especial agradeço às colegas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte e, sobretudo aos meus alunos e alunas. O que de mais significativo aprendi nos últimos tempos foi, certamente, nesse espaço, com essas pessoas.

Aos amigos Patrícia, Andrelino, Sophia, André, Fabrício e Éder, pelo sustento de bastidores, que, apesar de nem sempre ter registros materiais, sempre foi sentido por mim. Obrigada! Ao Fabrício, por traduzir o resumo para a língua inglesa.

Em família, a meus pais, Ari e Marilda, pessoas que me ensinam, de forma simples e amorosa, a essencialidade da vida. Mãe, paizinho, irmãs, irmãos, sobrinhas, sobrinhos, cunhadas e cunhados, pessoas do meu coração, que, a despeito do sacrifício do convívio dos últimos tempos, não se esquecem de mim. Cíntia é parceira constante e Yayá me ajudou em algumas coletas de dados. A elas: muito obrigada!

À dona Judith, pelos almoços de domingo, pelo apoio, pela confiança e, sobretudo, pelas orações.

Finalmente, a Adalson, por quem tenho imenso afeto; meu maior incentivador, sempre presente; ele próprio um presente para a minha vida... Obrigada por sua confiança, parceria, e por compartilhar a vida comigo!

*Consolo, abrigo, refúgio e força vêm do Senhor...*



## RESUMO

Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)

Este estudo tem por objetivo explicitar, na perspectiva histórica, os diferentes modos de inserção de mulheres na docência elementar, tomando como referência um grupo de professoras. No decorrer do século XIX, a presença de mulheres nessa ocupação foi gradativamente tornando-se mais significativa na província de Minas Gerais, à semelhança do que acontecia em outras províncias brasileiras e em outras nações ocidentais. Em Minas Gerais, de acordo com estudos recentes, a inserção de mulheres no magistério não parece coincidir com a interpretação corrente na historiografia, para a qual as mulheres foram autorizadas à docência pela via das Escolas Normais, espaço de formação docente instituído em maior escala por volta dos anos de 1880. Se não as Escolas Normais, o que autorizou a presença de mulheres nessa ocupação e como elaboraram as condições que as possibilitaram inserir-se na docência? Esta é a questão motivadora deste estudo. Com o intuito de respondê-la, procede-se ao acompanhamento das trajetórias de quatorze professoras que atuaram em diferentes momentos do século XIX na cidade de Sabará, importante região em Minas Gerais do período, e em seu entorno. Como estratégia privilegiada, busca-se desvelar a ambiência sobre a qual esse grupo se constituiu como professoras. As influências e pensamentos diversos do ambiente sociocultural, do trabalho, da literatura, da família e da Escola Normal, em graus distintos, apresentam-se neste estudo. Percebe-se que no decorrer do século XIX ocorreu a convergência de aspectos favoráveis à inserção de mulheres no magistério, como as redes de sociabilidades construídas e vivenciadas pelo grupo estudado, a ambiência social advinda da Igreja Católica, a ambiência da sala de aula – na medida em que algumas alunas ajudavam as professoras –, a imprensa e a Escola Normal. De forma mais destacada, apontam-se as influências construídas na própria ambiência familiar, constituindo o magistério como uma espécie de herança imaterial.

Palavras-chave: Trajetórias de professoras – Feminização do magistério – Magistério em família

## ABSTRACT

Ways of teaching: trajectories of female teachers in Sabará – Minas Gerais (1830-1904)

This study aims to understand, in a historical perspective, the different ways of including women in elementary teaching, taking as reference a group of female teachers. During the nineteenth century, the presence of women in this occupation was gradually becoming more significant in the province of Minas Gerais, as it has happened in other provinces of Brazil and other Western nations. In Minas Gerais, according to recent studies, the inclusion of women in teaching does not seem to coincide with the current interpretation of historiography, for which women were allowed to teach through the Teacher Training Colleges, where teacher training rooms were set up on a larger scale around 1880. If not the Teacher Training Colleges, who was responsible to authorize the presence of women in this occupation, and who prepared the conditions that allowed women to enter the teaching profession? Those are the motivating questions of this study. In order to answer them, it is important to understand the paths of fourteen teachers who worked in different moments of the nineteenth century in the town of Sabará, Minas Gerais, an important region in the period, and in its surroundings. As a privileged strategy, we seek to understand the atmosphere related to a group of established teachers, as well their influences and thoughts: socio-cultural, labor, literature, family and normal school. It is noticed that during the nineteenth century there were a convergence of favorable aspects to the inclusion of women in teaching, as the networks of sociability were constructed and experienced by the study group. However, the social environment arising from the Catholic Church, the ambiance of the classroom – as some students helped the teachers – the press, the Teacher Training Colleges and, most prominently, influences built in the very familiar atmosphere, were responsible to make teaching a kind of intangible heritage.

Keywords: Trajectories of teachers – Feminization of teaching – Teaching family

## RÉSUMÉ

Les chemins de l'enseignement: parcours de femmes institutrices à Sabará – Minas Gerais (1830-1904)

Ce travail a pour but d'expliquer, dans une perspective historique, les différents modes d'insertion des femmes dans l'enseignement primaire, en prenant comme référence un groupe d'institutrices. Tout au long du XIX<sup>ème</sup> siècle, la présence de femmes à cette fonction, dans la province de Minas Gerais, est devenue de plus en plus significative, à l'instar de ce qui se produisait dans d'autres provinces du Brésil, ainsi que dans d'autres pays occidentaux. Dans le Minas Gerais, selon des études récentes, l'insertion des femmes dans l'enseignement primaire ne semble pas coïncider avec l'interprétation qu'en donne l'historiographie, selon laquelle l'autorisation d'enseigner pour les femmes est venue par le biais des Écoles Normales, espace de formation des instituteurs, et qui se sont développées dans les années 1880. Qu'est-ce qui, hormis les Écoles Normales, a autorisé la présence des femmes à cette fonction, et dans quelles conditions ont-elles été autorisées à s'insérer dans l'enseignement ? C'est à cette question que cette étude a cherché à apporter une réponse, et procédant, pour ce faire, au suivi des parcours de quatorze institutrices, à différents moments du XIX<sup>ème</sup> siècle, dans la ville de Sabará, à l'époque, importante région de l'État du Minas Gerais et des régions environnantes. Nous avons privilégié la stratégie consistant à révéler le milieu dans lequel ce groupe s'est constitué en tant qu'institutrices. Ce travail présente les influences et les différents courants de pensée du milieu socio-culturel, du travail, de la littérature, de la famille et de l'École Normale, à des degrés divers. On s'aperçoit que le XIX<sup>ème</sup> siècle a vu se produire une convergence d'aspects favorables à l'insertion des femmes dans l'enseignement primaire, tels que les réseaux de sociabilités, construits et vécus par le groupe étudié, le milieu social provenant de l'église Catholique, l'ambiance des salles de classe – dans la mesure où certaines élèves aidaient leurs institutrices –, la presse, ainsi que l'École Normale. Nous soulignons notamment les influences construites au sein du milieu familial, faisant de l'enseignement primaire une espèce d'héritage immatériel.

Mots clés: Parcours d'institutrices – Féminisation de l'enseignement primaire – Enseignement en famille.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Centros urbanos de Minas Gerais colonial.....	18
Figura 2 - Centros populacionais da comarca de Sabará.....	20
Quadro 1 - Ofícios realizados por mulheres em Minas Gerais entre 1864 e 1875.....	72
Gráfico 1 - Período de permanência de alunos(as) que se formam na Escola Normal de Sabará.....	150
Gráfico 2 - Período de permanência de alunos(as) que se retiraram da Escola Normal de Sabará.....	152

## LISTA DE TABELAS

1 - Professores e professoras públicas em Minas Gerais em 1881, segundo a formação.....	61
2 - Professores e professoras públicas em Minas Gerais em 1884, segundo a formação.....	62
3 - Habilitação/condição de professores e professoras primárias em Minas Gerais (1873-1887).....	62
4 - Professores(as) públicos(as) em Minas Gerais segundo a formação (1881-1916).....	63
5 - Professoras, início e fim da atuação na docência, cidade de atuação e se normalista.....	79
6 - Idade média dos alunos e alunas da Escola Normal (1882-1904).....	154
7 - Alunos e alunas da Escola Normal de Sabará que atuaram no magistério (1882-1888).....	155
8 - Origem familiar dos alunos e alunas da Escola Normal de Sabará conforme ocupação dos(as) responsáveis (1882-1904).....	158
9 - Ocupações na Comarca do Rio das Velhas conforme Recenseamento de 1872.....	160

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro

CBG - Casa Borba Gato

CeDIC - Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

CHF - Centro de História da Família

IP - Instrução Pública

LN - Livros de Notas

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	16
<b>Capítulo 1 - Mulheres e docência: Conexões revisitadas</b> .....	45
1.1 Mulheres e docência: Questões historiográficas.....	47
1.2 A Escola Normal e sua centralidade nas análises sobre feminização do magistério .....	55
1.3 Ambiência do trabalho no universo de mulheres em Minas Gerais.....	65
<b>Capítulo 2 - Docência autorizada: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará</b> .....	77
2.1 Conhecendo o grupo de professoras pesquisadas.....	78
2.2 <i>Viajantes do saber</i> :Trajetória de itinerância de mulheres professoras..	103
2.3 Herança imaterial: Magistério em família.....	114
2.3.1 Professoras e professores Azeredo Coutinho.....	119
<b>Capítulo 3 – Escola Normal de Sabará: Espaço de formação e chancela para a atuação docente</b> .....	132
3.1 A Escola e a cidade.....	139
3.2 Alunos e alunas.....	147
3.3 Espaço de chancela para a atuação docente.....	157
<b>Capítulo 4 – Professoras na imprensa no século XIX</b> .....	162
4.1 Docência e imprensa: Plataforma da emancipação de mulheres.....	169
4.2 Francisca Diniz: Elaborando a docência de mulheres.....	176

<b>Considerações finais.....</b>	<b>184</b>
<b>Fontes documentais.....</b>	<b>189</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>191</b>
<b>Anexo 1 - Regulamento para os expostos do Município de Sabará.....</b>	<b>200</b>
<b>Anexo 2 - Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904).....</b>	<b>205</b>



## Introdução

*[...] em relação a Sabarabuçu, pode-se pelas suas múltiplas grafias perceber a enorme difusão do mito do Dourado. No que diz respeito a esse termo, numa síntese geral, Teodoro Sampaio, citado por Sérgio Buarque de Holanda, em Visão do Paraíso, informa que a 'Serra Resplandecente', referida pelo cronista Gandavo, no Quinhentismo, correspondia na língua tupi a Itaberaba, e, no aumentativo, a Itaberabaoçu, que corromperia em Taberaboçu e, finalmente, em Sabarabuçu, denominação que afinal foi atribuída pelo governador Artur de Sá e Meneses ao arraial do rio das Velhas.*

*Maria Efigênia Lage de Resende*

Descobertas as minas do Sabarabuçu – principal mina do rio das Velhas – em 1678, que viriam a ser exploradas duas décadas mais tarde, iniciou-se em seu entorno um importante núcleo primário de “irradiação do processo de territorialização de Minas Gerais”.<sup>1</sup>

Vendas, roças, estalagens e capelas, localizadas nos entroncamentos dos caminhos, funcionarão como lugares de suporte infraestrutural da ocupação, para descanso e provimento, tornando-se, com o tempo, arraiais movimentados, alguns deles origens das primeiras vilas de Minas e núcleos urbanos importantes.<sup>2</sup>

Sabarará transformou-se em um desses destacados núcleos urbanos de Minas Gerais, no decorrer do século XVIII e na passagem para o século seguinte, mantendo-se nessa condição por algum tempo. No enfrentamento de sua condição de “terra sem lei e sem rei”<sup>3</sup>, tornou-se vila em 1711, ano em que se iniciou em Minas Gerais um processo de territorialização, instalando-se as primeiras vilas da capitania. Mariana e Vila Rica completariam esse conjunto. O acesso à vila era difícil: “Na região das minas de Ouro Preto, Mariana, Sabará, etc., a paisagem é rude, com montanhas alcantiladas, vales estreitos e profundos”.<sup>4</sup> Mas foi aos poucos

---

<sup>1</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 29.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 30

<sup>3</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>4</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971, p. 48.

sendo interligada – sobretudo por meio de estradas<sup>5</sup> e, mais tarde, ferrovias – a diversas localidades da província. Há que se considerar, inclusive, sua localização privilegiada. Vivenciando sucessivas divisões territoriais<sup>6</sup>, em 1818 teria suas fronteiras delimitadas entre importantes comarcas, como a de Paracatu, a leste, a do Serro Frio, a oeste, e a de Ouro Preto, ao sul.<sup>7</sup>

Com sua trajetória histórica associada à extração de ouro, Sabará compunha, juntamente com as regiões de Diamantina, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e sudeste, a Região Mineradora Central Oeste.<sup>8</sup> Dentre as características comuns às localidades dessa região, destacam-se sua acentuada urbanização, o número considerável de população<sup>9</sup>, com significativo contingente concentrado em cidades, e seu alto nível de desenvolvimento ao longo do século XIX.<sup>10</sup>

---

<sup>5</sup> “As estradas de Sabará já foram testemunhas de muitas notícias, alegrias, desencontros, dores, esperança, violência, riquezas, sonhos, vida e morte. Por elas, passaram bandeirantes, escravos, gente simples, *vadios*, *mendigos*, figuras *ilustres*, crianças enjeitas. Tropas fizeram delas espaço de lutas, demonstrando seu poderio. Recrutados, presos, escravos por elas transitaram acorrentados uns aos outros; sentiram, literalmente, na pele seu pó e lama passo após passo”. SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 78.

<sup>6</sup> Foi constante durante todo o século XIX o redesenho da Comarca do Rio das Velhas. Seu território, que chegou a abarcar um terço da província, foi sendo pouco a pouco restringido com a criação dos municípios de Serro Frio, Pitangui, Curvelo, Santa Luzia. Em 1864, a cidade de Sabará possuía os seguintes povoados, segundo o “Quadro da estatística da província de Minas Gerais”, publicado no *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais*, de 1865: Volta, Corações, Buritis, Nossa Senhora da Conceição de Raposos, Santana do Arraial Velho, Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, Macacos, Santo Antônio do Rio Acima, Santa Rita, Coucho D’agua, Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del’Rey, Ressaca, Pastinho, Neves ou Venda Nova, Capela Nova de Betim, Bicas, Contagem das Abóboras.

<sup>7</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, v. 01, p. 133.

<sup>8</sup> Segundo categorização apresentada por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, que propõem a divisão de Minas Gerais em 18 unidades regionais, com base no entrelaçamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, tendo como referência principal dados registrados por viajantes estrangeiros que por aqui passaram no decorrer do século XIX. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

<sup>9</sup> De acordo com Paiva e Godoy, a Região Mineradora Central Oeste concentrava 23,5% da população da província entre 1830 e 1835. Como referencial para a pesquisa, foi utilizado o Recenseamento de 1831-1832. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

<sup>10</sup> A título de exemplo, pode-se destacar que entre 1830 e 1835 a região Mineradora Central Oeste concentrava cerca de 30% de todas as casas de negócio da província, conforme dados de Paiva e Godoy, ainda com base no Recenseamento de 1831-1832. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

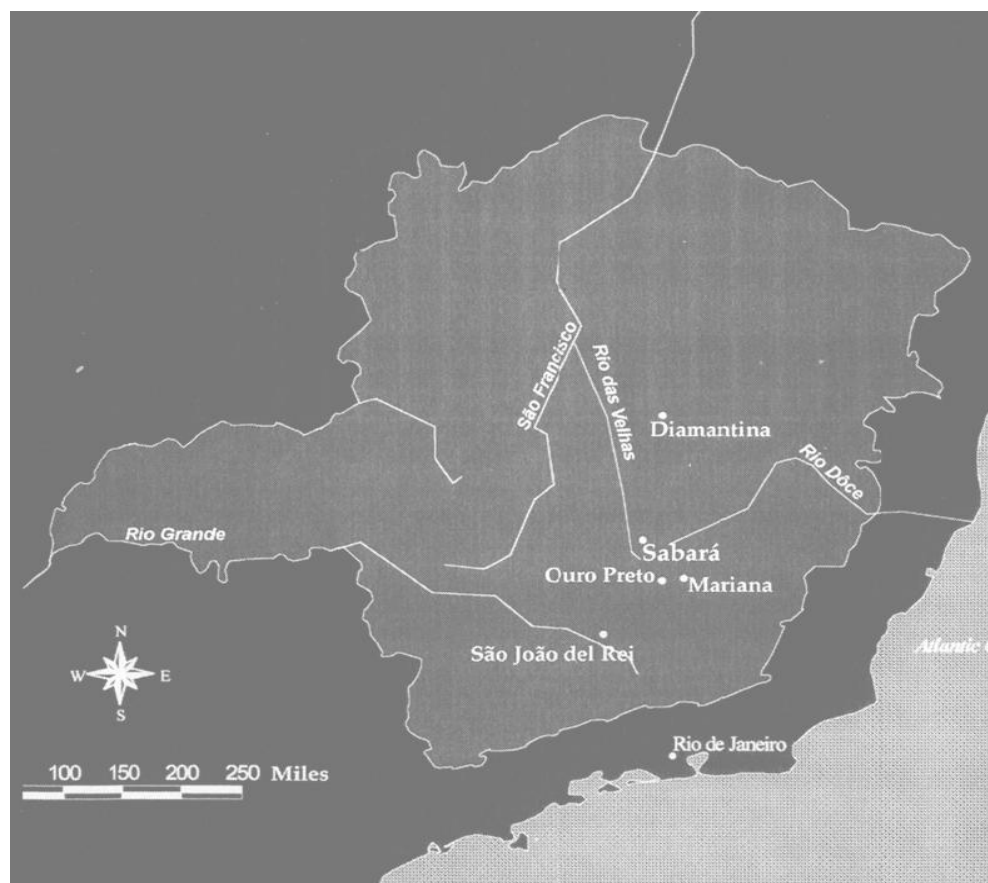


FIGURA 1 - Centros urbanos de Minas Gerais colonial

Fonte: Word Coutries, 1995, reproduzido de HIGGINS, Kathleen J. *"Lecontentious liberty" in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais.* Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999, p. 20.

Nossa Senhora da Conceição do Sabará, como era denominada, de vila, criada em 1711, passou a cidade, em 1838, firmando-se, nos séculos XVIII e XIX, como importante centro político, econômico, cultural e religioso em Minas Gerais. Sabará, sede da Comarca do Rio das Velhas, núcleo econômico da região, esteve, segundo Thais Fonseca,<sup>11</sup> ligada ao processo de construção da estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, tendo sido durante todo o século XVIII uma povoação em destaque. Inclusive, por ter se tornado um centro da economia da região, passagem para os caminhos da Bahia – há de se mencionar o fato de o rio das Velhas conectar-se com o rio São Francisco –, polo do comércio e da exploração aurífera. As atividades econômicas de maior importância eram, portanto, a mineração, o comércio e a agropecuária.

<sup>11</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *A Vila de Sabará no século XVIII.* Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (mimeo).

A população do termo de Sabará ultrapassava 46 mil habitantes em 1818, segundo estimativa de Raimundo Matos.<sup>12</sup> Apesar de a comarca ter perdido parte de sua abrangência territorial ao longo do século XIX e de ter havido refreamento das atividades de mineração, o número da população alcançou 72 mil, de acordo com os dados do recenseamento da população realizado em 1872.

A comarca do Rio das Velhas foi durante o século XVIII a mais extensa e populosa dentre as comarcas mineiras. E, como aconteceu em outras regiões mineradoras: “a intensificação das atividades agrícolas e comerciais, destinadas ao abastecimento da região, e os dinâmicos contatos com outras áreas da América Portuguesa estimularam a urbanização, atraindo a população e diversificando as atividades econômicas”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, v. 01, p. 142.

<sup>13</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII). In: *Congresso Internacional o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, Lisboa. O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2005. v. 1, p. 02.

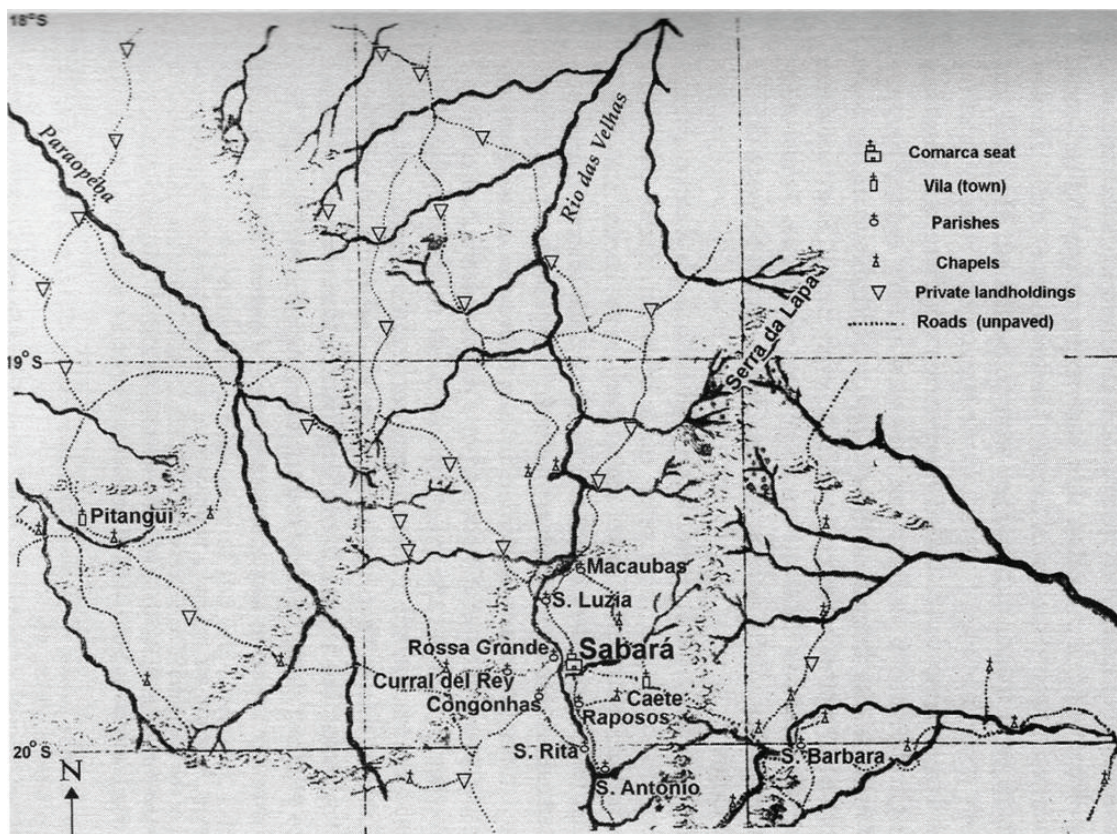


FIGURA 2 - Centros populacionais da comarca de Sabará  
 Fonte: Arquivo Público Mineiro, José Joaquim da Rocha, 1778, reproduzido de HIGGINS, Kathleen J. "Lecentious liberty" in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999, p. 21.

Esse contexto de crescente urbanização comum às regiões de mineração experimentou práticas educativas diversas, que perduraram durante o período colonial e adentraram o século XIX. Thais Fonseca chama a atenção para o fato de que na capitania mineira as antigas formas de educação doméstica e das escolas de professores particulares passaram a conviver com formas educativas diversas, algumas vezes, à margem das políticas de estado.

Nesta capitania, a mais urbanizada, outras formas de educação floresceram, independentemente de qualquer modalidade de sistema escolar: educação moral e religiosa no seio das irmandades leigas; educação profissional para o aprendizado dos ofícios mecânicos e das artes, realizado nos ateliês, nas oficinas e nas residências dos mestres e mestras; educação para a formação de bons súditos e bons cristãos, nos espaços de sociabilidades próprios dos núcleos urbanos mineiros, envolvendo ora o Estado, ora a Igreja, como as festas, apresentações teatrais, etc.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII). In: *Congresso Internacional o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, Lisboa. O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e

Sabará não fugiu  regra. Antes, demonstrou vigor em suas práticas educativas. Mesmo após as primeiras tentativas governamentais de difusão de escolarizao levadas a cabo nas décadas iniciais do oitocentos, tanto pelo governo imperial quanto pelo provincial, e aperfeiçoadas no decorrer do século, pode-se dizer que a diversidade de práticas educativas percebidas na colônia manteve-se durante todo o Império.

Uma evidência da intensidade educacional de Sabará vem do número de mulheres professoras que atuavam nesse termo no decorrer do século XIX, superando uma centena delas. Dentre essas, cerca de duas dezenas davam aulas na cidade de Sabará.<sup>15</sup> Era um grupo heterogêneo, que muito possivelmente contribuiu, com suas práticas distintas, para a coexistência de diversas formas educativas no termo.

Essas questões, em seu conjunto, justificam em parte o fato de a cidade de Sabará constituir o contexto<sup>16</sup> privilegiado desta pesquisa.  medida que dialoga com suas freguesias e distritos, amplia-se a análise para o termo de Sabará e para a Comarca do Rio das Velhas, cuja sede era a cidade de Sabará.<sup>17</sup> Impulsionada centralmente pela perspectiva de conhecer melhor os elementos que autorizaram a insero<sup>18</sup> de mulheres no magistério, busca-se no decorrer deste estudo responder  seguinte questão: De que modo um grupo de mulheres, no decorrer do século XIX, elaborou as condies que as possibilitaram tornar-se professoras?

---

sociedades. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2005. v. 1, p. 03.

<sup>15</sup> Para esse levantamento muito contribuiu artigo de Marileide Santos e Luciano Faria Filho, no qual sistematizam parte significativa desses dados. SANTOS, Marileide L. ; FARIA FILHO, Luciano M. Processo de escolarizao e redes de socializao em Sabará. *Cadernos de História da Educao*, n. 02, jan./dez., Uberlândia – Minas Gerais: EDUFU, 2003, p. 149-158.

<sup>16</sup> Contexto  entendido aqui em consonância com a perspectiva desenvolvida por Jacques Revel em *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, de 1998. Para Revel, contexto, antes que um “pano de fundo” conhecido de antemão, em que se parte para situar e interpretar um problema de pesquisa, representa parte do problema, como o que falta  pesquisa, pressupondo sua pluralidade como forma de atribuir sentido a comportamentos e dinâmicas específicas. REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundao Getúlio Vargas, 1998.

<sup>17</sup> Na divisão administrativa do Império a província, maior unidade administrativa, se dividia em comarcas que se subdividiriam em termos, que, por sua vez, compreenderiam cidades, vilas, freguesias e distritos. A esse respeito, conferir: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: criaes, supressões, restauraes, incorporaes e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

<sup>18</sup> O termo insero  empregado nesta tese num sentido de construo, afastando-se de uma possível percepo de unilateralidade em relao  docência.

A presença de mulheres na docência é questão que vem tangenciando os objetos de estudos em história da educação da autora desta tese, desde o curso de graduação em Pedagogia. Naquela época, participou, como auxiliar, de um projeto de pesquisa sobre as escolas normais mineiras, desenvolvido pela professora Maria Cristina Soares de Gouvêa.<sup>19</sup> A partir de então, as questões que envolviam a presença de mulheres na docência sempre estiveram em seu horizonte. Durante o mestrado, orientada pelo professor Bernardo Jefferson de Oliveira, novamente a associação entre mulheres e magistério se fez presente.<sup>20</sup> Investigou o jornal *O Sexo Feminino*, editado pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz e publicado na cidade de Campanha na década de 1870. Atentava para o fato de que essa e outras mulheres, por via do meio impresso, ora se apropriando, ora construindo, ora unindo as duas coisas, defendiam argumentos em favor de uma representação positiva da docência exercida por mulheres, alargando possibilidades que autorizavam a ocupação desse espaço de trabalho.

Os conhecimentos advindos dessas pesquisas, tanto na graduação quanto no mestrado, e de estudos posteriores, vinham demonstrando, dentre outras questões, a pouca expressividade das escolas normais para a inserção de mulheres na docência no decorrer do século XIX, uma vez que essas instituições se firmaram no momento em que a escolarização já apresentava certo avanço na província mineira, inclusive com a presença de mulheres como professoras. Demonstravam também a forma propositiva com que algumas mulheres lançaram mão de argumentos que alargaram sua inserção no universo do trabalho por meio do magistério. De modo geral, os estudos que discutem a história da docência e da feminização do magistério têm privilegiado outros modos de analisar a presença de mulheres na docência, tornando opaca a atuação de mulheres na elaboração<sup>21</sup> desse espaço,

---

<sup>19</sup> Em 1999, ingressei no projeto de pesquisa *Guia de Fontes para a História da Educação*, com participação ampliada dos professores do GEPHE/FAE/UFMG – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação –, momento em que me tornei membro do grupo. O intuito era inventariar fontes diversas sobre a história da educação mineira no período imperial. No caso específico da pesquisa coordenada por Maria Cristina Gouvêa, essas fontes diziam respeito às escolas normais mineiras.

<sup>20</sup> NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)*. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

<sup>21</sup> A perspectiva da elaboração tem relevância central neste estudo. Elaborar, aqui, significa arquitetar, preparar as condições para possibilitar algo, fazer, produzir, considerando, no caso específico da docência, diferentes matizes, entendida como construção dialógica entre várias ambiências.

bem como a possibilidade de existirem formas de inserção de mulheres professoras paralelas às escolas normais, assunto que será retomado no primeiro capítulo.

Por ora, importa destacar que, com amparo nessas questões, busca-se neste estudo analisar a trajetória de quatorze professoras que atuaram entre as décadas de 1830 e 1900 na cidade de Sabará e seu entorno. Tomando como referência um grupo circunscrito de mulheres, pretende-se perceber as vias que as autorizaram à docência. “Quem eram essas professoras?”, “Onde moravam?” e “Quais eram as suas influências familiares, culturais, religiosas, sociais e econômicas?”. Essas perguntas, longe de serem retóricas, têm sido norteadoras desta pesquisa e pretendem esboçar uma aproximação com uma ambiência que chegou, legitimou e autorizou (não necessariamente nesta ordem) esse grupo ao magistério: clima, ritmo, ritos, pregnancy, herança, sociabilidade, sobrevivência... Essas noções acompanharam a autora na leitura das fontes, dando densidade às trajetórias dessas mulheres.

Com o fim de permitir uma aproximação com essa ambiência vivida por esse grupo de mulheres, destaca-se a contribuição de estudos sobre a cidade de Sabará, seu termo e comarca, o que tem permitido significar fontes e elucidar comportamentos e dinâmicas mais gerais. Na sequência, passa-se a sistematizar algumas dessas contribuições.

A definição de Sabará como cidade contexto desta pesquisa se deu por motivações diversas. Além de se tratar de uma das mais importantes cidades mineiras do século XIX, a aposta na potencialidade de dialogar com estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre essa cidade e sua comarca, Rio das Velhas, tem importância equivalente nessa escolha. Há alguns anos, um grupo de pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), da Faculdade de Educação da UFMG, dedica-se a compreender práticas educativas e o processo de escolarização em diferentes tempos históricos na cidade de Sabará e seu entorno. Com diferentes enfoques, temáticas e períodos de estudos, busca-se unir esforços para a realização de análises complementares e correlacionadas da história da educação dessa localidade. Nesse sentido, Sabará



apresenta-se potencialmente como importante espaço de ampliação e contraponto aos construtos gerais sobre práticas educativas e escolarização.

Thais Nivia de Lima e Fonseca vem trabalhando de forma intensa e sistemática em pesquisas sobre Sabará. Nos últimos anos, desenvolveu um verdadeiro programa de pesquisa sobre essa comarca. Seus estudos e os de seus orientandos e orientandas têm como interesse principal as práticas educativas culturais e sociais diversas do período colonial. Ensino de primeiras letras, ofícios mecânicos e condições de vida e de trabalho de professores e professoras são algumas das questões investigadas tendo a comarca do Rio das Velhas como contexto de análise. Além disso, vem realizando importante trabalho instrumental, com vigoroso levantamento e organização de fontes dessa comarca referente ao período colonial.

Cláudia de Oliveira foi uma das orientandas de Thais Fonseca. Lidando com inventários e testamentos referentes à comarca do Rio das Velhas, na dissertação *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*, argumenta em favor da prática de inserção das mulheres órfãs em ofícios manuais como meio privilegiado de incluí-las socialmente.<sup>22</sup>

Seu trabalho auxiliou de forma significativa a aproximação com algumas mulheres em Sabará da segunda metade do Setecentos. Em que pese a seu recorte em um grupo específico de meninas órfãs, dialoga com estudos produzidos em Minas Gerais e no Brasil sobre o tema, demonstrando coerências e contrapontos do cotidiano desse grupo em Sabará.

De acordo com Cláudia Oliveira, a base para a inserção das órfãs no universo do trabalho era legal. Uma das atribuições dadas aos tutores era a de que oferecessem condições para a inserção das órfãs em algum ofício, o que pode ser entendido a partir da conjugação de alguns elementos inter-relacionados: altos custos com a manutenção dessas meninas; legitimidade social da aprendizagem de um ofício,

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

uma vez que ao tutor era cobrada comprovação de gastos com as órfãs; nível de pobreza de algumas dessas meninas; e dificuldade das órfãs em manter o padrão de vida familiar, ora por má administração do tutor, ora por dívidas deixadas pelos pais. O ofício poderia significar seu próprio sustento e, até mesmo, de sua família.

Enquanto trabalhos sobre Minas Gerais colonial, como o de Luciano Figueiredo<sup>23</sup>, atribuem destaque a ocupações de mulheres ligadas ao comércio, Cláudia Oliveira observa na comarca do Rio das Velhas um contingente significativo de mulheres dedicando-se a ofícios manuais, como fiandeiras, costureiras e rendeiras. Além disso, percebe-se a sobreposição do corte generacional sobre o econômico na educação de meninos e meninas, uma vez que às meninas, independentemente de sua condição econômica, ensinavam-se bordado, costura e tecelagem, ao passo que aos meninos, mesmo que de forma rudimentar, encaminhava-se ao ensino de leitura e escrita.

A autora conclui que o aprendizado dos ofícios manuais possibilitou a preparação de mulheres órfãs para o trabalho, bem como sua inserção na sociedade, uma vez que tinha duas funções: obtenção de renda; e preparação para o casamento. Seu estudo muito contribui para compreender elementos importantes da vida econômica, das heranças familiares, das práticas educativas, dos hábitos e costumes e das sociabilidades da cidade de Sabará e sua comarca na segunda metade do século XVIII.

Outro significativo trabalho sobre Sabará é o artigo de Marileide Lopes Santos e Luciano Mendes de Faria Filho, *Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará*.<sup>24</sup> No texto, os autores realizam importante levantamento sobre instituições, corpo docente, alunos e alunas, com o intuito de conhecer os espaços de socialização da infância e da juventude de Sabará. Também acompanham a ampliação do atendimento escolar e compreendem redes de sociabilidade de professores e professoras, abrangendo período considerável do século XIX – 1822 a 1887.

---

<sup>23</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O Avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

<sup>24</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos; FARIA FILHO, Luciano M. *Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará*. Cadernos de História da Educação, n. 02, jan./dez. 2003, pg. 149-158.

Marileide Santos adensa seus estudos sobre Sabará na dissertação *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)*.<sup>25</sup> Tendo como fonte a documentação da Câmara Municipal de Sabará, realizou profunda análise da vida política da cidade. O estudo privilegiou as representações sobre as crianças expostas em Sabará nos interstícios entre assistência, controle social, urbanidade e educação.

Marileide Santos realizou uma incursão no cotidiano administrativo, político e social de Sabará, à medida que se interessa pelos discursos e prescrições de políticos municipais voltados para a assistência à *criança enjeitada*. Ao inventariar tais proposições, adentra na vida administrativa da Câmara Municipal da cidade, bem como em outras instituições influentes, como as irmandades e as sociedades. Relaciona de forma intensa seu objeto central de interesse – crianças expostas – com uma série de problemas municipais, como higiene, saúde, assistência, urbanidade, organização política, educação e escolarização.

Conforme destacado pela autora, *anda* por Sabará, com olhos que despertaram para a cidade, revelando dados sobre sua população, seu cotidiano, sua política e suas redes de sociabilidades. Sua fonte central, as atas da Câmara Municipal, torna-se rico referencial que permite acompanhar transformações no espaço urbano, nas formas de seu uso coletivo e no convívio de sua população. Por meio das atas, apresenta importantes dados sobre economia local, estradas, pontes, ruas, rios, práticas de sepultamento, abastecimento de alimentos e de água, salubridade, construções, dinâmica dos correios, jornais, casas, teatro, colégios, ordem pública, cadeia, irmandades, vereadores, escravos e professores, dentre outros temas.

Destaca-se, ainda, como trabalho desenvolvido no Grupo, o qual tem como recorte espacial a cidade de Sabará, a dissertação desenvolvida por Fernanda Rocha, *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula*

---

<sup>25</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

*Rocha/Sabará (1907-1916)*.<sup>26</sup> Apesar de contemplar período posterior ao da pesquisa aqui desenvolvida, Fernanda Rocha contribui para a compreensão desse espaço, por trazer alguns elementos da realidade familiar de um conjunto de alunos e alunas. Seu objetivo principal consiste em acompanhar a trajetória escolar, via livros de matrícula, de um grupo de alunos e alunas de determinada turma do Grupo Escolar Paula Rocha<sup>27</sup>, no intuito de investigar as causas que justificariam o fato de aquelas crianças levarem, em média, de 6 a 7 anos para concluir os quatro anos de escolarização primária. Objetiva compreender as razões do que chamou de “longa permanência” desse grupo de alunos e alunas na escola (sobretudo no primeiro ano de escolarização), relacionando-as à reforma educacional denominada “João Pinheiro”, iniciada em 1906, em Minas Gerais.

Com a intenção de compreender aspectos específicos da Reforma João Pinheiro, destaca-se no estudo de Fernanda Rocha o esforço em atribuir sentido à escolarização de um grupo de alunos e alunas, relacionando trajetórias escolares ao pertencimento social dos alunos e alunas, à dinâmica interna do Grupo, à legislação e, elemento que se enfatiza nesta tese, à atuação das professoras, com acento em seu perfil, sua prática e suas dificuldades cotidianas.<sup>28</sup>

Outra importante referência de estudos em Sabará e sua comarca, embora não mais no âmbito do GEPHE, é a tese de Vanda Praxedes, defendida no programa de pós-graduação em História da UFMG<sup>29</sup>, *Segurando as pontas e tecendo tramas:*

---

<sup>26</sup> ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará (1907-1916)*. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

<sup>27</sup> A família Paula Rocha tem destaque no decorrer do século XIX na dinâmica educacional de Sabará. Sobre alguns de seus professores falaremos no decorrer deste trabalho.

<sup>28</sup> Uma das professoras pesquisada por Fernanda Rocha é Maria José de Azeredo Coutinho, que atuava, pelo menos, desde a década de 1880, será objeto de estudo deste trabalho.

<sup>29</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Vanda Praxedes cita uma série de trabalhos desenvolvidos sobre a comarca do Rio das Velhas, quase todos defendidos no programa de pós-graduação em História /UFMG e referentes ao período colonial, com destaque para PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; HIGINS, Kathleen J. *Lecontentious liberty in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth century Sabará – Minas Gerais*. Pennsylvania: State University, 1999. Além desses, ressalta também os trabalhos de SILVA, Flávio Marcus. *Da terra, o poder. A produção agropastoril e o mercado interno como estratégias de controle sócio-político em Minas Gerais no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2000; CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e*

*mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*, que se refere à chefia feminina de domicílio entre os séculos XVIII e XIX. A autora investiga documentação da comarca do Rio das Velhas e do Serro Frio, coletando em Sabará testamentos, inventários, justificações, cartas de alforria e alguns documentos avulsos. Segundo Vanda Praxedes, a opção por essas comarcas deveu-se ao fato de terem economia assentada sobretudo na mineração e no abastecimento alimentar. Essas bases econômicas permitiram, na perspectiva da autora, detectar a constituição de domicílios em áreas urbanas e rurais.

Em um período mais alargado de tempo, Vanda Praxedes pretendeu identificar as mudanças e as permanências ocorridas no cotidiano das relações e nos vínculos familiares; analisar as transformações sociais e econômicas vivenciadas por essas famílias matrifocais e sua influência na composição dos domicílios; e abarcar algumas gerações de mulheres chefes de domicílio dentro do mesmo núcleo doméstico-familiar na transição do século XVIII para o XIX.

Com o que chamou de “narrativa dos sujeitos”, pretendeu revelar “seus modos de vida, suas formas de subsistência, as lidas e lutas cotidianas, acordos e redes de solidariedade, disputas e conflitos que envolveram os homens e as mulheres que habitaram a Capitania/Província de Minas Gerais entre 1770 e 1880”.<sup>30</sup>

Clarice Lisandra David, ao estudar o processo de escolarização em Itabira do Mato Dentro entre 1860 e 1889, apesar de referir-se a outra localidade que não Sabará, também pode ser incluída entre os referenciais inspiradores deste estudo.<sup>31</sup> Ao acompanhar a criação de escolas em Itabira, e a forma como diferentes sujeitos participaram da implantação dessas instituições, demonstra os meandros das

---

*de pessoas*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte 2002; PRAXEDES, Vanda Lucia. *A teia e a trama da 'fragilidade humana': os filhos ilegítimos em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2003; FREITAS, Maira de Oliveira. *Inventários post-mortem: retrato de uma sociedade. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses e enfermidades de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780-1806)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

<sup>30</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 26.

<sup>31</sup> DAVID, Clarice Lisandra. *O Processo de Escolarização em Itabira do Mato Dentro/MG – (1860-1889)*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

relações políticas presentes na efetivação da legislação educacional e as diferentes formas de interpretação e apropriação da lei, inclusive no que diz respeito a subvenções, ensino livre e obrigatoriedade de ensino. Seu estudo traz elementos importantes para se pensar as formas de ocupação de diversos cargos ligados à instrução, como professores e professoras, delegados, inspetores e examinadores, evidenciando redes de sociabilidades, apadrinhamentos e indicações a cargos públicos. Demonstra que em Itabira do Mato Dentro durante a segunda metade do século XIX as relações sociais entre indivíduos pesavam sobremaneira na escolha de quem exercia tais funções.

Os estudos citados serviram como importantes referenciais para a lida com a documentação encontrada – caracterizada por sua fluidez – e para sua significação. Em outros momentos, retornarão a este texto. Esses estudos contribuem, dentre outros aspectos, para a familiaridade com as ruas, os personagens, os costumes e o cotidiano, que gradativamente vai ganhando sentido.

Costumes, cotidiano e personagens compõe a ambiência que revela a trajetória de outros grupos em outros tempos. Importa destacar que acompanhar a trajetória de um grupo de mulheres que residiram em Sabará e seu entorno no decorrer do século XIX não conduzirá necessariamente à reconstrução de situações típicas vivenciadas pela totalidade de mulheres que habitavam o Brasil durante os Oitocentos, “mas serve para ressaltar os elementos constitutivos de um modelo”, como lembra Giovanni Levi ao defender estudos dessa natureza.<sup>32</sup>

Não se pretende aqui alcançar a compreensão global do fenômeno de inserção das mulheres no magistério em seus diversos aspectos, empreitada a que se dedicaram muitas estudiosas. A proposta é bem mais restrita. A perspectiva que orienta e motiva este estudo sobre as trajetórias de professoras é a das potencialidades da redução da escala de observação, sobretudo em temáticas em que se percebe a presença de assertivas generalizantes. Cotejar essas assertivas – o que não significa necessariamente negá-las – com dados empíricos capilares vivenciados por

---

<sup>32</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

um determinado grupo pode levantar interrogações e problematizar análises, trazendo à tona elementos não perceptíveis em escalas mais globais.

Além da redução da escala de observação, aproxima-se neste estudo de outro recurso caro aos historiadores que se orientam pela micro-história, quer seja, o paradigma indiciário. Destaca-se que, antes que uma filiação metodológica, esses dois referenciais ganham nesta tese status de inspiração.

Em que pese a vivacidade dos debates em torno da micro-história, iniciados nos anos de 1970 na Itália, extrapolando fronteiras nos anos 1980<sup>33</sup>, é possível mencionar, em linhas gerais, alguns construtos básicos que dão corpo à teoria, antes entendida por Giovanni Levi como uma prática historiográfica.<sup>34</sup> Segundo Henrique Espada Lima, estudioso brasileiro da micro-história, os aspectos centrais da teoria são: microanálise das redes de relações sociais como processo definidor da história social; redução da escala de análise como operação passível a qualquer dimensão de problemas historiográficos; fragmento como possível via de acesso aos objetos de indagação histórica; crítica ao relativismo histórico; e interrogação sobre o lugar da narrativa dentro da história (formas de comunicação do conhecimento histórico).<sup>35</sup>

Tal proposta afigura-se complexa, na medida em que exige do pesquisador, além de perspicácia na lida com as fontes, bom nível de conhecimento, uma vez que a este cabe a tarefa de reconstituir sentidos e contextos, dados pela observação do particular, esmiuçando a dinâmica social por meio da queda das barreiras disciplinares.<sup>36</sup>

A redução da escala de observação pressupõe certo modo de narrar, aproximando-se de uma realidade que não se entregaria de outra forma. Sem a intenção de perder de vista o todo, pretende torná-lo mais complexo, complementando-o –

---

<sup>33</sup> Nesse período, Jacques Revel foi um dos grandes responsáveis pela divulgação e discussão da proposta na França e, em seguida, para outros países.

<sup>34</sup> Essa interpretação é de Henrique Espada Lima. LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>35</sup> LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 147.

<sup>36</sup> A complexidade da proposta talvez intimide alguns pesquisadores e pesquisadoras brasileiras, que, de modo geral, mantêm relação incidental com a proposta micro-histórica.

empreitada importante, em se tratando de determinadas temáticas tradicionalmente exploradas em escalas mais amplas. A diminuição e a ampliação de escalas devem conciliar-se, guardando suas especificidades, como forma de atribuir legibilidade às trajetórias estudadas aqui. Nesse sentido, focaliza-se o grupo de professoras em Sabará, relacionando suas práticas e pensamentos com questões mais alargadas e, também, amplia-se a análise para outras localidades, à medida que isso se faz necessário, considerando a inter-relação entre níveis de abrangência micro e macroestruturais.

Uma orientação relevante para este estudo refere-se à impossibilidade de se pensar trajetória de forma deslocada de sua ambiência. Dito de outra forma, estudos de trajetória ganham sentido em um contexto denso, na ambiência, nas relações e nas sociabilidades. Importante ressaltar que os indivíduos se organizam em grupos que partilham certa sensibilidade diante das questões do seu tempo, por meio de trocas, articulações e contatos. São vinculações afetivas, sociais, religiosas e políticas, com níveis de formalização distintos que indiciam elementos importantes da vida do indivíduo e o restituem nas redes de relações concretas que estabelece.

O interesse por estudos de trajetórias (biografia, prosopografia, história de vida) tem como mote um demarcado posicionamento no tradicional debate em torno do lugar do indivíduo na história. Apesar do consenso quanto à relevância do indivíduo, há discordâncias nas diversas formas de se pensar sua intervenção na sociedade. Uma diversidade interna significativa é apontada por Giovanni Levi<sup>37</sup>, para quem os estudos biográficos atuais ocupam posição central para historiadores e historiadoras, por reunirem alguns dos seus principais desafios metodológicos.<sup>38</sup> Segundo o autor, ora a experiência individual está subsumida pelos sistemas normativos gerais, exemplares de comportamentos que corroboram e validam leis e regras sociais, ora comportamentos individuais são entendidos como tendo dinâmica própria, independentes de sistemas normativos externos.

---

<sup>37</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

<sup>38</sup> Parte das questões pertinentes aos estudos biográficos compreende também questões para a historiografia, de forma geral, como relato, narrativa, identidade e neutralidade. Segundo Levi, essas questões resumem-se em uma problemática de escala e de ponto de vista.



A própria possibilidade de se escrever a vida de um indivíduo é objeto de questionamento, presente em trabalhos como o de Giovanni Levi, citado anteriormente, e de Pierre Bourdieu.<sup>39</sup> A essa questão, Levi responde de forma incisiva. Para o autor, sucumbe-se os pesquisados a uma racionalidade que não é necessariamente deles, uma vez que a retórica tem privilegiado “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”.<sup>40</sup> Constitui-se assim, um “modelo de racionalidade”, muito em função da dificuldade em se apreender instabilidades e incertezas, pensamentos da vida cotidiana, das contradições, dinamicidade e fragmentação identitárias. Está-se aqui diante de obstáculos documentais intransponíveis, que aproximam o autor ou a autora de forma mais evidente da percepção do inapreensível na história.

Para Levi, esse modelo de racionalidade, anacrônico e limitado, é o principal obstáculo da escrita da vida de um indivíduo, e não os limites das fontes, como comumente se imagina. Constatação importante se faz quando, diante da riqueza documental das trajetórias individuais (o que certamente não vale para todos os estudos), toma-se consciência da “incapacidade de dominar a singularidade irreduzível da vida de um indivíduo”.<sup>41</sup>

Nesse sentido, Levi concorda com Bourdieu, com base em sua expressão “ilusão biográfica”, para quem a biografia é um relato em que o historiador tem seus momentos de romancista. Perseguindo acontecimentos significativos, conexões e coerências, o historiador encontra-se vulnerável à criação artificial de sentidos. Em outras palavras, sucumbe-se a uma “ilusão retórica” de desencadeamento, em nome de sentido e direção.

Mas essa concordância inicial levará os autores a caminhos de análise distintos. Se Levi chama atenção para as incoerências e dificuldades de se escrever trajetórias, de forma alguma invalida essa escrita, que, segundo ele, dá vazão mais à singularidade antes que aos elementos de determinação, perspectiva potencial,

---

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

<sup>40</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 169.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 174.

segundo o autor. Além disso, Levi, por influência do modelo antropológico de Fredrik Barth, quer dar destaque aos elementos contraditórios inerentes ao próprio sistema normativo, o que considera ser possível por meio de estudos dessa natureza.

Certa impregnação racionalista também está presente em estudos sobre grupos, na visão de Norbert Elias. Em *Estabelecidos e Outsiders*, estudo realizado em conjunto com John Scotson, Elias, argumenta

Apesar de todas as provas em contrário, a crença consoladora de que os seres humanos não apenas como indivíduos, mas também como grupos, normalmente agem de maneira racional, conserva ainda uma intensa força na percepção das relações intergrupais. O ideal de racionalidade na condução das questões humanas continua a barrar o acesso à estrutura e à dinâmica das figurações estabelecidos-outsiders, bem como às fantasias grupais de grandeza que elas suscitam, o que são dados sociais *sui generis*, nem racionais, nem irracionais.<sup>42</sup>

Nesse estudo, uma espécie de “paradigma empírico”, focalizando a dinâmica de interdependência de grupos específicos, os autores propõem-se a construir certo “gabarito”, aplicável a outras figurações. Concluem que os elementos de coesão e de aversão entre grupos, que ajudam na compreensão das formas com que indivíduos se percebem e agem como pertencentes a um mesmo grupo, identificando-se como “nós”, ultrapassam em muito, como Marx idealizou, as características econômicas e tampouco centram-se em características raciais e religiosas. Elementos tácitos, com baixo nível de abstração, também devem ser considerados.

Fantasias, carismas e afetos entre indivíduos têm peso considerável nas relações de interdependência. No grupo específico estudado por Elias, a relação construída entre estabelecidos e outsiders estava impregnada por esses elementos, percebendo-se forte influência da dimensão temporal e do afeto decorrente dela na coesão entre estabelecidos. Essa coesão, na visão desse grupo, poderia ser ameaçada pela chegada de outro – outsider – trazendo iminente desequilíbrio de poder para o grupo estabelecido.

---

<sup>42</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2000, p. 36-37.

Apropriando-se de reflexões de autores como Levi, Bourdieu e Elias, alguns estudos vêm lançando mão de trajetórias, individuais ou de grupos. Carla Chamon, que em sua tese de doutorado analisa a trajetória profissional de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, educadora, tradutora, escritora e, sobretudo, importante figura no campo educacional brasileiro entre os séculos XIX e XX, utiliza-se desse recurso de forma muito criativa.<sup>43</sup>

O estudo biográfico realizado por Chamon assume a condição religiosa de Maria Guilhermina, que se converte ao protestantismo de vertente presbiteriana, e o elege como porta de entrada para a investigação de sua trajetória profissional, foco de sua pesquisa. Isso se deve ao fato de Maria Guilhermina, em função dos estreitos vínculos com grupos presbiterianos no Brasil, ter passado quatro anos nos Estados Unidos, onde teve contato com a pedagogia daquele país. Sua experiência naquele país é tida como divisor de águas em sua trajetória profissional, influenciando sobremaneira as proposições que sistematizou para a educação brasileira, ora materializada em sua prática educativa, ora organizada em forma de livros e compêndios.

A leitura do trabalho de Carla Chamon e o modo como operacionaliza um estudo de uma trajetória particular são bastante reveladores das potencialidades e limites desse procedimento de pesquisa. De forma solidária aos leitores, compartilha, tanto na descrição metodológica da pesquisa quanto em sua feitura, uma série de importantes questões, apresentadas a seguir, sem perder de vista a interlocução e a interdependência entre elas.

A primeira diz respeito ao fato de trajetória não coincidir com percurso, caminho contínuo. Se ao historiador cabe a tarefa de narrar uma trajetória, e em nome da harmonia e da inteligibilidade opta pelo encadeamento de fatos, é importante salientar que a vivência de tais acontecimentos e da vida não coincide com essa narração coesa, uma vez que a história não é mera sucessão de acontecimentos. O sujeito e o seu espaço social são múltiplos, fragmentados, diversos,

---

<sup>43</sup> CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

interdependentes: um “vir-a-ser” constante. A armadilha teleológica de narrar eventos numa sequência coerente e encadeada, em uma aparente ordem cronológica, pressupõe que fatos e acontecimentos reais estiveram necessariamente ligados uns aos outros, de maneira simultânea. A vida vivida talvez tenha uma riqueza inapreensível (esperanças, conjecturas, frustrações). E, como lembra Sabina Loriga, vida vivida não é vida narrada.<sup>44</sup>

Outro aspecto a se destacar diz respeito ao fato de que a narração produz efeito cognitivo. Em alguns momentos, torna-se importante relembrar o que em princípio pode parecer óbvio: narrando, constroem-se sentido e significados específicos. Na clássica biografia de São Luis, escrita por Jacques Le Goff, este diz que o relato de uma vida “não é só a coleção de tudo o que se pode e de tudo o que se deve saber sobre uma personagem”.<sup>45</sup> Não somente os indícios, as evidências, os silêncios, os sentidos e as escolhas de alguns aspectos em detrimento de outros, mas a própria maneira como se escolhe narrar tem consequências no conhecimento que se produz. Haja vista a diversidade dos modos de se fazer trajetórias.

Estudar trajetórias implica “arrastar” o indivíduo estudado ao longo da história, como se fosse um ímã em uma limalha. Implica situá-lo nos campos possíveis onde o indivíduo se move e se constitui. Implica também falar de uma série de assuntos que, de forma direta ou tangencial, refletem em sua trajetória. No caso do estudo sobre Maria Guilhermina e sua trajetória profissional, Chamon relata somente ter sido possível dar inteligibilidade à sua trajetória articulando-a a uma série de outros aspectos, como educação feminina, ensino particular, métodos de ensino, influência do pensamento educacional norte-americano no Brasil, ensino elementar, livro didático e uma série de outras temáticas afins.

Reconstituir trajetórias de indivíduos, mesmo sendo de um aspecto particular de sua vida, requer a mobilização de seus múltiplos pertencimentos. Quando Chamon atribui sentido e significado à vida profissional de Maria Guilhermina, ela o faz na articulação com diversos elementos de seu pertencimento: feminino, econômico,

---

<sup>44</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225-249.

<sup>45</sup> LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 71.

social e, sobretudo, religioso. Contudo, a consciência da diversidade da condição humana não deve ser confundida com a busca de sua integralidade, plenitude, completude... ilusória.

Outra dimensão importante refere-se ao fato de estudos de trajetória ganharem sentido em um contexto denso, na ambiência, nas relações e nas sociabilidades. Não se deve perder de vista que os indivíduos se organizam em grupos que partilham certa sensibilidade diante das questões do seu tempo, por meio de trocas, articulações e contatos. São vinculações afetivas, sociais, religiosas e políticas, com níveis de formalização distintos e que indiciam elementos importantes da vida do indivíduo e o restitui nas redes de relações concretas que estabelece. A rede de sociabilidade, importa destacar, não é compreendida por Chamon na leitura que propõe da trajetória de Maria Guilhermina sob um ponto de vista determinista, mas algo sobre o qual não se pode prescindir, servindo como um quadro de referências, que permite situar e dar maior inteligibilidade a seus pensamentos, opções e ações.

Relativização importante quanto à constituição de solidariedades e de estratificações sociais – que ajuda a compor redes de relações, estratos e grupos sociais – é desenvolvida por Giovanni Levi.<sup>46</sup> Para o autor, não se pode prescindir de análises que deem conta de perceber a forma como o indivíduo se define e se reconhece, mesmo inconscientemente, em um grupo, uma classe.

Importa dar vazão, também, à observação de José de Souza Martins, para quem a sociabilidade comporta teatralização. A vida privada significaria para Martins o tempo do sujeito, ao passo que a vida cotidiana é ceifada por fortes elementos de teatralidade, sendo um tempo linear, quantitativo, em que o ser humano desencontra-se de si mesmo. “A vida se torna um modo de vida marcado por uma sociabilidade teatral, pela representação (por fazer presente o ausente), pela fabulação”.<sup>47</sup> Para José Martins, que inspira seus estudos no filósofo e sociólogo

---

<sup>46</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

<sup>47</sup> MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

francês Henri Lefebvre, o cotidiano deve ser apreendido nas tensões do vivido, nas sociabilidades e, inclusive, na teatralização das tramas das relações sociais.

Percebe-se assim que “arrastar” o sujeito na história não é prática simples, sobretudo quando os registros deixados pela história não são abundantes. Se se esbarra nos limites impostos pelas fontes, pode-se pensar em algumas estratégias. Carla Chamon, mais uma vez, ajuda nesse aspecto quando conta ter lançado mão de dois procedimentos, devedores de Carlo Ginzburg: a tentativa de deixar falar indícios; e possibilidades históricas, por meio de resíduos, dados marginais que, segundo o historiador, seriam “zonas privilegiadas” para dar visibilidade à realidade opaca. Além da inspiração no método indiciário, pretendeu percorrer os caminhos de Maria Guihermina, tendo seu nome como fio condutor na análise da documentação consultada – fio de Ariadne –, buscando construir uma espécie de teia, de tecido social no qual estava inserida.

O nome como pista é elemento revelador da abordagem de Carlo Ginzburg.<sup>48</sup> Segundo ele, o nome é aquilo que distingue um indivíduo dos outros em todas as sociedades conhecidas, servindo como guia, pista – para utilizar uma expressão de Ginzburg – no labirinto documental.

Mas Bourdieu adverte quanto ao fato de o nome, se, de um lado, pode ser bom guia em diferentes tempos e lugares, por sua constância através do tempo e unidade através dos espaços sociais, de outro, não diz mais do que isso, não descreve propriedades e nem veicula nenhuma informação adicional sobre aquilo que nomeia.<sup>49</sup> Corre-se o risco do engano, tentando perseguir, por meio dele, uma essência do indivíduo.

Lançar mão do nome do indivíduo como procedimento de pesquisa é recurso igualmente caro ao método da ligação nominativa, que consiste em captar um indivíduo e/ou seus familiares em diversas fontes, por meio da ligação de nomes. O método pretende reconstituir trajetórias de indivíduos em suas mais diversas etapas

---

<sup>48</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

de vida, utilizando-se de fontes que produzam dados sobre seu nascimento, vida escolar e profissional, casamento e óbito ou, ainda, trajetórias familiares (por meio da microdemografia, muitas vezes).

Em sua tese de doutorado, Vanda Praxedes utiliza do método da ligação nominativa<sup>50</sup>, lançando mão de nomes de mulheres em um variado *corpus* documental, como registros de casamentos, processos de banhos<sup>51</sup>, pedidos de nulidade de casamentos, divórcios, óbitos, documentos de irmandades, cartas de legitimação de filhos, inventários, testamentos e mapas populacionais referentes às comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio, ambas da província mineira.

Conduzida pela diversidade das fontes, Praxedes emprega também uma diversidade de estratégias de análises, sendo uma das principais a ligação nominativa – procedimento mais operacionalizado do que teorizado em seu trabalho. A ligação nominativa permitiu a montagem de “fichas de famílias”, para esclarecer a composição familiar, trabalhando numa perspectiva da microdemografia, motivada, segundo a autora, pela potencialidade de se capturar experiências singulares, acompanhando mais de perto diversas trajetórias de mulheres e suas famílias naquilo que elas têm de mais singular e, ao mesmo tempo, plural.

Importa perceber que Vanda Praxedes não se filia a um procedimento, mas, antes, o emprega à medida que suas preocupações de pesquisa assim o indicam. Intencionando testar algumas representações cristalizadas em torno da história das mulheres, aproxima-se de um grupo delas, por meio de suas trajetórias, problematizando sua constituição familiar. A perspectiva do teste, mesmo que de forma tácita, está presente em muitos dos trabalhos que se utilizam da ligação nominativa, considerando, inclusive, a frequência com que operam em escala de observação reduzida. Esses trabalhos pretendem revelar aspectos que outras escalas de observação não possibilitariam.

---

<sup>50</sup> Outros dois trabalhos clássicos que se utilizam desse método são o de Herbert Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom (1750-1925)*, de 1976 e o de Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*, de 1999.

<sup>51</sup> De acordo com o *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*, de Ângela Botelho e Liana Reis, banhos referem-se a “proclama de casamento lido por três semanas consecutivas, durante a missa dominical, para evitar o risco de um dos cônjuges cometer bigamia ou poligamia”. BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008, p. 25.

Se estudos como os de Carla Chamon e de Vanda Praxedes são reveladores das potencialidades das trajetórias, depara-se aqui com o possível das fontes. Percorrer o “fio de Ariadne” torna-se tarefa mais difícil quando há silenciamento de registros de mulheres e homens sem tanta visibilidade histórica.<sup>52</sup> Se, como afirma Giovanni Levi<sup>53</sup>, as fontes não são a única e nem a principal dificuldade do historiador, há de se concluir que elas representam material essencial para estudos de natureza biográfica e, antes, de todo estudo histórico. Segundo esse mesmo autor, “qualquer pesquisa prosopográfica sobre uma população pequena e anônima deve desistir da ideia de totalidade e não pode acompanhar seus atores para além da quantidade mais condensada de documentos”.<sup>54</sup> Ademais, a totalidade é pretensão inalcançável, em que pese a abundância ou a rarefação das fontes.

Como acompanhar trajetórias de mulheres professoras que viveram em Sabará no século XIX? Essa aproximação se deu com alguma resistência. Homônimos, nomes incompletos, dados que insistiam em não aparecer e mobilidade geográfica que dificultava a localização de dados cartoriais constituem limites comuns às pesquisas historiográficas, agravados em estudos em que a fluidez das fontes se faz mais presente. Possivelmente, a estratificação social vivenciada por parte considerável das mulheres no Oitocentos também tem contribuído para a dificuldade de acessar informações sobre elas. Tais questões esbarram numa perspectiva que remete à discussão sobre memória.

O nome das mulheres professoras pesquisadas constituiu-se desde o início da pesquisa, na principal referência. Se o método de ligação nominativa tem servido como importante referencial, há que se destacar seus limites, podendo-se falar, em alguns momentos, de certa imprecisão da pista. A complexa prática de procurar informações gerais sobre um indivíduo, grupo ou família, em arquivos diversos, tendo como referência central um nome, é agravada por alguns hábitos correntes no século XIX. Exemplo disso é a conhecida prática de mobilidade espacial da

---

<sup>52</sup> Em geral, por suas características, os estudos de trajetórias têm se concentrado em grupos e/ou indivíduos com condições privilegiadas, ou seja, aqueles que de alguma forma tiveram mais oportunidades de registrar seus feitos e atividades. Contudo, essa perspectiva vem sendo questionada.

<sup>53</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

<sup>54</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 89.



população, o que dificulta o acesso a documentos cartoriais, referência importante no levantamento de dados como cidade, ano de nascimento e filiação, uma vez que o indivíduo que trabalha, mora e estuda em certa localidade, muitas vezes, não nasceu ali.

A definição de parentesco é outro desafio. Sobrenomes como *Espírito Santo*, *Maria de Jesus*, *Sacramento*, *Rosa* e *São José* – quase sempre relacionados, em uma primeira visada, a aspectos de religiosidade – são relativamente comuns e podem levar a uma identificação familiar enganosa.<sup>55</sup> Recorre-se a esses sobrenomes talvez menos por uma manifestação de devoção e mais pelo alto índice de ilegitimidade e concubinatos, como apontado por alguns estudos sobre esse período.<sup>56</sup> Outro elemento importante pode estar na origem étnica dessas mulheres e de suas famílias, sendo que parte delas pode ter tido em algum momento da vida relação com a escravidão.

Considerando as especificidades dos estudos sobre mulheres, salienta-se outro elemento importante, que se refere a possíveis alterações no nome ao longo de suas vidas por conta do casamento. Essas alterações – inclusão e/ou exclusão de sobrenomes – se não inviabilizam a pesquisa, demandam mais atenção no cruzamento de fontes diversas.

Outro elemento com o qual se depara – agora especificamente sobre sua atuação profissional – diz respeito ao próprio registro como professoras, uma vez que, nas primeiras décadas do XIX, grande número delas atuava particularmente, tornando a documentação mais esparsa e de difícil localização, quando existe.

Com o intuito de cruzar fontes documentais e superar certo silenciamento sobre as mulheres pesquisadas, foram mobilizadas séries documentais diversas. Inventários,

---

<sup>55</sup> A dificuldade de identificação de parentesco tem influenciado sobremaneira a coleta e a análise das fontes, uma vez que documentos cartoriais são centrais às questões propostas por este estudo.

<sup>56</sup> A título de exemplo, ver os trabalhos de Vanda Lúcia: PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008; PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A Teia e a Trama da 'Fragilidade Humana': os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840)*. 2003. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

testamentos (posses, condições sociais e materiais e parentescos) e livros de notas (compra e venda de imóveis e de escravos e registros de posses diversos) foram pesquisados na Casa Borba Gato, instituição subordinada ao Museu do Ouro da cidade de Sabará e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também com esse intuito, pesquisou-se no Fórum da cidade, local responsável pela guarda e conservação de parte dos inventários e testamentos da comarca, onde sobressai uma visão jurídica e administrativa do documento.

Documentos eclesiásticos também foram consultados, inicialmente, no Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte (CEDIC) e, posteriormente, no Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.<sup>57</sup> Livros de registro de batismo, de casamento e de óbito foram pesquisados, com o intuito de obter informações como data de nascimento, de batismo, de casamento e de óbito, além de informações referentes a familiares, apadrinhamentos e sociabilidades dos sujeitos pesquisados.

O jornal *A Folha Sabarense*<sup>58</sup> também foi consultado. Há exemplares, disponíveis em micro-filme na biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, que abarcam os anos de 1885 a 1890. Esse conjunto parece não coincidir com todo o período de publicação do jornal. *A Folha Sabarense* parece ter sido durante algum tempo o único jornal circulante na cidade. Na primeira metade do Oitocentos, o número de jornais era maior: *O Vigilante* (década de 1830), *A Razão*, (década de 1830) e *O Despertador* (década de 1840). Outros jornais só apareceram na cidade na última década do século, como *O Contemporâneo*, *O Lynce* e *A Liberdade*.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> O Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, está localizado na Rua Alcobaça, 181, bairro São Francisco.

<sup>58</sup> Jornal de propriedade de Antonio de Paula Pertence Junior, morador da Rua do Rosário, número 5. Publicado de 1885 a 1891, pelo menos, teve por longo período como redator o professor Francisco de Paula Lopes de Azeredo Coutinho.

<sup>59</sup> O memorialista Zoroastro Passos, em seu livro “Em Torno da História de Sabará”, cita outros jornais circulantes na comarca do Rio das Velhas, durante o século XIX: *O Atleta Sabarense*, *A Miscelânea*, *O Diabo Coxo*, *O Espelho da Verdade*, *O Estafeta*, *A Coruja*, *O Progressista*, *O Moderador*, *O Pinguim*, *O Cisne*, *A Faisca*, *A Borboleta*, *O Rio das Velhas*, *O Corisco* e *O Escândalo*.

Outros jornais, como *O Universal*, importante periódico publicado em Ouro Preto, circulante em Minas Gerais na primeira metade do Dezenove (1825-1842)<sup>60</sup>, e o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, também publicado na Capital, entre 1864 e 1875, também foram consultados. Esses jornais permitiram acesso a informações sobre o universo urbano e seus personagens, divulgando endereços, ocupações de moradores e moradoras, anúncios de compra e venda de livros. Com igual intento, quer seja, o de aproximar do universo urbano de Sabará, foram consultadas algumas atas da Câmara Municipal de Sabará, documentação vasta, além de muito rica, disponíveis no Fundo de mesmo nome, no Arquivo Público Mineiro.

A pulverização das fontes característica deste estudo conduziu à literatura e aos relatos de viajantes que por lá passaram no século XIX, embora não com a dedicação suficiente para cumprir o intento de, por meio de escritos sobre Minas Gerais do século XIX, aproximar de sua ambiência e dos modos como se pensava aquele tempo. Registros deixados por memorialistas, sobretudo de Sabará, também foram consultados.

Contudo, por contingência da pesquisa, as fontes que se destacam neste estudo, por sua relativa abundância e boas condições de acesso, vêm dos documentos propriamente escolares, contidos em alguns dos relatórios de presidentes de província e, sobretudo, em diversos fundos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro. Essas fontes permitiram acompanhar provimento, matrícula, posse, licença, transferência, aposentadoria e habilitação de professores e professoras. Contribuíram para esclarecer a vida das mulheres na docência e a ascensão profissional de algumas, mas não propriamente sua inserção.

Percebeu-se, muito a contragosto, que a afirmação de Giovanni Levi quanto à dificuldade de se acompanhar processos tinha mais fundamento do que o desejável. Citam-se suas palavras: “Todavia, as fontes de que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados

---

<sup>60</sup> O material referente ao jornal *O Universal* me foi gentilmente cedido por Raquel Pacheco, orientanda de iniciação científica de Luciano Faria Filho. O estudo que eles vêm desenvolvendo tem o jornal como objeto e fonte principal de pesquisa.

destas, ou seja, acerca dos atos”.<sup>61</sup> Apesar disso, as informações consultadas trouxeram alguns indícios importantes que, atrelados a outros, ajudam a problematizar as questões propostas neste estudo e, com centralidade, pensar em como um grupo de mulheres de Sabará elaborou as condições que as possibilitaram inserir-se na docência no decorrer do século XIX.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, *Mulheres e docência: conexões revisitadas*, para além da revisão bibliográfica, procura-se demonstrar que a forma como a história da educação vem discutindo a questão da presença de mulheres na docência tem, grosso modo, reforçado a necessidade de rever alguns de seus aspectos. Nessa medida, o primeiro capítulo justifica, em certo sentido, a construção do objeto de interesse deste estudo e pretende ser, da mesma forma que os seguintes, demonstração de resultados de pesquisas.

No segundo capítulo, *Docência autorizada: trajetórias de mulheres professoras em Sabará*, discute-se a trajetória de quatorze professoras, buscando abarcar, na medida do possível, a ambiência em que estavam envolvidas no que se refere a escola, família, trabalho, sociabilidades, religiosidade, mobilidade, discursos e estratégias de diversas ordens, para, por meio delas, discutir as diferentes formas possíveis de inserção no magistério.

O lugar ocupado pela Escola Normal de Sabará na inserção de mulheres no magistério é discutido a que se dedica o terceiro capítulo, *Escola Normal de Sabará: espaço de formação e chancela para a atuação docente*. Busca-se aproximação com o espaço oficial de formação, compreendendo quem o frequentava, com qual intuito e se, de fato, significou importante espaço de formação de homens e, sobretudo, de mulheres professoras. Argumenta-se em favor da perspectiva de que nesse espaço, frequentado de forma significativa por pessoas cuja vinculação com o magistério se fazia em algum grau, busca se inserir como forma de chancela à atuação docente.

---

<sup>61</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 173.

No último capítulo, *Professoras na imprensa no século XIX*, volta-se e ressignifica-se alguns elementos de estudos realizados pela autora em outros períodos, como maneira de reforçar o argumento em favor da complexidade de formas de elaboração do magistério exercido por mulheres. Desse modo, dialoga-se com professoras que atuaram no decorrer do século XIX e que contribuíram, cada uma a seu modo, para a consolidação de argumentos favoráveis à docência de mulheres. Privilegia-se, neste sentido, a atuação da professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Em todo o trabalho, a ortografia das fontes documentais e bibliográficas foi atualizada.

## Capítulo 1

### Mulheres e docência: Conexões revisitadas

*Há momentos em que o acúmulo de pesquisa passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais. Nesses momentos convém parar para revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias.*

*José Murilo de Carvalho*

A secular presença de mulheres no magistério como professoras mereceu nas décadas de 1990 e 2000 expressivo número de estudos em várias partes do Brasil. Avolumaram-se de tal monta que recuperá-los em sua totalidade tornou-se tarefa complexa. Vários aspectos envolvendo a presença de mulheres na docência foram conhecidos em função desses trabalhos, que ajudaram a conformar o que pode ser entendido como uma área específica de estudos.

O mesmo ocorreu com os estudos de cunho histórico. Na esteira de trabalhos pioneiros, como o de Guacira Louro e o de Eliane Marta Lopes, inovaram de diversos modos. Ambas incentivaram a aglutinação de esforços de pesquisadores e pesquisadoras em grupos de pesquisa<sup>63</sup>, além de realizarem estudos que se tornaram referências importantes sobre a temática. Eliane Marta Lopes, em sua tese para concurso de professora titular, *Da Sagrada Missão Pedagógica*, apresentada ao Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação/UFMG, em 1991, ressaltou a impossibilidade de se pensar a docência de forma descolada da categoria gênero, bem como de raça e de classe social.<sup>64</sup> Desde então a relação entre docência e gênero passou a ser problematizada e a ganhar consistência, a ponto de o gênero adquirir o estatuto de categoria indispensável aos estudos sobre docência.

---

<sup>63</sup> Eliane Marta Lopes coordenou o GEHEM (Grupo de História da Educação da Mulher), criado em 1989, na FaE/UFMG. Guacira Louro coordenou o GEERGE (Grupo de Estudos da Educação e Relações de Gênero), em 1990, na Faculdade de Educação da UFRS.

<sup>64</sup> Outras questões aproximavam interesses dessas duas pesquisadoras, dentre outras que se voltavam para essa temática, como a leitura de Joan Scott e as questões suscitadas por seus estudos de gênero.

Observando a presença de mulheres no magistério, seja do ponto de vista histórico, sociológico ou psicanalítico, para citar alguns, esses estudiosos e estudiosas vêm ajudando a pensar quais mudanças ocorreram na escola à medida que as mulheres foram ocupando o espaço da sala de aula como professoras, com o relevante mérito de fomentar as discussões da área, chamando atenção para suas especificidades. Importa, contudo, não perder de vista que, em conjunto, ajudaram a construir uma representação sobre a docência de mulheres, nem sempre problematizada em seus aspectos centrais.

O magistério certamente foi, e continua sendo, uma das funções em que o peso das representações em torno do feminino exerceu maior influência. Mulheres são meigas, amorosas, abnegadas e cuidadosas. São femininas. Discursos envolventes sobre as mulheres na história atribuem-lhes lugares, comportamentos e condições em que pesquisadores e pesquisadoras se veem, em determinados momentos, envolvidos por eles, com uma história contaminada, politizada, que, tendo sua importância, por vezes, apresenta excessiva carga passional, marcada por certo presentismo, militância. Talvez essas permanências revelem a dificuldade de se captar na história as relações de gênero, que parecem perpassadas por algo inapreensível, indizível, que, em sua racionalidade, querem preencher.<sup>65</sup> Essa dificuldade pode ser uma justificativa pelo fato de os estudos sobre as mulheres focarem sobremaneira as prescrições, o idealizado, o imaginado para esse grupo, pensado de forma sistemática desde, pelo menos, os reformadores moralistas do Iluminismo.

De modo geral, construiu-se certa imagem da docência exercida por mulheres que parece, muitas vezes, ahistórica. Alguns referenciais foram se cristalizando ao longo do tempo. É instigante a leitura de alguns desses trabalhos. Poderiam referir-se ao magistério de mulheres do século XIX, do século XX e, por que não, até do século XXI. Afinal, continua-se acreditando que magistério é coisa para mulher, que lançam mão da função por falta de competência para outra área, por almejam dedicar-se aos filhos e à casa uma parte do dia (por isso procuram uma função com carga horária reduzida), e que sua renda é complementar à do marido (figura

---

<sup>65</sup> A literatura – e as artes de modo geral – talvez constitua uma das formas que nos permite aproximação com o inapreensível das relações entre homens e mulheres na história.

indispensável à professora). Arrisca-se a dizer da presença de certas “armadilhas” que vêm acostumando os ouvidos, sendo endossadas e reiteradas pelos estudos que se sucedem.

E se essas afirmações sobre magistério e mulheres feitas anteriormente parecem razoáveis, reforça-se ainda mais a necessidade de se pensar em que circunstâncias esses argumentos foram ganhando consistência, como foram construídos e, ainda, por que permanecem tendo espaço no modo de perceber a docência de mulheres ao longo do tempo.

Neste capítulo introdutório, dedica-se a problematizar a área de estudos, de modo a justificar o objeto de pesquisa, tendo uma questão como foco: compreender como foi elaborada certa representação sobre a docência de mulheres. A hipótese aqui formulada é a de que, lançando mão de perspectiva histórica ou não, alguns estudos contribuíram para cristalizar, na longa duração, algumas representações frente ao magistério de mulheres.

Muitas das questões suscitadas aqui foram discutidas e vêm sendo recentemente difundidas por estudiosas e estudiosos. O que se pretende é reunir e destacar algumas delas, de modo a corroborar os argumentos que serão apresentados nesta tese. Assim, as leituras realizadas não têm como foco a construção de um “estado da arte”. Foram selecionados estudos que discutem, com ênfases diferenciadas, temáticas como docência, gênero, Escola Normal, feminização do magistério. A seleção desses estudos se deu em função da problematização que traziam e do diálogo com as questões que a autora vem estudando, destacadamente os que dizem respeito à província de Minas Gerais no decorrer do século XIX.

### **1.1 Mulheres e docência: Questões historiográficas**

A despeito do adensamento dos estudos sobre mulheres e docência, no que se refere à historiografia, pode-se dizer, nos últimos anos, de certa retração. É satisfatório o que se conhece sobre a docência exercida por mulheres do ponto de vista histórico?



Como se sabe, a presença de mulheres na docência, fenômeno conhecido como “feminização do magistério”, se deu, de forma mais acentuada, no Brasil e em vários outros países, em meados da segunda metade do século XIX. O termo *feminização do magistério* contempla em si uma das principais referências difundidas por esses estudos: a de que o magistério foi se constituindo, mais que em ocupação de mulheres, em ocupação feminina.

Pode-se dizer, grosso modo, que os estudos que se propuseram a discutir a presença de mulheres no magistério deram pouco espaço à participação de homens nessa função, bem como à forma como eles lidavam com a escola, com o conhecimento, o que muito contribuiu para certa naturalização da quase exclusiva presença de mulheres no magistério. Em um dos primeiros trabalhos que introduzem a temática no campo acadêmico, publicado no Brasil, em 1965, Aparecida Joly Gouveia, no clássico *Professoras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional*, resultado de sua tese de doutorado, lida com a presença de mulheres na docência como um dado em nenhum momento questionado.<sup>66</sup> Em diálogo com a sociologia em profusão nos Estados Unidos, Gouveia elabora um estudo de referência, bastante inovador para o período, e de importância capital para a sociologia da educação brasileira.

Demonstrando fôlego, Gouveia, ao realizar um estudo com normalistas de Minas Gerais e de São Paulo<sup>67</sup>, traça um perfil da futura professora primária. Conclui, dentre outras questões, que nem todas as estudantes pesquisadas ambicionavam o magistério. Antes, almejavam, em sua maioria, a preparação para o lar e para a vida em família: “[...] parece plausível imaginar que a ambição da maioria das jovens seja antes a realização de um ‘bom casamento’ do que a ascensão através de uma atividade profissional”.<sup>68</sup> Desse modo, enfatiza o caráter essencialmente feminino atribuído ao papel da professora: “[...] este seria um papel muito semelhante ao

---

<sup>66</sup> GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

<sup>67</sup> Aparecida Gouveia, por meio de uma pesquisa *survey* – pesquisa realizada com amostra da população, aplicando questionários para coletar informações sobre hábitos, atitudes e preferências sobre determinado assunto –, coletou dados, por meio de questionários aplicados a normalistas que frequentavam o primeiro e o terceiro ano em 16 escolas normais em São Paulo e em 8 escolas normais de Minas Gerais, estados que juntos representavam cerca de um terço das escolas normais existentes no Brasil.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 34.

papel que sempre se atribui à mulher – a professora trabalha com crianças e em ambiente onde não se expõe ao contato com estranhos (não familiares) do sexo oposto”.<sup>69</sup>

A inclinação para o magistério seria a característica mais evidente entre as moças tradicionais, provenientes de famílias modestas e pouco instruídas, uma vez que a essas não seria possível alimentar o sonho da dedicação exclusiva ao lar. Ambicionar ir além do magistério seria “infringir com muita violência” os padrões tradicionais sob os quais viviam. O magistério se enquadraria como função feminina, inclusive por seu tradicionalismo, moralismo:

[...] a posição da mulher em uma escala de tradicionalismo explicaria sua atitude em relação à participação em atividades profissionais, prevendo o esquema que no polo ‘tradicional’ se encontrariam as moças propensas ao padrão da mulher “dona de casa”, distante do polo tradicional, mas não ainda no polo oposto, se encontrariam as propensas ao magistério e, finalmente, neste polo – polo moderno – se encontrariam moças propensas a ‘outras’ profissões.<sup>70</sup>

As futuras professoras, segundo Gouveia, seriam pouco propensas à intelectualidade: “[...] o desejo de dedicar-se ao magistério seria menos frequente entre as estudantes ‘excelentes’ do que entre as estudantes de status acadêmico inferior’, ou seja, quanto mais fraca a estudante, maior propensão ao magistério”.<sup>71</sup> E, ainda: “[...] a normalista inclinada ao magistério provavelmente não será das que revela grande ‘capacidade ou motivação para o trabalho intelectual’”.<sup>72</sup> Com base na teoria de Talcot Parsons (1902-1979), pessoas mais inclinadas à intelectualidade estariam mais voltadas ao trabalho técnico, enquanto pessoas menos inclinadas à intelectualidade voltar-se-iam a papéis de natureza social; “[...] as normalistas propensas ao magistério seriam motivadas mais para a realização moral do que para a realização cognitiva”.<sup>73</sup> E, nesse sentido, identifica as mulheres como mais propensas a atividades em que explorariam seu tradicional perfil socioemocional, em contraponto às atividades que demandariam domínio instrumental ou técnico.

---

<sup>69</sup> GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970, p. 35.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 76-77.

Esse quadro propício ao magistério fez dessa função, de acordo com a autora, a primeira profissão respeitável à qual a mulher pôde se dedicar: “No Brasil, até cerca de trinta ou quarenta anos atrás, o magistério primário era praticamente a única forma institucionalizada de emprego para a mulher de classe média”.<sup>74</sup> E, em seu conjunto, justificaria a quase unanimidade entre os pais no que diz respeito à satisfação e à aprovação das filhas optarem por essa função.<sup>75</sup>

A autora associa escolha vocacional e as inclinações das mulheres pesquisadas às mudanças por que passava naqueles tempos (anos de 1960 e 1970), o papel da mulher.

A hipótese básica era a de que as decisões vocacionais de uma mulher seriam afetadas por sua atitude em relação a valores tradicionais em geral; e que, dada a peculiar constelação de relações envolvidas no desempenho de profissão – criança como clientes e elementos do mesmo sexo como colegas – representaria o magistério uma espécie de conciliação entre o ideal tradicional de exclusiva dedicação ao lar, de um lado, e as modernas concepções relativas à participação feminina no mundo das ocupações remuneradas.<sup>76</sup>

A professora dos estudos de Aparecida Gouveia é tradicional, moralista, emotiva e pouco intelectualizada. Ambiciona cuidar da família e do lar e tem o apoio dos pais para exercer a profissão, uma vez que o público alvo – crianças – não ofereceria riscos à sua integridade moral. De modo sintético, o magistério apresenta-se como salvação da vida de muitas mulheres. A perspectiva é a que esses referenciais estão impregnados no modo como se percebem as mulheres professoras, inclusive historicamente.

Além de não questionar a ausência de homens no magistério ou, dizendo de outro modo, naturalizando-se o domínio de mulheres no espaço da Escola Normal, outra ausência a se destacar no estudo de Gouveia é o alto índice de professoras e professores leigos que atuavam no ensino primário.<sup>77</sup> A Escola Normal é referência,

---

<sup>74</sup> GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970, p. 35.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 110-111.

<sup>77</sup> O estudo de Aparecida Gouveia foi publicado pela primeira vez, em 1965, pelo INEP/CBPE, compondo a série *Sociedade e Educação*. Naquele momento, Gouveia encontrava-se vinculada ao INEP, instituição que ambicionava, sob a direção de Anísio Teixeira, fomentar a produção sobre educação no Brasil, motivado pelos muitos desafios postos à educação nacional. Um deles, certamente familiar a Aparecida Gouveia, dizia respeito ao número significativo de professores e professoras leigos que ensinavam nos cursos primários do Brasil, que se aproximava dos 50% em

bem como a mulher professora. Ao elaborar um estudo datado e circunstanciado, Gouveia e outros trabalhos de referência para a temática contribuíram muito para o fomento da discussão ao incluí-la o na pauta dos debates e ao dar visibilidade ao tema, de certo modo, construindo a problemática. Em que pese a importância de estudos como o de Aparecida Gouveia, vale perceber que, de outro lado, contribuíram também para a construção de um modo particular de interpretar o problema, demonstrando certas nuances e formas cristalizadas de olhar para a docência de mulheres em diferentes tempos históricos e em diversas localidades.

Importa destacar que a motivação principal em trazer esses elementos não está, exclusivamente, no questionamento deles em si, mas sim na perspectiva de que se os clássicos<sup>78</sup> têm por característica intrínseca incitar ao debate, lançar argumentos, não devem ser necessariamente reproduzidos, e sim servir como referenciais para outras e mais aprofundadas discussões.

Passando da análise sociológica para a histórica, percebe-se que certo modo de compreender a presença de mulheres na docência, presente em estudos sociológicos, se transportou para os estudos de cunho histórico. Exemplo disso vem de Leonor Tanuri, em seu texto *História da Formação de Professores*, publicado na *Revista Brasileira de Educação* comemorativa dos 500 anos de educação no Brasil, em 2000. Esse texto, com ampla circulação nacional, é referência constante em cursos de formação de professoras e professores, em boa parte do Brasil.

Leonor Tanuri lança mão, largamente, de textos de sua autoria divulgados nas décadas de 1960 e 1970.<sup>79</sup> Discutir a formação de professores numa perspectiva histórica é tarefa a que se dedica a autora, e para tanto atribui centralidade à institucionalização das escolas normais no Brasil, a exemplo do que fazia Aparecida Gouveia, um de seus referenciais bibliográficos. A referência à Escola Normal se

---

1958, segundo dados dos Serviços de Estatísticas de Educação e Cultura do MEC (dados extraídos de Léa Paixão, 2010). Curioso pensar que a omissão desses dados pode ter sido deliberada, como forma de compor novo momento para a educação nacional, criando a referência das normalistas como realidade para a educação primária nacional.

<sup>78</sup> Julgo apropriado citar aqui uma das definições, dentre as muitas dadas por Ítalo Calvino, ao termo *clássico*: “É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”. (CALVINO, 1993, P. 15).

<sup>79</sup> Sua tese, *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*, foi defendida em 1979, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

difunde nos estudos de Tanuri, quando considera que toda prática de inserção no magistério que não passe por essa instituição é desqualificada, sem formação, prática.

Segundo Tanuri, havia no Oitocentos uma “falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos míseros atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava”, fato que associa ao “estado pouco animador da instrução pública provincial”.<sup>80</sup> Bem como defendido por Aparecida Gouveia, percebe no magistério a oportunidade de inserção de mulheres no universo do trabalho, atrelada à valorização das escolas normais ocorrida nos anos finais do Império. E afirma: “[...] o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão de obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração”.<sup>81</sup>

Leonor Tanuri também reforça uma das perspectivas bastante difundidas em se tratando da presença de mulheres na docência: “A feminização precoce do magistério tem sido responsabilizada pelo desprestígio social e pelos baixos salários da profissão”.<sup>82</sup> Cumpre notar que essa assertiva vinha sendo defendida por um importante estudioso da área, agora fora do Brasil: Michel Apple.

Michel Apple, em estudo publicado no Brasil nos *Cadernos de Pesquisa*, em 1988<sup>83</sup>, muito difundido por aqui, constrói seus argumentos em favor da proletarização da docência, na medida em que a função passou por um processo de inserção de mulheres, fato percebido pelo autor em diversos países ocidentais. A associação com o feminino emprestaria ao magistério, no decorrer da inserção de mulheres nessa ocupação, uma série de características novas. Em certa medida, essas características foram percebidas por Apple e outros autores e autoras como negativas, centradas, grosso modo, em duas questões imbricadas: maternagem e proletarização.

---

<sup>80</sup> TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000, p. 65.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>83</sup> APPLE, Michel. Ensino e Trabalho Feminino: uma análise comparativa de história e ideologia. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCCH, n. 64, 1988.

Michel Apple, juntamente com António Nóvoa, tem ancorado parte significativa dos trabalhos que lidam com a docência e com a presença de mulheres nessa função. Em levantamento realizado em 2005, uma espécie de revisão bibliográfica sobre a temática, percebe-se a significativa recorrência com que esses autores sustentam teoricamente parte significativa dos trabalhos produzidos em diferentes partes do Brasil.<sup>84</sup>

Destaca-se que, por mais confrontados tenham sido alguns desses referenciais, como a proletarização vinculada à presença de mulheres na docência, a despeito da progressiva difusão de outras perspectivas (não necessariamente melhores), podem-se perceber certas influências que “contaminam” o olhar sobre o passado, com destaque para a perspectiva dualista entre homens e mulheres, mulher e feminino, homem e masculino, sociedade e Estado e modos de produção e trabalhadores(as), dentre outras – especificamente sobre a feminização do magistério. Jane Almeida, em 1998, dizia da existência de certos mitos que se faziam presentes na discussão.<sup>85</sup>

Esses estudos vão-se constituindo no substrato que permite a defesa de argumentos que indiciam certo modo de olhar a presença de mulheres no magistério. Aprende-se que às meninas era negado o acesso ao ensino, uma vez que o Estado não se interessava pela educação delas. As mulheres, redimidas pelo magistério, não tinham acesso à ambiência do trabalho antes de ocuparem essa função, uma vez que eram sustentadas pelos pais ou maridos, vivendo reclusas no espaço doméstico (entendido como avesso ao trabalho). Aprende-se também que as professoras só assumiram o magistério na década de 1870, uma vez que foram

---

<sup>84</sup> Um grupo de pesquisadores e pesquisadoras do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação) reuniu-se com o objetivo comum de realizar levantamento dos estudos que focassem a história da feminização do magistério. Para tanto, foram selecionados 41 trabalhos, referentes a diferentes regiões brasileiras, disponíveis em anais de eventos, no portal da CAPES e em textos publicados a partir de 1990. O intuito era o de compreender como os estudiosos e estudiosas direcionaram sua investigação, os campos disciplinares que evocaram, os conceitos que utilizaram, o tipo e adequação das fontes que analisaram, os autores e autoras que citaram e os argumentos explicitados no que se refere à feminização do magistério. Esses resultados foram publicados em FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 53-87.

<sup>85</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

impelidas a isso pelo Estado, quando este criou as escolas normais, elegendo as mulheres como professoras ideais e introduzindo uma série de exigências que desencadearam o abandono pelos homens dessa função.

Esses e outros referenciais vão, em certa medida, proporcionando uma visão turva da função docente e evidenciam que, por mais que se tenha avançado nos estudos sobre a presença de mulheres na docência, faz-se necessário revisitar algumas dessas ideias, para melhor elaborá-las. Para tanto, deve haver um justo equilíbrio entre fatores internos e externos ao processo de escolarização e à cultura escolar, como forma de melhor conhecer a atuação de mulheres na docência elementar.<sup>86</sup>

No trabalho de revisão bibliográfica sobre a feminização do magistério, já citado, percebia-se uma aproximação significativa entre as explicações atribuídas à presença de mulheres na docência, as quais, em sua maioria, eram mais afirmadas do que demonstrado. Em síntese, destaca-se quatro eixos explicativos, macroestruturais e interdependentes: a) mudanças no mercado de trabalho, traduzidas, sobretudo, pela ampliação das oportunidades de trabalho para os homens (neste eixo, referências como capitalismo, urbanização, patriarcalismo e subalternidade da mulher são frequentes); b) acelerado processo de escolarização, ampliando número de escolas e de matrículas de meninas, associado à formação nacional – mudanças legislativas são referenciais importantes, inclusive as que estimularam dedicação exclusiva à função docente; c) associação do magistério com o feminino, oportunizada por mudanças de mentalidades e representações em torno da docência, para o que muito contribuíram as escolas normais e certo pensamento pedagógico e médico-higienista, difundidos entre os séculos XIX e XX; d) atuação proativa das mulheres na ocupação da função docente, ampliando as possibilidades no universo do trabalho.<sup>87</sup>

Presença constante nas análises sobre feminização do magistério tem tido as escolas normais. Reiteradamente, têm sido vistas como espaço propiciador,

---

<sup>86</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 53-87.

<sup>87</sup> Ibidem.

facilitador da presença de mulheres na docência. Focar-se-á um pouco mais essa temática.

## **1.2 A Escola Normal e sua centralidade nas análises sobre feminização do magistério**

Segundo algumas estudiosas da feminização do magistério – termo cunhado para dar inteligibilidade à progressiva inserção das mulheres na docência elementar, em substituição aos professores do sexo masculino –, as escolas normais, juntamente com um saber médico, foram as responsáveis pela difusão, ao final do século XIX, de uma nova representação em torno da docência, que gradativamente vinha associando essa ocupação com características tidas como femininas. Assim, defendem a ideia de que novas representações em torno da mulher e da docência, incorporadas por essas instituições de formação que se popularizavam pelo Brasil no último quartel do século XIX, foram responsáveis pela maior inserção das mulheres no magistério, ao passo que os homens a abandonavam, ideia presente em estudos como o de Leonor Tanuri.<sup>88</sup>

Em Minas Gerais, estudos importantes e de referência para a temática também têm reforçado a vinculação entre mulheres professoras e Escola Normal. Nesse sentido, merecem destaque os trabalhos de Sara Jane Durães<sup>89</sup>, Magda Chamon<sup>90</sup> e Diva Muniz.<sup>91</sup> Esta última, apesar de não ter a feminização do magistério como objeto central de pesquisa, dedica-se a essa discussão, na medida em que se dispõe a visualizar meninas/mulheres no interior das escolas mineiras do século XIX,

---

<sup>88</sup> Essa análise se torna potencialmente problemática, uma vez que na história da educação brasileira temos mais tempo sem escolas normais do que com elas, considerando as práticas de ensino-aprendizagem do período colonial. Além disso, mesmo em períodos em que essas instituições se avolumaram, parte significativa de professores e professoras lançava mão de outros recursos para se aproximar da docência, algo que acontece ainda hoje.

<sup>89</sup> DURÃES, Sarah Jane Alves. *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002..

<sup>90</sup> CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

<sup>91</sup> MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835- 1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.



desvendando relações de classe e gênero que perpassavam o processo de escolarização.

Diva Muniz demarca a inserção das mulheres na docência a partir da década de 1870, sinalizando para uma ampliação curricular nos colégios religiosos femininos e nas escolas normais, que traduziria um direcionamento circunscrito ao magistério. A autora entende a feminização como construção conformada centralmente por contingências administrativas, presente nos compêndios, na legislação, nos relatórios e nas propostas que circulavam no setor da instrução pública, girando em torno, sobretudo, da efetivação das escolas normais.

A feminização como política pública também é percebida pela autora por meio da ampliação da oferta de escolarização das meninas, que objetivava, inclusive, atender à demanda por formação dos quadros da docência.

Entre as autoras que se dedicam à temática em Minas Gerais, Magda Chamon<sup>92</sup> é a que estuda mais detidamente a feminização do magistério, objeto de sua tese. O entrelaçamento entre a presença feminina na docência e a institucionalização das escolas normais está bastante presente em seu estudo, sendo um de seus argumentos centrais. Segundo Chamon, as escolas normais vagarosamente foram cumprindo a *missão* de preparar um contingente feminino escolarizado o suficiente para a *cruzada civilizatória* de ensinar, iniciada nos idos de 1870.

O trabalho de Magda Chamon é uma boa referência para o que se quer exemplificar aqui, quer seja, o modo pouco crítico com que os estudos clássicos sobre a presença de mulheres na docência, seja de cunho histórico ou sociológico, foram apropriados por algumas pesquisadoras e pesquisadores da temática. Para discutir a gênese da feminização do magistério em Minas Gerais, a autora tem como referência principal de seu estudo dados trazidos por outros estudiosos, reforçando o *a priori* de certas representações.

---

<sup>92</sup> CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

Paralelamente ao movimento de ampliação da oferta de escolas normais, a autora agrega elementos a sua análise, demonstrando uma combinação de fatores (econômicos, ideológicos e sociais) favoráveis ao trabalho das mulheres no magistério. Um deles seria o progressivo abandono masculino da função, uma vez que passava por um processo de estatização, que desinteressava aos homens, criando novas condições de trabalho, desvalorizando-a, sobretudo no que diz respeito a remuneração. A suposta saída dos homens das salas de aula coincidiria com alterações na percepção sobre o lugar/importância da figura feminina na família, mudança para a qual muito contribuíram discursos médicos e higienistas.

De acordo com a autora, foi se construindo, tanto pelo discurso oficial quanto pelos esparsos movimentos feministas, o ideário da adequação feminina ao magistério. Buscava-se atrair as mulheres pela via do discurso da missão, da vocação. Aliás, esse seria um importante elemento a se destacar, segundo Chamon. O discurso da vocação feminina para a educação, da abnegação do sexo e de todo um conjunto de conotações místicas foi acionado em nome de uma naturalização na aproximação entre magistério e mulheres.<sup>93</sup>

Sara Durães também percebe em sua tese de doutorado, *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*, de 2002, a influência da Igreja Católica na disseminação do pensamento que associava docência à missão, vocação, sacerdócio.

Ao discutir o trabalho docente sob o ponto de vista da qualificação, a autora parte do pressuposto de que nessa ocupação vigorava uma concepção masculina de qualificação profissional, reproduzindo-se assim uma hierarquia de gênero. Explica Durães:

A qualificação exigida para o trabalho docente na sociedade capitalista centraliza-se na base tecnológica, controle e racionalização das atividades. Cultural e socialmente, esses aspectos são reconhecidos como atributos masculinos e, por sua vez, são aqueles que dimensionam o trabalho

---

<sup>93</sup> A associação entre vocação das mulheres para a função docente e sua conseqüente desqualificação é, no nosso entendimento, afirmação que requer maiores investimentos analíticos. Tendemos a pensar essa vinculação sob uma perspectiva desqualificante, talvez focados nos referenciais que foram sendo construídos ao longo do tempo e que desembocaram nas percepções atuais do termo. Antes, vocação parece tentar abarcar uma especificidade percebida no momento de conformação da função docente. Para melhor compreender a construção da perspectiva vocacional e seu lugar histórico, teríamos que aproximar do léxico do Oitocentos.

qualificado na produção capitalista. Em direção contrária, as características de cuidado, carinho, zelo e exercício de atividade de coordenação motora fina são consideradas inerentes ou inatas à mulher, em vez de considerá-las como constituídas em espaços anteriores e/ou exteriores ao local de trabalho e em cursos de formação de trabalhadoras (embora os cursos de formação/treinamento as reforcem). Não sendo reconhecidas como advindas de processos de escolarização/formação essas características tendem a ser desvalorizadas. E, principalmente, elas são desvalorizadas por terem sido geradas a partir de outras relações e, em especial, constituídas no espaço privado e doméstico. Daí alguns fatores relativos aos atributos das mulheres não serem reconhecidos como qualificantes.<sup>94</sup>

Difícil não ponderar até que ponto esses referenciais afetaram a prática docente de professoras no século XIX e por que não valiam para os homens que trabalhavam com a docência antes e durante a inserção de mulheres na função.

Fora do eixo dos trabalhos desenvolvidos sobre a feminização do magistério em Minas Gerais, destaca-se o de Jane Almeida<sup>95</sup>, para quem a presença de mulheres no magistério estava devidamente alicerçada em todo o Brasil desde o final do século XIX, consolidando-se nas décadas seguintes à República.

A autora destaca: o peso dos discursos ideológicos (positivista, cientificista) de ampliação na escolarização feminina; as alterações nas relações patriarcais e econômicas que vinham reestruturando a sociedade em fins do século XIX, que eram favoráveis ao trabalho feminino entendido como digno; a associação do magistério como função missionária; a consolidação das escolas normais e a necessidade de formação de professoras que pudessem atuar nas crescentes classes de meninas; e a pressão dos emergentes movimentos feministas e suas reivindicações por direitos educacionais e profissionais.

Almeida introduz uma importante discussão sobre a co-educação de meninos e meninas (impasse que teve desenrolar favorável à convivência entre meninos e meninas, apesar da oposição ferrenha da Igreja Católica) e questiona a leitura do acesso feminino ao magistério como concessão dos homens, uma vez que põe acento na resistência masculina em deixar a função, bem como na importância

---

<sup>94</sup> DURÃES, Sarah Jane Alves. *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 51.

<sup>95</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

atribuída ao magistério pelas mulheres que o almejavam, inclusive como meio de subsistência.

A feminização do magistério também tem tido espaço nos estudos desenvolvidos nos últimos anos por Heloísa Villela<sup>96</sup>, importante estudiosa brasileira da história da profissão docente. Villela, ao tratar da institucionalização da formação docente – concretizada por via das escolas normais –, comunga da elaboração desenvolvida por Jane Almeida para dar inteligibilidade à ocupação feminina da docência, fato para o qual a formação oportunizada pelas escolas normais teria papel fundamental.

Ao estudar a profissão docente e a institucionalização da formação de professores e professoras – momento coincidente com a progressiva presença feminina no magistério –, Villela<sup>97</sup> traça uma série de fatores sociopolíticos que teriam desencadeado em várias províncias brasileiras no século XIX um gradativo processo de substituição de um modelo *artesanal* de formação de seus professores primários – *formação improvisada*, pragmática – pelo modelo *profissional*, corporificado por procedimentos específicos que comporiam um novo professor, movimento levado a cabo pela institucionalização das escolas normais. Argumenta:

A “nova” formação “profissional”, realizada na escola normal, se opunha à “antiga” formação “artesanal”, tendo em vista que, na visão dos organizadores da escola normal dessa época, os novos “professores” que se formassem deveriam se distinguir dos antigos “mestres” improvisados pelo domínio de conteúdos e métodos específicos e, pela aquisição de uma postura – um *ethos* – profissional. Definia-se, assim, um campo de normas e saberes próprios da profissão em contraposição à improvisação, à aprendizagem por imitação, característica dos mestres sem formação.<sup>98</sup>

Em síntese, a autora define a formação oferecida pelas instituições oficiais como sendo baseada em princípios racionais, centrados na incorporação de conteúdo, método e perfil profissional específicos, ao passo que no modelo “artesanal” de

---

<sup>96</sup> Dentre eles, destacaria: VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In.: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 2ª edição.

<sup>97</sup> VILLELA, Heloísa de O. S. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In. STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Séc. XIX. Petrópolis: Vozes, 2004. vol. II, pg.104-115; VILLELA, Heloisa de O. S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, 2003.

<sup>98</sup> VILLELA, Heloisa de O. S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, 2003.

formação, o aprendiz de professor – que poderia ser monitor, adjunto ou substituto – aproximava-se do ofício vendo e praticando na própria sala de aula. Tradição, imitação e conjecturas políticas seriam seus pilares de sustentação. Villela define tal formação como *pragmática, improvisada* ou, até, *sem formação*. A transição de um modelo ao outro se pautaria em três direções: na constituição de um *ethos* profissional, na aquisição de novos conhecimentos e no domínio de novos métodos.

Nesse estudo<sup>99</sup>, Villela relativiza, apesar de manter a percepção da substituição da formação docente *artesanal* para a *profissional* – interpretação constante em análises anteriores<sup>100</sup> –, dando espaço às *transações* entre esses dois modelos, que seriam motivadas por distintas representações quanto à formação dos professores e professoras. A convivência desses dois modelos teria representado, segundo a autora, ponto de tensão na institucionalização das escolas normais. Uma justificativa possível para a não hegemonia do modelo profissional seria o processo paralelo de formação pela prática, que, além de predominante nas escolas públicas primárias, refreou a política de implementação das escolas normais.

A vinculação entre docência feminina e prática é um argumento consensual, muito em função da experiência formativa da Corte, uma vez que após a reforma de Couto Ferraz, de 1854, a candidata à professora formava-se pela via da prática de adjunta – impregnação cultural –, adquirindo os segredos e as regras do ofício por meio da observação de professores já experientes.<sup>101</sup>

Importa destacar que na tradição historiográfica sobre a temática da feminização do magistério têm-se privilegiado ora reflexões em torno da formação pelas escolas normais, ora a formação pela prática. Essas duas formas são vistas como síntese da inserção de mulheres no magistério, ocorrida na passagem do século XIX para o XX. O que se pretende aqui é problematizar essa construção e, na medida do possível, demonstrar que a dualidade entre escolas normais e formação pela prática pode não

---

<sup>99</sup> VILLELA, Heloisa de O. S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, 2003.

<sup>100</sup> VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In.: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 2ª edição.

<sup>101</sup> GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

contemplar a diversidade de possibilidades que envolvem os muitos lugares de elaboração da docência no decorrer do século XIX.

Os dados da Tabela 1, sistematizados por Luciano Faria Filho e colegas<sup>102</sup>, demonstram a pouca expressividade do número de professores e professoras que passaram pelas escolas normais em Minas Gerais na década de 1880, momento consensualmente entendido como o de maior ampliação dessas instituições formativas, não só em Minas Gerais, mas também em diversas localidades brasileiras.

TABELA I

Professores e professoras públicos(as) em Minas Gerais em 1881, segundo a formação

	Total	%	Normalistas		Não normalistas	
			Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Professores	487	61.4	19	<b>3.9</b>	468	<b>96.1</b>
Professoras	306	38.6	40	<b>13.1</b>	266	<b>86.9</b>
Total	793	100	59	<b>7.4</b>	734	<b>92.6</b>

Fonte: Mapa demonstrativo das aulas públicas primárias e secundárias da província de Minas Gerais, 1881. In.: FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 62.

O mesmo se percebe na Tabela 2, correspondente à habilitação de professores e professoras que atuavam em 1884.

<sup>102</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 62.

TABELA 2

Professores e professoras públicos(as) em Minas Gerais em 1884 segundo a formação

	Total	%	Normalistas		Não normalistas	
			Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Professores	493	55.3	40	<b>8.1</b>	453	<b>91.9</b>
Professoras	399	44.7	61	<b>15.2</b>	338	<b>84.8</b>
Total	892	100	101	11.3	<b>791</b>	<b>88.7</b>

Fonte: Quadro demonstrativo das Escolas de Instrução Pública Primária da província de Minas Gerais, 1884. In.: FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores*. Educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 62.

Tendo como referência o índice de matrícula de professores e professoras primárias da província, abarcando o período de 1873 a 1887<sup>103</sup>, foi possível reforçar esses dados, uma vez que demonstram uma atuação de normalistas que não alcançava 15% do total de professores e professoras.

TABELA 3

Habilitação/condição de professores e professoras primárias em Minas Gerais (1873-1887)

Habilitação/Condição	Homens	Mulheres	Total
Normalista	70	95	165
Interino(a)	50	45	95
Habilitado por exame	495	325	820
Não informado	81	53	134
Total	696	518	1.214

Fonte: APM/IP 27 – Índice de matrícula de professores primários – 1873-1887

<sup>103</sup> APM – IP 27. Índice de Matrícula de professores primários, 1873-1887.

Desse grupo, foi possível detectar um número razoável de professores e professoras vitalícias – 192 homens e 103 mulheres –, ou seja, docentes que há mais de cinco anos atuavam na função. Percebe-se também uma pequena quantidade de professores e professoras exoneradas, que totalizavam 20, dos quais 18 eram homens e 2 eram mulheres. Se comparados aos mais de 1.200 professores e professoras, representam um número inexpressivo. Esses dados contribuem, no caso da província mineira, para o questionamento frente ao reiterado argumento do abandono pelos homens do magistério. Nas décadas finais do século XIX, progressivamente, à medida que um número significativo de mulheres passou a ocupar-se da função, os homens passaram a destinar-se a outras ocupações, o que não corresponde a dizer que abandonaram o magistério.

A Tabela 4 permite concluir que somente nas primeiras décadas do século XX o número de professoras e de professores normalistas suplanta o de não normalistas. Ou seja, durante todo o Império e início da República, esse grupo buscava outras vias de acesso ao magistério.

TABELA 4

Professoras(es) públicas(os) em Minas Gerais segundo a formação (1881-1916)

Ano	Não normalistas		Normalistas		Total
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	
1881	734	<b>92.6</b>	59	<b>7.4</b>	793
1884	791	<b>88.7</b>	101	<b>11.3</b>	892
1889	906	<b>87.0</b>	197	<b>13.0</b>	1103
1890	986	<b>74.0</b>	346	<b>26.0</b>	1332
1891	1041	<b>72.6</b>	392	<b>27.4</b>	1433
1913	717	<b>46.3</b>	833	<b>53.7</b>	1550
1916	585	<b>39.6</b>	894	<b>60.4</b>	1479

Fonte: Relatórios dos presidentes de província e de Estado. In.: FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 62.



Maria Lúcia Hilsdorf, importante historiadora da docência, em seu artigo *À Sombra da Escola Normal: achegas para uma outra história da profissão docente*<sup>104</sup>, chama a atenção para uma tendência interpretativa dentre os estudiosos e estudiosas de gênero e da docência, que percebem uma correlação entre o acesso das mulheres à profissão docente e o ingresso delas nas escolas normais. Segundo Hilsdorf, essa vinculação tem significado o estreitamento do espaço de reflexão, assim como o engessamento do campo, uma vez que este tem se concentrado na história das instituições formativas e na feminização do magistério, tomados como marcos desse período.

A autora propõe o deslocamento da análise para o que entende estar *à sombra* das escolas normais. Pesquisando vasta documentação (anuários, jornais, almanaques, revistas e demais publicações de época), conclui que a mulher professora, assim como a diretora, está presente no cotidiano da educação escolar pública, doméstica e particular de forma significativa entre as décadas de 1850 e 1900 – portanto, antes da institucionalização das escolas normais.

Nesse intervalo de cinco décadas (segunda metade do século XIX), conclui ainda pela longa permanência de professoras no magistério público e particular; percebe famílias de professoras públicas ou particulares; encontra mulheres professoras em colégios particulares e mulheres proprietárias de colégios particulares e depara com professoras como membros de bancas examinadoras, mulheres diretoras de grupos escolares públicos, professoras públicas dando aulas particulares, professoras mantidas por associações e professoras particulares de primeiras letras, dentre outras.

Diante da imagem que os estudos sobre docência de mulheres vêm ajudando a construir, propõem-se as seguintes indagações: “Os elementos entendidos como femininos estavam ausentes por completo no período em que essa função era atribuída aos homens (e em relação àqueles que se mantiveram na docência)?” e “A inserção de mulheres significou uma completa adequação a esses elementos?”.

---

<sup>104</sup> HILSDORF, Maria Lúcia S. *À Sombra da Escola Normal: achegas para uma outra história da profissão docente*, XXV ISCHE, São Paulo, FEUSP, 2003.

Uma forma possível de se pensar a presença de certo engessamento nas análises que envolvem a construção do magistério como trabalho de mulheres pode vir de uma das características presentes nos estudos de gênero: a parcialidade. Em parte significativa desses estudos a impressão que se tem é a de que já se sabe de antemão o lado em que os sujeitos pesquisados (nesse caso, as mulheres) ocupam na história. Levam-se as representações contemporâneas pra lá, para outros tempos... Expressões como *experiência de opressão, discriminação, exclusão e maus-tratos* dizem de certo engajamento que dificulta a apreensão e o aprofundamento das análises sobre as diferentes formas como homens e mulheres relacionaram-se historicamente e como vêm construindo masculinidades e feminilidades.<sup>105</sup>

Para Cynthia Greive, sustentada no pensamento de Norbert Elias, “a única possibilidade de melhor avanço das ciências humanas está no distanciamento ideológico, ainda que na tensão com o engajamento”.<sup>106</sup> Faz-se necessário avançar no sentido de compreender que a falta de distanciamento do objeto facilmente induz à limitação na compreensão da formação das sociedades, seus hábitos, valores e costumes.

Desenvolvem-se a seguir alguns argumentos que tornam mais complexa a interpretação de que às mulheres era negado o espaço do trabalho antes do magistério. Essa discussão, a título de exemplo, pretende fomentar a ideia de que é preciso dialogar mais com referenciais construídos em torno da história das mulheres, não só no que diz respeito ao magistério.

### **1.3 Ambiência do trabalho no universo de mulheres em Minas Gerais**

Estudos recentes que se dedicam à educação do período colonial em Minas Gerais sinalizam para a presença do Estado na constituição de políticas educacionais, já no

---

<sup>105</sup> A tradição historiográfica dos estudos de gênero, que surgem de forma colada aos movimentos feministas, pode ter contribuído para essa perspectiva. Para muitas autoras, estudos acadêmicos e prática política são indissociáveis. Essa tem sido a perspectiva de estudiosas como Joan Scott, referência importante nos estudos de gênero desenvolvidos nas últimas décadas no Brasil.

<sup>106</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *A civilização dos professores (1835-1906)*. (texto mimeo) Belo Horizonte, Faculdade de Educação, 2010, p. 32.

século XVIII, questionando a tese do desinteresse da administração estatal pela instrução. Educação e assistência eram, segundo Thais Fonseca<sup>107</sup>, os pilares que motivavam dirigentes e instituições leigas a proporem ações voltadas para a educação das camadas mais pobres da população da capitania de Minas Gerais, mas que não se restringiam a essas. Tais ações priorizavam o aprendizado de ofícios mecânicos, com o fim de possibilitar, ao mesmo tempo, ocupação e sustento material. Contudo, eventualmente ensinavam-se leitura, escrita e contas.<sup>108</sup>

Em seu estudo, Thais Fonseca destaca a importância das próprias famílias na difusão das primeiras letras, na medida em que contratavam e mantinham professores particulares para ensinarem seus filhos e filhas. A preocupação com a formação para o trabalho prevalecia, contratando mestres e mestras de ofício (alfaiataria e música eram os aprendizados mais comuns na capitania mineira).

A criação de complexa estrutura administrativa, com expressivo número de funcionários civis e militares, em todas as vilas da capitania, abriu as possibilidades para diferentes grupos. As habilidades da leitura e da escrita poderiam, para os segmentos menos favorecidos da população, possibilitar o ingresso nos níveis mais baixos da administração civil, a ocupação de algumas funções de destaque na organização das associações leigas ou mesmo a sobrevivência como escreventes particulares, prestando serviços à população.<sup>109</sup>

No que diz respeito à educação das meninas de diferentes extratos sociais, inclusive órfãs e expostas, predominava o aprendizado da costura e do bordado, para o qual eram enviadas às mestras. Esses aprendizados, além de possuírem cunho moralizador, poderiam eventualmente ajudar no sustento dessas meninas e de suas famílias. As pertencentes a famílias mais abastadas, poderiam ser enviadas ao Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, set/dez. 2008, v. 13, n. 39.

<sup>108</sup> De acordo com Thais Fonseca, entre 1772 e 1834 havia na comarca do Rio das Velhas, da qual Sabará era sede, cerca de 60 professores régios, sendo 45 de primeiras letras, 12 de gramática latina e 3 de gramática portuguesa. Havia mestras de meninas nas comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 74 e 75.

<sup>109</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, set/dez. 2008, v. 13, n. 39, p. 542.

<sup>110</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 110.

Em uma sociedade caracterizada por necessidades coletivas crescentes, muitas das vezes ligadas à própria sobrevivência da população, as demandas por educação, com suas especificidades em diferentes tempos, tiveram presença, inclusive, como preocupação dos administradores públicos. Em Minas Gerais, essa preocupação foi explicitada em forma de obrigatoriedade escolar na legislação educacional aprovada em 1835<sup>111</sup>, possivelmente, fruto de demandas que se iniciaram em décadas anteriores, contemplando meninos e meninas.<sup>112</sup>

Às meninas se ensinaria, além das matérias previstas para os meninos, trabalhos domésticos, que poderiam ser: bordado, costura e economia doméstica. Em princípio, tende-se a avaliar essa introdução de forma a relacioná-la à domesticação, numa vinculação que empurraria a mulher cada vez mais para o universo de domínio da casa e dos cuidados com marido e filhos, interpretação presente em estudos como o de Jane Almeida<sup>113</sup> e o de Diva Muniz.<sup>114</sup> Quando se atenta para a presença do trabalho na vida de muitas mulheres que viviam em Minas Gerais, pelo menos desde os tempos coloniais, e não só de origem familiar pobre, questiona-se quanto à exclusiva vinculação entre ofícios manuais e casamento.

Maria Cristina Gouvêa desenvolve a hipótese de que a centralidade dada pelo currículo das escolas de meninas ao aprendizado do trabalho de agulha pode ter

---

<sup>111</sup> “Art. 12. Os Pais de Famílias são obrigados a dar a seus filhos a instrução primária do 1º grau ou nas Escolas Públicas, ou particulares, ou em suas próprias casas, e não os poderão tirar delas, enquanto não souberem as matérias próprias do mesmo grau.

A infração deste Artigo será punida com multa de dez a vinte mil reis, uma vez que aos infratores se tenham feito três intimações no espaço de seis meses, e não tenham eles apresentado razões, que justifiquem o seu procedimento, ou as apresentadas tenham sido julgadas inatendíveis pelo Governo, (e a) vista das informações dos Delegados. Nas reincidências a multa será dobrada. Considerando-se reincidência a continuação da falta dois meses depois da condenação”.

<sup>112</sup> “Art. 3º. O Governo também poderá estabelecer escolas para meninas nos lugares em que as houver do 2.º grau, e em que, atenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por vinte e quatro alunas ao menos. Nestas escolas se ensinarão, além das matérias do 1.º grau, ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos, e domésticos”. Lei Provincial n.º 13 de 28 de março de 1835.

D. Maria I, ainda no período colonial, havia estabelecido, do ponto de vista legal, as aulas régias para meninas. Mas isso só se efetivou no reino, o mesmo não acontecendo nas colônias.

<sup>113</sup> Jane Almeida ressalta: “A educação das meninas, apenas a partir do século XIX, foi confiada a colégios particulares e, no Brasil, sempre foi vista com descaso pelas famílias, pela sociedade e pelo poder público. Nas casas mais abastadas as jovens recebiam de professores particulares algumas noções elementares, mas dedicavam-se sobretudo às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras [...] aguardando o casamento que deveria ser sua suprema aspiração e para o qual eram preparadas por toda a vida” In.: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 55-56.

<sup>114</sup> MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

significado para alunas pobres do século XIX importante fonte de preparação para o trabalho.<sup>115</sup>

[...] a centralidade da aprendizagem dos trabalhos de agulha tinha em vista, por um lado, a formação da mulher para a vida doméstica; por outro, a preparação para o exercício de um ofício, compreendido como caracteristicamente feminino.<sup>116</sup>

O ineditismo com que se lida com o magistério nas décadas finais do século XIX talvez encubra outras formas de trabalho exercido por mulheres no decorrer dos tempos. O maior questionamento sobre quais necessidades motivavam as mulheres ao trabalho poderia esclarecer melhor o próprio trabalho. Circunstâncias diversas ao longo do XIX ligadas às necessidades cotidianas, da cidade e da população vão mudando a configuração e o tipo de trabalho exercido por algumas mulheres. Nesse quadro social e estrutural, a novidade pode estar no magistério público, e não no trabalho em si.

Nas últimas décadas, estudos sobre ofícios realizados por mulheres têm se avolumado, propiciando densidade à temática. A participação de mulheres no universo do trabalho compõe, juntamente com a família, a participação social, a maternidade, a sexualidade e a condição feminina, interesse frequente de pesquisadoras da história das mulheres, ressaltando a predominância de mulheres que convergem seus interesses para esses temas. A produção historiográfica sobre a história das mulheres vem crescendo nos últimos anos e assumindo caráter plural, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados, especialmente no Brasil, país no qual a produção internacional vem se refletindo nos debates acadêmicos.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> A autora desenvolve o argumento em trabalho mais recente. Sobre este assunto, conferir alentado trabalho de Maria Cristina Soares de Gouvêa. *Os Fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX*, apresentado no GT: História da Educação da ANPED, em 2003.

<sup>116</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In.: FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.208-209.

<sup>117</sup> Apesar de não retomá-lo, gostaria de salientar o denso debate que tem mobilizado historiadoras, sociólogas, antropólogas, psicanalistas em torno da História das Mulheres e Gênero. Os Cadernos Pagu de 1994 publicaram, em um mesmo número, textos de três dessas pesquisadoras: Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas, em que discutem o assunto, em diferentes perspectivas. Cf. Cadernos Pagu (3), Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, Campinas/SP, 1994, p.11- 84.

A leitura dos ofícios realizados por mulheres tem levado a um aspecto central: a ambiência do trabalho esteve presente no universo de muitas mulheres em Minas Gerais antes mesmo de assumirem a função de professoras. Isso vem sendo demonstrado reiteradamente por trabalhos como o de Luciano Figueiredo e o de Cláudia Oliveira, apenas para citar alguns.

Luciano Figueiredo<sup>118</sup>, trabalhando com mulheres pobres em Minas Gerais no período colonial, conclui por sua significativa participação nas práticas sociais e econômicas. Dividiam com os homens atuação em panificação, tecelagem e alfaiataria. Dominavam quase com exclusividade quando se tratava de atuações como costureiras, doceiras, fiandeiras, rendeiras, cozinheiras, lavadeiras, criadas e parteiras.<sup>119</sup> Também encontrou evidências significativas de mulheres roceiras, criando animais, plantando gêneros alimentícios e fabricando alimentos importantes para abastecimento local. Essa participação se acentuaria em Minas Gerais a partir da crise mineradora, em fins do século XVIII e início do século XIX, chegando a predominarem em relação aos homens nessa atuação.<sup>120</sup>

Dentre as atuações citadas, Figueiredo destaca o comércio, com presença significativa de mulheres em todo o Brasil. Com origem nas “negras de tabuleiro”, que garantiam o abastecimento de população espalhada por rios e regiões de mineração, o comércio ambulante conviveu com as pequenas vendas administradas por mulheres (muitas delas negras forras), transformando-se em uma das atuações mais importantes das mulheres pobres da sociedade mineira.<sup>121</sup>

Mas o cenário da casa também era de produção:

---

<sup>118</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 3 ed. p. 141-188.

<sup>119</sup> Algumas recebiam cartas de exame, uma espécie de licença concebida pelas câmaras municipais, após prova prática assistida por médicos e sangradores, tornando-se aptas a exercer legalmente a função. *Ibidem*, p. 142-143.

<sup>120</sup> “Se examinarmos Vila Rica nos primeiros anos do século XIX, do total de roceiros, lavradores e hortelões anotados pelo censo, encontraremos 51 mulheres para 27 homens”. FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 3 ed., p.143.

<sup>121</sup> Das licenças concebidas pela Câmara de Vila do Carmo (atual Mariana), em 1796, para comercialização, 61% foram dadas à mulheres, segundo dados de Luciano Figueiredo, 2000.

Ao que tudo indica, entre as camadas empobrecidas a divisão dos papéis obedeceu muito mais às necessidades econômicas que qualquer preconceito sexual na distribuição das tarefas. A transferência da chefia dos domicílios para a mulher nos núcleos familiares simples tornou a atuação feminina tão mais importante quanto mais íntima era a associação entre vida doméstica e trabalho produtivo.<sup>122</sup>

Contudo, apesar da acentuada importância das mulheres no mundo da produção, o autor não deixa de salientar a grande miséria e a exclusão do mercado de trabalho, que, por vezes, empurraram muitas delas, sobretudo as negras forras, para a prostituição, demonstrando destemor de mulheres que viviam sob fortes medidas repressivas em uma região marcada por tensões e conflitos, próprios da prática da mineração.

Ofícios exercidos por mulheres nas Minas Gerais colonial também é objeto de estudo de Cláudia Oliveira<sup>123</sup>, que, com base em inventários, destaca ofícios exercidos por meninas órfãs na Comarca do Rio das Velhas. Se Luciano Figueiredo percebe atuação preponderante no comércio, Cláudia Oliveira destacará, para a comarca do Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, atuações de mulheres órfãs em ofícios manuais, como fiandeiras, costureiras e rendeiras. Além de prepará-las para o trabalho, o aprendizado dos ofícios manuais significou importante via para a inserção de algumas mulheres na sociedade colonial mineira. Se aprender a tecer, bordar e fiar seria uma forma de preparar para o casamento, igualmente poderia garantir sustento próprio e, não raro, o da família. Afinal, em concordância com Mary Del Priore, o universo cultural, as especificidades e as singularidades do viver na colônia gestaram, criaram e “reforçaram o papel da mulher como mantenedora, gestora e guardiã do lar e dos destinos dos seus”.<sup>124</sup>

A aprendizagem desses ofícios criava uma rede de sociabilidade importante para as mulheres, uma vez que se relacionavam com a aprendiz, com seus familiares com seus tutores, trazendo dinamismo ao interior dos domicílios. Esse aprendizado,

---

<sup>122</sup> FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 3 ed., p. 179-180.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

<sup>124</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

transformado em conteúdo escolar durante boa parte do século XIX, poderia, inclusive, garantir outras inserções às mulheres.<sup>125</sup>

Se os estudos de Luciano Figueiredo e de Cláudia Oliveira optaram por analisar o trabalho de mulheres pertencentes a grupos sociais menos abastados, não parece correto dizer que era exclusividade dele. Grosso modo, arrisca-se a dizer que um elemento era comum às mulheres trabalhadoras, independente de sua origem social: a *manutenção*. Mulheres menos favorecidas lançavam mão do trabalho como modo de manter a vida, numa perspectiva de sobrevivência (própria e/ou familiar). Mulheres para as quais a sobrevivência não era preocupação imediata tinham no trabalho a possibilidade de manter determinadas condições de vida. Para essas, o trabalho associava-se a *status* social.<sup>126</sup>

Uma das formas de sustentar esse argumento refere-se às ocupações descritas no *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, espécie de anuário estatístico, produzido por Antônio de Assis Martins<sup>127</sup> e José Marques de Oliveira, publicado em Ouro Preto, nas décadas de 1860 e 1870. O *Almanack* inclui em seus números, organizado por cidade (Sabará, inclusive), informações sobre cargos públicos e ofícios em geral de várias localidades, além de discriminar o nome de quem o ocupava. Atividades de natureza diversa são descritas como sendo exercidas por mulheres, conforme exemplares encontrados, que abarcam os anos de 1864, 1865, 1870 e 1875. Desde as atividades comerciais mais simples até as de gerenciamento mais complexas, percebe-se que o trabalho, pelo menos para esse grupo de mulheres, bastante heterogêneo, estava presente em sua dinâmica cotidiana. Esses dados estão apresentados no Quadro 1.

---

<sup>125</sup> As examinadoras da Escola Normal de Sabará são exemplares desse aspecto, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>126</sup> O magistério como ocupação de mulheres parece abarcar essas duas possibilidades. Voltaremos a esse assunto, no segundo capítulo.

<sup>127</sup> Antônio de Assis Martins participou como convidado, em 1872, da reinstalação do Externato de Sabará. Também foi procurador de um professor da cidade, junto à inspetoria geral da instrução, em Ouro Preto.



## QUADRO 1

Ofícios realizados por mulheres em Minas Gerais entre 1864 e 1875

Agricultora
Boticária <sup>128</sup>
Caieira
Capitalista
Carreira
Criadora
Criadora de gado
Diretora de colégio particular
Exportadora de fumo
Fabricante de cal
Farmacêutica <sup>129</sup>
Fazendeira <sup>130</sup>
Florista
Mineira <sup>131</sup>
Mineradora
Modista
Negociante de fazenda molhada
Negociante de fazenda seca
Negociante de gêneros do país
Negócios de estalagem
Negócios de ferragem
Ourives
Padeira
Parteira
Parteira
Professora particular
Proprietária de armazém de sal
Proprietária de colégio para meninas
Proprietária de confeitaria
Proprietária de fábrica de algodão
Proprietária de fábrica de cigarros
Proprietária de fábrica de vinho
Proprietária de hospedagem
Rancheira (para tropas)

Fonte: *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais (1864-1875)*.

<sup>128</sup> Viúva de boticário assume ofício.

<sup>129</sup> Deu prosseguimento ao trabalho do marido falecido.

<sup>130</sup> Fazendas que cultivam cana, café, algodão, mandioca, gêneros alimentícios variados; inclusive com grande escala, entre mais notáveis e produtivas. Um dado curioso refere-se à presença considerável de mulheres na lista de proprietários devedores de foros da Câmara Municipal da Cidade de Sabará, em 1869. Dos 415 proprietários devedores, 134 eram mulheres, ou seja, cerca de 30%. MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro – Fundo: Câmara Municipal de Sabará – Lançamento de dívidas referentes a imposto predial de Sabará – 1869-1873.

<sup>131</sup> Algumas constantes nas estatísticas de quem empregava mais de 20 escravos.

É comum referência a bens de propriedade de mulheres, como por exemplo, um carro de quatro rodas, engenhos movidos por animais, por água, de cilindro, de serra, que indicam possíveis atividades econômicas.<sup>132</sup>

Podem-se encontrar em meio a essa documentação referências a negócios de família em que constam o nome da proprietária e, em seguida, o dos filhos ou do marido falecido (viúva de). Se muitos desses ofícios, como o de ourives, farmacêutica e boticária, que exigiam maior especialização, além dos de negociantes e fazendeiras, podem ser pensados como herança dos maridos falecidos e, portanto, contingência de sobrevivência, fato é que muitas delas destacavam-se na função e, em alguns casos, exercendo posição de comando. Possivelmente, nem todas fossem viúvas. Estudos como o de Marcus Vinícius Fonseca<sup>133</sup> e o de Vanda Praxedes<sup>134</sup>, dentre outros, chamam atenção para a recorrente prática de mulheres chefiando domicílio em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX não só na condição de viúvas.<sup>135</sup>

Vanda Praxedes<sup>136</sup>, utilizando-se de fontes variadas, com destaque para testamentos e inventários, constata número significativo em Minas Gerais no período que vai de 1770 a 1880 de mulheres chefiando domicílios, fossem elas viúvas, divorciadas ou solteiras (com ou sem filhos). Segundo a autora, as dimensões socioculturais e o padrão de relação estabelecido entre essas mulheres e os homens em geral tornam complexa a tradicional interpretação vinculada à pressão demográfica e à dificuldade de casamento entre desiguais apontadas pela historiografia, constituindo-se em elementos essenciais para a formação de domicílios matrifocais entre os séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.

---

<sup>132</sup> Encontramos referência a professoras aposentadas. Para um período anterior, encontramos dados de mulheres atuando como professoras de dança e escritora, conforme dados do jornal *O Universal*, de 04/02/1839 nº14 p.04.

<sup>133</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

<sup>134</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

<sup>135</sup> Para Maria Odila da S. Dias, o fenômeno de mulheres solteiras chefes de domicílio parece peculiar ao processo de urbanização em vários países da América Portuguesa. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>136</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

## Para Praxedes, as mulheres chefes de domicílio

[...] distinguiam-se por suas experiências, pela situação familiar, pela condição social, pela cor, por suas trajetórias e por suas ocupações. O universo das práticas sociais, que envolviam a atuação das mulheres, foi mais plástico do que aquele previsto nas normas e nos discursos, rompendo com a ideia de que o papel da mulher era aquele restrito à esfera privada, ao recesso do lar, o cuidado com a casa e filhos. O universo do homem estava ligado à esfera pública, à rua, ao trabalho e à vida social. Na prática esses papéis foram recriados, invertidos, improvisados, subvertendo a norma e o discurso e, inclusive no exercício de determinadas ocupações por mulheres.<sup>137</sup>

Em estudo que tem como foco o perfil racial das escolas mineiras do século XIX, no qual destaca a presença significativa da população negra nas escolas elementares, Marcus Vinícius Fonseca<sup>138</sup> corrobora as análises de Praxedes, também percebendo presença significativa de mulheres chefes de domicílio na província mineira, tendo como referência principal as listas nominativas do início do século. Segundo ele, havia nos grupos familiares chefiados por mulheres dois segmentos: viúvas e solteiras. Juntos, representavam uma média de 36% da chefia dos fogos<sup>139</sup> de sua amostragem.

Além dessa constatação importante, avança quanto à inserção social dessas mulheres. Percebe imbricação entre a presença de mulheres na condição de chefes de domicílio e a elevada incidência de domicílios com crianças frequentando escolas.

A questão de gênero deve ser objeto de pesquisas que considerem a possibilidade de as mulheres terem sido um dos grupos que mais rapidamente percebeu a importância social da educação escolar; não podemos afirmar isso de forma conclusiva, mas trata-se de uma explicação razoável para compreendermos esta representação expressiva das mulheres nos fogos que possuíam crianças nas escolas.<sup>140</sup>

---

<sup>137</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 18.

<sup>138</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. Impossível ficar indiferente às provocações deste estudo quanto as peculiaridades do perfil racial da população mineira do |Oitocentos, o que muito tem contribuído para os estudos deste período.

<sup>139</sup> Domicílios, casas. BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008, p. 79.

<sup>140</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 227-228.

Trabalhos como o de Vanda Praxedes e o de Marcus Fonseca podem ser lidos num sentido de *falicização*<sup>141</sup> de um grupo de mulheres que se distinguiram do comum de sua época, da condição feminina vigente. Antes, fazem repensar a própria ideia de *condição feminina*. Em diferentes tempos, em diferentes contextos, parece ter havido uma multiplicidade de formas de as mulheres viverem o feminino, com a sua plasticidade característica.

Ofícios manuais parecem ter sido, ainda no século XIX, incorporados pelas senhoras de Sabará. No anúncio seguinte, de 1832, publicado no jornal *O Universal*, de Ouro Preto, mas com circulação em várias cidades do interior da província, inclusive Sabará, disponibilizava-se o ensino do cozer, do bordar, do talhar, além de ensinar as meninas a dançarem, aos moldes da Corte, possivelmente.

Uma Senhora casada, modista proximamente chegada da Corte, se propõe a ensinar meninas a dançar, cozer, bordar, talhar, e fazer todos os trajés de Senhoras com gosto e perfeição. As Senhoras que se quiserem utilizar do seu préstimo, podem dirigir-se em Sabará a rua da Cadeia, quinta casa à esquerda, na certeza de que serão bem servidas, e por preço cômodo: também se fazem para fora todos os arranjos de Senhoras, inclusive sapatos muito modernos.<sup>142</sup>

Se hábitos e costumes, como o da dança, vindos de uma cidade acentuadamente mais urbanizada, como o Rio do Janeiro, foram incorporados pelas famílias de Sabará, não se sabe. Mas, possivelmente, essa modista de respeito – atestado por sua condição de senhora casada – teve sua casa, na rua da Cadeia, na quinta casa à esquerda, um ponto frequentado por habitantes dessa cidade.

Contudo, se ensinavam a cozinhar, a cozer, a dançar, passaram também, à medida que iam dominando rudimentos de primeiras letras, a transmitir outros conhecimentos a meninos e meninas. Professora elementar parece ter sido um dos primeiros cargos públicos a ser ocupado por mulheres e, durante algum tempo, um

---

<sup>141</sup> Refiro-me aqui a perspectivas de análise que, a despeito de tradição historiográfica de subjulgamento feminino, caminham para o extremo da heroização de algumas mulheres. Para a psicanálise, grosso modo, o falo é artifício cultural, simbólico e universal, que representa a plenitude/completude/poder, associado à figura masculina, em recusa à feminilidade, lugar da ausência, da castração. Como perspectiva recente, tem-se um movimento de contraposição do falocentrismo, denominado por Regina Neri de “ginocentrismo”, que refixa a conduta fálica, agora em referência a mulheres. Sobre isso, conferir NERI, Regina. *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade. Novas configurações da diferença sexual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>142</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27 de janeiro de 1832, nº 703, p.04.

dos poucos. A possibilidade de se tornar funcionária pública parece ter revestido a função de grande atrativo, associado ao fato de ser tarefa que exigia pouco esforço físico. Ressalta-se que, ao longo dos tempos, à medida que a sociedade ia se tornando mais complexa, alterando demandas e necessidades, as mulheres foram acompanhando esse movimento.

A inserção no universo da docência caracteriza esse movimento da sociedade, acompanhado por algumas mulheres. Ao contrário do que se possa imaginar, talvez seja preciso rever a perspectiva de que o magistério tenha significava a salvação da vida de muitas mulheres. A ampliação, em termos numéricos, do acesso ao trabalho remunerado é significativa, inclusive, possibilitando inserções futuras em trabalhos ancorados no domínio das letras, mas não coincide com sua inserção no trabalho.

No próximo capítulo, destacam-se as trajetórias de um grupo de mulheres, para tentar aproximar-se dos modos como elaboraram as condições que as possibilitaram a inserção na docência elementar.

## Capítulo 2

### Docência autorizada: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará

Maria Ana da Assumpção era professora em Sabará. Menina enjeitada, foi batizada às pressas, pela iminência da morte. Filha e viúva de figuras de destaque daquela cidade, foi convidada, em 1832, a assumir cadeira de ensino elementar para o sexo feminino. Trabalhou na docência até seu falecimento, quase três décadas depois. Miquilina Henriqueta do Carmo, viajante, trabalhou pelo menos em cinco cidades distintas, não somente como professora, desde meados dos anos de 1860. Aportando em Sabará, deu continuidade a uma história de quatro gerações de mulheres que dominavam as letras, uma delas também professora e outra, examinadora. Josefina Altina Ribeiro Wanderley, moradora de Congonhas do Sabará, jovem de 13 anos, matriculou-se na Escola Normal de Sabará, em 1882, onde se formou normalista e se casou com um colega da escola. Ambos professores, foram para a cidade de Sete Lagoas, e por lá ficaram por mais de cinco décadas: ela como professora, ele como diretor escolar.

Essas três mulheres certamente vivenciaram realidades diversas no decorrer do pujante século XIX. É possível acompanhar a trajetória de um grupo de mulheres professoras, na longa duração, e reconhecer elementos que permaneceram ou que se alteraram em diferentes conjunturas sociais, políticas, econômicas? Este é o desafio imposto a este capítulo: acompanhar como mulheres que vivenciaram momentos e circunstâncias distintas no decorrer do século XIX elaboraram as condições que lhes possibilitaram atuar como professoras do ensino elementar.

Pretende-se neste capítulo acompanhar ambiências distintas às quais as mulheres aqui pesquisadas estavam submetidas. Religiosidade, sociabilidade, espacialidade, família, literatura, trabalho e condições sociais são algumas das variáveis com as quais se dialoga neste capítulo, tentando perceber os modos que levaram à docência um grupo de quatorze mulheres. Salienta-se que, apesar de não ser intenção inicial analisar trajetórias de professores homens, a experiência docente de alguns deles tem presença neste estudo, uma vez que está em estreito diálogo com a inserção de mulheres nessa função.

## 2.1 Conhecendo o grupo de professoras pesquisadas

Na comarca do Rio das Velhas, cuja sede era a vila/cidade de Sabará, houve no decorrer do século XIX um expressivo número de mulheres atuando como professoras de primeiras letras. Foi possível contabilizar mais de uma centena delas no ensino público elementar entre as décadas de 1830 e 1900, conforme documentação da Instrução Pública.<sup>143</sup> No ensino secundário, considerando a Escola Normal da cidade de Sabará, dentre os 29 professores computados 5 eram mulheres. O número total de docentes se aproximou dos 350, mas não houve, inicialmente, preocupação com a contagem total dos professores e professoras, o que torna esses dados pouco criteriosos, e aqui servem como referência genérica.

A população total da comarca do Rio das Velhas em 1872, segundo recenseamento realizado naquele ano, aproximava-se dos 72 mil habitantes, sendo que um em cada dez habitantes dominava a leitura e a escrita, número que não totalizava 7 mil pessoas, e cerca de um mil frequentava a escola.<sup>144</sup>

A intenção que subjaz desde o início desta pesquisa foi a de dar destaque a um grupo mais circunscrito, entendendo que assim seria possível abarcar com mais detalhes maior diversidade de elementos. Desse modo, optou-se por acompanhar a trajetória de quatorze mulheres que se tornaram professoras entre as décadas de 1830 e 1900. Nessa definição obedecem-se a alguns critérios, sem desconsiderar certo nível de arbitrariedade. Longevidade na docência, origem familiar, primeiras professoras a atuarem na comarca, professoras que tiveram passagem pela Escola Normal e existência de fontes de pesquisa – elemento que ganhou importância superior ao inicialmente imaginado no decorrer deste estudo – foram alguns desses critérios. As mulheres professoras focalizadas neste estudo estão apresentadas no Quadro 1.

---

<sup>143</sup> Em documentos diversos, sob guarda do APM, sobretudo na Seção Provincial/Instrução Pública.

<sup>144</sup> Segundo Recenseamento de 1872, havia 50 pessoas trabalhando com a instrução na comarca do Rio das Velhas naquele período, sendo 27 homens (destes, 2 estrangeiros) e 13 mulheres. Há que se considerar que a docência, por suas especificidades, permite a sobreposição de funções, o que pode interferir na contabilização dos dados. Uma tabela com esses e outros dados referentes a trabalhos exercidos nessa comarca podem ser mais bem visualizados no capítulo 3, página 161.

TABELA 5

Professoras, início e fim da atuação na docência, cidade de atuação e se normalista

Professora	Atuação como docente		Cidade de atuação	Normalista	Ano de formação
	Início	Fim			
Maria Anna d'Assumpção	Início da década de 1830	Fim da década de 1850	Sabará	Não	-
Rita Casimira da Gama Labarão	Década de 1840	Sem informação	Sabará Piranga	Não	-
Francisca de Paula Adelaide Moura	Início da década de 1840	Sem informação	Sabará	Sim	Sem informação
Maria Vicência Gomes do Bom Sucesso	Início da década de 1850	Fim da década de 1870	Sabará	Não	-
Miquilina Henriqueta do Carmo	Final da década de 1860	Sem informação	Diamantina Mariana Serro Sabará	Não	-
Amélia Augusta dos Santos Lessa	Início da década de 1870	Sem informação	Sabará	Não	-
Ambrosina Laurinda da Silva	Década de 1870	Final da década de 1880	Sabará	Sim	Sem informação
Lídia Maria do Couto	Década de 1880	Sem informação	Juiz de Fora Sabará	Sim	1885
Amélia Josina de Azeredo Coutinho	Década de 1870	Década de 1870	Pau Grosso	Não	-
Maria Gabriela de Azeredo Coutinho	Década de 1870	Final da década de 1880	Taquaraçu Congonhas	Não	-
Maria Philomena de Azeredo Coutinho	Década de 1870 ou 1880	Sem informação	?	Sim	1887
Josefina Altina Azeredo Coutinho	Década de 1870 ou 1880	Década de 1940 ou 1950	Sete Lagoas	Sim	1886
Maria do Carmo de Azeredo Coutinho	Década de 1870	Década de 1880	Sabará	Não	-
Maria José de Azeredo Coutinho	Década de 1880	Década de 1910	Ponte Pequena São Domingos Sabará Raposos	Sim	1887



Parte considerável dessas professoras morava e trabalhava na cidade de Sabará. Algumas trabalhavam em freguesias e distritos vizinhos à cidade. Viviam, em diferentes níveis, sob a ambiência de uma cidade em que a efervescência cultural fazia-se presente. As heranças deixadas pela abundante mineração dos tempos coloniais ainda podiam ser percebidas no século XIX. A extração de ouro era feita por duas companhias, ambas inglesas, que contribuía para a dinâmica comercial do município.<sup>145</sup> Além da extração do ouro, a economia de Sabará era movimentada, sobretudo, pelo comércio e pela produção de “[...] ferro, açúcar, aguardente, rapaduras, vinagre, farinha de mandioca e milho, polvilho, toucinho, tabaco, todos os cereais, salitre, sola, couros miúdos, algum peixe e fruta da melhor qualidade [...]”. E ainda, “Fazem-se ali sofríveis tecidos de algodão e lã, taboado, azeite, salão ordinário, e existe bem perto da cidade uma imensa pedreira de mármore [...]”<sup>146</sup>, onde se fabricava cal, além de uma ourivesaria, onde se produzia anéis, brincos e broches, e empregava algumas pessoas.

Sua população se distribuía em uma extensão de três quilômetros, entre ruas calçadas, travessas e largos, além de praças públicas, que se concentravam à margem direita do rio das Velhas. A cidade situava-se na confluência desse rio com o rio Sabará. Chafarizes públicos forneciam água pura à população da cidade, que se dividia em dois bairros: Barra e Igreja Grande, primeiro povoado de Sabará.<sup>147</sup> “O Comércio, já adiantado, espera grande impulso com a aproximação da via férrea, que já se acha em construção, se bem que um pouco distante ainda”.<sup>148</sup> As palavras de J. M. Alvarenga, em 1888, indicam que a ferrovia chegaria à cidade provavelmente após o fim do período imperial.

---

<sup>145</sup> A companhia Papafarinha, também chamada de “Emília”, que se localizava na saída da cidade, e a Companhia Morro Velho, distante duas léguas e meia, cerca de 15 quilômetros, no povoado de Congonhas do Sabará, atual Nova Lima. Sobre a história da Companhia Morro Velho, conferir: FONSECA, Thais N. de L. e; PIRES, Adriana S.; CUNHA, Jussara M. F. da. *Morro Velho: história, fatos e feitos*. 1ª ed. Nova Lima: Mineração Morro Velho, 1995, v. 01, 205 p.

<sup>146</sup> *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto, 1864.

<sup>147</sup> De acordo com o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, em 1864 a cidade possuía 22 ruas, 9 travessas e 6 largos. Dentre as ruas de maior importância estavam a São Pedro, a Direita e a do Fogo, que concentravam parte significativa do comércio da cidade. Nesta última, localizava-se também o Hospital da cidade.

<sup>148</sup> *A Folha Sabarense*, n. 48, Sabará, 29 de Abril de 1888.

Podem-se destacar ainda como elementos da dinâmica cultural de Sabará seu teatro, mantido por uma sociedade anônima desde o início do século XIX.<sup>149</sup> “Neste delicioso teatrinho, prima-donas e barítonos da Europa sustentaram ‘fermatas’, senhoritas foram serradas ao meio, bailarinas de língua arrevesada executaram ‘entre-chats’”, de acordo com Lúcia Almeida.<sup>150</sup> Havia também um número significativo de Igrejas, por exemplo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Francisco de Assis, Capela de Nossa Senhora do Pilar, Igreja de Nossa Senhora do Ó, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Igreja Nossa Senhora do Carmo, todas construídas no século XVIII<sup>151</sup>, e irmandades<sup>152</sup>, além de sociedades políticas e literárias, como a Sociedade Pacificadora Filantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição<sup>153</sup> e a Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses.

No que se refere à educação, havia na vila de Sabará, na transição do século XVIII para o XIX, aulas régias funcionando regularmente, além da atuação de professores particulares, todas destinadas aos meninos.<sup>154</sup> As primeiras classes públicas destinadas a meninas seriam implantadas na vila de Sabará, até onde se sabe, nas

---

<sup>149</sup> Carolina Mafra de Sá realizou estudos sobre esse teatro. Segundo suas pesquisas, preservou-se pouco da documentação desse espaço. Sabe-se que este teatro teve momentos áureos durante o Dezenove, como o da visita de dom Pedro I, em 1831. Dentre outros, conferir trabalho conjunto com Mônica Yumi Jinzenji. SÁ, Carolina Mafra de; JINZENJI, Mônica Yumi. O Teatro, a Sociedade Política e Filantrópica, a Imprensa, a Santa Casa e a Guarda Nacional: instituições em conexão pelo ordenamento de Sabará, Minas Gerais (1830–1850). In.: *V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Aracaju, SE. Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

<sup>150</sup> ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

<sup>151</sup> Sobre as Igrejas de Sabará, conferir: ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

<sup>152</sup> Autor importante na discussão sobre irmandades em Minas Gerais é Caio César Boschi. Dentre seus trabalhos, conferir: BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz C. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-75. Outro trabalho que destaque é o de Paola Andrezza Bessa Cunha, defendido no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, em 2007, *E com nossas devotas assistências e demonstrações se edifiquem os mais cristãos: educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas – Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*, em que estuda irmandades e arquiconfrarias da comarca do Rio das Velhas, além da comarca do Rio das Mortes, Vila Rica e Serro Frio.

<sup>153</sup> Sobre esta e outras sociedades mineiras, conferir SOARES, Marcilaine Inácio. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas (1831-1840)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

<sup>154</sup> João Fernandes Santiago era um dos professores que atuava particularmente na vila de Sabará, na segunda metade do setecentos. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.129.

primeiras décadas do Oitocentos. Ademais, eram escassas em todo o Império.<sup>155</sup> As primeiras tentativas do estado de disseminar essas escolas tiveram espaço nas leis imperiais e provinciais, nas décadas de 1820 e 1830, momento em que a perspectiva de ilustração e de civilidade ganhava novos contornos, passando progressivamente a ter presença na ordem do dia. No entanto, é certo que a prática de difusão das letras não coincide com a legislação. Em Sabará, estudiosas como Thais Nivia Fonseca<sup>156</sup> e Cláudia Fernanda Oliveira<sup>157</sup> vêm demonstrando a inserção de meninas nas primeiras letras desde os tempos coloniais, o que permite pensar na perspectiva da ampliação das demandas por instrução e, mais especificamente, por escolas, naquela sociedade.

A Lei Imperial de 1827<sup>158</sup> previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares com maior índice populacional, inclusive para meninas.<sup>159</sup> A primeira lei provincial mineira que tratou do assunto – Lei 13, de 1835<sup>160</sup> – previa como possibilidade a oferta dessas classes em localidades onde houvesse escolas públicas de segundo grau, as quais, além da escrita, da leitura e do cálculo, deveriam aprofundar estudos aritméticos e de conteúdos como moral e religião.<sup>161</sup> Marileide Santos<sup>162</sup> demonstrou, por meio dos debates conduzidos pelos vereadores municipais, de que modo a sociedade de Sabará encaminhou questões como

---

<sup>155</sup> Dona Maria ampliou de forma significativa a oferta de cadeiras de primeiras letras, inclusive dando existência legal ao ensino público para meninas, em 1790. Contudo, em Sabará, não temos notícias do funcionamento dessas aulas.

<sup>156</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>157</sup> OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

<sup>158</sup> BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

<sup>159</sup> Sabará estava entre as vilas mais povoadas da província. Em 1830, havia cerca de 25 mil habitantes, número que superava 10% da população total de Minas Gerais (PAIVA, 1985, p. 5).

<sup>160</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores.

<sup>161</sup> “Art. 2.º O Governo estabelecerá Escolas Públicas do 2.º grau nas Cidades, e Vilas, em que o julgar conveniente: e do 1.º em todos os lugares, em que, atenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por vinte e quatro alunos ao menos.

Art.3.º O Governo também poderá estabelecer Escolas para meninas nos lugares em que as houver do 2.º grau, e em que, atenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por vinte e quatro alunas ao menos. Nestas Escolas se ensinarão, além das matérias do 1.º grau, ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos, e domésticos”. MINAS GERAIS. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores.

<sup>162</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

demanda por escolas e instrução de meninas. A pesquisadora observa posição bastante favorável da Câmara dos Vereadores no propósito de expansão da instrução, sobretudo de meninos, na medida em que o assunto era pauta frequente de reuniões e recorrentemente aparecia nos ofícios enviados ao imperador. Em documento encaminhado pela Câmara Municipal de Sabará ao Conselho Geral da Província, em 1825<sup>163</sup>, dava-se notícia da instrução na vila de Sabará, transformada em cidade em 1838<sup>164</sup>, segundo o qual havia dois professores naquela ocasião, ambos padres: Joaquim Theodoro de Miranda, professor de primeiras letras, com 104 alunos; e Marianno de Souza Silvino, professor de gramática, com 33 alunos.

Se se previa a criação de escola para meninas na Lei de 1827, em Sabará essa cadeira foi criada em 1829 e em 1832 ainda encontrava-se desocupada. Para os vereadores, “havia um costume inalterável dos pais de família de darem instrução em suas próprias residências”<sup>165</sup> às meninas, o que dificultava o provimento da cadeira pública destinada a elas. O responsável por fiscalizar o provimento de cadeiras, Manoel Joze Gomes Rebello, dizia em correspondência encaminhada à Câmara dos Vereadores:

Achando-se deliberado que nesta Vila exista uma Escola de primeiras letras para meninas, não tem aparecido alguém para o provimento, ou seja por que a Lei exigisse exame para ser Mestra ou por algum outro motivo, que não descubro. Aparece finalmente a Lei novíssima a este respeito, que desonerando as Mestras de semelhante ônus, exige que para serem providas apresentem atestado da Municipalidade. Logo que chegou ao meu conhecimento esta lei, lancei os olhos pela Vila e achei, que em dona Maria Anna da Assumpção, viúva do Capitão Antônio dos Santos Pereira existiam as qualidades necessárias para semelhante fim, e que particularmente tem exercitado com geral aplauso. Consultei a sua vontade, e achando-a disposta a exercitar em público semelhante emprego, assim o manifesto a

---

<sup>163</sup> É provável que a demanda por notícias sobre a instrução em Sabará tivesse partido do próprio Conselho Geral da Província, que, na década de 1820 tomou importantes medidas no sentido de conhecer o quadro da instrução pública em Minas Gerais, para melhor intervir. Em 1827, o Conselho deixou a cargo de seu membro Bernardo Pereira de Vasconcelos a tarefa de promover a educação da mocidade mineira.

<sup>164</sup> A decisão sobre local e número das escolas previstas pela Lei Imperial de 1827 teria tido participação decisiva das Câmaras Municipais. Segundo estudo de Mônica Jinzenji, em reunião do Conselho Geral da Província, em março de 1828, definiu-se pela criação de 54 escolas de primeiras letras para ambos os sexos, que se somariam às 33 já existentes. Escolas para meninas seriam criadas nas cidades e vilas com maior concentração populacional, como as cidades de Ouro Preto e Mariana, e as vilas de Sabará, São João del-Rei, Barbacena, Tamanduá, Baependi, Pitangui, Vila do Príncipe e Campanha. JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 216.

<sup>165</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 113.

V. S<sup>a</sup>. para darem o competente atestado no caso, de, como eu, acharem que desempenhará tão importante lugar.<sup>166</sup>

Defronta-se com um fato instigante: o provimento da primeira cadeira pública destinada ao sexo feminino na vila de Sabará em 1832, que levou dona<sup>167</sup> Maria Anna da Assumpção a ocupar cargo público no magistério elementar. Segundo o fiscal da vila<sup>168</sup>, a ausência de candidatas ao magistério dispostas a enfrentarem o exame público impedia o provimento da cadeira feminina, vaga desde 1829.<sup>169</sup> A Lei Imperial de 1827 exigia o cumprimento de exame público como requisito ao magistério. Em Minas Gerais, essa exigência foi reforçada por meio de resolução do Conselho Geral da Província, publicada em 14 de abril de 1828. Entretanto, em decreto de 1832 essa obrigatoriedade foi relativizada no caso específico das professoras, cabendo ao presidente do Conselho das Câmaras municipais a indicação de interinas para o sexo feminino.<sup>170</sup> De acordo com Walquíria Rosa, os exames realizados para o provimento das cadeiras de primeiras letras na província mineira eram pouco sistemáticos até meados da década de 1830 quando passaram a sofrer uma série de regulamentações.<sup>171</sup> O decreto parece ter resolvido as dificuldades enfrentadas pelos dirigentes de Sabará, quanto ao provimento. Talvez

---

<sup>166</sup> MINAS GERAIS. APM. Câmara Municipal de Sabará, Ata 05, Folha, 02 - 15/10/1832.

<sup>167</sup> A referência à dona está presente em quase toda a documentação consultada, por esse motivo, transcrevo esse modo de tratamento ao longo do trabalho.

<sup>168</sup> O fiscal da vila era figura importante na organização política da municipalidade. De acordo com a lei de primeiro de outubro de 1828, as Câmaras Municipais seriam compostas por vereadores (nove nas cidades e sete nas vilas), um secretário, um procurador e um fiscal. BRASIL. Lei de 01 de outubro de 1828. Dá nova forma às câmaras municipais e marca suas atribuições e o processo para sua eleição e para a dos juízes de paz.

<sup>169</sup> Os exames para provimento de cadeiras de instrução pública, em que pese a algumas alterações no decorrer do século XIX, constituíam-se em: atestados de idoneidade moral e de maioria, prova escrita e prova oral. O mau desempenho no exame escrito não significava necessariamente a desaprovação do(a) candidato(a), uma vez que a prova oral – sem deixar muitos vestígios – poderia corrigir eventuais problemas daquela. De posse dessa documentação do(a) candidato(a), o inspetor municipal, que era quem presidia e indicava examinadores – inclusive mulheres, como examinadoras de trabalhos de agulha em provimento de cadeiras femininas –, encaminhava-as ao inspetor geral, que, por sua vez, encaminhava a documentação ao presidente da província, a quem cabia a decisão final sobre a nomeação. Cf. Clarice David (2008).

<sup>170</sup> Art. 2º As cadeiras para o ensino das meninas, que não se acharem providas, o serão interinamente pelo Presidente em Conselho, sobre proposta das respectivas Câmaras Municipais, e sem dependência de concurso. MINAS GERAIS. Decreto de 06 de julho de 1832. Determina o método que se deve observar no provimento das cadeiras de primeiras letras na Província de Minas Gerais.

<sup>171</sup> Dentre essas regulamentações, Rosa cita a lei n. 13, de 1835, cujo art. 17 passou a exigir que os “conhecimentos exigidos nesta lei se provarão por exames públicos, feitos com aprovação perante o governo ou delegado de ensino, a quem ele cometer”. ROSA, Walquíria Miranda. Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais (1846-1850). In.: LOPES, Ana A. B. de M.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano M. de; XAVIER, Maria do C. *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 277-278.

traduzisse melhor práticas tradicionais e familiares, como a da indicação. A partir daí, a indicação acompanhou a docência, não só em Sabará e não só no século XIX.

Valendo-se desse decreto, três meses após sua publicação, indicava-se dona Maria Anna da Assumpção, que aos “olhos” de Manoel Rebello, fiscal da cidade, havia *achado* nela a mulher adequada para ocupar o cargo de professora de primeiras letras em Sabará. Ao que indica o excerto reproduzido anteriormente, ela já exercia a função de modo particular antes de 1832, com “aplausos gerais”. Não se sabe até que ponto a atuação como professora particular afetou a decisão do fiscal de indicá-la ao cargo público. Ademais, ele não se ocupa em explicitar argumentos que teriam fundamentado sua escolha, restringindo-se a dizer que dona Maria reunia “as qualidades necessárias para semelhante fim”. Contudo, é possível pensar que, assim como ela, outras mulheres poderiam atuar com igual esmero como professoras particulares naquele momento.<sup>172</sup>

Se as qualidades que caracterizavam dona Maria como boa professora não nos parecem tão evidentes, alguns elementos podem ajudar a esclarecer os critérios que autorizaram a ocupação do primeiro cargo de professora pública em Sabará por uma mulher. A adjetivação que se segue ao nome de dona Maria, “viúva do Capitão Antônio dos Santos Pereira”, para além de facilitar que fosse identificada, pode ter significado elemento relevante na justificativa de sua escolha.

Dona Maria Assumpção recebeu o sacramento de casamento e o de funeral, por devoção e/ou costume, na Capela de Nossa Senhora do Carmo, Igreja decorada por esculturas de Aleijadinho.<sup>173</sup> Nasceu no início da década de 1770, possivelmente em 1771. Casou-se com o capitão Antônio dos Santos Pereira, em 1800<sup>174</sup>, com 29 anos, aproximadamente, tendo como testemunhas o doutor intendente Francisco de

---

<sup>172</sup> A população do termo da vila de Sabará, em 1831, ultrapassava os 25 mil habitantes, distribuídos em cerca de quatro mil fogos. PAIVA, Clotilde Andrade; et al. *População de Minas Gerais; Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, [1985], v.1, 53 p. Relatório.

<sup>173</sup> ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

<sup>174</sup> IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Paróquias de Sabará - Registros de Matrimônios – (1776-1807).

Paula Beltrão<sup>175</sup> e o doutor juiz de órfãos Plácido Martins Pereira.<sup>176</sup> Em setembro de 1813, segundo procuração assinada por ela, encontrava-se viúva.<sup>177</sup> Nota-se que quase duas décadas após o falecimento de seu marido, em 1832, ainda se fazia menção, pelo fiscal da vila, de sua condição de viúva, ao indicá-la para o magistério.

Mulher branca, era herdeira de Antônio de Saldanha<sup>178</sup>, lisboeta, possível pai de dona Maria, fruto, provavelmente, de uma relação ilegítima.<sup>179</sup> Exposta em casa de Tomásia de Azeredo Silva, foi batizada em 1777, em perigo de vida.<sup>180</sup> Não é demais pensar que dona Maria era pessoa de certa influência e que sua situação financeira não devia ser das piores. O *Livro de Batismos* registra sua condição de proprietária de pelo menos um escravo nos anos de 1830.<sup>181</sup> Muito possivelmente suas relações sociais serviram como elemento, se não determinante, ao menos reforçador de sua indicação à docência pública de meninas.

Aqui convém lembrar Raymundo Faoro, que com análises macroestruturais e baseadas na longa duração, afirma que é irrelevante se o mérito de determinado

---

<sup>175</sup> Segundo o Dicionário Histórico do Brasil – Colônia e Império, intendente é um funcionário régio nomeado pelo rei. Presidia as Intendências das Comarcas, onde se fundia o ouro ou se explorava o diamante. Francisco Beltrão era intendente desde pelo menos os anos 1690, sendo provedor e ouvidor da Comarca do Rio das Velhas. Também era membro da 3ª Ordem de Nossa Senhora do Carmo. PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2., p. 305.

<sup>176</sup> Eleito deputado em 1826, mudou-se para o Rio de Janeiro. Aposentou-se como desembargador, em 7 de agosto de 1837.

<sup>177</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM – Livros de Notas – LN (CSON) 22, anos 1811 a 1814. 15 de setembro de 1813.

<sup>178</sup> Não foi possível conseguir mais informações sobre Antônio de Saldanha. Em 1798, foi imperador da Irmandade do Divino Espírito Santo, da Igreja Matriz. PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2., p. 273. Em 1807, dona Maria Assumpção assinou procuração para representante em Lisboa, na condição de herdeira de Antônio Saldanha. BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM, Livro de Notas, 1807.

<sup>179</sup> De acordo com Thais Fonseca, a região de Sabará vivia, desde os tempos coloniais, intensa dinâmica cultural, recebendo africanos e portugueses. Menciona ainda que entre os expostos muitos eram filhos de portugueses abastados, quase sempre com mulheres negras ou mestiças. No caso de dona Maria, essa segunda hipótese não parece se aplicar. Ver FONSECA, Thais N. L. e. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII). In: *Congresso Internacional o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, Lisboa. O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2005. v. 1.

<sup>180</sup> “Em vinte e dois de agosto de mil setecentos e setenta e sete, nesta paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, pôs santos óleos [...] a Maria inocente, exposta em casa de Tomásia de Azeredo Silva, cuja criança batizei em casa por necessidades, em perigo de vida”. IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Livros de Batismos, rolo 06 (1776-1800), v. 02.

<sup>181</sup> IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Livros de Batismos/Sabará (1706-1850).

sujeito é próprio ou atribuído, mas importa se é aceito como um componente, às vezes, oculto, válido na relação entre os que detêm poder de mando. Influências advindas da tradição patrimonial-burocrática portuguesa, reforçadas pela vinda da Corte lusa no início do século XIX, afetaram de forma profunda as tradições sociopolíticas brasileiras, segundo Faoro, levando a uma centralização política no Brasil, controlada pelo estamento burocrático, que privilegiava particularismos e subjetivismos de quem detinha o poder político.<sup>182</sup> Explica: “O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano”.<sup>183</sup>

E quem eram os representantes desse estamento em Sabará? Grupos que ocupavam cargos como o de intendente, de juiz de órfãos, de capitão e de fiscal, certamente, compunham redes de sociabilidade influentes, capazes de interferir favoravelmente em decisões que envolviam ocupação de cargos públicos.

Dona Maria Anna de Assumpção, sexagenária à época de sua indicação, trabalhou como professora de meninas por muitos anos. Suas aulas eram assistidas por 54 alunas em 1854, de acordo com relatório do presidente da província mineira daquele ano.<sup>184</sup> No relatório de 1857, consta como professora não habilitada. Ela e quase metade das professoras que atuavam na instrução pública no período, conforme o mesmo relatório.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> “Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *latu sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade”. CAMPANTE, Rubens Gayatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. In: *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n° 1, 2003, p. 154-155.

<sup>183</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª edição. São Paulo: Globo, 1996, vol. 1, p. 20.

<sup>184</sup> MINAS GERAIS. Relatório que ao Ilustríssimo e excelentíssimo Sr. Desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno primeiro vice-presidente da província e Minas Gerais, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Pereira Diogo de Vasconcellos, Ouro Preto, Tipografia Social, 1854 (Quadro demonstrativo das aulas públicas da província de Minas Gerais).

<sup>185</sup> Das 30 professoras públicas listadas pelo presidente da província de Minas Gerais, 3 eram efetivas (10%), 4 eram vitalícias (cerca de 13%), 10 eram interinas (cerca de 30%) e 13 eram professoras não habilitadas (cerca de 45%). MINAS GERAIS. Relatório que à Assembleia Legislativa



Dona Maria foi considerada professora vitalícia em 15 de maio de 1855<sup>186</sup>, concessão dada a quem atuasse por mais de cinco anos no magistério. Dona Maria, presume-se, trabalhou de forma ininterrupta desde o provimento da cadeira para a qual foi sugerida, o que teria acontecido quatro anos após sua indicação, em 1836, exceção feita a períodos de licença, como ocorreu em 1849, quando se encontrava perto dos 80 anos, sendo substituída temporariamente por dona Rita Casimira da Gama Laborão, talvez por motivos de saúde, justificativa recorrente para licença de professores e professoras, dadas as condições de salubridade da população. Tendo falecido em 11 de outubro de 1858<sup>187</sup>, foi substituída por dona Francisca de Paula Adelaide de Moura. Atuou, portanto, por mais de duas décadas na instrução pública e, ao que nos parece, sempre em Sabará. Apesar de não ter encontrado documentação a respeito, pode ter se aposentado na função.

A indicação para a docência parece ter acompanhado de forma semelhante a trajetória de outra Maria; trata-se de Maria Vicência Gomes do Bom Sucesso, agora no entrecruzamento entre instrução e assistência. Duas décadas após o primeiro provimento de cadeira pública feminina, em um contexto possivelmente um pouco mais acostumado ao magistério de mulheres, percebe-se uma experiência de associação explícita entre docência de mulheres e maternidade, argumento que acompanhará a história da docência, com implicações diversas.

Em 1853, o médico Anastácio Symphronio de Abreu estava à frente da Câmara Municipal de Sabará. Recém-chegado da Europa, onde cursou medicina, com trânsito constante na Corte, como demonstrado por estudo de Marileide Santos<sup>188</sup>, teve importante papel na vida política de Sabará, sobretudo nos anos de 1850.

---

Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma província, Ouro Preto, Tipografia Social, 1857.

<sup>186</sup> MINAS GERAIS. APM – Instrução Pública. A concessão de vitalícia era dada a professores e professoras que atuassem mais de cinco anos no magistério. Essa condição garantia certa estabilidade na função, uma vez que a demissão só poderia acontecer mediante incapacidade física ou moral, judicialmente declaradas.

<sup>187</sup> “Aos doze de outubro de 1858, na Capela de Nossa Senhora do Carmo desta cidade, deu-se a sepultura a dona Maria Anna de Assumpção, branca, viúva de idade 87 anos, faleceu de uma congestão cerebral, sem sacramentos e foi só absolvida, foi paroquialmente encomendada. O Vigário Encomendado, Antônio Firmino de Souza Roussim”. IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Registro de Óbitos – Sabará (1750-1900).

<sup>188</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Tentou implantar na cidade uma série de propostas que tinham presença constante em sua atividade política, com destaque para o auxílio aos expostos e aos órfãos, uma vez que a Santa Casa de Sabará, instituição tradicional no acolhimento dos enjeitados Brasil afora, não vinha cumprindo essa função, predominando a prática de abandonar crianças em portas de residências.

Anastácio ambicionava criar uma casa para os expostos. Com esse intuito, procurou estabelecer uma série de articulações entre o Poder Público e a sociedade sabarense. Mesmo sem os recursos necessários para a fundação de uma instituição de assistência, convencido de sua necessidade e dos benefícios para a cidade, convidou, em 1853, dona Maria Vicência Gomes do Bom Sucesso para com ele trabalhar. Vinda do Gongo Sôco, região de mineração<sup>189</sup>, localidade em que trabalhou como professora de filhos de ingleses que ali moravam<sup>190</sup>, sua transferência para Sabará se deu a convite de Anastácio, que vislumbrava há tempos uma professora responsável por uma instituição que recebesse expostos e órfãos da cidade.<sup>191</sup>

Convencido da necessidade de oferecer assistência pública a essas crianças em um espaço próprio, em busca de adeptos para a causa, Anastácio estabeleceu relação estreita com algumas mulheres de Sabará para a formulação de políticas assistenciais que envolviam Estado e sociedade, mais especificamente uma

---

<sup>189</sup> Gongo Sôco é um sítio arqueológico localizado na região de Barão de Cocais. A localidade da mina de ouro de Gongo Sôco foi comprada pelos ingleses no século XIX, para onde foram, em 1826, e “se transformou em uma vila britânica nos trópicos, possuindo hospital, capela e cemitério particular. O conjunto das ruínas de Gongo Sôco é tombado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico desde 1995”. A localidade recebeu esse nome pela dificuldade de se ouvir o Gongo, que significa tocar, soar, quando acontecia algum roubo na exploração do ouro; assim o gongo tornava-se soco, que vem de seco. Maria Vicência pode ter ficado sem trabalho nessa localidade, já que, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia: “Em 1856 a tecnologia adotada na mina não era suficiente para continuar a exploração. As atividades foram encerradas e a vila abandonada. Hoje, na fazenda do Gongo Sôco, uma propriedade particular, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) extrai minério de ferro”. Disponível em [http://www.cprm.gov.br/estrada\\_real/22.html](http://www.cprm.gov.br/estrada_real/22.html). Consultado em 13 de janeiro de 2010.

<sup>190</sup> Na Inglaterra, de acordo com estudos de Maria Conceição Monteiro (2000), era comum, desde o século XVIII, famílias abastadas contratarem preceptoras particulares, levando-as a morar em suas casas, atribuindo-as a tarefa de cuidar da educação dos filhos e filhas. É possível que dona Maria Vicência morasse com essa família inglesa, mas não tivemos acesso a essa informação. MONTEIRO, Maria Conceição. *Sombra Errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2000.

<sup>191</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

sociedade de beneficência de mulheres, criada para esse fim, e uma irmandade religiosa, a Irmandade de Misericórdia, vinculada à Santa Casa.

Instalou-se em 2 de julho de 1853 a Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses, criada pela Câmara de Sabará, subordinada a esta e à Irmandade de Misericórdia, sob articulação de Anastácio. Teria como principal missão criar, coordenar e gerenciar os recursos para a Casa dos Expostos, sendo idealmente composta por mulheres moradoras de Sabará e de outras localidades. Com ela, segundo Santos, “as senhoras sabarenses foram ‘chamadas’ para assumirem parte da responsabilidade, com auxílios pecuniários, no acompanhamento da educação e cuidados das crianças que seriam recebidas na casa”.<sup>192</sup>

Criar-se-ia uma junta caritativa, composta por cinco associadas, eleitas pelas demais, sendo que a mais votada seria a presidente.<sup>193</sup> O regulamento da Sociedade, denominado “Regulamento para os Expostos do Município de Sabará”, registra em seu artigo inicial o seguinte:

Art. 1º – Como as senhoras são muito mais próprias para vigiarem sobre o tratamento das crianças, cujas urgentes precisões reclamam sua natural sensibilidade, criar-se-á nesta cidade de Sabará, uma Sociedade, que se denominará – Beneficência das Senhoras Sabarenses – que tenha a seu cargo vigiar tudo que pertencer aos Expostos que houver neste município, e participará todas as observações e providências, que julgar necessárias à Mesa Administrativa da Santa Casa, para esta resolver, quando lhe for isto possível ou comunicar a Câmara Municipal para deliberar conforme a necessidade que o caso exigir.

A Sociedade foi uma das medidas tomadas pela Câmara para a manutenção da Casa dos Expostos. Além de contribuição mensal de suas associadas<sup>194</sup>, receberia, por intermédio de sua Junta Caritativa, doações de ordens religiosas. As associadas deveriam zelar pelo bom andamento da casa, mas a administração geral e a

---

<sup>192</sup> SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 147.

<sup>193</sup> Depois de constituída a Sociedade, a presidência ficaria a cargo da Baronesa de Curvelo. Infelizmente, a exemplo de Marileide Santos (2007), não foi possível encontrar mais informações sobre essa sociedade.

<sup>194</sup> “Art. 4º – Cada uma sócia pagará uma mensalidade de Rs. 160; cada uma das senhoras da Junta Caritativa, porém, pagará uma mensalidade de 320 reis durante a sua administração”. Regulamento para os Expostos do Município de Sabará. In.: PASSOS, Zoroastro Viana. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

inspeção caberiam a um mordomo da Irmandade de Misericórdia, nomeado pela mesa administrativa da Santa Casa.

Fonte quase exclusiva para se conhecer a Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses, o Regulamento dos Expostos, publicado em 1853, anexo I desta tese, sintetiza importantes intenções educativas para os expostos, não necessariamente postas em prática. Do mesmo modo, esse regulamento tem sido um importante referencial para perquirir as formas como aquela sociedade percebia aspectos educativos atinentes às meninas e, sobretudo, como conduziram nos anos iniciais da década de 1850, questões referentes à presença de mulheres no magistério.

Além da instrução e do ensino de ofícios, o regulamento demonstra a preocupação de seus propositores com outras esferas de inserção social desses meninos e meninas. Para estas previa, inclusive, o dote na ocasião de conseguirem casamento. Nesse período, meados do século XIX, segundo estudo de Muriel Nazzari<sup>195</sup>, a tradição do dote, “instituição europeia” trazida pelos portugueses no século XVI, passava por certo questionamento, até quase desaparecer nos anos dos Oitocentos – sinais dos tempos de maior individualismo e de distanciamento entre as gerações. Em seus estudos, que têm São Paulo como contexto principal, conclui: “Em meados do século XIX, era visível que o dote estava sendo extinto”. Quando existia, “os genitores se despojavam apenas de pequena parte do patrimônio”. A mudança recaracterizaria o próprio dote, que aos poucos deixava de ser centrado em meios de produção, passando a centrar-se em meios de consumo, o que indicava alterações econômicas importantes na estrutura familiar, que, progressivamente, deixava de produzir, por ela mesma, sua subsistência. “O grande número de proprietários até mesmo ricos que deixaram que suas filhas casassem de mãos abanando indica que o dote já não era de importância vital para o pacto matrimonial”<sup>196</sup>, conclui a autora.

Se em Sabará essas mudanças foram percebidas em algum nível nos hábitos matrimoniais, pode-se dimensionar o esforço da Sociedade de Beneficência das

---

<sup>195</sup> NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>196</sup> *Idibem*, p. 210.

Senhoras Sabarenses na concessão de dote como mais uma tentativa de atribuir atrativos a meninas desprovidas de patrimônio familiar. O art. 32 do regulamento dos expostos indicava a responsabilidade da Junta Caritativa, composta por cinco senhoras membros da sociedade, que “terá todo o cuidado em promover e felicitar o casamento das educandas, para o que arbitrará os dotes que forem compatíveis com as possibilidades da Sociedade”.<sup>197</sup>

A instrução seria outra estratégia de inserção social, com forte recorte generacional. O ensino da leitura seria iniciado aos cinco anos de idade, sendo que os meninos se destinariam às escolas públicas, onde aprenderiam a ler e escrever, e as meninas seriam ensinadas por uma regente, ou alguma educanda mais adiantada, prática habitual no método mútuo. Aprenderiam leitura, escrita, costura e demais trabalhos comuns ao universo doméstico, “para fazer uma boa dona de casa, ou criada de servir; ocupando-se principalmente a prática e exercício das virtudes religiosas e domésticas”.<sup>198</sup>

O fato de o regulamento prever a possibilidade das próprias alunas serem ajudantes da professora, ensinando às colegas, merece atenção. Mônica Yumi Jinzenji, em estudo sobre cultura impressa e educação de mulheres no século XIX<sup>199</sup>, sugere que a prática de preparação para a docência pode ter tido a própria sala de aula como espaço irradiador. Acompanhando a atuação de duas professoras nos anos iniciais da década de 1830 – algumas das primeiras regentes de escolas públicas de meninas na província mineira – Beatriz Francisca e Assis Brandão, professora em Ouro Preto, e Policena Tertuliana de Oliveira, em São João del-Rei, ambas colaboradoras do jornal *O Mentor das Brasileiras*, foco de seu estudo<sup>200</sup>, Jinzenji pôde observar que alunas mais destacadas de ambas as professoras viriam, anos mais tarde, a ocupar cadeira de instrução pública.

---

<sup>197</sup> Regulamento para os expostos do Município de Sabará. Capítulo 2, art. 32. In.: PASSOS, Zoroastro Viana. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>200</sup> Mais detalhes sobre esse jornal será trazido no capítulo 4.

Isso teria acontecido com Maria Ricardina de Oliveira Novaes, aluna da professora Policena de Oliveira, que havia concluído a instrução elementar em 23 de junho de 1830, em São João del'Rey e que, dois anos depois, assumiria cadeira pública de meninas em Campanha, sul da província.<sup>201</sup> O mesmo ocorreu com Antônia Eulália da Rocha Brandão, em Ouro Preto. Esta última teve a oportunidade, na condição de monitora geral, de discursar às colegas, aos 10 anos de idade, sucedendo ao discurso da professora Beatriz Brandão no momento da abertura do primeiro exame público da classe, em 1831, na Capital. Participar desses rituais, nos quais tinham lugar de destaque, ensinar às colegas e usar adereços nas aulas que as diferenciavam das outras<sup>202</sup> compunham um conjunto de procedimentos que ambientavam e, de certo modo, preparavam essas alunas para que anos mais tarde ocupassem aquele espaço, na condição de professoras. Com Antônia, isso aconteceu em junho de 1854, quando entrou em exercício da cadeira de instrução primária feminina na Vila do Mar d'Espanha, Minas Gerais.<sup>203</sup>

O próprio jornal, segundo Mônica Jinzenji, incitava as alunas que se destacavam nos exames a perceberem o magistério como uma oportunidade de atuação profissional, isso no início dos anos 1830, momento em que a instrução pública, sobretudo para meninas, era bastante incipiente. Citando e comentando um trecho de *O Mentor das Brasileiras*, publicado em 23 de junho de 1830, Jinzenji escreve:

A instrução elementar serviria de base para uma maior instrução e, 'continuando a cultivar o seu espírito com a mesma aplicação, podem chegar até o ponto de prestarem ainda relevantes serviços à Pátria, ilustrando toda a mais mocidade'. A docência era, portanto, uma possível carreira para essas meninas que, em torno dos 12 e 14 anos, concluíam os estudos das primeiras letras.<sup>204</sup>

Se a professora que atuou na Casa dos Expostos de Sabará, dona Maria do Bom Sucesso, de fato colocou em prática a experiência da aluna ajudante, prevista no

---

<sup>201</sup> "Quando da abertura de sua aula, contaria com 16 anos. Registros esparsos indicam que teria lecionado em Campanha até o ano de 1837 e, em seguida, ocupou uma cadeira na Vila de São José, que foi extinta, sendo então removida para a da Vila de Formiga, em 1848; em 1853, entrou em licença". JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 244.

<sup>202</sup> Segundo matéria publicada n'*O Mentor das Brasileiras*, em 17 de dezembro de 1830, as monitoras: "[...] traziam uma fita verde passada ao ombro, em que se lia em letras de ouro os seus empregos, com enumeração das classes que regiam na Aula". Citado por JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 242.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 244.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 243.

regulamento, não se sabe. A ausência de informações sobre o funcionamento dessa instituição e as alunas que a frequentavam dificulta qualquer análise nesse sentido. Entretanto, é possível pensar que não são casos esparsos os exemplos demonstrados por Mônica Jinzenji. Provavelmente, o recurso de a aluna auxiliar continuou sendo empregado por muitas professoras, não somente no método mútuo, fazendo da sala de aula uma das ambiências favoráveis ao magistério de mulheres.

Em se tratando da atuação de dona Maria do Bom Sucesso, percebe-se que, assim como o fiscal de Sabará via em dona Maria Assumpção as qualidades necessárias à docência, Anastácio Abreu percebia naquela mulher “as qualidades que deve reunir a pessoa destinada à casa de uma prole, que lhe dará o doce nome de mãe”.<sup>205</sup> dona Maria Vicência foi escolhida, e para ela foi alugada uma casa enquanto a instituição não encontrava sede própria.<sup>206</sup> A professora, que receberia crianças expostas em sua casa, passou a receber alunas de primeiras letras, meninas de famílias diversas, como forma de angariar renda extra para a incipiente instituição.

Enquanto Anastácio e os demais membros da Câmara tentavam viabilizar a existência de uma sede própria para a Casa dos Expostos, dona Maria do Bom Sucesso prosseguia na instrução das crianças a seu cuidado, fortalecendo, de modo paralelo, a oferta de instrução para meninas de famílias da cidade, atividade a que se dedicou nos anos seguintes ao de sua contratação. Aos poucos, a Casa de Expostos foi tornando-se, na prática, um colégio de beneficência, modo comum a

---

<sup>205</sup> Câmara Municipal de Sabará, Ata, 013, f. 197, 07/10/1853.

<sup>206</sup> Parece-nos razoável pensar que dona Maria Vicência vivesse como as preceptoras particulares inglesas, uma vez que aceitou sair da localidade onde morava, Gongo Sôco, para viver em casa onde trabalharia. Maria Conceição Monteiro, em *Sombra Errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX*, por meio da literatura inglesa, nos conta que: “O próprio fato de a preceptora sair de casa, ou seja, o seu deslocamento espacial, torna-se uma ameaça tanto à esfera pública (domínio generalizado do masculino) quanto à privada (domínio do feminino)”. Nesse instigante trabalho, nos conta como era difícil e ambígua a vida da preceptora inglesa ao longo do século XIX, vivenciando conflitos de ordem sexual, de maus tratos e desqualificações de diversas ordens, associada às figuras da louca e da prostituta. Também afirma: “A preceptora é símbolo dessa contradição, pois o que ela faz, a troca de quase nada, é formar adolescentes, jovens que são educadas para assumir o papel de mantenedoras de regras patriarcais que perpetuam a improdutividade dentro da sociedade. Por outro lado, ao contribuir para a ociosidade do outro, ela contribui também para a entrada da mulher no mercado de trabalho”. MONTEIRO, Maria Conceição. *Sombra Errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2000, p. 41.

que se referiam a esse estabelecimento, afirmando-se na cidade de modo vinculado à instrução de meninas, mais que aos expostos e expostas.<sup>207</sup>

Dona Maria do Bom Sucesso atendia a alunas internas, meio pensionistas e externas, ensinando-as a ler, escrever, contar e cozer. Não se sabe exatamente quais eram as atribuições de dona Maria em relação às crianças expostas, mas é possível vislumbrar que sua atuação ultrapassava em muito as questões próprias à instrução dessas meninas e meninos.<sup>208</sup> Contratada para ensinar as primeiras letras a um grupo de crianças expostas, suas responsabilidades suplantavam tal função, exigindo dela dedicação integral nos cuidados os mais diversos com meninos e meninas enjeitadas, com quem conviveria diariamente. Sob sua responsabilidade estava a formação intelectual e moral das crianças, atribuindo-se a ela cuidados associados aos de mãe.

A associação entre docência e maternidade tem presença em vários momentos nas discussões que envolviam a Casa dos Expostos. Seu regulamento faz menção à maternidade em diversas circunstâncias, bem como à associação entre mulheres e beneficência. É possível pensar que o médico Anastácio, à frente de parte significativa dessas discussões e ações caritativas, tivesse importante papel nessa difusão. Possivelmente, o contexto europeu no qual conviveu durante algum tempo fosse uma influência significativa.<sup>209</sup> Foi dele a proposta apresentada aos vereadores, em 1850, de trazer quatro irmãs de caridade da Europa para cuidar dos expostos, a exemplo do que aconteceu em Mariana, um ano antes, com a recém-chegada Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, as

---

<sup>207</sup> Entre 1853 a 1858, a casa, sob coordenação de dona Maria do Bom Sucesso, havia recebido, segundo dados da Câmara Municipal, 19 órfãos e órfãs e 29 alunas externas, demonstrando, portanto, a supremacia do atendimento à crianças não órfãs.

<sup>208</sup> O Regulamento dos Expostos previa a assistência de médicos e de amas de leite, mas não temos informações mais precisas quanto ao funcionamento da casa, enquanto esteve sob responsabilidade da professora dona Maria do Bom Sucesso. Ao que nos parece, seu funcionamento era bastante precário.

<sup>209</sup> De acordo com Marileide Santos, Anastácio de Abreu era membro de sociedades européias ligadas à medicina. SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 33.



vicentinas, primeira congregação feminina a vir para Minas Gerais, em 1849, com o intuito de cuidar de doentes, idosos e órfãos.<sup>210</sup>

Não é por obra do acaso que um médico bastante convicto em suas proposições tenha conduzido ações caritativas que mobilizaram uma mulher professora, uma sociedade de beneficência composta por mulheres com certo poder aquisitivo e, também, irmãs de caridade. Durante boa parte do século XIX medicina e religião seriam importantes pilares na reestruturação do papel social atribuído às mulheres – reestruturação essa com fortes bases conservadoras. Foram, cada uma a sua maneira, difusoras centrais de uma ambiência social favorável à docência de mulheres, vistas pela medicina como figuras ideais para o cuidado da infância e, pela Igreja, como formadoras de bons fiéis.

Maria José Rosado Nunes compartilha, por meio de seus estudos, de importantes reflexões sobre o modo como a Igreja construiu certa “feminização do catolicismo brasileiro”.<sup>211</sup> Em resposta a uma grave crise pela qual passava o catolicismo no Brasil, no início do século XIX, de ordem política, fruto de divisões internas, e social, dadas as dificuldades da Igreja para atender carências e aspirações da população. A Igreja Católica buscou reestruturar-se internamente e reaproximar-se da sociedade. Para tanto, retirou parte do poder atribuído às confrarias masculinas laicas e passou a investir no fortalecimento da autoridade do clero, inclusive por meio de sua formação. O público que melhor atendia à necessidade de afirmação da autoridade clerical e de submissão dos leigos era aquele formado pelas mulheres, que passaram a ser, então, alvo de outra estratégia essencial, que garantiria, ao mesmo tempo, a centralização política e a expansão de sua intervenção social: a mobilização de mulheres como elemento-chave de sua reforma institucional: “Pela

---

<sup>210</sup> Sobre a atuação das vicentinas na cidade de Mariana, Minas Gerais, confira estudo: LOPES, Eliane Marta Teixeira. Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 06, p. 28-33, dez. 1987. Ana Cristina Pereira Lage defendeu tese sobre esse assunto no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, *Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*, orientada pela professora Thais Nivia de Lima e Fonseca.

<sup>211</sup> ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19<sup>ème</sup> siècle: um tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue Internationale de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, 503-513.

primeira vez em sua história, a Igreja Católica brasileira se dirigiria diretamente à população feminina, com o intuito de associá-la a seu projeto de reforma”.<sup>212</sup>

Para alcançar as mulheres, a Igreja agiu em várias frentes: alterou os horários dos cultos e ritos, que começariam mais cedo, em horário de trabalho, o que facilitaria a participação de algumas mulheres que não trabalhassem fora de casa – maioria branca e de classes média e superior, grupo priorizado pela Igreja – e, ao mesmo tempo, inviabilizaria a frequência de muitos homens. Também incentivou a criação de associações de caridade femininas sobre o seu controle, como contraponto da diminuição de poder decorrente da retração das antigas confrarias e ordens terceiras, que estavam sob controle de homens laicos, sobretudo na época colonial. Essas associações religiosas significaram, segundo a autora, importantes espaços de sociabilidade entre mulheres, na medida em que propiciava lugar de encontro entre elas. Por último, procederam no sentido de disseminar pelo Brasil escolas católicas e jardins de infância para meninas.

Esse espaço atribuído à mulher pela Igreja, no entanto, não levou em conta, evidentemente, a emergência de um discurso feminino próprio. Antes acentuou a valorização de elementos tradicionais e conservadores, como o da mulher piedosa e auxiliar doméstica, sendo a família o lugar por excelência de sua realização. Na visão da Igreja, elas seriam ideais multiplicadoras de hábitos, comportamentos e pensamentos que pretendiam difundir socialmente: “A mulher piedosa, e sua valorização como tal, constituiu-se em um elemento importante da reforma institucional da Igreja”.<sup>213</sup>

Na perspectiva de Maria José Rosado Nunes, foi justamente o sucesso obtido pela Igreja em seu intento de inserir as mulheres em sua dinâmica de reforma institucional que teria motivado a Igreja a, igualmente, mobilizá-las para uma reforma mais ampla, com vistas ao ordenamento social. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX a sociedade brasileira e, de modo mais acentuado, as

---

<sup>212</sup> “Pour la première fois de son histoire, l’Eglise catholique brésilienne s’adressait directement à la population féminine, en vue de l’associer à son projet de réforme”. ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: un tournant dans l’Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue Internationale de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, p. 507. (Tradução nossa).

<sup>213</sup> “La femme pieuse, sa valorisation comme telle, faisait d’elle un élément important de la réforme institutionnelle de l’Eglise”. Ibidem, p. 509.

mulheres viviam sob condições de instabilidade de diversas ordens, caracterizando-se como um período de certa efervescência política e social. Abolição da escravatura, industrialização, republicanismo, exploração do trabalho de mulheres, voto feminino e conflitos armados são alguns exemplos desses pontos de tensão. Mudanças sociais profundas reverberariam na estrutura familiar, desencadeando a emergência da família nuclear de tipo urbano. Diante desse quadro, de acordo com Rosado Nunes, a Igreja contribuiu para a construção da ideologia da “rainha do lar” e da “esposa fiel”, representando figuras emblemáticas da mulher. Tais argumentos teriam ressonância em instituições sociais, como a escola e a medicina. O discurso dirigido à mulher a imbuía de uma série de deveres sociais, tanto no papel de esposa como no de mãe.

Sob o ponto de vista da Igreja Católica, a mulher passou a ser vista como educadora por natureza e a reforçar argumentos em favor de sua educação e instrução. Referindo-se à importância das escolas católicas para o desenvolvimento das possibilidades de acesso das meninas à educação escolar, Maria Rosado Nunes ressalta:

Foi neste contexto de debates sobre a pertinência, ou não, de propor o acesso à educação para as mulheres, que a Igreja Católica acabou sendo a principal força de promoção de escolas para moças. Pois grande era sua preocupação frente ao avanço inegável do protestantismo e da educação laica.<sup>214</sup>

Exatamente por não haver alteração substantiva na atitude da Igreja Católica em relação às mulheres é que elas se submeteram às estratégias daquela. Contudo, como alerta Rosado Nunes, as mulheres reclusas e submissas “está longe de poder se aplicar ‘às mulheres’ em seu conjunto”.<sup>215</sup> Ao contrário disso, lembra que

[...] as situações reais e concretas se revelam surpreendentemente diversificadas, elas reagiam muito diferentemente de uma a outra ao novo discurso episcopal e se submeteram de diversas maneiras às injunções

---

<sup>214</sup> “Ce fut dans ce contexte de débats sur la pertinence, ou non, de proposer l'accès à l'éducation pour les femmes, que l'Eglise catholique finit par devenir la principale force de promotion des écoles pour jeunes filles, car grande était sa préoccupation face à l'avancée indéniable du protestantisme et de l'éducation laïque”. NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: un tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue Internationale de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, 509.

<sup>215</sup> “[...] est loin de pouvoir s'appliquer “aux femmes” dans leur ensemble”. Ibidem, p. 507.

pastorais, conforme pertencessem às classes pobres ou dominantes, fossem trabalhadoras ou pequenas comerciantes, brancas ou negras.<sup>216</sup>

De todo modo, a despeito do caráter eminentemente conservador da Igreja Católica, em relação às mulheres, certamente, suas ações contribuíram para o alargamento do campo de atividade delas. Algumas mulheres souberam usufruir dessa influência e continuaram vivendo, correspondendo ou não aos padrões preconizados para o seu sexo.

Apesar da forte representação em torno do potencial das mulheres em relação à caridade, das mais diversificadas formas de empenho em prol da assistência aos desvalidos, a realidade demonstra suas fissuras. Apesar de não ser possível perceber com mais clareza de que modo dona Maria do Bom Sucesso correspondia à perspectiva da maternagem, é importante destacar que no plano da idealização a associação entre professoras e mães será uma constante, o que não se traduz de modo automático para a prática. De todo modo, percebe-se alguns elementos de tensão e conflito na condução das expostas e dos expostos por dona Maria do Bom Sucesso.

Dona Maria levou para casa alugada pela Câmara, além das crianças órfãs e das alunas a quem ensinava as primeiras letras, dois irmãos, ao que parece, também professores: Joaquim Thomas Gomes da Cruz, que também era secretário da Casa; e Paulo, tal como era conhecido.<sup>217</sup> Um deles fora acusado, em mais de uma ocasião, de agir de modo inadequado no trato com as meninas que moravam na casa, envolvendo assédio sexual e negociações financeiras com uma aluna menor, sem o consentimento de sua família. Acontecimentos como esses geraram polêmicas, levando, progressivamente, ao abandono pelas alunas particulares e, finalmente, ao fechamento da casa de beneficência, em outubro de 1859. Na realidade, a instituição, por razões diversas, como dificuldades financeiras e divergências políticas, não havia alcançado, até aquele momento, o êxito idealizado

---

<sup>216</sup> “[...] leur situations réelles et concrètes se révèlent étonnamment diversifiées, elles reçurent très différemment de l’une à l’autre le nouveau discours épiscopal et se soumirent de diverses manières aux injonctions pastorales, selon qu’elles appartenaient aux classes pauvres ou dominantes, qu’elles étaient ouvrières ou petites commerçantes, blanches ou noires. ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: um tournant dans l’Église catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue Internationale de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, 507.

<sup>217</sup> Não foi possível saber em quais circunstâncias seus irmãos tornaram-se professores.

pelo médico Anastácio de Abreu. Ao que parece, tais denúncias significaram a gota d'água para seu encerramento.

Denúncias envolvendo um dos irmãos de dona Maria, associadas a fatos que aconteceram dentro da instituição sob sua responsabilidade, deveriam afetar sobremaneira sua atuação como professora se, para além da representação, a figura materna e sua vinculação com a moral, o decoro e os bons costumes fossem essenciais para a prática do magistério. Contudo, percebe-se que dona Maria do Bom Sucesso teve vida longa na docência e continuou alternando atuações no magistério público e no particular, com predominância deste último.

É provável que recebesse alunas particulares na rua do Fogo, seu novo endereço a partir de 1863. Em julho daquele ano, dona Maria adquiriu uma propriedade na rua do Fogo, uma das principais de Sabará, comprada à vista do major Caetano José Coutinho da Fonseca pelo valor de novecentos mil réis.<sup>218</sup> Ao que tudo indica dona Maria era solteira. Não se sabe se o imóvel foi adquirido com dinheiro de herança ou de seu trabalho. De todo modo, é possível que ela chefiasse sua família, sendo responsável por seus irmãos. Em 1871, apareceu, em mais de uma ocasião, em cadeira elementar pública, como substituta, em Sabará, de dona Miquilina do Carmo. Em 1877, consta na documentação da instrução pública como professora particular de 19 alunos, sem discriminação da localidade. Viveu na cidade de Sabará pelo menos até 1885, quando assinou procuração para o irmão Joaquim Thomas Gomes da Cruz, autorizando a venda de uma “morada de casas” que possuía em Caeté, cidade pertencente à comarca do rio das Velhas.

A constância, ao longo dos tempos, com que se atrela a docência a atitudes e comportamentos maternos ligados à moralidade e aos bons costumes não parece se abalar mediante ações adversas, demonstrando seu vigor. A leitura de um inventário do século XIX dá mostras de como o magistério adornava de boas qualidades quem o exercia.

---

<sup>218</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM, Livro de Notas, (LPON) 53.

Dona Rita Casimira da Gama Laborão, professora em Sabará desde pelo menos o ano de 1849, quando substituiu a professora dona Maria Ana da Assumpção na cadeira elementar do sexo feminino, vivia com a mãe, viúva do cadete José Bernardes da Gama Ferreira Laborão, e outros oito irmãos, incluindo um menor. Com o falecimento de sua mãe, dona Francisca de Paula Mairynk Laborão, em julho de 1851, foi indicada como inventariante.

Dona Rita foi recomendada pelo escrivão como tutora do irmão menor. Um dos argumentos favoráveis à decisão, somado à ausência de homens da família vivendo em Sabará, parece ter sido o fato de ela atuar como professora. Em ofício dirigido pelo escrivão ao juiz de órfãos, ressalta:

[...] O órfão Mathias (11 anos) inscrito neste inventário, não tem ainda tutor, por que não tenha aqui parente algum varão que o possa ser, proponho para este fim a sua irmã dona Rita Casimira Gama Laborão, professora de primeiras letras nesta cidade, e em quem concorrem as precisas qualidades para este fim [...].<sup>219</sup>

Em 1852, ano de tramitação do inventário, dona Rita dava aulas em Sabará há algum tempo. Esse fato, em período incipiente da docência exercida por mulheres, parece reforçar as necessárias decência e responsabilidade atribuídas a uma tutora. A tutoria era função tradicionalmente imputada aos homens. Raquel Chequer chama a atenção para os caminhos burocráticos enfrentados por mulheres, desde os tempos coloniais, para a obtenção de tutoria, inclusive dos próprios filhos, na situação de o marido falecido assim não o determinar em testamento.<sup>220</sup> Para conseguirem tutoria dos filhos e filhas, as mulheres recorriam à Justiça, cuja decisão final ficaria a cargo do juiz de órfãos. O papel desempenhado pelos tutores na criação de crianças órfãs era de extrema importância. Além das tarefas de criarem e educarem os órfãos, deveriam administrar sua herança de tal modo que após a emancipação do menor esse pudesse recebê-la, sem prejuízos, descontados os gastos com sua manutenção. Esses elementos permaneceram nos anos Oitocentos,

---

<sup>219</sup> MINAS GERAIS. Fórum de Sabará – Inventário de dona Francisca de Paula Mairynk Laborão, 22 de outubro de 1851, Sabará, Minas Gerais. Esse inventário encontra-se em poder do Fórum de Sabará, diferentemente da maioria consultada neste estudo, que se encontra na CBG. No nosso entendimento, a CBG seria o local apropriado para seu recolhimento, uma vez que seu valor histórico sobrepõe-se a seu valor jurídico.

<sup>220</sup> CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800)*. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

evidenciando relevância da indicação de dona Rita como tutora do irmão Mathias, de 11 anos.

Por meio do inventário de sua mãe, sepultada na Capela da Ordem do Carmo, percebe-se que a família Laborão vivia sob ambiência religiosa. Dentre seus bens encontra-se quadros de santos (São José, por exemplo) e relicários. Encomendas de missas e outros ritos católicos eram continuamente pedidos por dona Rita “para o descanso da alma de sua mãe”, inclusive na ocasião dos aniversários de morte de dona Francisca.<sup>221</sup>

Parte de sua família morava na cidade de Ouro Preto, onde dona Rita passou a ter propriedade herdada de sua mãe, além de um escravo e de outros bens de menor valor, que totalizavam cerca de um conto de réis.<sup>222</sup> Em 1853, dona Rita pediu transferência para Piranga, pertencente à comarca de Ouro Preto e no ano seguinte, conforme relatório do presidente da província, sua cadeira era acompanhada por 24 alunas.<sup>223</sup> De acordo com o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial*, publicado na província, continuava atuando como professora de primeiras letras nessa cidade, em 1865.<sup>224</sup> A partir daí não se tem mais notícias dela.

Dona Miquilina, professora de longa data em Sabará, também foi designada a tomar conta de uma criança órfã, a bisneta Alice, de 8 anos, em 1897, após a morte de sua filha, dona Domitila Benvinda Meireles, tutora da neta Alice. Ambas, Miquilina e Domitila, foram indicadas como tutoras de Alice, mesmo estando vivo o pai da menor, Francisco de Assis Costa. Dona Miquilina chegou a perder a guarda da neta para Francisco, por não prestar contas dos gastos ao cofre dos expostos. Mas, por meio de seu procurador e genro, Symphronio de Souza Campos, pessoa muito influente em Sabará, argumentava que:

---

<sup>221</sup> MINAS GERAIS. Fórum de Sabará. Inventário de Dona Francisca de Paula Mairynk Labarão, 22 de outubro de 1851. Sabará, Minas Gerais.

<sup>222</sup> A mãe Francisca também possuía um selim inglês para senhoras, espécie de sela para cavalos, própria para mulheres, o que indica modos de transporte daquela população.

<sup>223</sup> MINAS GERAIS. Relatório que ao ilustríssimo e excelentíssimo Sr. desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno primeiro vice-presidente da província e Minas Gerais, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Pereira Diogo de Vasconcellos, Ouro Preto, Tipografia Social, 1854 (Quadro demonstrativo das aulas públicas da província de Minas Gerais).

<sup>224</sup> *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. (Ouro Preto, 1864).

[...] apesar de acanhada com o peso dos 89 anos de idade, teve de aceitar a tutela de sua neta Alice Meireles, com a qual tem sempre residido na casa de seu genro Symphronio de Sousa Campos, por serem insignificantes os rendimentos da órfã, e não ter a sua tutora recursos para tratá-la convenientemente como tem sido, aprendendo a ler e a escrever, tendo frequentado dois anos a Escola Normal, e sabendo fazer com perfeição trabalhos de costura e lã.<sup>225</sup>

A leitura do inventário de sua filha, realizado em 1898, oferece elementos significativos para explicitar as redes de sociabilidade de uma das professoras aqui pesquisada: uma evidência vem do fato de dona Miquilina ter sido indicada como tutora da bisneta. Outra vem das pessoas envolvidas no inventário. Dona Miquilina, ao que tudo indica, não era nascida em Sabará, cidade para a qual foi com suas duas filhas, em 1870. Teve como louvados – pessoa a quem se atribuía a tarefa de conferir os bens discriminados no inventário pelo inventariante –, por sua indicação, duas pessoas de influência em Sabará: o major Pedro José do Espírito Santo Cheles e o também major Luiz Cassiano Martins Pereira. O primeiro foi delegado da instrução pública, professor do externato, examinador da Escola Normal – inclusive em momentos em que dona Miquilina também compunha banca examinadora – e inspetor suplente no círculo literário de Sabará. Já Luiz Cassiano Martins Pereira era delegado da instrução pública e professor da Escola Normal de Sabará. Ambos tiveram longa e importante atuação na instrução pública de Sabará. O casamento de sua filha, a também professora dona Ambrosina Laurinda da Silva, com Symphronio de Souza Campos, pessoa de influência na cidade, pode ter contribuído para essa aceitação social. Dedicou-se, na sequência, a conhecer um pouco mais sobre dona Miquilina e sua atuação no magistério.

## **2.1 Viajantes do saber: Itinerância de mulheres professoras**

Dona Miquilina Henriqueta do Carmo nasceu em 1815. Moradora da rua Direita, em Ouro Preto, consta na lista de proprietários de negócios de fazenda seca, naquela cidade, em 1865.<sup>226</sup> Morou em Ouro Preto também em 1854, quando teve uma filha, Ambrosina Laurinda da Silva, com Agostinho José da Silva. De Ouro Preto foi

---

<sup>225</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM. Inventário de Domitila Benvinda Meireles. CPON (45) – 1012 / Ano 1898.

<sup>226</sup> *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. (Ouro Preto, 1865).



para Diamantina, onde trabalhava provisoriamente como professora, em janeiro de 1868, sendo efetivada no ano seguinte. De Diamantina foi para Mariana, em 1869, onde ficou pouco tempo, pedindo remoção para a cadeira da cidade do Serro. No Serro não permaneceu mais que alguns meses. Por último, foi removida para Sabará, em outubro de 1870, numa trajetória de itinerância de cadeiras elementares.<sup>227</sup> Não se sabe em quais condições aconteceram essas transferências: se foram motivadas pela busca de melhores condições de vida; se na condição de viúva, ou acompanhada pelo marido, ou até mesmo o acompanhando. O mais provável, a julgar pelo tempo que permaneceu em cada cidade, é que já tivesse a intenção de se mudar para Sabará.

A transferência de cadeira era prática comum entre professores e professoras, indicando mobilidade espacial, inclusive de mulheres. Clarice David<sup>228</sup> chega a dizer da existência, no entorno de Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, de “locais de passagem”, freguesias e distritos para os quais professores e professoras se transferiam, por permuta ou remoção, no intuito de se aproximarem dos locais em que realmente queriam atuar. A autora aponta essa prática como corriqueira em Itabira, sobretudo em localidades mais distantes de áreas mais urbanizadas da província, com piores condições de vida e com população diminuta, o que poderia acarretar pouca frequência à escola.<sup>229</sup>

De modo geral, a mobilidade espacial em Minas Gerais não se restringia ao magistério e nem tampouco ao século XIX. Era prática comum por essas terras, caracterizadas pelo encontro de portugueses, africanos, índios, ciganos e grupos diversos que para cá vieram – de forma consentida ou não – agrupar-se em torno do ouro. Após sua decadência, o agrupamento se deu pela concessão de sesmarias e pela difusão de práticas agropecuárias. Citam-se as palavras do historiador Waldemar Barbosa:

---

<sup>227</sup> MINAS GERAIS. APM – Instrução Pública – IP 09 e IP 11 – Matrícula dos professores de instrução primária (1831-1881)

<sup>228</sup> DAVID, Clarice Lisandra. *O Processo de Escolarização em Itabira do Mato Dentro/MG – (1860-1889)*. 2008. 200 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

<sup>229</sup> Esse receio justifica-se pelo fato de a legislação exigir frequência mínima de alunos e alunas para a manutenção de cadeiras públicas. Outra justificativa para essas recorrentes mudanças pode estar no fato de os ordenados dos professores e professoras estarem vinculados às localidades em que atuavam.

A conquista e o povoamento das Minas Gerais poderiam ser divididos em fases ou períodos: Inicialmente, as entradas e bandeiras, que devassaram o território, à cata de índios para escravizar; posteriormente, à procura de riquezas minerais. Na última década do século XVII, levantou-se o brado: ouro! Seguiu-se o 'rush' impressionante e, logo após, o aparecimento dos primeiros arraiais. Passada a febre inicial, na qual só se cuidava das minas, começou a aparecer o gado, passaram a vir mercadorias do Rio. Multiplicaram-se os currais, sobretudo pelo São Francisco e região do rio das Velhas. Veio, em seguida, a fase da fixação, quando se foi ampliando a conquista; e as fazendas foram alargando o povoamento.<sup>230</sup>

As idas e vindas sobreviveram ao momento de maior fixação da população, que não pode ser confundido como estagnação no fluxo dos habitantes de Minas Gerais. Entre os professores esse fluxo é significativo, existindo desde o período das aulas régias, fato constatado nos estudos de Diana Silva<sup>231</sup> ao encontrar uma série de pedidos de transferências de professores no século XVIII. No Rio de Janeiro, Tereza Fachada Cardoso<sup>232</sup> também encontrará esses pedidos de transferência, que, segundo ela, eram comumente negados pela Coroa, que os julgava pouco convincentes. Mobilidade espacial é prática que parece coincidir com a função docente, sendo intrínseca a ela. E, como *viajantes do saber*, os professores e professoras iam de uma localidade a outra, ofertando o ensino das letras.

Dona Miquilina parece ter se valido dessa itinerância. Entrou no exercício da cadeira de instrução feminina elementar, em Sabará, em 24 de outubro de 1870, aos 65 anos de idade. Foram concedidos a ela, pelo inspetor, 15 dias para se mudar para a cidade, a contar de sua nomeação. A partir daí, teve trajetória importante na educação de Sabará. Ao que parece, viveu por lá até a primeira década do século vinte, ultrapassando os noventa anos de idade.

Se não foi possível ter acesso a informações sobre a aproximação de dona Miquilina com o mundo das letras nem sobre como ela elaborou as condições que a possibilitaram tornar-se professora elementar, ao menos pôde-se perceber, de forma aproximada, como se deu em Sabará sua ascensão profissional, concebendo sua

---

<sup>230</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971, p. 64.

<sup>231</sup> SILVA, Diana. As reformas pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de primeiras letras no termo de Mariana (1772-835). In: VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

<sup>232</sup> CARDOSO, Tereza M. Fachada L. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

nomeação para examinadora de trabalhos de agulha e bordados de candidatas ao provimento de cadeiras de instrução pública femininas, pouco tempo depois de sua chegada à cidade, como um novo patamar na função docente.

No final de 1872, após avaliação de sua aula pelo inspetor capitão Antonio de Assis Martins, Miquilina recebeu muitos elogios, “por seu incansável esmero e dedicação com que se empenha no desenvolvimento de seus alunos”.<sup>233</sup> Os elogios se concentraram particularmente em seus trabalhos com agulhas: bordados, crivos<sup>234</sup> e crochês de lã. Esse destaque parece ter servido como elemento importante para sua inserção como examinadora, que, conforme dados encontrados, aconteceu em julho de 1873. Apareceu como examinadora em diversos exames, inclusive de várias das professoras estudadas nesta pesquisa. Nos anos seguintes, levou com ela suas filhas, dona Domitila Benvinda de Meireles e dona Ambrosina Laurinda da Silva.<sup>235</sup>

Importa esclarecer que se práticas patrimonialistas estão, com gradações diversas, presentes na trajetória profissional de algumas das professoras pesquisadas aqui, como no caso de dona Maria Ana de Assumpção e de dona Maria do Bom Sucesso, é possível encontrar marcas de uma incipiente valorização meritocrática, como no caso específico de dona Miquilina, quando de sua indicação à examinadora de candidatas à docência. Não se pretende argumentar em favor de uma visão polarizada e, portanto, simplificada entre mérito e influências políticas patrimonialistas, uma vez que certamente aparecem inter-relacionadas e seria tarefa complexa apreendê-las de forma isolada nas práticas que legitimam a atuação docente. Conforme indicam estudos de Maria Cecília Souza<sup>236</sup>, valores patrimonialistas coexistiram com valores meritocráticos no que se refere à atuação de professores e professoras brasileiras que viveram no século XIX, havendo conflitos e superposições desses critérios, denotando estrutura complexa de poder.

---

<sup>233</sup> MINAS GERAIS. APM / SP – IP 1/2 Caixa 02, 11 de dezembro de 1872, Sabará.

<sup>234</sup> Espécie de bordado feito com agulha de crochê, para o qual se prepara o pano tirando-lhe tanto na largura como no comprimento alguns fios interpolados.

<sup>235</sup> O art. 41 do Regulamento nº 56, de 10 de maio de 1867, Lei n. 1267, orienta acerca da contratação da examinadora de trabalhos de agulha: “Nos exames para professoras, ouvirão os examinadores, acerca dos trabalhos de agulha, o juízo de uma senhora, para esse fim nomeada pelo diretor geral, com aprovação do presidente da província. Sempre que no lugar houver professoras públicas, serão estas preferidas, salva a aprovação do presidente da província”.

<sup>236</sup> SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. Professores e Professoras: retratos feitos de memória. In.: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 73-95.

Dialogando com José Murilo de Carvalho<sup>237</sup>, Maria Cecília Souza<sup>238</sup> percebe certo traço dos aspectos patrimonialistas na sociedade brasileira, advindos do imbricamento entre a administração e a política, entre o público e o particular que, embora não fosse exclusividade do Brasil, por aqui terá presença longeva. Segundo Carvalho, práticas patrimonialistas estiveram presentes também nas sociedades inglesa e norte-americana no decorrer do século XIX. A peculiaridade brasileira estaria, de acordo com o autor, no fato de não conseguir superá-las, feito alcançado por essas sociedades, sobretudo por meio da ampliação e diversificação da oferta de trabalho para a mão de obra letrada.<sup>239</sup> Reforçando os argumentos de Carvalho, Maria Cecília Souza salienta: “No Brasil, a limitação do leque ocupacional tornou o peso político da patronagem maior e mais resistente”<sup>240</sup>, permitindo que perdurasse por muito mais tempo aqui.

O fato de dona Miquilina ter sido examinadora pode indicar certo prestígio social. Sua inserção na cidade de Sabará pode ter se dado de forma a adquirir o respeito necessário a consolidar relações de sociabilidade que legitimassem uma boa imagem para ela e para as filhas. Para Clarice David<sup>241</sup>, as examinadoras representavam, mesmo que de maneira restrita, “o Estado educador da população”. David ressalta que em Itabira do Mato Dentro os exames significavam momento de sociabilidade entre os sujeitos envolvidos: examinadores e examinadoras, o presidente da sessão, professores e professoras. Diante da abertura da lei, nem sempre a escolha dos examinadores e das examinadoras considerava conhecimentos específicos, percebendo a conjunção de elementos como cargo e atividade desenvolvida na sociedade local e laços de amizade, sendo os examinadores e as examinadoras quase sempre pessoas ligadas ao círculo de

---

<sup>237</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

<sup>238</sup> SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. Professores e Professoras: retratos feitos de memória. In.: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 73-95.

<sup>239</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, cap. 01.

<sup>240</sup> SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. Professores e Professoras: retratos feitos de memória. In.: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 78.

<sup>241</sup> DAVID, Clarice Lisandra. *O Processo de Escolarização em Itabira do Mato Dentro/MG – (1860-1889)*. 2008. 200 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

convivência dos delegados paroquiais ou das pessoas que presidiam os exames, indicando a centralidade das relações sociais nessas escolhas.

Dona Miquilina morava em Sabará com suas duas filhas, Domitila e Ambrosina, na rua São Pedro, uma das principais da cidade. Apesar do registro como examinadora de trabalhos de agulha e bordados de candidatas a cadeiras públicas, em 1875, não foi possível saber se sua filha Domitila, a exemplo de Ambrosina, seguiu carreira na docência. Segundo dados do inventário de Domitila, cuja inventariante era a própria mãe, teve uma filha, dona Carlota Virginia de Meireles, que foi mãe de Alice Meireles. Todas elas dominavam as letras, como pode ser apreendido desse mesmo inventário, que registra escritas diversas de documentos redigidos e assinados por elas, representantes de quatro gerações de mulheres letradas: avó, mãe, filha e neta. Foram alfabetizadas pelas mães, como herança imaterial? É possível.

A filha mais velha de dona Miquilina, a também professora Ambrosina, casou em Sabará com Symphronio de Souza Campos, filho de família tradicional na cidade. Dona Ambrosina Laurinda da Silva era normalista quando a família se mudou para Sabará. A Escola Normal de Sabará ainda não havia sido criada quando das primeiras referências a sua atuação na docência, em 1876, sendo a Escola Normal de Ouro Preto e a de Campanha as únicas em funcionamento na província mineira naquele momento. Em 1876, seu nome começa a aparecer na lista de professoras elementares, justamente em substituição a sua mãe, que havia obtido licença de três meses por motivo de doença. Nesse mesmo ano, ao lado da mãe, atuou como examinadora de trabalhos de agulha e bordados de candidatas às cadeiras públicas de ensino. Como a família saiu de Ouro Preto em 1868, quando Ambrosina tinha 14 anos, não deve ter concluído o Curso Normal naquela ocasião, a julgar por sua pouca idade. Pode tê-lo concluído em Ouro Preto, morando em outra cidade. Também pode ter estudado em Campanha ou, até mesmo, fora da província mineira.

Quando se casou com Symphronio de Sousa Campos, aos 32 anos, em 6 de junho de 1886, na cidade de Sabará, já exercia a docência há pelo menos dez anos. Consta como professora adjunta de aula prática para estudantes do sexo feminino da Escola Normal em dezembro de 1884, continuando nos dois anos seguintes. Em

1887, já casada, seu nome deixou de constar entre as professoras dessa instituição e não foi possível encontrá-la na documentação. Teria ela interrompido a carreira docente?<sup>242</sup> Durante o período em que esteve como professora da aula prática da Escola Normal, alguns constrangimentos envolveram a congregação de professores e professoras. Em 1885, o professor de desenho, Victor José de Paula, havia feito uma série de denúncias, proclamadas aos quatro cantos pelas ruas de Sabará, dizendo de imoralidades que aconteciam naquela instituição. Talvez o próprio ambiente da Escola Normal tivesse desestimulado sua permanência, conforme abordaremos no próximo capítulo.

O marido de Ambrosina era sabarense, tendo nascido em 1 de março de 1859, filho de Joaquim José Campos e da professora Maria Cândida de Jesus, vitalícia a partir de 1876. Symphronio era tenente coronel, mordomo e presidente da Santa Casa de Misericórdia de Sabará. Em 1887, constava na lista da irmandade “Império do Divino Espírito Santo” como um dos imperadores. Era em torno dessas irmandades que, desde os tempos coloniais, segundo Thais Fonseca, as sociabilidades locais eram constituídas.<sup>243</sup> A Irmandade da Igreja Matriz cobrava de seus imperadores contribuição de duas oitavas de ouro, cerca de 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis), o que constitui mais um elemento indicativo da condição financeira da família. O trabalho de Ambrosina era dispensável à família sob o ponto de vista econômico? Talvez esse aspecto tenha tido algum peso em sua possível saída do magistério.

Dona Francisca de Paula Adelaide Moura também era uma viajante do saber. Ela é personagem dos trabalhos de Jordania Guedes<sup>244</sup>, que vem estudando o processo de escolarização no município de Iguassu, na província fluminense, entre as décadas de 1830 e 1860. Em *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassu (1833-1862)*, resultado de seu trabalho de conclusão de curso de graduação, Guedes identifica dona Francisca

---

<sup>242</sup> Provavelmente, seu afastamento da Escola Normal deu-se em função de sua gravidez. Em 28 de agosto de 1900, a filha do casal, Hercília da Silva Campos, matriculou-se nessa escola, por volta dos treze anos. Ambrosina parece ter tido a filha em 1887, um ano após seu casamento.

<sup>243</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 104.

<sup>244</sup> GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassu (1833-1862)*. Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

Moura como uma das mestras “precursoras nas escolas públicas de primeiras letras do município de Iguassu”.<sup>245</sup>

Dona Francisca parece ter sido a primeira a ocupar uma cadeira pública para meninas nesse município, no ano de 1841. Também deu aulas para meninos. Ao menos para Francisco Elói dos Santos Andrade, que, em livro publicado em 1868 (*As causas que determinam as Dispepsias Gástricas*), agradece à professora dona Francisca.<sup>246</sup> Isso indicaria, na percepção de Jordania Guedes, duas situações possíveis: retrataria a possibilidade de terem existido classes mistas naquela cidade, o que indicaria, na sua interpretação, arranjos locais para lidar com a falta de escolas e com o reduzido número de alunos e alunas; ou demonstraria que dona Francisca atuava particularmente.

Ainda de acordo com Guedes, dona Francisca Moura, muito provavelmente, era normalista, pois recebia salário compatível com o de professores que apresentassem essa formação.<sup>247</sup> Considerando a veracidade dessa informação, possivelmente, estudou na Escola Normal de Niterói, criada em 1835 e que, nas palavras de Heloísa Villela e Arlette Gasparello, “foi uma importante instituição de formação de professores no Império” e “exerceu grande influência nas decisões sobre a esfera educacional durante o século XIX”.<sup>248</sup> Em relatório provincial de 1840, encontrava-se habilitada a lecionar o método mútuo e o método individual. Também por meio de indícios, pôde-se perceber que dona Francisca não morava no município de Iguassu, uma vez que recebia, conforme relatório provincial de 1843, acréscimo salarial referente a transporte.

---

<sup>245</sup> Jordania Guedes vem dando continuidade a essa pesquisa, agora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO – Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizando mestrado sob orientação da professora Ângela Maria Souza Martins.

<sup>246</sup> GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p. 15.

<sup>247</sup> Segundo Guedes, os professores formados pela Escola Normal de Niterói, de acordo com a Lei Provincial do ano de 1837, art. 09, receberiam cerca de 600\$000, salário pago a dona Francisca de Moura.

<sup>248</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009, p. 44.

Jordania Guedes relata que dona Francisca continuou na docência de Iguassu até o início da década de 1860. Mas, de acordo com a documentação da instrução pública de outubro em 1858, já estava em Sabará, atuando como professora da cadeira elementar feminina. O que levou dona Francisca a transferir-se para a província mineira? A própria Jordania Guedes dá algumas pistas. Segundo ela, uma forte epidemia de cólera morbo alcançou a cidade de Iguassu e região em 1855, o que acarretou miséria e fome, fazendo com que muitas pessoas deixassem o município.

Nas fontes documentais [...] aparecem indícios de que a diversidade racial do município criara um 'descaso' da parte dos Governantes provinciais com os problemas relacionados à saúde pública da população iguassuana. A vacinação contra a Cólera morbo não chega até o município por se tratar de uma doença proveniente de 'pretos', [...] a localidade é acometida pelo maior surto que a região já teve, tendo sua origem em dois escravos de uma determinada fazenda que adoeceram, após o contato com uma embarcação que chegara a vila de Iguassu, em contato com a 'sujeira' do rio iguassuano o contágio da epidemia deu-se de forma avassaladora.<sup>249</sup>

Ainda segundo Guedes, inaugurar-se-ia em 1858 o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que ligava a capital do Império às províncias de São Paulo e de Minas Gerais, para escoamento da produção de café. Somava-se aos prejuízos causados pela epidemia um progressivo empobrecimento de Iguassu, decorrente do contrastante enriquecimento de cidades vizinhas, próximo à linha férrea, ofuscando cada vez mais a economia daquele município.

Esse momento coincidiu, não por acaso, com a vinda de dona Francisca para Minas em 1858. Talvez tenha vindo em busca de "melhores ares". No final desse ano, obteve licença do diretor do círculo literário de Sabará para substituir dona Maria Ana da Assumpção na cadeira pública do sexo feminino daquela cidade. Obteve o título de "professora interina" em 1859, atuando na freguesia de Sabará por algum tempo. O fato de dona Francisca ser normalista não parece ter acarretado a ela benefícios maiores, como a ausência de exames ou, até mesmo, o convite para ser examinadora. Em Sabará, precisou comprovar habilitação em algumas matérias. Em 1869, submeteu-se a exame de gramática da língua portuguesa (oral e escrita) e de sistema métrico. No ano seguinte, em maio de 1870, submeteu-se a exame de

---

<sup>249</sup> GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.



frações ordinárias e operações de conversões recíprocas do sistema métrico, “respondendo sofrivelmente sobre teoria, e à vista das provas escritas são de parecer que seja aprovada simplesmente”.<sup>250</sup> Passados alguns meses desse exame, solicitou aposentadoria por tempo proporcional, autorizada pelo presidente da província, passando a receber ordenado conforme o tempo de serviço prestado, em outubro de 1870.<sup>251</sup> Não teve oportunidade de desfrutar desse benefício, pois faleceu no mês seguinte ao de sua aposentadoria, muito possivelmente solteira, uma vez que seu atestado de óbito não faz menção a marido. Esse atestado, assinado pelo vigário Antônio Francisco de Araújo Roussin, registra:

Aos 28 de novembro de 1870 na Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo se sepultou dona Francisca de Paula Adelaide Moura, professora jubilada na província do Rio de Janeiro, a qual faleceu de moléstia de peito na idade de sessenta e alguns anos, tendo recebido todos os sacramentos [...].<sup>252</sup>

A menção ao fato de dona Francisca ter sido professora jubilada no Rio de Janeiro permite concluir que veio para Minas Gerais na condição de aposentada. Ao menos a legislação mineira assim considerava o jubramento, conforme art. 52 do Regulamento 56, que mencionava: “O professor que contar 25 anos líquidos de serviço de magistério público terá direito a ser jubilado com todos os seus vencimentos”.<sup>253</sup> Em Sabará, pode ter requerido segunda aposentadoria, equivalente aos 12 anos que se ocupou com a docência em Minas Gerais.<sup>254</sup>

Ao que indica a trajetória de dona Lydia Maria do Couto, as mulheres continuaram viajando em busca de cadeiras vagas no ensino elementar, mesmo nas décadas finais do século XIX. Dona Lydia matriculou-se aos 16 anos na Escola Normal, em

---

<sup>250</sup> MINAS GERAIS. APM / SP-IP 142 – Ata do exame complementar da professora da cidade de Sabará, Dona Francisca Adelaide de Moura, em 17 de maio de 1870.

<sup>251</sup> BRASIL. Lei nº 1.724, de 05 de outubro de 1870. Autoriza o governo a aposentar com ordenado correspondente ao tempo de serviço a ex-professora de Sabará, dona Francisca de Paula Adelaide Moura.

<sup>252</sup> IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Registros de Óbitos – Sabará (1750-1900).

<sup>253</sup> MINAS GERAIS. Regulamento nº 56 de 10 de maio de 1867, Lei n.º 1.267.

<sup>254</sup> “Art. 53.º Aquele que antes desse prazo, ficar impossibilitado de continuar no exercício do magistério, poderá ser jubilado com o ordenado proporcional ao tempo líquido de serviço, uma vez que conte mais de 10 anos de exercício de magistério público”. MINAS GERAIS. Regulamento nº 56 de 10 de maio de 1867, Lei n.º 1.267.

1882.<sup>255</sup> Enquanto frequentava as aulas, passou a trabalhar como substituta da aula prática para o sexo feminino desta instituição, em outubro de 1884. Logo que concluiu sua formação, em 1885, candidatou-se a segunda cadeira do sexo feminino da cidade de Juiz de Fora, para onde se transferiu em março do ano seguinte. Mas não ficou muito tempo por lá, conseguindo remoção no mês seguinte para a mesma cadeira que ocupou na condição de aluna da Escola Normal, em Sabará.

O exemplo de Lydia é elucidativo das alterações vividas no movimento de itinerância percebido entre homens e mulheres professoras ao longo do século XIX, pelo menos para um grupo específico. Com o advento das Escolas Normais, percebe-se uma distribuição desigual entre normalistas de ambos os sexos pelo território mineiro. Segundo dados organizados por Luciano Faria Filho e colegas, “apenas três dos vinte e cinco círculos literários pelos quais era dividida a província concentravam nada menos do que 52% dos professores normalistas em 1881”.<sup>256</sup> Isso comprova a centralização significativa desses professores e professoras nas cidades próximas àquelas em que existiam Escolas Normais.

Ocorre que Lydia logo voltaria a Sabará – talvez nem tenha chegado a sair. A influência do tio Herculano Carlos do Couto, professor em Sabará, pode ter tido alguma ressonância em sua trajetória. Herculano teve grande presença no cenário educacional sabarense: aluno do Externato em 1867, professor de primeiras letras desde 1868, apesar de ter “apresentado bastantes incorreções nas provas escritas, julgaram os examinadores aprová-lo simplesmente”<sup>257</sup>, examinador de candidatos e candidatas à instrução pública; vitalício, trabalhou até a década de 1890, pelo menos.

---

<sup>255</sup> Além de Lydia seu irmão e primos passariam pela Escola Normal e pelo Externato. A família Couto tinha uma significativa inserção na educação em Sabará, sobretudo nas décadas finais do século XIX.

<sup>256</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 53-87.

<sup>257</sup> MINAS GERAIS. APM / SP - IP 142 – Atas dos exames do Externato de Sabará e dos professores candidatos às diferentes cadeiras do Círculo Literário – 1867-1890.

Dona Lydia era filha do tenente Pedro Maria Carlos do Couto e de dona Maria Luíza do Couto. Após casamento com Raimundo Nonato da Silva, passou a chamar-se Lydia do Couto e Silva. Teve vida longa no magistério. Tem dedicatória no livro do memorialista Zoroastro Passos: “À memória da exímia professora e grande educadora sabarense d. Lydia do Couto e Silva, a quem Sabará muito deve pelo bem que, a mancheias, espalhou”.<sup>258</sup>

Ao longo desta pesquisa, a ambiência familiar, com diferentes gradações, foi-se desenhando como importante elemento desencadeador da experiência docente, na medida em que parte significativa das professoras pesquisadas tinha em sua família algum membro, ou muitos, atuando no magistério.

### **2.3 Herança imaterial: Magistério em família**

Essa ambiência familiar parece ser elemento significativo na trajetória da dona Amélia Augusta dos Santos Lessa, casada com o professor Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa, neto do barão de Sabará, pessoa bastante influente na cidade tanto no aspecto político quanto no econômico.

Quintiliano<sup>259</sup> havia recebido em 1862, aos 17 anos de idade, alguns bens de herança, inclusive alguns imóveis, após o falecimento do avô. As somas desta herança aproximavam-se dos 50 contos de réis, pomposo valor para aquele período. Uma década após receber parte da herança do avô, já casado com dona Amélia e pai de Eponina Amélia Pacheco Lessa, nascida em 1871, Quintiliano pedia, por meio de ofício enviado ao inspetor do quarto círculo literário, com sede em Sabará, Bernardino José Coutinho, a oportunidade do trabalho na instrução pública, em nome da necessidade do sustento familiar.

---

<sup>258</sup> PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2, p. 205.

<sup>259</sup> Quintiliano estudou no Colégio Caraça, em 1865.

Depois de cumprimentos com minha esposa à V. Sa. e à Exma. Sra. dona Francisca<sup>260</sup>, tenho a honra de pedir-lhe um favor. Sei que está vaga a cadeira de instrução primária superior desta freguesia por ter partido para a capital o Professor Caetano de Azeredo Coutinho. Casado e encarregado de família não é nenhuma desonra pedir a V. Sa. nomear-me para esse emprego. Talvez minhas habilitações não alcancem esse favor, pois que tenho-as poucas, mas mesmo assim capricharei para tê-las a fim de manter-me honestamente. Se pois V. Sa. honrar-me com a nomeação interina para a qual volto as vistas só e unicamente por ter uma família, mais e muito mais lhe ficarão obrigado quem se presa ser de V. Sa. muito grato e servo.<sup>261</sup>

No mesmo mês, foi nomeado para a cadeira de geografia e história do Externato daquela cidade, em abril de 1872. A partir daí, seguiu longa carreira na docência, ocupando cargos diversos, como secretário, professor, examinador e inspetor do círculo literário.<sup>262</sup>

Em 1874, dois anos após o pedido feito ao inspetor para ocupar cadeira vaga na instrução primária, quando Quintiliano trabalhava como professor e secretário do Externato de Sabará, dona Amélia usou de estratégia semelhante. De posse da informação da licença da professora de cadeira feminina de Sabará, Miquilina Henriqueta do Carmo, no mesmo dia em que entrava em vigor, 1 de julho de 1874, enviou ofício pedindo nomeação, uma vez que era casada e tinha filhos. Amélia já era professora substituta desde 1871, em Sabará. Seu pedido para ocupar novamente esse lugar se ancorava, desta vez, em argumentos que podem ser lidos pelo ponto de vista da necessidade/pobreza. Afinal, uma mulher casada e com filhos precisava ajudar no sustento da família. Também podia ter-se apoiado na moralidade, desde que sua condição de casada e mãe de família a habilitava em termos morais. Dona Amélia viria a ser examinadora dos trabalhos de agulha e bordado de candidatas às cadeiras públicas, em 1874, quando ainda continuava atuando como professora elementar na cidade.

A família Pacheco Ferreira Lessa estava envolvida de diferentes modos com as questões da instrução em Sabará. O barão de Sabará, Manoel Antônio Pacheco, era um dos financiadores do Externato de Sabará, subsidiando essa instituição, em

---

<sup>260</sup> Trata-se de dona Francisca Maria Pereira, esposa do inspetor Bernardinho José Coutinho. IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. Centro de História da Família Leste de Belo Horizonte – Batizados-Sabará (1829-1840).

<sup>261</sup> MINAS GERAIS. APM, IP, IP ½, Caixa 02, 27 de abril de 1872.

<sup>262</sup> Permaneceu como professor da Escola Normal de Sabará até 1887, ano de seu falecimento, de acordo com nota do jornal *A Folha Sabarense*, ano III, n.17, de 25 de setembro de 1887.

1872, ano em que funcionava em casa alugada, de propriedade de Antônio José dos Santos Lessa, filho do barão, figura presente em solenidades como exames e inaugurações de escolas. Em 1888, foi nomeado como inspetor municipal da instrução e diretor do Externato e da Escola Normal. No mesmo ano, dirigia o Partido Conservador daquela cidade.<sup>263</sup>

Em estudo sobre a formação social dos professores e professoras secundárias da segunda metade do século XIX na província do Rio de Janeiro, Arlette Gasparello e Heloisa Villela<sup>264</sup>, percebem o quanto o pertencimento familiar interfere no reconhecimento social da mulher professora, superando “uma provável distinção de escolaridade ou traço intelectual”.<sup>265</sup> Ainda de acordo com essas autoras,

[...] a discriminação por gênero está bem clara na divisão de funções e de status conferido aos docentes, entre *professoras* da Escola Normal e *professores* do ensino secundário e da Escola Normal. Uma situação que leva a marca da sociedade hierárquica e dominada por homens: as professoras situadas em patamar inferior ao *status* de intelectuais, sendo principalmente reconhecidas pela maior ou menor proximidade social com os indivíduos que se notabilizavam por funções de autoridade política ou intelectual.<sup>266</sup>

A perspectiva do magistério como herança é um dos elementos possíveis de leitura da inserção de mulheres no magistério, a qual tem alguma presença nas análises sobre a temática.<sup>267</sup> Essa herança, uma espécie de *herança imaterial*, para usar expressão de Giovanni Levi<sup>268</sup>, parece ser bastante apropriada ao magistério, não somente aquele exercido por mulheres. Mas é possível que haja alguma especificidade no movimento de autorização que empregaram ao ocuparem a

---

<sup>263</sup> A FOLHA SABARENSE, seção Gazetilha, edição 38, 19 de fevereiro de 1888.

<sup>264</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>267</sup> “A ascendência de uma pessoa muito influirá no destino a que a mesma se entregará quando adulta. Pela educação e exemplo de berço, poderá a pessoa interessar-se pela carreira de seus progenitores ou mesmo de seus avôs, procurando segui-la, uma vez que os feitos de seus antepassados calaram fundo no seu caráter em formação, fazendo com que as mesmas pendam por essa ou aquela atividade ou profissão, no desejo de dar continuidade à obra de seus ancestrais”. Assim se inicia apresentação referente a Séptimo de Paula Rocha no livro *Figuras Notáveis de Minas Gerais*, seção III, 1974. Séptimo era primo e cunhado de Caetano Azeredo Coutinho e trabalhou com ele no Colégio Azeredo, na década final do século XIX, sobre o que falaremos mais adiante.

<sup>268</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, ps. 167-182.

docência ao longo do século XIX. Giovanni Levi, ao estudar a trajetória de um padre italiano exorcista do século XVII, traz inspirações para pensar a ideia da herança imaterial familiar. Ele sinaliza comportamentos de “sobrevivência biológica do grupo, conservação do *status* social de uma geração para outra (e, se possível, seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social”.<sup>269</sup> Nessa sociedade, a luta pelo *status quo* é demarcada como sendo preponderantemente familiar, e não individual. A noção de família não coincide com a unidade residencial, mas uma noção alargada de interesses entre grupos consanguíneos ou alianças de parentesco fictício em que o que importa são as alianças e as solidariedades.

De algum modo, a disposição das famílias em reproduzir e fortalecer sua condição social, em que pese a algumas especificidades no tempo e no espaço, pode ser percebida na inserção de mulheres e, também, de alguns homens no magistério. O magistério, a despeito de reiterados argumentos que reforçam seus baixos salários, certamente, era função revestida de atrativos, sobretudo para mulheres que, com algum nível de conhecimento – tendo em vista que rudimentos de leitura e escrita eram suficientes para a ocupação desse lugar durante longo período – podiam se inserir em uma função cujo esforço físico não era significativo. Além disso, de modo progressivo, transformava-se em uma possibilidade autorizada para ampliação da participação familiar no universo do trabalho, na medida em que as mulheres, grupo familiar numericamente expressivo, passavam a ocupar cada vez de forma mais recorrente esse espaço. Lembre-se que essa ampliação não coincidia com a inserção de mulheres no trabalho, o que acontecia havia tempos.

Por meio da literatura do século XIX, pode-se perceber a influência familiar na experiência docente de uma personagem. Helena Morley, com vivacidade e perspicácia de uma garota que viveu os anos finais do século XIX no interior de Minas Gerais, descreveu essa experiência em seu diário, que retrata a infância em Diamantina, abarcando os anos de 1893 a 1895, na obra *Minha Vida de Menina*.

---

<sup>269</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, ps. 167-182, p. 28.

O diário de Helena, uma adolescente normalista de treze anos, possibilita ainda pensar com densidade na perspectiva da ambiência familiar que favoreceu a docência. O pai, Alexandre, representou um grande incentivador da leitura e da escrita na vida da filha Helena. Foi ele que a sugeriu escrever em um diário o que não poderia contar a qualquer pessoa e a alimentou com livros de história e romance. Alexandre, além de dono de lavra, era professor de inglês e, esporadicamente, dava aulas no Ginásio de Diamantina. A irmã de Alexandre, professora que se tornou normalista perto dos quarenta anos, vivia dando lições à Helena, englobando economia e comportamento. Com tia Madge, ia aprendendo como a docência podia ser atrativa. Sua avó materna contribuía para essa construção, além de insistentemente cobrar dela mais dedicação aos estudos. Disse certa vez: “Veja só que mulher extraordinária é sua tia (Madge). Por isso é que ela com os oitenta mil-réis da escola vive tão bem, sustenta a casa e as irmãs e ainda convida pessoas para jantar, como você vê. É o segredo dela, minha filha; aprenda tudo e não perca nada”.<sup>270</sup>

Outra tia professora que, a exemplo de Madge, entrou para a Escola Normal depois de certa idade foi tia Quequeta, a qual, segundo Helena, foi “ganhar dinheiro” em Santa Maria, de onde mandava presentes para a sobrinha. E Helena ia interiorizando a convicção de também tornar-se professora. Confiava no que aprendia na Escola Normal? Não parecia muito preocupada com sua formação nesse espaço. Tinha-o, inclusive, como sacrifício vão. Murmurava, após realizar tarefa da escola, que consistia na tradução de fábula de La Fontaine: “Passei pela escola primária de Mestre Joaquininha, que é uma das boas de Diamantina, e nunca me ensinaram Física, Geometria, nem nada disso. Para ensinar menino burro a ler, meu preparo é suficiente”.<sup>271</sup> Talvez estivesse convencida de que, aos poucos, em sua ambiência familiar, transformava-se em uma professora. Essa ambiência a ensinava as vantagens do trabalho. A mãe, com quatro filhos, não tinha quem a ajudasse em casa propositalmente, pois queria ver os filhos, dois meninos e duas meninas, dispostos ao labor. As expectativas para a docência quase sempre estavam na sobrevivência. Sustentar os pais, os irmãos e a si mesma parecia ser o

---

<sup>270</sup> MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 32-33.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 228.

principal elemento motivador. Aos treze anos, no primeiro ano de Escola Normal, escrevia, considerando inclusive a necessidade de sair de Diamantina:

Eu, tirando meu título de normalista, sei que tudo vai melhorar, pois irei até para o fim do mundo dar minha escola. Já fiz meus planos, tão bem assentadinhos, que até poderemos guardar dinheiro. Mas deixar meu pai nesta peleja, furando a terra à espera de diamantes que não aparecem, é que não deixarei.<sup>272</sup>

Apesar de esta narrativa ser ambientada na Diamantina do final do século XIX, ela guarda algumas semelhanças com aquilo que esta pesquisa encontrou no estudo de trajetórias de professoras em Sabará no decorrer do século XIX. A ambiência que vai familiarizando algumas mulheres com o magistério parece ter especial presença em um grupo de professoras que atuou entre as décadas de 1870 até a virada do século. Elas têm em comum, dentre outros aspectos, o pertencimento à família Azeredo Coutinho.

### 2.3.1 Professoras e Professores Azeredo Coutinho

Os Azeredo Coutinho são de origem portuguesa. Esta família espalhou-se pelo Brasil desde o século XVII, habitando a Corte e as província da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Nesta última, espalhou-se, de acordo com o genealogista Luiz Nunes, pelo Tijuco (atual Diamantina), Serro e Sabará.<sup>273</sup> Jordania Guedes<sup>274</sup> cita alguns ilustres representantes da família Azeredo Coutinho: Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra; dom Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda; e Aureliano Coutinho que ocupou o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro, de 1844 e 1848, e de deputado por Minas Gerais.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 71.

<sup>273</sup> NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo), p. 04.

<sup>274</sup> GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Monografia (Pedagogia) Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>275</sup> De acordo com Guedes, Aureliano Coutinho foi presidente da província de São Paulo em 1831, ocupou os cargos de deputado geral por Minas Gerais, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e juiz de órfãos. *Ibidem*, p. 07.



Em Sabará, as notícias iniciais mencionam Lourenço Pereira de Azeredo Coutinho, eleito juiz da recém-criada Vila Real de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sabará, empossado pelo governador Antônio de Albuquerque em 1712<sup>276</sup>, e Clemente Pereira de Azeredo Coutinho, a quem foram concedidas terras, na virada do século XVII para o XVIII.<sup>277</sup>

Família tradicional, uma das primeiras a habitar Sabará, abasteceu o quadro de professores e professoras da cidade durante todo o século XIX e início do XX, tanto na instrução pública quanto na particular, inclusive abrindo colégios. A referência inicial para efeito deste estudo é Antônio Caetano de Azeredo Coutinho (1800-1882), coletor e escrivão em Congonhas do Sabará em 1869<sup>278</sup>, presença constante nos exames realizados na Escola Normal e no Externato de Sabará. Casado, desde fevereiro de 1846, com Mariana Clara (1821-1908)<sup>279</sup>, teve com ela sete filhos, todos professores: Caetano (1846-1933), Mariana Clara (1848-1929), Francisco Lopes (1852-1933), Antônio Augusto (1855-1934), Maria do Carmo (1857-?), José Felipe (1860-?) e Cândido Maria (1861-?). Antes de se casar, teve filho com outra mulher, chamado Antônio Caetano Júnior, cuja paternidade foi reconhecida em 1851.<sup>280</sup>

---

<sup>276</sup> NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo), p. 04.

<sup>277</sup> A Clemente Pereira de Azeredo Coutinho foi concedida sesmaria, no final do século XVII ou início do XVIII, de acordo com Zoroastro Viana, 1942, p. 62. Clemente nasceu no Rio de Janeiro em 1673 e casou-se com Helena Andrade Souto Maior, família com histórico de professores e professoras.

<sup>278</sup> Antonio Caetano de Azeredo Coutinho consta na relação nominal dos contribuintes do Monte Pio Geral de economia dos servidores do estado residentes nesta província. Inscricões: 2:000\$000, Pensões: 1.000\$000. *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto, 1865.

<sup>279</sup> O genealogista Luiz Gonzaga Nunes refere-se ao casal Antônio e Mariana da seguinte forma: "Major Antônio Caetano de Azeredo Coutinho, nascido e falecido na Chácara de Santo Antônio do Arraial Velho 1800 - 1882; foi Coletor por mais de trinta anos, em Sabará, e procurou dar a seus filhos o melhor da instrução que a época e sua condição financeira permitiam. Era alto, corpulento, empolgante pelo porte varonil, homem de fé e sadio patriota, um dos fundadores e Presidente da corporação musical 'Santa Cecília', bom cantor, como barítono; casou-se com Mariana Clara de Azeredo Coutinho, nascida na Fazenda Nova Floresta, próxima ao Curral Del Rey, hoje Belo Horizonte, em 1821, e falecida na Chácara do Arraial Velho, em 1908; era sobrinha do Dr. Cândido José da Silva Alvarenga, Marquês de Sapucaí. Alma grande, coração generoso, mulher forte de que fala o Evangelho, sublime pelo seu fervor religioso. Após a missa do trigésimo dia de falecimento de seu esposo, entregou a carta de alforria a todos seus escravos, os quais sempre foram tratados com humanidade e jamais submetidos a qualquer tipo de punição física até então. Antecedeu, portanto, de muitos anos a libertação dos escravos". NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo), p. 07.

<sup>280</sup> Dez anos depois desse reconhecimento, em 1861, Antônio Caetano e a esposa, Mariana, doariam uma casa ao filho, no valor de um conto de réis. BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM/LN (CPON-52), 03 de janeiro de 1861.

Membros de família religiosa, diga-se, católica, todos seguiram carreira longa na docência, inclusive o filho ilegítimo, Antônio Caetano Júnior, padre e professor, exceção feita a Mariana Clara, que, segundo o genealogista Luiz Gonzaga Nunes, deixou o magistério para ser parteira, “verdadeiro anjo de candura, porque assistia às parturientes gratuitamente, pelo simples desejo de praticar o bem, salvando assim muitas vidas e dando a vida a centenas de sabarenses”.<sup>281</sup>

O professor Caetano de Azeredo Coutinho merece aqui alguma atenção. Nascido em 1846, em Sabará, casou-se com dona Maria Olímpia de Paula Rocha, uma prima, em 1873, filha de sua tia Francisca de Azeredo Coutinho de Paula Rocha e de seu tio Francisco de Paula Rocha. Os Azeredo Coutinho já vinham se unindo com os Paula Rocha em gerações anteriores. Essa união não se dava somente por via do matrimônio. Séptimo de Paula Rocha, ao lado do médico Silvério Augusto de Araújo Viana, tornou-se padrinho de Caetano e Maria Olímpia, sua irmã, e estabeleceu importantes parcerias na instrução com Caetano, seu primo e, a partir de então, também seu cunhado. Os dois haviam estudado juntos no Externato de Sabará, em 1868.

Em outubro de 1866, aos vinte anos, Caetano substituiu o professor de primeiras letras em Sabará, passando a cobrir as constantes licenças do reverendo Cândido José de Aquino nos dois anos seguintes. Em 1868, esse professor se aposentou, e Caetano passou a assumir provisoriamente essa cadeira, onde ficou até 1872, quando obteve quatro meses de licença para “ouvir lições da Escola Normal”, em Ouro Preto, juntamente com o professor João Diniz Barbosa. Voltou e obteve grandes elogios por seu desempenho, destacando “habilitação e natureza para o magistério”<sup>282</sup>, o que possivelmente o credenciava como “grande educador”, na percepção de alguns de seus contemporâneos.

Caetano, em 1869, atuava como examinador de oponentes a cadeiras públicas elementares. Seu nome passou a ser constante entre os examinadores, em alguns momentos ao lado de Séptimo de Paula Rocha. Em 1873, passou a examinar alunos

---

<sup>281</sup> NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo), p. 11.

<sup>282</sup> MINAS GERAIS. APM, Fundo Seção Provincial, IP ½ Cx. 02.

do Externato. Quando não avaliava, era convidado a assistir aos exames, que pareciam ganhar ares de evento social na cidade. Caetano foi examinador de parte significativa dos professores e professoras que prestaram exames nas últimas três décadas do século XIX, inclusive de alguns de seus parentes.

Em 1872, a Câmara Municipal de Sabará enviou representação ao governo provincial indicando “que este professor sirva o lugar de aferidor dos pesos e medidas do sistema métrico, para que foi nomeado pela referida câmara [...] sem prejuízo do ensino”.<sup>283</sup> Conciliou magistério com outras atividades em diversas ocasiões. A *Folha Sabarense* de 1887, cujo redator principal era seu irmão Francisco de Paula, deu publicidade a seu comércio, especializado em gêneros alimentícios, hortaliças, capim, lenha, tijolo e telha.

Parece ter oferecido aulas em casa, pois “na rua Direita difundia bom ensino há muitos anos”<sup>284</sup>, de acordo com o memorialista Zoroastro Passos. Caetano concluiu o ensino primário na Escola Professor Manoel Vidal<sup>285</sup>, em Sabará, onde também concluiu o secundário, no Colégio Paula Rocha, de propriedade de seu tio Francisco de Paula Rocha, casado com sua tia Francisca de Azeredo Coutinho. Esse colégio, inaugurado em 1853, ocupava o prédio da antiga Intendência, casa espaçosa, de dois andares, comprada pelo professor Paula Rocha, no intuito de criar ali um colégio para meninos. A casa ficou de herança para o filho Séptimo e hoje abriga o Museu do Ouro, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN.

Caetano permaneceu na docência pública por bom tempo, aposentando-se em 1891, quando abriu seu próprio estabelecimento de ensino, Colégio Azeredo<sup>286</sup>, em 1895, numa chácara da família, situada no Arraial Velho de Santo Antônio da

---

<sup>283</sup> MINAS GERAIS. APM, IP ½, Caixa 02, 27 de abril de 1872. - IP 09 – Matrícula dos professores de instrução primária (1831-1881). 26 de junho de 1874.

<sup>284</sup> PASSOS, Zoroastro Viana. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará* (1787 a 1928). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929, p. 259.

<sup>285</sup> Não foi possível encontrar nenhuma referência a essa escola primária.

<sup>286</sup> Segundo matéria escrita por Álvaro de Azeredo Coutinho no jornal *Correio Mineiro*, de Barbacena, em 29 de agosto de 1964, o Colégio Azeredo rivalizava-se com o Colégio Caraça, antes de este se tornar seminário. O colégio empregava parte da família em seu corpo docente: o filho Antônio Caetano de Azeredo Neto, o irmão Francisco Lopes de Azeredo Coutinho, o sobrinho Francisco Xavier de Azeredo Coutinho, além de Séptimo de Paula Rocha. Os trabalhos administrativos eram atribuídos às filhas e à esposa de Caetano, Maria Olímpia de Azeredo Coutinho.

Mouraria<sup>287</sup>, próximo a Sabará, para onde levou parte significativa dos professores da família. Em 1910, nos últimos tempos, o colégio foi transferido para a Capital.

Professor por 64 anos, em Sabará e em Belo Horizonte, era tido por muitos como “grande educador”.<sup>288</sup> Durante sua trajetória profissional, Caetano foi membro do Instituto Histórico de Ouro Preto e do Conselho Superior da Instrução Pública, por indicação de Delfim Moreira<sup>289</sup>, momento em que de educador passou a atuar do ponto de vista das políticas educacionais.

Ao que parece, Caetano foi peça importante para o fato de parte significativa de sua família – tias, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas – ter seguido como professores e professoras. Seu irmão Antônio Caetano conciliava atividades de padre com a instrução pública. Na década de 1870, atuou como professor de gramática latina do Externato de Sabará e como delegado da instrução pública.

Outro educador de destaque da família é Francisco de Paula Lopes Azeredo Coutinho<sup>290</sup>, irmão de Caetano, nascido em 1852. Foi aluno do Externato de Sabará,

---

<sup>287</sup> “O Colégio Azeredo, situado no Arraial Velho que deu ouro em profusão na Colônia, em pleno século XIX, foi um rico veeiro que não se estancou, produzindo, em vez de magníficas pepitas de ouro, gemas esplêndidas do espírito do Brasil”. PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2, p. 161. Em que pese ao estabelecimento do colégio, em 1895, cinco anos antes, 1890, portanto, de acordo com registros em livro de notas, a família Azeredo Coutinho, representada por Caetano, teria vendido sua fazenda, no Arraial Velho, para a Estrada de Ferro Central do Brasil, por um conto e quinhentos réis de indenização, com a condição de que a empresa manteria o acesso público à capela de Santo Antônio, existente naquela fazenda. A fazenda parece ter localização estratégica entre a linha férrea e o rio das Velhas. Talvez a família tivesse mais de uma fazenda na região. Ou, ainda, o negócio com a Central do Brasil pode não ter se concretizado (BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM/LN/CPON/61, 21 de fevereiro de 1890)

<sup>288</sup> O eugenista Renato Kehl assim escreveu sobre Caetano Coutinho, no almanaque *Gota do Futuro*, do Rio de Janeiro: “Felizes os que podem ‘verbi gratia’, como os destemidos de um velho e modesto professor de Minas, contar a história de seus ancestrais, sem um único exemplo desabonador de sua longa vida de ininterruptos sessenta e quatro anos de magistério; que aos 87 anos de idade, ainda tem o prazer de cercar-se de todos os seis irmãos, dos quais o mais moço com 68 anos, sendo todos sadios, amigos do mais velho, este tipo genuíno de integridade física e moral – verdadeiros modelos, nascidos e criados na simplicidade encantadora do interior brasileiro”. Citado por NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo), p. 06 e 07.

<sup>289</sup> PAULA, Almênio José de; FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e Figuras Notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1972, p. 38.

<sup>290</sup> Encontrei registro de casamento, no Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte (CEDIC/BH), de Francisco de Paula Lopes de Azeredo Coutinho, em 1803. Filho do furiel José Lopes de Sá e de dona Gertrudes Mariano de Azeredo Coutinho, casou-se com dona Escolástica Maria de Jesus, filha de Custódio Ferreira Lemos e de dona Maria Perpétua Ribeiro. (CEDIC, Paróquia de Sabará, Batismo, Livro 09). Possivelmente trata-se de progenitor da família.

aos 14 anos, entre 1868 e 1869, mesmo período frequentado pelo irmão. Estudou humanidades no Colégio do Caraça, entre 1869 e 1871.<sup>291</sup> Em 1870, aos 18 anos, passou a ser examinador e professor do Externato de Sabará, regendo a cadeira de matemática elementar e geometria. Também foi professor na Escola Normal da cidade, estabelecimento em que se manteve por longo período, iniciando em 1882 como professor de aritmética, tendo trabalhado em seguida com desenho e com francês, sendo também, em 1893, secretário dessa escola, vindo a ocupar o cargo de diretor do estabelecimento. Por longo período exerceu a função de examinador de candidatos à docência. Na transição dos séculos, trabalhou no Colégio Azeredo. Era o redator principal do semanário *A Folha Sabarense*, publicado de 1885 a 1890, pelo menos. Candidatou-se a deputado provincial em 1887. Apesar de sua inserção no jornalismo e na política, manteve-se na docência por quatro décadas, aposentando-se como inspetor.

Antônio Augusto<sup>292</sup>, José Felipe<sup>293</sup> e Cândido Maria<sup>294</sup> foram alguns de seus outros irmãos professores.<sup>295</sup> Os Azeredo Coutinho tiveram significativa inserção nos

---

<sup>291</sup> De acordo com dados obtidos no Site do Santuário do Caraça, Minas Gerais: [www.santuariodocaraca.com.br/cultura/m1869/php](http://www.santuariodocaraca.com.br/cultura/m1869/php). Acessado em 15 de dezembro de 2010.

<sup>292</sup> Aluno do Externato de 1867 a 1875, nomeado lente da aula de latim e francês da vila de Sete Lagoas, em dezembro de 1880. Nos anos seguintes, mudou-se para Pirapetinga, onde instalou um colégio e um jornal republicano, ainda durante a Monarquia.

<sup>293</sup> Aluno do Externato de 1872 a 1878, ano em que prestou exame perante a Delegacia Especial, na Escola Normal de Ouro Preto, obtendo título de normalista. Em 1881, dava aulas de primeiras letras em Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará. Em 1883, foi nomeado professor substituto de desenho linear e noções de geometria da Escola Normal de Sabará. Também deu aulas no colégio do irmão Antônio Augusto, em Pirapetinga.

<sup>294</sup> “Mestre Candinho”, como era chamado, dirigiu durante anos o Grupo Escolar Arthur Bernardes, em Sete Lagoas, segundo matéria escrita por Álvaro Azeredo Coutinho, no jornal *Correio Mineiro*, de Barbacena, em 29 de agosto de 1964. Foi aluno do Externato e da Escola Normal no ano de 1882, concluindo no mesmo ano, aos 21 anos de idade. Frequentava a Escola Normal no mesmo período que Josefina Altiva Ribeiro Wanderley, que viria a ser sua esposa, além de outras três primas. Cândido e Josefina foram trabalhar em Sete Lagoas, onde atuaram por mais de cinco décadas, ambos aposentando-se na função. Cândido continuou como diretor da Escola Arthur Bernardes, mesmo depois de se aposentar, cargo que ocupou até seu falecimento. MINAS GERAIS. APM. Instrução Pública.

<sup>295</sup> Além desses professores, outros parentes ocuparam-se da docência: João Batista, delegado suplente e diretor geral da instrução pública no distrito do Morro Vermelho, município de Caeté, em 1869; Joaquim Mariano, professor da freguesia de Raposos, em 1861, de Buritis, em 1865 e de Pau Grosso, município de Santa Luzia, em 1874, aposentado em 1886, figurava na lista de eleitor especial, em 1865, além de exercer o cargo de juiz de paz no distrito de Antônio Dias; Joaquim Maximiano, professor de instrução primária elementar de Santa Quitéria, 1875. Todos Azeredo Coutinho e professores no Termo de Sabará no decorrer do século XIX. Outros membros da família passaram pelo Externato: Antônio Gabriel, Augusto, Francisco de Paula Júnior, Francisco Evaristo, Francisco Xavier (conclui estudos no Colégio Caraça, em 1878. MINAS GERAIS. APM. Instrução Pública.

cargos públicos no Termo de Sabará durante o século XIX.<sup>296</sup> Essa inserção não se restringiria aos homens daquela família. As mulheres, integrantes de uma família religiosa e com forte inserção na Igreja, valeram-se dos novos ventos que sopravam em Minas Gerais nas décadas finais do século XIX. Apesar de a família morar em Sabará e seu entorno durante todo o século e, assim, ter notícias da existência de mulheres professoras desde pelo menos 1832, as primeiras Azeredo Coutinho a aparecerem na cena pública como docentes aguardaram tempos mais favoráveis.

Em mais de uma circunstância encontrou-se menção ao fato de as mulheres da família Azeredo Coutinho serem trabalhadoras e ajudarem os maridos. Uma delas feita à progenitora, dona Mariana Clara, que parece ter vendido compotas de frutas na cidade. Mas a ocupação de cargos públicos parece ter se dado nas décadas finais do século XIX.

Esse período caracteriza-se por uma série de alterações na sociedade brasileira, as quais terão ressonância na inserção de mulheres no magistério. Nas palavras de Gasparello e Villela:

No período focalizado, constituído pelas últimas décadas do regime imperial, ocorreram transformações sensíveis no contexto político, cultural e econômico da sociedade brasileira. No setor educacional as mudanças incluíram o aumento do número de escolas e o estímulo governamental à publicação de livros para o ensino, com o investimento do setor editorial nessa produção.<sup>297</sup>

A primeira a ocupar um cargo público parece ter sido dona Amélia Josina de Azeredo Coutinho, em 1876. Trabalhando no distrito de Pau Grosso, município de Santa Luzia, Comarca do Rio das Velhas, submeteu-se a exame para o provimento definitivo da cadeira para o sexo feminino em novembro daquele ano, sendo avaliada em trabalhos de agulha por dona Miquilina Henriqueta do Carmo e por sua filha, dona Ambrosina Laurinda da Silva. Em fevereiro do ano seguinte, no momento de sua nomeação, foi representada pelo procurador Augusto de Azeredo Coutinho.

---

<sup>296</sup> Os que não foram para a docência ocuparam outros cargos, inclusive públicos, em Sabará e outras cidades do termo. De alguns temos notícias: José Gabriel, morador da Ponte Pequena, negociante de gêneros alimentícios, era empregado policial no distrito de Raposos, em maio de 1845; Manoel Muniz era agente dos correios, em São João Del Rey, em 1865; João Américo era negociante de molhados, em Sabará; João Vieira era inspetor geral da província, em 1883. *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais, Ouro Preto*.

<sup>297</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009, p. 46.

Encontrava-se impossibilitada de ir pessoalmente à nomeação? Por razão de doença ou por que não morava naquele distrito? Sabe-se que essa nomeação não durou muito, pois veio a falecer naquele mesmo ano. A partir dela, outras mulheres assumiriam a docência.

Maria Gabriela de Azeredo Coutinho é uma delas. Irmã do major Antônio Caetano e do capitão João Teófilo de Azeredo Coutinho, era casada com Francisco Osório, vivendo o casal sem filhos. A primeira informação sobre sua lida na docência é do final de 1878, quando prestou exame para concorrer à cadeira para o sexo feminino da freguesia de Taquaraçu, Comarca do Rio das Velhas, tendo por avaliadores Herculano Carlos de Couto e dona Ambrosina Laurinda da Silva. Assumiu essa cadeira no ano seguinte, tendo permanecido anos, ao fim dos quais pediu transferência para a segunda cadeira para o sexo masculino da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas, município de Sabará, em 1883. Em dezembro de 1889, pediu transferência para a cadeira para o sexo feminino, da mesma freguesia.

O inspetor Arthur Napoleão Pereira, em visita a diversas escolas, menciona em relatório de 15 de março de 1908 ter fiscalizado a escola feminina de dona Maria Gabriela Azevedo Coutinho, em Vila Nova de Lima.

Na hora dos exercícios físicos ordenei que deixasse as alunas brincarem em liberdade, para o que dispõe a docente de bom pátio, mas que entretanto não os observava. Fiz ver a necessidade de higiênica interrupção entre as duas partes dos trabalhos, e obtive a promessa que doravante esses exercícios seriam escrupulosamente observados.<sup>298</sup>

Dona Maria Gabriela viria a falecer nesta cidade, em 1914, tendo a sobrinha, dona Maria Philomena, professora, como inventariante. Segundo o inventário, constituiu ao longo da vida boa herança, ultrapassando os dez contos de réis, distribuídos entre seus irmãos, sobrinhos e sobrinhas, na ausência de herdeiro imediato.<sup>299</sup>

O mesmo inspetor que visitou, em 1908, as aulas de dona Maria Gabriela avaliou também a escola de dona Maria Philomena de Azeredo Coutinho, sua sobrinha e

---

<sup>298</sup> MINAS GERAIS. APM. Fundo Secretaria do Interior, Série IP, Subsérie Grupos Escolares, Escolas Particulares, Ginásios e Faculdades, código SI-3256.

<sup>299</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM – Inventários CPON (57) I 1162 – 1916. Maria Gabriela de Azeredo Coutinho.

também moradora em Vila Nova de Lima. Em seu relatório, Arthur Pereira destaca que a aula da primeira cadeira para o sexo feminino é dada na própria residência da professora, dona Maria Philomena, provavelmente em uma das muitas casas de propriedade de sua família.<sup>300</sup> Nessa visita, o inspetor reclama da ausência de cunho prático nas aulas de língua pátria, além de destacar a ausência de exercícios físicos, o que parece ter sido resolvido, segundo relato de sua visita seguinte.

Filha do capitão João Theófilo e de dona Maria Maximina, nasceu em 1866, tendo concluído Curso Normal em 1887, aos 21 anos, após frequentá-lo por cinco anos. Consta no índice de matrícula de professoras primárias da província, que abarcava período de 1873 a 1887.<sup>301</sup> É razoável pensar que ela tenha iniciado trabalhos na docência antes mesmo de ter concluído seu Curso Normal. Não se sabe se de forma ininterrupta, todavia pode ter trabalhado por décadas na docência, pois viveu até 1940.

Dona Maria Philomena era casada com Antônio Ferreira Passos, com quem teve o primeiro de quatro filhos em 1898, aos 32 anos. Por meio do inventário de seu marido, cujo inventariante era a própria dona Maria Philomena, dada procuração ao tio Francisco Lopes de Azeredo Coutinho, percebe-se que o casal era proprietário de muitos bens, que incluíam imóveis (em Vila Nova de Lima, Macacos e Sabará) e ações (Sociedade Éden Club, de Vila Nova de Lima e da Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais), sendo que a herança do casal alcançava montante próximo a quarenta contos de réis.<sup>302</sup>

Dona Maria Philomena tinha uma irmã professora, dona Maria José, também normalista, a qual, igualmente, teve vida longa na docência. Ingressou na Escola

---

<sup>300</sup> De acordo com inventário de seu marido, Antônio Ferreira Passos. BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM – CPON (57) I 1158, 1917.

<sup>301</sup> MINAS GERAIS. APM – Instrução Pública (IP 27).

<sup>302</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM – CPON (57) I 1158, 1917, Antônio Ferreira Passos. A leitura desse inventário é bastante instigante, fornecendo-nos dados importantes sobre hábitos alimentares, de vestimenta, de festas e recepções dadas pela família, bem como do cotidiano de uma família abastada que viveu a virada do século XIX para o século XX. As dívidas com a Casa Aristides, espécie de empório de Vila Nova de Lima, eram anotadas durante um determinado período de tempo. Por meio delas, podemos perceber o hábito de se costurar em casa, a que se dedicava dona Maria Philomena ou alguma empregada. O cardápio familiar era frequentado por produtos importados, como biscoitos, azeites, vinhos, champagne, chás e bacalhau. As roupas femininas são motivo de igual curiosidade, incluindo luva de seda, pó de arroz, um par de sapatos brancos.



Normal aos 14 anos, em 1884, concluindo-a em 1887. Trabalhou na cadeira masculina da povoação de Ponte Pequena, dois anos depois, de onde pediu remoção para a freguesia de São Domingos, em cadeira para o sexo feminino, ambos pertencentes ao termo de Sabará. No ano seguinte, foi para a cadeira mista de Nossa Senhora do Ó, bairro da cidade de Sabará. Foi trabalhar, em 1889, no município de Raposos. Em 1890, sofreu pena de admoestação por “falta de assiduidade na sua escola e o modo de tratar os seus alunos com dureza”.<sup>303</sup> Contudo, a despeito dessa advertência, dedicou, ao menos os vinte e quatro anos seguintes ao magistério. Em 1913, segundo estudo de Fernanda Rocha<sup>304</sup>, regia, como catedrática, 41 alunas do primeiro ano feminino e a terceira turma do primeiro ano do sexo masculino, ambas do Grupo Escolar Paula Rocha, em Sabará.

Dona Maria do Carmo, uma das filhas de Antônio Caetano com Mariana Clara, prima de dona Maria Philomena e de dona Maria José, seria nomeada, em 1879, para reger definitivamente a segunda cadeira do sexo feminino, na cidade de Sabará, aos 22 anos de idade, quando já se encontrava casada com o comendador Francisco Ovídio de Souza Lopes, o que se deduz a partir de seu novo nome: Maria do Carmo de Azeredo Lopes. Permaneceu nessa cadeira por um período considerável, até pelo menos 1884, quando se tornou professora vitalícia. Em 1888, compunha a mesa da Irmandade dos Passos, em Sabará, juntamente com outras senhoras da cidade.<sup>305</sup>

Outra professora Azeredo Coutinho é dona Josephina Altina Ribeiro Wanderley, agregada à família após casamento com Cândido Maria, professor mencionado anteriormente. Filha do capitão José Francisco e de dona Quintiliana Emília, era a mais velha de uma família de nove irmãos. Nasceu em 1868, em Congonhas do Sabará, onde morou boa parte de sua vida, até ir, aos quatorze anos, frequentar Escola Normal, na cidade de Sabará. Conforme testamento de seu pai, falecido em 1893, a família possuía uma casa na rua do Fogo em Sabará, onde, pelo que se pode supor com base em argumentos de dona Quintiliana, os filhos e filhas se

---

<sup>303</sup> MINAS GERAIS. APM – SP - IP 07 - Matrícula de professores/Sabará.

<sup>304</sup> ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará (1907-1916)*. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 88 e 100.

<sup>305</sup> *A Folha Sabarense*, ano III, n. 42, Sabará, 18 de Março de 1888.

hospedavam para receber instrução. No momento de divisão dos bens, argumentava em favor da manutenção da casa, uma vez que a família não poderia desfazer-se dela, pois havia: “filhos menores que precisam receber a educação, que só podem receber nesta cidade”.<sup>306</sup> A família parecia manter a casa ativa, pois seu pai, em 1875, ocupava cargo de promotor público na cidade de Sabará.

Josephina frequentou a Escola Normal de Sabará por quatro anos, de 1882 a 1886, inicialmente como ouvinte e depois como aluna matriculada. De lá, além do diploma de normalista, saiu também encaminhada para casamento com o colega de escola Cândido Maria. Casou-se em 30 de julho de 1887, aos 19 anos. Manteve-se na docência depois de casada por muitas décadas. Seu nome consta na lista de professoras da província, entre 1873 e 1887, sem precisar seu ano de atuação.<sup>307</sup> De todo modo, há chances de sua iniciação ser anterior à conclusão da Escola Normal. Em 1889, trabalhava na cadeira do ensino misto de Várzea de João Correa, subúrbio de Sete Lagoas. Foi transferida para a cadeira do sexo feminino da vila de Sete Lagoas, no mesmo ano, possivelmente, junto com o marido Cândido, que dirigiria colégio naquela cidade.

Apesar de transferir-se para Sete Lagoas, certamente manteve contato com a cidade de Sabará, pois recebeu de herança do pai, em 1893, além de alguns bens móveis e de animais, a casa localizada na rua do Fogo.

Josephina Altina é uma das cinco mulheres que compõem a terceira série do livro *Figuras Notáveis de Minas Gerais*, publicação de 1974.<sup>308</sup> Segundo informações dessa publicação, ela aprendeu as primeiras letras em Ouro Preto, passando pela “tradicional” Escola Normal de Sabará, e começou a trabalhar, em 1888, em uma escola isolada da Várzea do João Correa. Desta passou para o grupo escolar do bairro da Estação e, depois, para o Grupo Escolar Arthur Bernardes, instituição dirigida por seu marido.

---

<sup>306</sup> BRASIL. Museu do Ouro/CBG/IBRAM - CPON (43) 961/ 1893 – José Francisco Ribeiro Wanderley.

<sup>307</sup> MINAS GERAIS. APM IP 27 – Índice de matrícula de professores primários – 1873-1887.

<sup>308</sup> Com exceção de Scheila Miranda Coelho, desportista que morreu aos 14 anos, todas as mulheres que compõem a lista de notáveis em Minas foram professoras. As outras três são Angélica da Motta Rezende Garcia, Berenice Martins Prates e Maria Rita Bournier Pessoa de Melo Coelho.

Josephina viajava com certa frequência para a Capital, Belo Horizonte, onde recebia premiação concedida pelo governo do estado, às professoras públicas selecionadas por se destacarem em seu trabalho e pela dedicação. As premiadas teriam a oportunidade de se aperfeiçoarem fazendo estágios nos melhores grupos escolares de Belo Horizonte. Passou, inclusive, pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Aposentou-se em 1915, após trinta anos de magistério, mas continuou trabalhando como professora. Fundou a escola *Sagrado Coração de Jesus*, em Sete Lagoas, onde lecionou até o fim da vida, recebendo meninos e meninas. Recebeu muitas homenagens ao longo da vida. Ao completar 50 anos de docência, a homenagem foi do Papa Pio XII, com a sua Benção Apostólica, em mensagem repassada de ternura paternal. Na década seguinte, aos 60 anos de magistério, recebeu a Medalha da Inconfidência. Ao completar 70 anos de magistério, recebeu as chaves da cidade de Sete Lagoas.<sup>309</sup>

Essas trajetórias, em que pese à opção de encadeamento narrativo, justificada sobretudo pelo volume de detalhes, ajudam a compreender que a família, em seu interior, foi gestando a professora, por meio de ritos, conversas e expectativas que convergiam no sentido do magistério, e criaram a ambiência favorável para essa inserção, tornando-a mais que possível, autorizada, legitimada e percebida quase como da ordem da natureza.

A partir de 1870, as mulheres da família Azeredo Coutinho assumiram a docência como possibilidade e incorporaram, ao mesmo tempo em que a construía, condições para os elementos que a tornaram possível. Por meio delas, é possível corroborar a perspectiva de que por algum tempo professores e professoras conviveriam no magistério. Nenhum dos professores dessa família deixou a docência nas décadas finais do XIX e, de forma geral, aposentaram-se na docência. De fato, outros membros da família não parecem perceber no magistério as mesmas oportunidades vistas por seus pais e tios, e deixaram cada vez mais esse espaço para as mulheres, que não hesitaram em ocupá-lo.

---

<sup>309</sup> Outras mulheres professoras pertencentes a essa família, como Isabel Iria de Azeredo Coutinho, professora em 1884, e Emerenciana Azeredo Coutinho, professora nas décadas iniciais do século XIX, pela escassez de fontes, não foram incluídas nesta pesquisa.

A família incorporou mudanças que, gradativamente, afetavam o universo da docência: de ordem intrínseca e extrínseca ao magistério. Por meio de livros de notas daquela cidade, perceber-se o volume surpreendente de novas indústrias e negócios registrados em Sabará, na década de 1860 em diante. Associações, companhias, sociedades, usinas e indústrias<sup>310</sup> propagaram-se de modo surpreendente, não à margem da participação de mulheres, apesar de estarem em menor número.<sup>311</sup>

De certo modo, as professoras estudadas aqui viveram durante boa parte do século XIX sob uma ambiência favorável à docência. Souberam construir condições que as possibilitaram elaborar a docência como função autorizada a elas, em diálogo com ambiência familiar, da Igreja, das redes de sociabilidade, do trabalho, da sala de aula primária e da Escola Normal. Com diferentes gradações, esse conjunto parece sustentar as condições que possibilitaram a presença de mulheres na docência, tornando esse movimento de inserção bastante complexo.

No capítulo seguinte, dedica-se a conhecer a dinâmica da Escola Normal de Sabará. Essa aproximação tem por principal objetivo desvelar que papel essa instituição cumpriu no movimento de inserção de mulheres na docência.

---

<sup>310</sup> Companhia Brasileira de Mineração (1846); Antonio Francisco dos Santos Lessa e Cia (1854); Companhia Inglesa de Mineração do Taquaril Ltda (1868); Santos e Irmãos (1869/comerciantes do Rio de Janeiro); Cia St. John d'El Rey (1871); Cia Industrial Sabarense (1887); Cia Popular Sabarense (1891); Cia Manufatora de Calçados Sabarense (1894); Cia Aurífera de Minas Gerais (1895). Estas são algumas das centenas de companhias registradas nos Livros de Notas, encontrados na CBG.

<sup>311</sup> Exemplo disso vem de dona Florisbela Umbelina Horta Parreiras, sócia do barão de Sabará em uma mineradora em sua propriedade, em 1857.

### **Capítulo 3**

#### **Escola Normal de Sabará:**

#### **Espaço de formação e de chancela para a atuação docente**

A definição em torno de quais saberes devem ser dominados por um bom professor e por uma boa professora sempre foi alvo de controvérsia. Contudo, pode-se dizer, em linhas gerais, que as políticas voltadas para a seleção e o recrutamento de professores e professoras das décadas iniciais do século XIX em Minas Gerais priorizaram sobremaneira, ao lado dos tradicionais comportamentos morais e religiosos, e do domínio de conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo, aspectos vinculados a questões de domínio metodológico. Grosso modo, foi a definição em torno de uma metodologia que pudesse atribuir maior unicidade e padronização ao ensino elementar na província mineira a principal motivação para a institucionalização de espaços de formação para a atuação no magistério: as escolas normais.

Previstas pela Lei Provincial de 1835, as escolas normais deveriam servir como importantes referenciais de normalização – como indicado por sua nomenclatura – às diversas práticas educativas existentes em Minas Gerais. Além de normalizar a atuação dos professores e professoras das esparsas classes em funcionamento na província, esses espaços contribuiriam para a formação de novos docentes, com vistas a ampliar a oferta da instrução, tida como importante estratégia civilizatória. O art. 7º desta lei previa que o governo deveria: “estabelecer o quanto antes uma Escola Normal para a instrução primária [...] pelo método mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos países civilizados”.<sup>312</sup>

---

<sup>312</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores. No intento de promover unificação metodológica, o governo provincial financiou a ida de dois professores à França, cuja missão seria aprender sobre os métodos didáticos lá utilizados. Essa viagem resultou em dossiê sobre o método mútuo, implantado nas décadas iniciais do século XIX. Sobre esse assunto, conferir, dentre outros trabalhos, INÁCIO, Marcilaine S. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

A Escola Normal foi instalada, na Capital, Ouro Preto, cinco anos depois, em 1840. Em 1842, foi fechada, sendo reaberta em 1847<sup>313</sup>, funcionando durante cinco anos e voltando a ser interrompida em 1852.<sup>314</sup> Durante essas primeiras tentativas de implantar essa instituição de formação, a escola ofereceria um curso de dois meses de duração e seria frequentada por homens que, em sua maioria, já atuavam na docência.<sup>315</sup> Em meio a esse descontínuo funcionamento, não chegou a formar muitos professores. Sua principal função foi a de avaliar, por meio de exames, aqueles que se candidatavam ao ensino primário e ao secundário na província.<sup>316</sup>

Enquanto esteve fechada, as discussões em torno de sua relevância ganhavam corpo, assunto constante entre propositores da instrução pública. O discurso do despreparo docente atravessou o século XIX, no decorrer do período imperial, e o prognóstico para o problema passava, em alguma medida, pela institucionalização e consolidação das escolas normais como espaços formadores privilegiados, sem que isso se traduzisse, contudo, em uma política sistemática de investimento nessas escolas.

Não por acaso a Escola Normal de Ouro Preto, após décadas de debates quanto a sua importância para a formação dos professores e professoras, encontrou ambiente mais propício à sua manutenção em 1870, voltando a funcionar em 1872, momento em que se consolidavam e se difundiam ideias em defesa da escola como espaço irradiador de saberes e valores. No Brasil, outras escolas normais seriam inauguradas nesse período, como a de Pernambuco, em 1865, a do Rio Grande do Sul, em 1869, e a do Espírito Santo, em 1873. Até o final da década de 1880 a

---

<sup>313</sup> Conforme Lei nº 311, de 08 de abril de 1846.

<sup>314</sup> Além de Ouro Preto, três outras cidades brasileiras tinham suas escolas normais: Niterói, a primeira escola a ser instituída no império, em 1835; Bahia, cuja escola foi inaugurada em 1846; e São Paulo, igualmente instalada no ano de 1846.

<sup>315</sup> ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825- 1852)*. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

<sup>316</sup> O conhecimento dos métodos (sobretudo mútuo e simultâneo) constituiu aspecto central nos exames realizados nas décadas iniciais do século XIX, na Escola Normal de Ouro Preto. Contudo, os alunos, avaliados também em língua nacional, ensino religioso e aritmética, se demonstrassem pouco domínio dos métodos de ensino, poderiam atuar como professores, mas receberiam salário menor. GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Disciplinas e Saberes na Formação Docente: estudo das avaliações nas escolas normais mineiras (1870-1889)*. In: ROCHA, Heloisa Pimenta (Org.). *Personagens, Estratégias e Saberes na Construção da Escola Brasileira (séculos XIX e XX)*. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2006, p. 147.

grande maioria das províncias brasileiras tinha, ao menos, uma escola normal em funcionamento.<sup>317</sup>

Maria Cristina Gouvêa, em seus estudos sobre a história da docência em Minas Gerais, aponta importantes mudanças ocorridas na seleção de professores e professoras ao longo do século XIX. Segundo a autora, influências científicas e nacionalistas engrossavam a defesa das escolas normais, sobretudo a partir da década de 1870.

A introdução de novas disciplinas e conteúdos no currículo das escolas normais dá-se em consonância, por um lado, com o significativo avanço científico operado na segunda metade do século XIX, com um processo de cientificação da escola característico da educação européia. Por outro, a necessidade de desenvolvimento nos alunos do sentido de amor a pátria, para o qual o ensino de história e geografia nacionais e língua pátria eram fundamentais.<sup>318</sup>

A ênfase que anteriormente recaía em questões metodológicas perdeu espaço para conhecimentos mais elaborados. Nesse sentido, a Escola Normal de Ouro Preto reestruturou seus tempos e seus saberes. A duração do curso, que antes era de dois meses, foi estendida para dois anos<sup>319</sup> e sua grade de disciplinas sofreu alterações significativas, “tanto quanto ao número, como quanto à extensão de conhecimentos desenvolvidos em cada uma delas”.<sup>320</sup> Língua nacional, aritmética, noções de geografia e história do Brasil, música, francês, geometria e desenho linear, leitura refletida da Constituição do Império, pedagogia e legislação do ensino, instrução moral e religiosa e história sagrada compunham a grade curricular da Escola Normal de Ouro Preto, até o final da década de 1880. Assim, disciplinas de cunho humanístico foram associadas a disciplinas de caráter prático.

---

<sup>317</sup> TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000, p. 64-65.

<sup>318</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período imperial. In.: LOPES, Ana A. B. M.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano M.; XAVIER, Maria do C. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 262-263.

<sup>319</sup> No ano de 1883 essa duração se estendeu para três anos, conforme Regulamento nº 100, de 1883.

<sup>320</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Mestre: profissão professor(a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período colonial. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. Julho/dezembro 2001, n. 02, p. 49.

Houve, do mesmo modo, alterações no perfil do alunado dessa instituição, que, além de professores, cada vez mais passou a receber matrícula de pessoas sem experiência docente. Passou também a receber um número significativo de mulheres. O Regulamento 62, de 1872, previa que o curso normal poderia ser frequentado por homens e mulheres, “sendo dadas as lições à umas e à outros alternadamente”.<sup>321</sup> Esse regulamento traduz, de certo modo, o esforço governamental da província em formar em profusão quadros de professoras que atuariam nas classes elementares para meninas.

A progressiva expansão das escolas normais, que ocorreu no decorrer das décadas de 1870 e 1880 revela a tentativa do governo de atribuir legitimidade à formação de professores e professoras conferida por essas instituições. Em 1872, a Escola Normal de Campanha, região sul da província, foi inaugurada. Em seguida, muitas escolas se propagaram em Minas Gerais. Três foram criadas em 1879, em Diamantina, Paracatu e Montes Claros, e outras três se instalaram em 1884, em Uberaba, Juiz de Fora e São João del-Rei.

A Escola Normal de Sabará foi instalada nesse movimento de expansão e legitimação dos espaços oficiais de formação docente. Criada pela Lei 2.794, de 3 de outubro de 1881<sup>322</sup>, deveria funcionar de forma anexa ao Externato e seguiria o regimento da Escola Normal de Ouro Preto. Até o final da década de 1880, eram nove as escolas normais em funcionamento em Minas Gerais, número significativo se se considerar que “o ensino secundário público e gratuito consiste em mercadoria escassa no século XIX”.<sup>323</sup>

A Escola Normal, por sua especificidade, não era considerada de formação secundária, mas de nível profissionalizante. Nas palavras de Heloisa Villela e Arlette Gasparello: “não era ensino primário nem se caracterizava como secundário, mas

---

<sup>321</sup> MINAS GERAIS. Regulamento n.º 62, de 11 de abril de 1861.

<sup>322</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 2.794, de 3 de outubro de 1881. Cria na cidade de Sabará uma Escola Normal, anexa ao externato ali existente, com o mesmo regimento da Escola Normal da Capital.

<sup>323</sup> GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 132.



dele se aproximava por ser superior ao ensino elementar”.<sup>324</sup> De todo modo, as escolas normais representaram a oportunidade de formação pública e gratuita que ultrapassava o ensino elementar das primeiras letras.

Defensores da consolidação das escolas normais na província mineira atrelavam sua relevância ao fato de a instrução pública progressivamente expandir-se. Ou seja, para esse grupo, à medida que as escolas elementares passaram a ser mais valorizadas e procuradas, aumentava a necessidade de formação de professores e professoras nessas instituições. De todo modo, a associação entre expansão do ensino e consolidação das escolas normais não parece ter ocorrido de forma tão automática, uma vez que em Minas Gerais essas instituições de formação firmaram-se em momento em que a escolarização encontrava-se bastante avançada na província nas décadas iniciais do século XX.

A expansão da instrução teve na segunda metade do século XIX importante momento. Pedidos de abertura de escolas eram frequentes na província mineira, desde as décadas iniciais do século XIX, período em que, segundo estudos de Fabiana Viana, moradores reivindicavam, por meio de abaixo-assinados, a criação de escolas e a gratuidade do ensino primário.<sup>325</sup> A partir da década de 1870 essa forma de intervenção teve profusão, quase sempre organizada por pais e educadores que reivindicavam classes públicas em suas cidades, distritos e freguesias, inclusive para meninas. Alguns políticos também se utilizaram dessa plataforma, como foi o caso do deputado provincial Antônio de Assis Muniz, em 1872, que argumentava:

Na qualidade de deputado provincial pelo segundo Distrito desta província e, portanto, conhecedor das necessidades locais, venho representar a V. Sa. uma necessidade urgente, qual a da criação de duas escolas na paróquia da Contagem e outra na Capela Nova de Betim. A população de uma e outra excede muito de 6 mil alunos e é avultadíssimo o número de meninas no caso de receber instrução.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: Revista *Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009, p. 46.

<sup>325</sup> VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, estado e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. 2006, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>326</sup> MINAS GERAIS. APM. IP/SP-IP<sup>1</sup><sub>7</sub> Caixa 01, Ouro Preto, 28 de setembro de 1872.

Se a educação de meninas estava no horizonte de pais e políticos, esses últimos se esforçaram também para que as cadeiras femininas fossem regidas por mulheres professoras. Ocorreu, sobretudo a partir da década de 1870, união de esforços para incentivar mulheres a ocuparem-se com o magistério. Diferentes saberes – médico, jurídico, religioso e pedagógico – estiveram particularmente empenhados em fazer com que algumas mulheres assumissem o magistério elementar, propiciando ambiência favorável a essa ocupação.

Em ofício ao inspetor geral da instrução, Camilo da Cunha e Figueiredo, do Círculo Literário, cuja sede era em Sabará, Bernardino José Coutinho, explicitava ações governamentais objetivando a aproximação das mulheres com essa ocupação. Esses eram os termos do ofício:

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício circular datado de 26 de janeiro último com o qual V. Excia, apreciando a conveniência de serem regidas as cadeiras de instrução primária elementar por professoras, como permitiu o artigo 12 da lei n. 1.400 de 9 de dezembro de 1867, ordena que eu influa pelos meios do meu alcance neste círculo para que concorram ao concurso de tais cadeiras as senhoras que reunirem a precisa suficiência; e em resposta cumpro o dever de significar a V. Excia que, de melhor vontade, entro nesta diligência, procurando o auxílio dos Delegados de alguns distritos, como o de Caeté a quem transmiti uma cópia do supracitado ofício, e passo a extrair outras que irei enviando convenientemente.<sup>327</sup>

Como no caso do provimento da primeira cadeira pública feminina em Sabará, em 1832, apresentado no capítulo anterior, que seria ocupada por dona Maria Ana da Assumpção, sob indicação do fiscal da vila, Manoel Rebello, observa-se, quatro décadas depois, movimento semelhante feito pelo inspetor do círculo, naquele momento responsável pelo provimento, para a indicação e ocupação de cadeiras, desta vez não só para meninas.

A lei citada no ofício, Lei Provincial de 1867, trouxe, em seu art. 12, a possibilidade de professoras assumirem aulas de instrução primária elementar para o sexo

---

<sup>327</sup> MINAS GERAIS. APM. IP/SP-IP1/2 Caixa 02, Sabará, 05 de fevereiro de 1872.

masculino<sup>328</sup>, apropriada pelo Inspetor do Círculo Literário como “diligência” que mobilizaria vários sujeitos, comprometidos com esse intento. Como discutido no capítulo anterior, de forma progressiva, mas não linear, foi se consolidando uma ambiência favorável à inserção de mulheres no magistério, inclusive nos incipientes espaços de formação, as escolas normais. Reconhecer que houve no período de maior expansão da instrução – que não contemplava somente os meninos, mas também as meninas – uma convergência de fatores favoráveis à inserção das mulheres no magistério não significa dizer que iniciavam ali as condições que lhes possibilitaram exercerem a docência, em que pese a ter havido uma inserção numericamente considerável.

Aos poucos, a entrada de mulheres nas escolas normais foi alterando sua dinâmica, inclusive no que se refere às disciplinas. Os trabalhos de agulha passaram a compor a grade curricular desses cursos, em 1883, disciplina destinada exclusivamente às mulheres, enquanto aos homens se ensinaria geometria.<sup>329</sup> Para Maria Cristina Gouvêa, a inserção de mulheres na docência ressoou na feminização de saberes veiculados pelas escolas normais: “não apenas através da introdução de Trabalhos de Agulha, mas também de veiculação, nas avaliações, de virtudes a serem desenvolvidas pela mulher (docilidade, obediência, recato)”<sup>330</sup> professora. Essas transformações, progressivamente, abarcaram a cultura escolar como um todo, “fazendo com que esta se torne cada vez mais refratária à presença masculina na sala de aula”.<sup>331</sup>

As mulheres foram se constituindo em maioria nessas instituições. De todo modo, importa destacar que a matrícula nas escolas normais era diminuta, bem como o número daqueles que concluíam o seu curso. Assim, o professorado em Minas

---

<sup>328</sup> “Art. 12. As escolas de instrução primária elementar do sexo masculino poderão também ser regidas por professoras”. MINAS GERAIS. Lei nº 1.400, de 09 de dezembro de 1867. Aprova o Regulamento n.º 56, de 10 de maio de 1867, com as alterações nela declaradas.

<sup>329</sup> MINAS GERAIS. Regulamento nº 100, da Lei nº 2.892, 19 de junho de 1883.

<sup>330</sup> GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período imperial. In.: LOPES, Ana A. B. M.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano M.; XAVIER, Maria do C. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 263-264.

<sup>331</sup> FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores*. Educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 57.

Gerais durante todo o século XIX, como discutido no capítulo 1 desta tese, era constituído, em sua maioria, de professores e professoras que não passaram pelas escolas normais.

Em que pese a pouca expressividade das escolas normais mineiras no decorrer do século XIX, importa esclarecer que implicações a institucionalização dessas escolas trouxe para a atuação de professores e, sobretudo, de professoras. Dedicar-se, a seguir, à discussão sobre como essas questões foram percebidas na Escola Normal da cidade de Sabará.

### 3.1 A Escola e a cidade

Sabará firmou-se como uma importante vila e cidade do século XVIII e século XIX, destacando-se em aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e religiosos. Em termos educacionais, a cidade também se destacava. Durante muito tempo, sediou o Círculo Literário, que abarcava, em linhas gerais, a região da Comarca do Rio das Velhas<sup>332</sup>, o que acarretava certa centralidade administrativa para questões que diziam respeito à instrução naquele círculo.

Grosso modo, essas características, somadas ao fato de Sabará ser sede da Comarca do Rio das Velhas, habilitavam a cidade a sediar, também, uma escola normal, que funcionaria de forma atrelada ao Externato, instituição de ensino secundário criada em 1867.<sup>333</sup> No art. 2º da lei que criou a Escola Normal, percebe-se claramente esse vínculo, como a cooptação de seu corpo docente.

Art. 2º. O corpo docente desta escola será tirado dentre os professores de iguais matérias do externato, que perceberão, além dos ordenados que vencem como professores daquele estabelecimento, mais a gratificação de

---

<sup>332</sup> Em decorrência da Lei nº 13, de 1835, as cidades, vilas e distritos mineiros foram divididos em Círculos Literários, como forma de organizar sua administração. Naquela ocasião, a província foi dividida em 15 Círculos, sendo Sabará a cidade sede do 3º Círculo Literário. No decorrer do século, houve alterações e reagrupamentos entre esses círculos. Conferir: VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, estado e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>333</sup> MINAS GERAIS. Regulamento nº 56, de 10 de maio de 1867, da lei 1.267.

500\$000 pelo serviço acrescido com o exercício nas cadeiras da referida escola.

§1º Excetuam-se os professores das cadeiras de geometria e desenho linear, e de instrução moral e pedagógica, que serão nomeados por concurso, e cujos vencimentos serão de 900\$000 anuais.

§2º Das quatro cadeiras de instrução primária existentes na mesma cidade, duas, sendo uma para o sexo masculino e outra para o feminino, serão a arbítrio do Governo, anexadas à escola normal, como aulas práticas, e servidas pelos respectivos professores, que perceberão, além de seus atuais ordenados, mais a gratificação de 300\$00 anuais cada um.<sup>334</sup>

A escola utilizaria para as aulas práticas cadeiras de instrução primária em funcionamento na cidade, que, “a arbítrio do Governo”, seriam anexadas à Escola Normal. Em 1883, o professor indicado havia sido Caetano de Azeredo Coutinho, que, em março de 1872, recebeu licença de quatro meses, após a escolha do inspetor do Círculo Literário, Bernardino José Coutinho, para assistir aulas na Escola Normal de Ouro Preto, juntamente com o professor João Diniz Barbosa.<sup>335</sup> Dona Ambrosina Laurinda da Silva e dona Lydia Maria do Couto, ambas normalistas, foram algumas das professoras escolhidas para as aulas práticas femininas, entre 1884 e 1886.<sup>336</sup> Por meio de livros de notas, é possível perceber que todos os três professores assinaram procuração para receber ordenados em Ouro Preto<sup>337</sup>, o que comprova a centralização administrativa da Capital, prevista em lei.<sup>338</sup> Os demais professores dessa instituição igualmente recebiam salário, quase sempre via procuradores, em Ouro Preto, quase sempre também com certa irregularidade.

---

<sup>334</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 2.794, de 3 de outubro de 1881. Cria na cidade de Sabará uma Escola Normal, anexa ao externato ali existente, com o mesmo regimento da Escola Normal da Capital.

<sup>335</sup> APM/IP – SP-IP1/2 Caixa 02. Sabará, 23 de março de 1872.

<sup>336</sup> Em Ouro Preto, a existência de aula prática anexa à Escola Normal, realizada em classe de ensino elementar, parece ter contribuído para que essa classe ficasse mais concorrida. Em documento redigido por professora de Diamantina, onde atesta o bom adiantamento de suas alunas, recomenda a aceitação de Francisca e Júlia, 8 e 6 anos, respectivamente, para a aula prática anexa àquela Escola Normal. APM. IP/SP-IP 1/6 Caixa 01. 08 de julho de 1872.

<sup>337</sup> Segundo Regulamento n. 84, de 1879, o ordenado dos professores e professoras da aula prática das escolas normais mineiras, acrescido de gratificação, chegaria a 1:400\$. Para efeito de comparação, esse mesmo regulamento previa que um professor das outras disciplinas das escolas normais receberia 960\$, um professor do externato receberia 1:200\$. Professores(as) normalistas da instrução primária receberiam 800\$, se em cadeira de primeiro grau e 1:050\$ se de segundo grau; professores(as) que não tivessem essa habilitação teriam seus ordenados condicionados à localidade onde atuavam: nas cidades, 960\$, nas freguesias, 720\$ e nos distritos, 600\$. Essa relação entre localidade de atuação e salário talvez ajude a compreender o alto número de pedidos de transferência de professores e professoras, percebido ao longo do século XIX na província. MINAS GERAIS. Regulamento n. 84, de 21 de março de 1879.

<sup>338</sup> De acordo com livros de notas consultados na Casa Borba Gato, dona Ambrosina tinha como procurador, em abril de 1886, o comendador Francisco Teixeira Amaral, residente em Ouro Preto, o mesmo procurador de Caetano Azeredo Coutinho, em outubro de 1883. Já dona Lydia era representada pelo capitão Agostinho José Carlos do Couto, possivelmente seu parente, em julho de 1886. BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM LN CPON (58, 60 e 61).

Por meio dos documentos do Externato e da Escola Normal, percebe-se que, de fato, o primeiro foi importante referência para a constituição do corpo docente da Escola Normal. Além de seus professores, seus ex-alunos tiveram presença constante em ambas as instituições, como professores, como amanuenses<sup>339</sup>, como diretores, enfim, ocupando cargos diversos. Os estudos de Heloisa Villela e Arlette Gasparello apontam que os quadros para o magistério secundário e o superior foram formados, na província do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, tendo como referência central o Colégio Pedro II. Seus ex-alunos eram selecionados para ocuparem aulas vagas no secundário e superior, indicados pelos catedráticos daquela escola. Explicam as autoras:

Foi um período no qual observamos o surgimento de uma prática recorrente: a volta dos ex-alunos à instituição como professores, o que contribuiu para fortalecer um processo de formação de um grupo identificado com a docência e com a cultura escolar”.<sup>340</sup>

O mesmo ocorreu em Sabará, onde se percebe certa recorrência de um percurso que envolvia a frequência no Externato, na condição de aluno, passando a assumir aulas nessa instituição e, posteriormente, na Escola Normal. Grupo seletivo, envolvido com política, com sociedades religiosas e com jornalismo. A exemplo da discussão conduzida por Villela e Gasparello, guardadas as diferenças, significava parte considerável da intelectualidade de Sabará. Exemplo disso vem de Francisco de Paula Lopes de Azeredo Coutinho, um dos primeiros alunos do Externato, onde estudou desde os 14 anos, em 1868 e 1869. No final desse ano, matriculou-se no Colégio Caraça<sup>341</sup>, onde ficou até 1871. Enquanto esteve no colégio, em 1870, assumiu cadeira de lente do Externato de Sabará, trabalhando com matemática elementar e geometria. Em 1882, ensinava na Escola Normal daquela cidade, onde ficou por longo tempo, ora como professor de matérias diversas, ora como secretário e, ainda, como diretor.

---

<sup>339</sup> Responsável pelo trabalho de escrituração em Externatos e escolas normais. Em geral, responsabilizava-se pelos dois estabelecimentos, nas cidades onde havia essas duas instituições; recebia ordenado anual, em 1857, de 500#000. MINAS GERAIS. Regulamento n.º 41, de 19 de maio de 1857, Lei n.º 791.

<sup>340</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009, p. 54.

<sup>341</sup> De acordo com dados obtidos no Site do Santuário do Caraça, Minas Gerais: [www.santuariodocaraca.com.br/cultura/m1869/php](http://www.santuariodocaraca.com.br/cultura/m1869/php). Acessado em 15 de dezembro de 2010.

Francisco Coutinho era o redator principal do semanário *A Folha Sabarense*, publicado de 1885 a 1891, pelo menos, escrito por ele e editado por Antônio de Paula Pertence Júnior. “Liberal de ideias adiantadas”, como ele próprio se identificava no jornal, Coutinho lançou mão do meio impresso como importante via de divulgação de sua plataforma política, focada, em grande medida, em questões educacionais. *A Folha Sabarense* seguia noticiando e comentando os acontecimentos relativos à instrução pública em geral e ao Externato e Escola Normal da cidade, em especial, sendo desta última veiculados eventos, lista de aprovados, entrega de diplomas, nomes de alguns normalistas formados na cidade que assumiam cadeiras em diversas localidades, exames, editais sobre o início do ano letivo e documentos necessários para a matrícula, dentre outros. O jornal evidenciava de forma nítida a perspectiva da promoção da Escola Normal de Sabará, espaço ocupado por alguns membros de sua família, como os irmãos Caetano e José Felipe e o primo Séptimo de Paula Rocha. A frequente menção a amigos e amigas professoras em visita à Sabará não deixa de ser um dado curioso, o qual reforça a perspectiva de que o jornal dava materialidade a uma importante rede de sociabilidade para professores e professoras, vistos, em seu conjunto, com grande deferência.

Filiado ao Partido Liberal, pleiteou sua candidatura para deputado na Assembleia Provincial, em 1887. Mas seu nome não foi recomendado pelo diretório do partido, em Ouro Preto. *A Folha Sabarense* continuou a ser, por algum tempo, sua principal forma de atuação política.<sup>342</sup> Com ativa vivência religiosa, Francisco Coutinho, irmão do padre e também professor Antônio Caetano Coutinho, participou da fundação da Sociedade de Conferência de São Vicente de Paula de Sabará.<sup>343</sup> Também foi membro da Assembleia Geral de Irmãos do Hospital de Lázarus, já no século XX.<sup>344</sup> Nesses diversos lugares, a sociabilidade de figuras de destaque de Sabará, dentre elas professores primários e secundários, acontecia de forma intensa.

---

<sup>342</sup> Anos depois, atuaria como juiz de paz, como delegado de polícia, como advogado e como professor e diretor do Colégio Azeredo, de propriedade do irmão, Caetano. Nesse colégio, escreveu o livro *Aritmética*, adotado para o ensino de matemática por seus alunos. PAULA, Almênio José de; FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e Figuras Notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1972, p. 69-70.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 69-70.

<sup>344</sup> PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2, p. 202.

Assim como Francisco Coutinho, muitos ex-alunos do Externato ocupariam cargos na docência dessa instituição e, posteriormente, na Escola Normal. Como o Externato era espaço exclusivamente de homens, estes se tornariam maioria, também, na Escola Normal, exceção feita às professoras de aulas práticas.

No primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, em 1882, previa-se a conclusão de seu curso em dois anos, duração que se estenderia para três anos, em conformidade com o Regulamento 100, de 1883, que, além do tempo, aumentava também o número de disciplinas. Noções de direito público, constitucional e economia política, complementos de educação cívica, elementos de ciências naturais de física e química agrícola, francês e escrituração mercantil passaram a compor as exigências disciplinares para a formação dos futuros professores e professoras<sup>345</sup>, conteúdos que deveriam ser agregados aos exigidos pelo regulamento de 1872, citado anteriormente.

Conhecer o que se ensinava nessas escolas de formação permite vislumbrar quais saberes docentes eram valorizados naquele período e que tipo de professor e professora se pretendia formar, bem como certa cultura profissional que se esperava difundir. Segundo a legislação do ensino, no primeiro ano da Escola Normal de Sabará, à semelhança do que ocorria em outras escolas de formação docente do período, que teriam o currículo unificado pelo Regulamento 100, de 1883, haveria aulas diárias de caligrafia e ortografia na escola prática, que aconteciam em classes de primeiras letras, anexas à Escola Normal. Além disso, haveria leitura de textos clássicos e análise gramatical. Estudos aritméticos e metrológicos completariam as disciplinas do primeiro ano.

No segundo ano, previam-se aulas de francês todos os dias da semana. Estudos de aritmética e da língua nacional aconteceriam três vezes por semana, incluindo nesta última aulas de literatura. Aulas de pedagogia teórica, compreendendo história da pedagogia e organização escolar, aconteceriam duas vezes na semana, enquanto história sagrada e instrução moral, religiosa e cívica ocorriam uma vez na semana, cada uma.

---

<sup>345</sup> MOURÃO, Paulo Krugger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.



No terceiro e último ano de formação, alunas e alunos teriam aulas mais bem divididas de geometria (prática), desenho linear, geografia (inclusive do Brasil), cosmografia, história do Brasil, ciências naturais, física e química agrícola. As três últimas não eram obrigatórias, condicionadas à disponibilidade de verbas específicas.<sup>346</sup> Aulas de pedagogia voltariam a ser ensinadas nesse ano, agora com ênfase na metodologia, na educação moral, física e intelectual, e na legislação do ensino.

Aulas de música deveriam acontecer quatro dias da semana, ao longo dos três anos de formação, ensinando-se violino para os alunos e piano para as alunas. A definição sobre quais instrumentos ensinar poderia estar condicionada a outras variáveis, pois em solenidade de entrega de diplomas a normalistas, em 1887, realizada na Câmara Municipal de Sabará, uma aluna “executou algumas variações de flauta”<sup>347</sup>, além da execução de hinos conduzidos pela orquestra da escola. Ao final de cada ano, os alunos e as alunas deveriam submeter-se a exames referentes a cada uma das matérias cursadas. Esses exames eram cercados por certos rituais solenes, contando sempre com presença de convidados e convidadas, pessoas de certo destaque na cidade de Sabará.

A ritualização dos exames de conclusão de disciplinas a que se submetiam alunos e alunas das escolas normais na província mineira garantia certa unicidade ao evento. De modo geral, esses exames se estendiam por alguns dias, constando de provas escritas e orais, referentes a assuntos (pontos) sorteados em cada uma das disciplinas. A estrutura das provas escritas consistia em 1 ou 2 questões

---

<sup>346</sup> Maria Cristina Gouvêa argumenta que essas disciplinas não seriam implantadas de fato nas escolas normais da província, por ausência de equipamentos e locais adequados, como laboratórios. Para ela, se, de um lado, essas disciplinas: “aponta a cientificização da escola, no diálogo com os significativos avanços da ciência da época, sua não-efetivação demonstra a precariedade do sistema escolas da província e assistemática dos investimentos em educação”. Segundo Maria Cristina Gouvêa, os alunos e alunas, a partir de 1883, deveriam submeter-se ainda a exames práticos, que consistiam em demonstração de capacidade no desenvolvimento de uma aula, o que acontecia na escola anexa às escolas normais. GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Disciplinas e Saberes na Formação Docente: estudo das avaliações nas escolas normais mineiras (1870-1889)*. In: ROCHA, Heloisa Pimenta (Org.). *Personagens, Estratégias e Saberes na Construção da Escola Brasileira (séculos XIX e XX)*. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2006, p. 148.

<sup>347</sup> MINAS GERAIS. APM – IP, 1887.

dissertativas; os alunos e alunas submetiam-se também a ditados e interpretação de textos.<sup>348</sup>

Importante perceber que nem sempre o que era definido como conteúdo de uma disciplina era de fato ensinado em sala de aula. Uma forma de apreender esses possíveis desvios consiste em analisar fontes diversas, por exemplo, as provas realizadas por alunos e alunas. Por meio dessas provas de conclusão de disciplinas – momento estratégico na fixação de seus conteúdos –, podemos investigar não apenas a formulação, mas também a apropriação dos discursos pedagógicos.

Maria Cristina Gouvêa, em estudo sobre disciplinas e saberes na formação de professores e professoras, atribui importância fundamental à análise das provas realizadas por alunos e alunas normalistas. Para ela:

[...] as provas possibilitam-nos ter acesso à materialidade dos processos avaliativos, dando visibilidade não apenas ao *corpus* de conhecimento entendido como fundamental para a prática docente, mas também às estratégias de avaliação e correção do desempenho dos alunos, historicamente definidas.<sup>349</sup>

Estudando as provas realizadas por alunos e alunas das escolas normais de Ouro Preto e de Campanha, entre 1870 e 1889, Maria Cristina Gouvêa percebe que, nesse momento, houve uma estabilização do currículo escolar, se comparado às tentativas da primeira metade do século XIX, na medida em que se definia uma diferenciação cada vez mais precisa das fronteiras disciplinares. Ao analisar as provas e disciplinas cursadas nessas escolas de formação, percebe uma construção eminentemente escolar em torno da constituição dessas disciplinas.

Na Escola Normal de Sabará é possível, em certa medida, contrapor o que era prescrito como conteúdo escolar com as provas realizadas por alunos e alunas, ao

---

<sup>348</sup> Segundo Maria Cristina Gouvêa, os alunos e alunas, a partir de 1883, deveriam submeter-se ainda a exames práticos, que consistiam em demonstração de capacidade no desenvolvimento de uma aula, o que acontecia na escola anexa às escolas normais. GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Disciplinas e Saberes na Formação Docente: estudo das avaliações nas escolas normais mineiras (1870-1889)*. In: ROCHA, Heloisa Pimenta (Org.). *Personagens, Estratégias e Saberes na Construção da Escola Brasileira (séculos XIX e XX)*. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2006, p. 147.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 144.

final das disciplinas. Por elas, percebe-se que, a despeito das disciplinas e dos conteúdos alargados que compunham a grade que deveria ser cursada pelos(as) normalistas, havia nesses eventos forte marca de elementos mnemônicos. As provas dos alunos e alunas, quase idênticas entre si, demonstram a forte presença de elementos da tradição oral e da memória, demonstrando confronto entre a oralidade e as práticas centradas na escrita, das quais a escola consistia-se em difusora fulcral.

Eram justamente os elementos vinculados à memória que se sobressaíam nos exames, o que se pode antever das provas de geografia, onde a repetição do que fora estudado em aula parece prevalecer. Nesse sentido, o trecho de uma dessas avaliações de geografia, realizada pelo aluno Manoel Dias de Carvalho, em 29 de julho de 1887, é bastante elucidativo.

República dos Estados Unidos  
Divisão – os Estados Unidos dividem-se em 39 estados, 8 territórios e um distrito federal, o de Columbia.  
Superfície – 9.300,00 Km quadrados e 50.000 hab.  
[...] Cidades principais – Washington (150.000 hb), capital federal; Nova York (1.000.900 hb); Filadélfia (350.000 hb); Boston (380.000 hb), Baltimore (330.000 hb); São Francisco da Califórnia (250.000 hb); Providência (200.000 hb); Charleston (60.000). Todas portos de muito comércio.  
Chicago (500.000 hb); Cincinnati (300.000 hb); Búfalo (150.000 hb); Neuvar (120.000 hb); Cleveland (110.000 hb); Milwaukee (120.000 hb); Luisville (110.000); Pittsburg (150.000 hb); Albany (100.000 hb); Detroit (100.000 hb); Richmond (60.000 hb).<sup>350</sup>

Reforçando o argumento da memorização está o fato de as provas, invariavelmente, terem repetições textuais de conteúdo, fato observado em várias disciplinas. Nas provas de pedagogia, além de elementos mnemônicos, observamos a centralidade atribuída às questões didáticas, avaliando-se métodos de alfabetização.<sup>351</sup>

E quem eram as pessoas que frequentavam a Escola Normal de Sabará? De onde vinham seus alunos e alunas e para onde foram após a passagem por essa escola? Pertenciam a quais famílias? A despeito das dificuldades para responder a alguns

---

<sup>350</sup> MINAS GERAIS. APM – IP – 1887.

<sup>351</sup> As cartilhas de João de Deus e de Castilho estavam em discussão, bem como a melhor sequência para o ensino de português.

desses questionamentos, dedica-se, a seguir à tentativa de sistematizar, com os dados disponíveis e possíveis, algumas dessas questões.

### 3.2 Alunos e alunas

A condição de cidade-sede da Comarca facilitava circulação de pessoas, mercadorias e correspondências em Sabará.<sup>352</sup> A cidade foi se firmando como referência importante no ensino secundário, desde pelo menos 1853, quando se fundou o Colégio Emulação Sabarense, de propriedade de Anastácio Sinfrônio de Abreu.<sup>353</sup> Essa instituição contribuiu para a expansão desse nível de ensino, ainda que seu acesso fosse restrito a determinado grupo. Segundo Marileide Santos e Luciano Faria Filho, o colégio significou:

[...] importantes passos, uma vez que possibilitou certa organização do secundário na cidade, onde a sistematização do saber escolar tornou-se mais institucionalizada, perto da população, ainda que poucos tivessem acesso a essa escola. Por outro lado, a possibilidade de que a população não atendida nesse espaço questionasse sua ausência nesse processo e reivindicasse sua inserção nele. É dessa forma que famílias pobres pediam para seus filhos matrículas nesse espaço de formação.<sup>354</sup>

Daí para frente, outros colégios seriam abertos em Sabará.<sup>355</sup> Citam-se alguns: Colégio Paula Rocha, de propriedade de Francisco de Paula Rocha, que ocupava o

---

<sup>352</sup> As correspondências entre Sabará e outras cidades da província eram constantes. Em 1865, a chegada e a partida dos correios na cidade aconteciam de quatro em quatro dias, sendo Ouro Preto, Pitangui, Curvelo alguns dos seus destinos. No montante das correspondências expedidas pelos municípios, Sabará só perde para Ouro Preto. Enquanto a Capital expedia anualmente perto de 32 mil correspondências (entre cartas e impressos), Sabará expedia cerca de 30 mil correspondências anuais. *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. (Ouro Preto, 1865).

<sup>353</sup> Sobre a importante atuação desse homem público em Sabará, sobretudo no que se refere à educação, conferir a dissertação: SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

<sup>354</sup> SANTOS, Marileide Lopes; FARIA FILHO, Luciano M. *Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará*. Cadernos de História da Educação, n. 02, jan./dez. 2003, pg. 149-158.

<sup>355</sup> Colégios particulares tiveram profusão na província, sobretudo a partir de 1850, quando o governo estabeleceu certa parceria com esses colégios, permitindo que as aulas avulsas de ensino secundário mantidas pelo estado fossem absorvidas por esses colégios, havendo subsídio por parte do governo mineiro. Conferir: NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

prédio da Intendência<sup>356</sup>; Colégio Feminino de Sabará, criado em 1856 pela Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses; o próprio Externato, em 1867; Atheneu Sabarense, criado em 1890, dirigido por Cândido José Coutinho da Fonseca Junior; Colégio Azeredo, instalado em 1895, sob a direção de Caetano Azeredo Coutinho.<sup>357</sup>

A Escola Normal seria mais um desses espaços agregadores de pessoas. De acordo com estudos de Ágda Alencar, et al., a Escola Normal de Sabará foi frequentada entre 1882 a 1904 por muitos alunos e alunas de outras cidades, até mesmo de fora da comarca. Conforme se pode observar no Anexo 2 desta tese, alunos e alunas forneciam dados referentes à filiação e à naturalidade no momento da matrícula. Com base nesses dados, Alencar concluiu que do total dos 521 alunos e alunas matriculadas nesse período 258 eram da cidade de Sabará, dos quais a maioria era composta por mulheres, 263 eram alunos e alunas de outras cidades ou freguesias.<sup>358</sup>

Não se pode perder de vista que o fato de alunos e alunas dessa escola terem nascido em outras localidades, como Ouro Preto, Curvelo, Juiz de Fora, Pitangui, Diamantina, Barbacena, Montes Claros, Araçuaí e São João del-Rei, até mesmo de fora da província, como Vitória, Vassouras e Rio de Janeiro, e, ainda, de outros países, como Portugal, não permite concluir que se tratava de alunos e alunas que não moravam em Sabará, sobretudo se se considera a grande mobilidade espacial que caracterizou a sociedade brasileira, e mineira, no decorrer dos tempos.

É possível, entretanto, afirmar, por meio dos livros de matrícula, que a escola recebia alunos e alunas de outras localidades da província, transferidos de escolas

---

<sup>356</sup> Até o momento não tivemos acesso a informações mais detalhadas sobre esse colégio. Contudo, é possível afirmar que funcionou em meados do século XIX.

<sup>357</sup> O *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, ano 01 (1864), registra número significativo de colégios particulares na província de Minas Gerais: Colégio São Luiz, de Caeté (década de 1880), Colégio Victor Renault, de Barbacena (década de 1860), Colégio Feminino de dona Rachel Esperidiana do Bom Sucesso, de Barbacena (década de 1860), Colégio de Meninas Madame Adelaide Labothiere, de Indaiá (década de 1860), Colégio São Pedro de Alcântara, em Sarandi, dirigido por Luiza Adelaide Nogueira Vilas Boas da Gama, em 1865, Colégio Santa Tereza, dirigido por Emiliana Judice Martins, em Paraibuna, em 1865, colégio de São João del'Rey, dirigido pela professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado, também em 1865, para citar alguns.

<sup>358</sup> ALENCAR, Ágda Cristina Conti de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola Normal de Sabará (1882-1889)*. Relatório de pesquisa enviado ao CNPq, 2009, p.14.

normais situadas em outras cidades, como São João del-Rei, Ouro Preto, Diamantina e Sete Lagoas<sup>359</sup>, para onde também iam alguns dos alunos e alunas de Sabará, reforçando o argumento da mobilidade geográfica da população.

Nos anos iniciais de funcionamento da Escola Normal de Sabará, esta instituição conviveria com o Externato da cidade. Parte dos alunos desta instituição matriculou-se também na Escola Normal, talvez pela dificuldade de ingresso no ensino superior, não necessariamente com vistas a uma atuação docente. Ágda Alencar et al. argumentam que a extinção do Externato, que aconteceu em 1890<sup>360</sup>, talvez tenha contribuído para o decréscimo do alunado masculino na Escola Normal<sup>361</sup>, o que de fato pode ser percebido por meio da Tabela 6 (apresentada adiante), apesar de esse decréscimo ser igualmente percebido entre o alunado do sexo feminino. Se o argumento parece razoável, é certo, contudo, que a menor presença de homens na Escola Normal e o conseqüente aumento da procura de mulheres por esse espaço formativo são aspectos complexos o suficiente para não ter como justificativa um único acontecimento.

Entre 1882 e 1904, conforme dados extraídos de livros de matrículas<sup>362</sup>, percebe-se que o tempo médio de permanência dos alunos e alunas na Escola Normal era compatível com o que previa a legislação, em torno de três anos. Entretanto, havia uma variação significativa desse número, uma vez que alguns alunos e alunas, sobretudo aqueles que haviam frequentado outras escolas, submetiam-se somente aos exames, frequentando a escola por um curto período de tempo. Havia aqueles também que, entre um trancamento e outro de matrícula, permaneciam por mais de cinco anos na instituição. Dentre as 109 alunas que concluíram o curso nesse período, foi possível observar que o tempo médio de permanência de 86 delas foi de 4 anos. Dentre os 43 alunos do sexo masculino, 40 gastaram cerca da metade do tempo, ou seja, dois anos para concluir os estudos na Escola Normal.

---

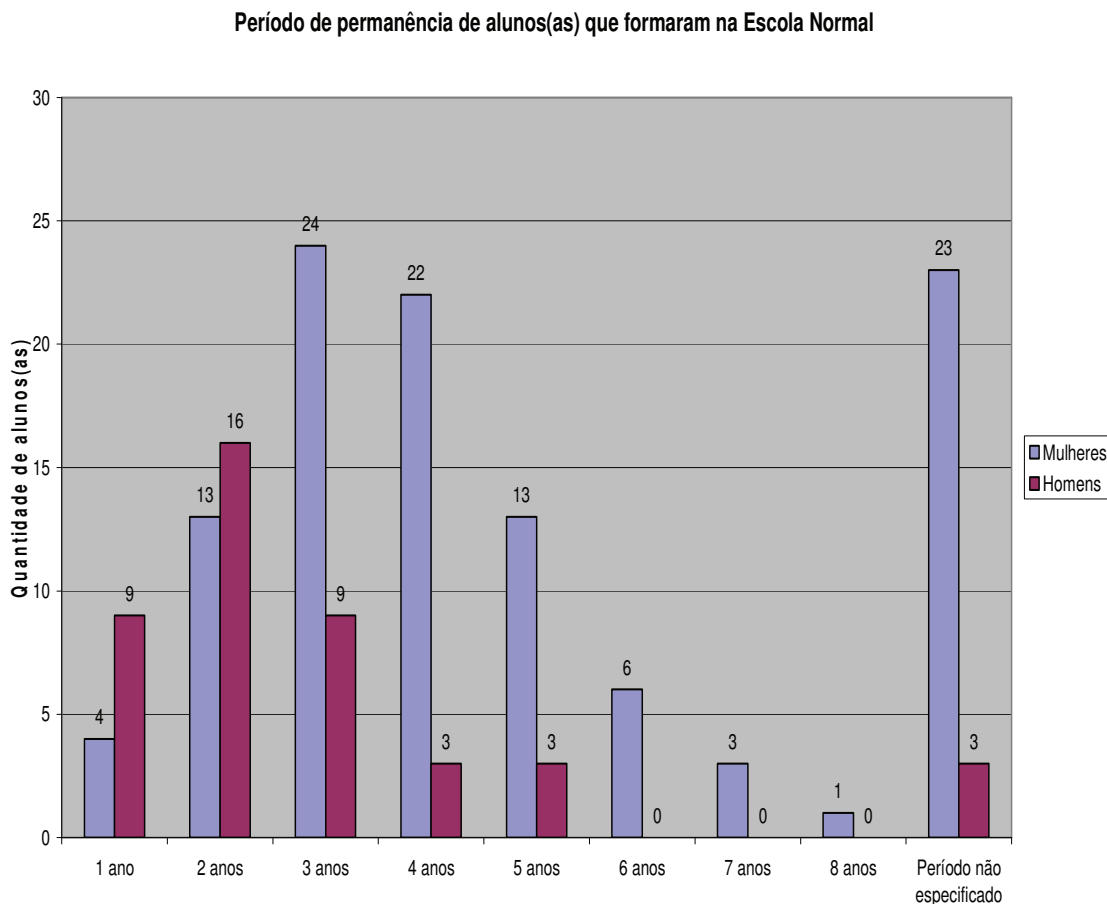
<sup>359</sup> A partir de 1895, os livros de matrícula da Escola Normal de Sabará mencionam transferências entre alunos e alunas desta escola com as da Escola Normal de Sete Lagoas. Na passagem do século XIX para o século XX, o número de escolas normais em Minas Gerais passou a ser cada vez mais expressivo.

<sup>360</sup> Sobre esse assunto ver: CHAVES, Lenir Ferreira. *História da Educação em Sabará (1837-1973)*. Belo Horizonte: EMIL, 1973.

<sup>361</sup> ALENCAR, Ágda Cristina Conti de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola Normal de Sabará (1882-1889)*. Relatório de pesquisa enviado ao CNPq, 2009.

<sup>362</sup> MINAS GERAIS. APM. IP/ SP-IP1/2 Caixa 02.

No Gráfico 1 observa-se o período de permanência dos alunos e alunas que se formaram normalistas entre 1882 e 1904.



**GRÁFICO 1 - Período de permanência de alunos(as) que formaram na Escola Normal**  
 Fonte: APM. IP/Matrícula de alunos(as) da Escola Normal de Sabará.

A despeito do alargado período de formação a que os alunos e as alunas da Escola Normal se submetiam, o número significativo de disciplinas cursadas e certa erudição nos conteúdos estudados, como a leitura de Camões<sup>363</sup>, além de se exporem à exigência de exames públicos, os índices de conclusão do curso parecem significativos, considerando que esses índices eram bem menores em outras escolas de ensino secundário Brasil afora. De acordo com os estudos de Leonardo Neves, considerando os relatórios de presidente de província de Minas

<sup>363</sup> “Peço a V. Excia. se digne enviar-me alguns exemplares do primeiro e segundo livros de leitura de Abílio, gramática portuguesa do mesmo autor, e Luzíadas de Camões, para uso dos alunos pobres que frequentam a Escola Normal desta cidade”. Pedido feito ao inspetor geral da Instrução Pública pelo diretor da Escola Normal, Séptimo de Paula Rocha. MINAS GERAIS. APM, IP1/3, Caixa 25, de 28 de janeiro de 1885.

Gerais, os índices de conclusão do ensino secundário na província, referentes às décadas de 1870 e 1880, não alcançavam 8% do total dos matriculados<sup>364</sup>, número significativamente inferior aos de concluintes da Escola Normal de Sabará.

Pode-se dizer que o número de alunos e alunas que concluíram a Escola Normal superava um pouco a marca de um quarto do total dos matriculados, se se incluirmos aqueles que, apesar de matriculados, nunca compareceram, aqueles que faleceram durante o curso<sup>365</sup> e aqueles que foram para outras escolas normais da província, sobre os quais não se tem notícia. Entre 1882 e 1904, a Escola Normal de Sabará recebeu 529 matrículas. Deste número, segundo o que foi possível pesquisar, 152 receberam o diploma de conclusão do curso.

O Gráfico 2, revela que aqueles que não concluíram sua formação na Escola Normal iam se retirando ao longo do seu percurso, sendo que alguns chegaram a frequentar período superior aos três anos de formação sem obter o título de normalista, contudo.

---

<sup>364</sup> Conferir, sobre o ensino secundário em Minas Gerais: NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>365</sup> Trata-se de três jovens moças, de 13,14 e 18 anos, falecidas durante o curso.



Período de permanência de alunos(as) que se retiraram da Escola Normal

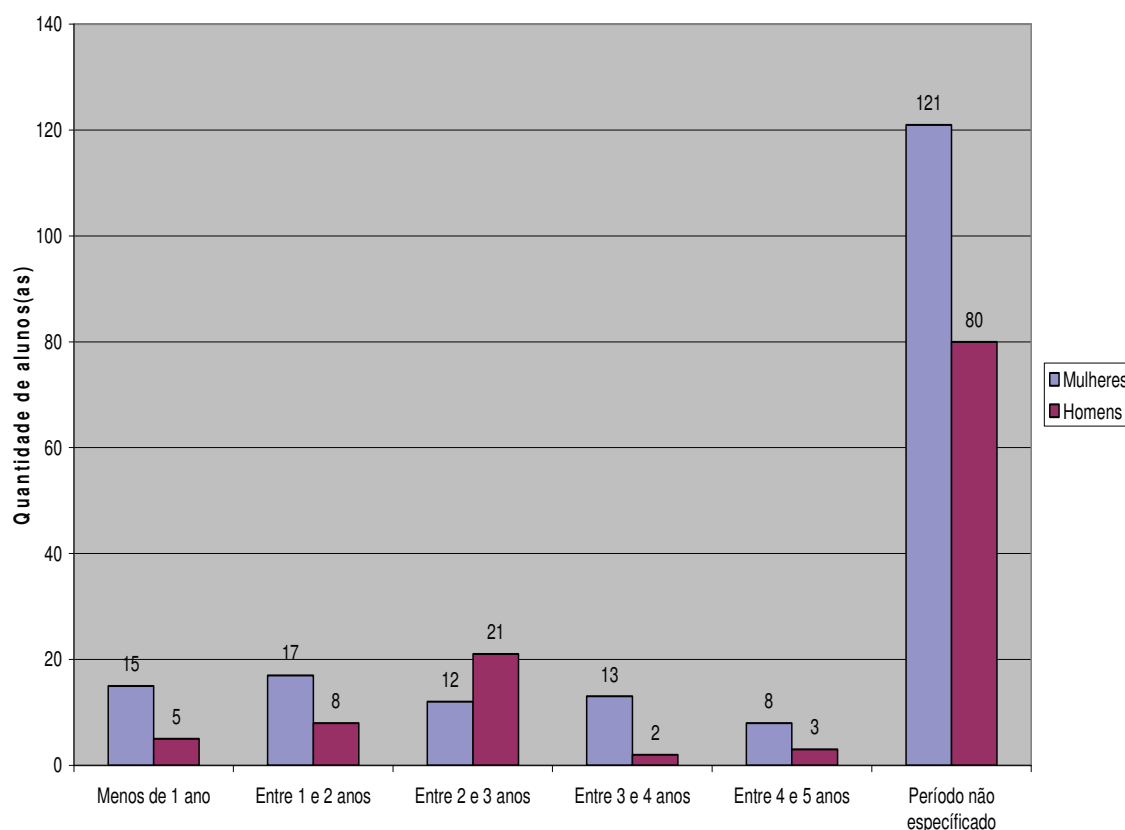


GRÁFICO 2 - Período de permanência de alunos(as) que se retiraram da Escola Normal

Fonte: APM. IP/Matrícula de alunos(as) da Escola Normal de Sabará

A análise da documentação dessa escola revela que seu ambiente nem sempre era harmonioso. Sua dinâmica permitia certa liberdade para a indicação de funcionários, dando espaço a práticas sustentadas por relações interpessoais. Além disso, nem sempre havia consenso sobre quem indicar. Contendas como a que envolveu o professor de desenho da escola, Victor José de Paula, da mesma forma, contribuíam para a desarmonia. Segundo denúncia feita à Inspeção Geral da Instrução Pública, em 16 de junho de 1885, por Séptimo de Paula Rocha, na ocasião diretor da Escola Normal, o referido professor teria, em via pública, desonrado os colegas da corporação de professores, “incluindo a professora e a adjunta da escola prática”<sup>366</sup>, que era a professora dona Ambrosina Laurinda da Silva e dona Maria de Jesus de Paula Velasco, respectivamente, imputando-lhes adjetivos desqualificantes e declarando que a Escola Normal, incluindo alunos e alunas, era foco de

<sup>366</sup> MINAS GERAIS. APM/IP 1/3 Caixa 25, Sabará, 19 de junho de 1885.

imoralidades. Importa destacar que os elementos motivadores de tal ato estavam baseados em possíveis práticas de assédio desse professor a suas alunas da escola. Citam-se os argumentos desse professor:

Passava eu pela porta de uma de minhas alunas, a qual convidou-me para entrar; respondi-lhe que de agora em diante eu seria considerado um professor sem pudor nem dignidade, se entrasse em casa de qualquer aluna: as palavras pois que me ouviram eram referentes à minha própria pessoa, enquanto à qualificação que mereceria, se continuasse a frequentar as casas das alunas. O novel que determinou essa minha resolução foi o desgosto que tive de ver-me acusado repetidas vezes de frequentar a casa de uma discípula, que diziam ser minha predileta, e que foi causa inocente de dois fatos que me ofenderam e desgostaram muito: um deu-se na Ponte Grande, outro na rua do Carmo. Digo causa inocente, porque estes fatos partiram de pessoas que interpretaram maliciosamente minhas relações de amizade com essa discípula. Explico minha frequência em casa de algumas discípulas: pediam-me que as auxiliasse com algumas lições particulares, e eu prestei-me a isso de bom grado, e por longo tempo continuei [...].<sup>367</sup>

O professor Victor foi afastado. Para seu lugar foi indicado o ex-aluno da escola Antônio Pereira da Silva Júnior<sup>368</sup>, de 24 anos, matriculado em 1883. Sua nomeação como professor de desenho e geometria aconteceu em 1885, logo após concluir o curso. Antônio já havia ocupado o cargo de amanuense do Externato e da Escola Normal, no ano em que se matriculou nesta última, permanecendo nesse cargo até 1885, pelo menos. Seu pai, Antônio Pereira da Silva Tão, era professor primário desde 1858. Segundo dados da instrução pública, atuou em diversas localidades da província.

A acusação de assédio imputada ao professor Victor, possivelmente, tinha como agravante o fato de a média de idade entre as alunas matriculadas naquele ano, 1885, ser de 15 anos, conforme se pode observar na Tabela 6, tratando-se, portanto, em sua maioria, de alunas menores. O regulamento de 1879, em vigor na ocasião da abertura da Escola Normal de Sabará, presumia, dentre os critérios para atuação no magistério, a maioridade legal, que, naquele momento, correspondia à idade de 21 anos.<sup>369</sup> Contudo, percebe-se que a idade média de ingresso de alunos

---

<sup>367</sup> MINAS GERAIS. APM/IP 1/3 Caixa 25, Sabará, 19 de junho de 1885.

<sup>368</sup> Antônio Pereira da Silva Junior, depois dessa passagem pela Escola Normal, trabalhou como professor elementar no município de Entre Rios, em 1888. APM, IP 56.

<sup>369</sup> “Art. 58. Para ser nomeado professor público, é indispensável provar: 1.º Maioridade legal. 2.º Moralidade. 3.º Capacidade profissional”. Regulamento N.º 84 de 21 de março de 1879. Lei N.º 2476. Livro das Leis Mineiras.

e alunas na Escola Normal – instituição que recebia em torno de 25 alunos e alunas por ano – era bastante inferior, como indicado na Tabela 6.

TABELA 6  
Idade média dos alunos e alunas da Escola Normal (1882-1904)

Ano	Idade Média		Número de alunos(as)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1882	17	20	34	02
1883	15	18	29	19
1884	15	15	14	06
1885	15	18	22	12
1886	14	18	18	15
1887	15	17	12	13
1888	16	16	15	12
1889	15	16	30	12
1890	15	15	24	25
1891	14	14	03	01
1892	18	17	09	03
1893	15	15	05	05
1894	15	15	10	05
1895	15	16	17	04
1896	14	17	08	03
1897	14	15	06	01
1898	15	14	10	02
1899	16	18	12	06
1900	15	17	14	06
1901	-	-	-	-
1902	17	16	29	05
1903	17	14	16	07
1904	14	15	23	09
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>360</b>	<b>173</b>

Fonte: MINAS GERAIS. APM. IP/Matrícula de alunos(as) da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

A normalista Unistalda Horta Barbosa, de 26 anos, filha do professor José Pedro Alves Horta, conviveria na mesma turma em 1884 com Francisca de Paula Rocha, de 12 anos. Manoel Vicente da Costa, de 27 anos, teria como companheiro de turma Abel Alvarenga Lessa e Mariana Clara de Azeredo Barbosa, ambos com 14 anos. Essa diversidade certamente significava elemento relevante para a dinâmica da sala de aula.

Dentre os mais de 500 alunos e alunas que se matricularam na Escola Normal entre 1882 e 1904, percebe-se que a média de idade para ingresso era de 15 anos para as meninas e de 16 para os meninos. É razoável dizer que essa média é relativamente baixa quando relacionada à exigência legal que previa idade mínima para acesso à docência. Contudo, o que se tem percebido é que era fato corriqueiro professores e professoras atuarem antes disso.

Além do fato de atuarem no magistério antes de alcançarem a maioridade legal, outras hipóteses podem ser consideradas sobre a inserção de meninos e meninas de 12 anos na Escola Normal. Pode-se pensar, também, que esse espaço de formação era pleiteado por alunos e alunas que não necessariamente visavam à atuação no magistério, mas, antes, uma escola pública que proporcionasse educação em nível intermediário. Cotejando dados dos alunos e alunas que concluíram o Curso Normal entre 1882 e 1888<sup>370</sup> com informações sobre a instrução desse período, percebe-se que cerca de 25% das mulheres normalistas foram para o magistério e cerca de 35% dos homens normalistas ocuparam-se com a docência.

TABELA 7  
Alunos e alunas da Escola Normal de Sabará que atuaram no magistério (1882-1888)

	Atuou professor(a)	como	Não se sabe	Total
Mulheres	35		104	139
Homens	26		53	79

Fonte: MINAS GERAIS. APM (IP), *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais* (Ouro Preto, 1864, 1865, 1870, 1875), *A Folha Sabarense* (1885-1890).

<sup>370</sup> Restringimos os dados nos anos de 1882 a 1888 por ser esse período o de maior concentração de fontes coletadas por nós sobre a instrução elementar na Comarca do Rio das Velhas.

Esses dados são limitados, uma vez que o fato de não constar os nomes de alunos e alunas nas listas de professores e professoras nos documentos da instrução nem de longe significa que não atuaram na docência, o que torna esse tipo de análise difícil de ser realizada. Além disso, a coleta de dados realizada nesta pesquisa sobre professores e professoras concentrou-se, apesar de não se limitar a ela, na Comarca do Rio das Velhas. Diante da mobilidade geográfica comum a seus habitantes e, destacadamente, aos professores e professoras das Minas Gerais do século XIX, esses dados servem como referência despretensiosa.

A inserção aos 12, 13 anos no curso normal pode ser pensada, ainda, como indiciária do reconhecimento pelos alunos e alunas da possibilidade de permanência mais alargada nesse espaço. Em função disso, iniciavam a preparação mais cedo. Argumento que reforça essa hipótese pode ser retirado dos dados citados anteriormente no Gráfico 1, em que se percebe a média de quatro anos para a conclusão do curso entre as meninas e de três anos entre os meninos.

Walquíria Rosa, em estudo citado anteriormente, destaca que os alunos da Escola Normal de Ouro Preto eram na primeira metade do século XIX, em sua maioria, professores que já atuavam no magistério primário e que, por força legal, foram obrigados a comprovar habilitação por meio da Escola Normal, a fim de legitimarem suas práticas e saberes docentes, havendo significativa ênfase quanto ao domínio do método de ensino.<sup>371</sup> Percebe-se que entre os alunos e alunas da Escola Normal de Sabará, passadas algumas décadas, esse quadro se alteraria, apesar de vez ou outra encontrar-se a presença de homens e mulheres que já atuavam no magistério entre seus inscritos.

Conforme dados relativos à matrícula de alunos e alunas da Escola Normal de Sabará (Anexo 2), pode-se conhecer, além de suas idades, o tempo de permanência na escola, o número de alunos e alunas que concluíram os estudos, suas cidades de origem e a que famílias pertenciam. Esses elementos são importantes na configuração desse grupo de alunos e alunas. Dentre eles, destaca-se o

---

<sup>371</sup> ROSA, Walquíria Miranda. Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais (1846-1850). In.: LOPES, Ana A. B. de M.; GONÇALVES, Irlen A.; FÁRIA FILHO, Luciano M. de; XAVIER, Maria do C. *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2001, p. 279.

considerável número de alunos e alunas cujos familiares tinham algum vínculo com a instrução na cidade, sobre o que se passa a discutir.

### **3.3 Espaço de chancela para a atuação docente**

A influência familiar tem se desenhado como elemento importante para a inserção de homens e, sobretudo, mulheres na docência. Como pensar, então, sob o ponto de vista familiar, o momento em que a legislação passa, progressivamente, a exigir o diploma de normalista para a atuação docente?

Como discutido no capítulo 2, a inserção na Escola Normal, apesar de não ser condição ao exercício da docência, foi percebida como uma exigência gradativa para o grupo de professoras pesquisadas neste estudo. Das 15 professoras pesquisadas, 6 tornar-se-iam normalistas, algumas após experiência no magistério, e, dentre elas, 4 estudariam na década de 1880. Esse movimento é indicativo da relevância que aos poucos a formação pela Escola Normal foi alcançando. O que se tem observado é que mesmo entre alunos e alunas normalistas a influência familiar, em algum nível, se fez presente.

Comparando o quadro da filiação de alunos e alunas da Escola Normal de Sabará com o quadro de professores e professoras da província, é possível perceber a recorrência com que a vinculação com o magistério afirma o espaço da Escola Normal como lugar de chancela àqueles que, de algum modo, viviam sob a influência da ambiência em que o magistério estava presente. A posse do diploma de normalista, antes de significar a condição de inserção, parece, no caso das professoras e professores que passaram a atuar nas décadas finais do século, reforçar a perspectiva da herança familiar.

A lista de matriculados(as) na Escola Normal de Sabará entre 1891 e 1904 revela a partir do entrecruzamento de fontes, a incidência de filhos e filhas de professores e professoras, e de pessoas ligadas à instrução. Do total de alunos e alunas, foi possível apurar a ocupação de cerca de um terço de seus responsáveis. A predominância de professores e professoras, e de pessoas ligadas à instrução,

como examinadores e diretores de instituições de ensino, é acompanhada por negociantes, comerciantes e proprietários, além de juizes de paz, ourives, promotor, presidente da Santa Casa de Misericórdia e membros da Câmara Municipal. O número significativo de filhos e filhas de comerciantes matriculados na Escola Normal indica que essa atividade se destacava na economia de Sabará.

Cerca de 25% do alunado da Escola Normal constituía-se de alunos e alunas cujos pais ou parentes ocupavam-se da instrução, como professores(as) e examinadores(as). Outros 10% tinham algum parente estudando no Externato da cidade ou, mesmo, na Escola Normal. Esses dados podem ser percebidos na Tabela seguinte.

**TABELA 8**  
Origem familiar dos alunos e alunas da Escola Normal de Sabará  
conforme ocupação dos(as) responsáveis (1882-1904)

Ocupação dos(as) responsáveis	Alunas	Alunos
Professores(as)/diretor/examinador/delegado	53	35
Parente de professor(a)	23	8
Funcionário do externato ou escola normal	4	1
Parente aluno do externato	24	10
Comerciante	28	6
Oficial de justiça	3	-
Promotor público	2	-
Vereador	2	-
Juiz de paz	2	-
Ferreiro	2	1
Marceneiro	1	-
Procurador	1	1
Pedreiro	-	1
Farmacêutico	1	1
Dentista	1	3
Funcionário dos Correios	1	-
Sapateiro	1	-
Marceneiro	1	-
Ourives	1	1
Sem localização	202	98
Total	353	166

Fonte: MINAS GERAIS. APM (IP), *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais* (Ouro Preto, 1864, 1865, 1870, 1875), *A Folha Sabarense* (1885-1890).

Doze alunos, sendo dez mulheres e dois homens, eram órfãos no momento da matrícula e uma era exposta. Importa destacar que a especificidade das fontes consultadas, como relatórios educacionais e lista de professores(as), contribuiu para certa parcialidade dos dados, uma vez que foram as referências principais para se chegar à ocupação dos pais e mães dos alunos e alunas da Escola Normal, mas não foram as únicas. Foi possível consultar também, sobretudo por meio do jornal *A Folha Sabarense* e do *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, outras funções que ultrapassavam essa esfera, mas que, apesar de servirem como fontes auxiliares, não puderam superar a perspectiva lacunar e limitada das análises propostas.

Em seguida, para efeito de comparação, reproduz-se quadro do recenseamento de 1872 (Tabela 8) em que aparecem discriminados os tipos de atividades desenvolvidas na comarca, o gênero, o estado civil, a nacionalidade e a condição social (livre/escravo). Pelo recenseamento, é possível perceber, dentre outros elementos, as características econômicas predominantes na Comarca do Rio das Velhas.





Em uma sociedade baseada no comércio, na agricultura e na prestação de serviços, o número de pessoas que se dedicavam à docência não era tão expressivo, certamente, o que torna os dados apresentados na Tabela 7 mais significativos. De acordo com o Recenseamento realizado na província de Minas Gerais em 1872, 50 professores e professoras atuavam na comarca do Rio das Velhas, dentre uma população ativa que ultrapassava os 50 mil trabalhadores e trabalhadoras. Tal população era diminuta, sem dúvidas, mas, muito possivelmente, não se restringia a esse número oficial – o levantamento aqui realizado comprova isso –, considerando que outros trabalhadores e trabalhadoras poderiam conciliar sua atuação no magistério com outras funções que exerciam com maior dedicação.

Esses dados ajudam a revelar que a Escola Normal de Sabará teve função importante na legitimação de atuação na docência de um grupo de mulheres e homens que tinham em sua ambiência familiar significativa referência e vínculo com o magistério. Nesse sentido, a Escola Normal parece ter funcionado como espaço de chancela a mulheres e homens que vinham gestando, em seu espaço familiar, as condições que lhes possibilitariam acesso a docência.

Ainda no intento de aproximar da trama de relações que produziram as condições que possibilitaram a presença de mulheres na docência, discuti-se no próximo capítulo trajetórias de algumas professoras que atuaram em Minas Gerais, lançando mão de importante recurso propagador de ideias, quer seja, os jornais, algumas nas décadas iniciais do século XIX, outras nas últimas décadas daquele século. O intuito é o de reforçar o argumento em favor da complexidade que envolveu a presença de mulheres na função docente, que ultrapassa, e muito, a institucionalização das escolas normais.

## Capítulo 4

### Construindo a professora na imprensa do século XIX

Policena Tertuliana de Oliveira<sup>372</sup> ocupou, aos 26 anos, a primeira cadeira pública posta em concurso em 1829, na vigorosa cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Beatriz Francisca de Assis Brandão, moradora de Ouro Preto, participou daquele concurso, na condição de examinadora, ao lado de membros do Conselho do Governo. Possivelmente seus escritos, difundidos em diversos periódicos circulantes pela província<sup>373</sup>, a habilitavam à condição de avaliadora de futuras professoras públicas, contando 50 anos de idade na ocasião. Essas e outras histórias foram contadas por Mônica Yumi Jinzenji, em sua tese de doutorado, publicada em livro.<sup>374</sup> Policena e Beatriz têm em comum, além do fato de serem contemporâneas e professoras, o hábito de escreverem matérias para o jornal *O Mentor das Brasileiras*, objeto de estudo de Mônica Jinzenji. *O Mentor das Brasileiras*, de acordo com essa autora, editado pelo também professor José Alcebíades Carneiro, constituiu-se em um dos primeiros jornais brasileiros voltados para as mulheres<sup>375</sup>, sendo publicado entre 30 de novembro de 1829 e 1 de junho de 1832.

Professoras públicas de escolas elementares, como dona Policena e dona Beatriz, tiveram espaço nesse periódico, quase sempre divulgando as benesses da instrução de mulheres e de meninas.<sup>376</sup> Em uma dessas publicações, referente à transcrição

---

<sup>372</sup> Em todos os registros encontrados sobre essa professora, quase todos da década de 1860, seu nome estava acrescido do sobrenome Machado, possivelmente em função de casamento.

<sup>373</sup> Seus escritos eram publicados, segundo Mônica Jinzenji, em jornais como *O Farol Paulistano* e *O Universal*, para citar alguns. Segundo informações dessa autora, dona Beatriz havia recebido esmerada educação doméstica, que incluía lições de francês e italiano, tendo contato com a literatura dessas línguas, por via do contato com um amigo da família. JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 218.

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> Até onde se sabe, o primeiro jornal voltado para as mulheres foi *O Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro, entre 1827 e 1828.

<sup>376</sup> Além dessas duas professoras públicas, havia na província mineira até a década de 1830 outras oito professoras de escolas de meninas: dona Francisca de Paula Higina de Sá, da cidade de Mariana (1832), dona Maria Carlota de São Miguel, da Vila de Tamanduá (1836), dona Eufrásia Joaquina de Figueiredo, da cidade do Serro (1837), dona Anna Joaquina de Oliveira Mafra, da cidade de Barbacena (1834), dona Jacintha Carlota de Oliveira Meirelles, da vila de Baependi (1829), dona Maria Ricardina de Oliveira, da cidade de Campanha (1832), dona Maria Fulgência de Oliveira, da vila de Pitangui (1839), além de dona Maria Ana de Assunção, de Sabará, que assumiu cadeira do sexo feminino em 1836. JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 221.

de discurso realizado por dona Policena, na ocasião de exame de suas alunas, em dezembro de 1829, a professora assim argumentava:

Se eu vos tenho tratado com docilidade, e brandura, é mesmo para perderdes esse pânico terror, de que tanto se jactavam os nossos antepassados, quando o viam em seus subalternos. Um governo liberal reprova hoje esse mau sistema de educação. A timidez é sempre um defeito, que produz de ordinário o acanhamento, e impede a expressão de nossas ideias. Fazei, portanto, que não sejam baldadas as esperanças de nossos Legisladores na criação deste novo estabelecimento de Escolas; mostrai que as letras não são unicamente um objeto privativo dos homens, que o nosso sexo é capaz de grandes progressos, aplicada a atenção e o estudo. São João, 19 de Dezembro de 1829.<sup>377</sup>

Os exames das classes de ensino público, que aconteciam semestralmente, significaram momento de visibilidade importante a essas primeiras professoras de classes elementares de meninas. Por meio deles, essas mulheres professoras adquiriam uma centralidade significativa em evento que, segundo Mônica Jinzenji, assemelhava-se a verdadeiro acontecimento na cidade, contando com a participação de autoridades e grande concorrência da sociedade. Na abertura dos exames, os discursos pronunciados a um “auditório” significavam oportunidade sem precedente às professoras, que cuidavam logo de disseminar defesa da educação pública das meninas, criando uma ambiência que incluía o entusiasmo das professoras, das alunas e da sociedade em favor do progresso da escolarização das meninas.<sup>378</sup>

A educação das mulheres seria importante plataforma para representantes de pensamentos liberais que lançavam mão da incipiente imprensa das décadas iniciais do século XIX<sup>379</sup>, período em que os jornais passam a ter uma progressiva penetração social, vindo a ser o principal veículo de comunicação daquele século. Defensores de diferentes correntes político-ideológicas não mais poderiam prescindir dos jornais.

---

<sup>377</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 04, 23 de dezembro de 1829. Citado por JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 37/38.

<sup>378</sup> *Ibidem*.

<sup>379</sup> No Brasil, a atividade jornalística tem início oficial em 1808, com a criação da Imprensa Régia e a inauguração da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Como já destacado por alguns trabalhos, o jornal tornou-se no século XIX um veículo de educação, civilização e instrução do povo.<sup>380</sup> Para Maria Lúcia Pallares-Burke, com destaque para o período pós-independência, “a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública”.<sup>381</sup>

Conscientes disso, professoras como dona Policena de Oliveira<sup>382</sup> e dona Beatriz Brandão trataram de aproveitar desse espaço, com anuência de José Alcebíades, dirigindo-se inclusive às mulheres. Percebiam a potencialidade educativa dos jornais, dando conselhos de como as mães deveriam educar suas filhas, defendendo os frutos que a sociedade colheria com a instrução das meninas, recomendando a leitura de “bons livros”, publicando poesias em forma de hinos, orações e quadras<sup>383</sup>, e divulgando atitudes e comportamentos próprios ao “belo sexo”.

Em um desses momentos, dona Beatriz, com muita familiaridade, assim recomendava a leitura de *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon:

Portanto, amadas patrícias, trabalhai para que as vossas filhas saibam conhecer o verdadeiro mérito: daí-lhes bons livros: fazei-as ler e até decorar aquele capítulo em que Fénelon faz falar Telêmaco sobre as qualidades de Antíope e, se todas beberem esta sábia lição, será realmente *belo* o nosso *sexo*.<sup>384</sup>

Dona Beatriz atribuía tanta importância à obra que sugeria que as meninas a soubessem de *cor*. Antíope, personagem exemplo de mulher virtuosa e sábia, deveria ser referência para essas meninas leitoras. *O Mentor das Brasileiras*, compilando trecho de Telêmaco, assim definia a personagem:

---

<sup>380</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Cadernos de Pesquisa*. N.104 p. 144-161.jul. 1998.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>382</sup> Dona Policena, segundo dados do *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, ano 1 (1864), teria se aposentado como professora em São João del'rey, em 1864, três décadas e meia após provimento de 1829.

<sup>383</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 238.

<sup>384</sup> *O Mentor das Brasileiras*, n. 15, p. 118, 12 de março de 1830. Citado por JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 144.

Antíope é doce, simples e sábia; suas mãos não desprezam o trabalho; [...] ela sabe se calar e agir, sem pressa; ela está a todo momento ocupada e não se embaraça nunca, porque tudo o que faz tem um propósito; a boa ordem da casa de seu pai é sua glória; ela não é mais ornada que de sua beleza [...] não se vê nela nem paixão, nem teimosia, nem leviandade, nem capricho, como nas outras mulheres. Num só olhar, ela se faz entender [...], ela dá as ordens precisas; ela ordena o que se pode executar.<sup>385</sup>

Ornadas de qualidades tão nobres, possivelmente a personagem encontraria adeptos do sexo masculino, o que minimizava, num contexto que se acostumava à circulação de jornais, a novidade impactante da palavra pública de mulheres. Talvez isso tenha contribuído para uma linguagem que aproximasse a autora de suas leitoras e leitores, estratégia relativamente comum nos periódicos oitocentistas.

*O Mentor das Brasileiras* publicava notícias diversas voltadas à difusão da instrução, veiculando matérias que indicavam o progresso da escolarização das meninas, da dedicação das professoras e de como a população de modo geral envolvia-se com a instrução das meninas. Esse conjunto de questões, quase sempre atreladas à realização dos exames públicos das alunas do ensino elementar, traduzia o movimento incipiente de valorização da figura da mulher como educadora. Explica Mônica Jinzenji:

A necessidade de se educar a mulher pode ser entendida como resultante da percepção do seu poder civilizador; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era a responsável pelo cuidado à primeira infância. Em muitos casos as mães eram, também, as preceptoras das próprias filhas, tanto nos ensinamentos morais quanto nos das primeiras letras, anteriormente ao período em que a escola se estabeleceria e seria reconhecida nesse papel.<sup>386</sup>

Não é sem razão que José Alcebíades, redator do jornal, se uniria às professoras dona Policena Tertuliana e dona Beatriz Brandão. Ele havia sido aprovado em concurso público para professor de gramática latina para meninos. E em 1829, anunciava no jornal *O Astro de Minas*, de São João del-Rei, a abertura de suas aulas, na rua Direita, mesmo endereço em que aconteciam as aulas públicas para meninas, compartilhando espaço com D. Policena.<sup>387</sup> Além de oferecerem aulas no

---

<sup>385</sup> FÉNELON. *Aventuras de Telémaque*, p. 489. Citado por JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 147.

<sup>386</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 173.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 102.

mesmo lugar e de defenderem a educação das mulheres no jornal *O Mentor das Brasileiras*, dona Policena e José Alcebíades tinham em comum o fato de serem membros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional<sup>388</sup>, de São João del-Rei<sup>389</sup>, o que demonstra atuação polissêmica de ambos em diferentes espaços públicos.

Dinâmica semelhante demonstrava dona Beatriz Brandão. Quando se candidatou à cadeira de instrução pública feminina em Ouro Preto, ocupada em 1830, já revelava trajetória na literatura. Após o provimento dessa cadeira, continuou publicando seus escritos em diferentes jornais. Em 1829, inaugurou colégio privado para meninas, no qual se ensinava, além de ler, escrever, contar e costurar, línguas estrangeiras (francês e italiano), as belas artes (piano, dança, desenho e música) e culinária, destinando-se a um público diferenciado do atendido pelas classes públicas.<sup>390</sup> Além dela, Carlota Joaquina de Paiva oferecia aulas para meninas em Ouro Preto. Nas palavras de Mônica Jinzenji, “não eram raras as oportunidades para as meninas frequentarem instituições de ensino privado [...]”.<sup>391</sup>

Outra professora que se apropriou da palavra escrita foi dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, nascida em São João del-Rei. Professora pública interina na vila de Uberaba, em dezembro de 1854, transferiu-se para a cidade de Campanha, sul de Minas Gerais, onde, a exemplo de suas colegas professoras que escreviam para *O Mentor das Brasileiras*, lançou-se nas lides da imprensa para difundir a defesa da educação das mulheres e das meninas. Compunha o quadro de professoras que viajavam pelo interior para lecionar – *mascates do saber* –, mantendo atuação na docência por muitos anos.

---

<sup>388</sup> Segundo Marcilaine Soares, essa sociedade tinha por objetivo “sustentar por todos os meios legais, a liberdade e Independência Nacional”, bem como “auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e da tranquilidade pública, necessidade premente nos primeiros anos da regência”. SOARES, Marcilaine Inácio. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas (1831-1840)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, p. 142-143.

<sup>389</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 103.

<sup>390</sup> Ibidem, p. 218.

<sup>391</sup> Ibidem, p. 219.

Na década de 1870, quando publicou pela primeira vez um número de seu jornal, *O Sexo Feminino*, escrito por ela com o auxílio das duas filhas, Albertina e Amélia<sup>392</sup>, e colaboradoras de diversas localidades, a imprensa havia alcançado significativa profusão. Nas palavras de Leôncio Basbaun, os periódicos eram como “cogumelos após tempestade”.<sup>393</sup> Esse periódico, um dos primeiros escritos por mulheres no Império, foi objeto de estudo da dissertação de mestrado da autora desta tese, concluída em 2004.<sup>394</sup> Aqui, retoma-se, ao mesmo tempo que se ressignifica algumas das questões discutidas naquela ocasião.

Dona Francisca Diniz e suas colaboradoras – constituidoras de uma pequena elite de mulheres letradas – tinham como motivação comum a melhoria da condição da mulher na sociedade, o que aconteceria, segundo a percepção desse grupo, no momento em que às meninas e às mulheres se concedesse o direito à instrução pública. Nesse sentido, aconselhavam, instruíam, informavam e, ao mesmo tempo, formavam suas leitoras.

Como discutido no capítulo 3 deste estudo, a década de 1870 vivenciou importantes transformações no que se refere à forma de se pensar a preparação para o magistério, havendo a reinstalação da Escola Normal de Ouro Preto e a criação de outra em Campanha, em 1872. Esse novo espaço de formação terá destaque n’*O Sexo Feminino*. Imprensa e escola seriam por décadas os principais meios de atuação de dona Francisca Diniz, que, além de manter o jornal, trabalhava como professora da escola prática anexa à Escola Normal de Campanha.

Casada com o professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha, José Joaquim da Silva Diniz, proprietário do jornal *Monarchista*, Francisca Diniz é referência comum em estudos femininos e feministas. É citada por Gondim da

---

<sup>392</sup> Fernanda Andrade, em estudo sobre Francisca Diniz, menciona a existência de uma terceira filha, Elisa Diniz. ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>393</sup> BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

<sup>394</sup> NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.



Fonseca<sup>395</sup> como uma das primeiras feministas do Brasil, tendo uma trajetória significativa na história da imprensa feminina. É reconhecida como uma das defensoras da abolição da escravatura e do voto das mulheres. Ao mesmo tempo, tem significativa atuação na história da educação, trabalhando como professora em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A exemplo de dona Beatriz, também abriria uma escola particular, já no final do século. Em 1889, inaugurava o *Colégio Santa Isabel*, no Rio de Janeiro, cidade para a qual havia se mudado, em 1875. Nesse colégio, trabalhou com as filhas pelo menos até 1893.

O magistério adequava-se satisfatoriamente às mulheres, assertiva difundida constantemente pelo jornal *O Sexo Feminino*. Além de ocupar os espaços da sala de aula, como alunas, as mulheres poderiam, e deveriam, responsabilizar-se pelo papel de transmissoras da instrução. Ou, antes, a mulher, a quem a sociedade até então, na visão do jornal, negava o direito ao ensino, passaria a ser a responsável pela instrução e educação de meninas e de meninos. Se, de um lado, a instrução das mulheres acarretaria o domínio de conhecimentos necessários e úteis a elas próprias, de outro, proporcionaria instrumental para a inserção no universo do trabalho, sobretudo no magistério, com isso a sociedade e as próprias mulheres só teriam o que lucrar.

De modo geral, Francisca, Beatriz e Policena alcançaram visibilidade maior na historiografia da educação em Minas Gerais, se comparadas às professoras estudadas nesta tese. A despeito dessa projeção pública, sobretudo em função da visibilidade dada pelos jornais nos quais vinculavam suas ideias e assertivas, entende-se que essas três mulheres professoras guardam relação com aquele grupo e, ademais, com as mulheres que se inseriram na docência em Minas Gerais durante o século XIX.

Uma questão desponta do fato de essas mulheres, à margem da Escola Normal, terem ajudado a construir argumentos, desde as décadas iniciais do século XIX – momento marcado por iniciativas governamentais de vulgarização da instrução –, em favor da inserção de meninas nas escolas elementares e de mulheres na

---

<sup>395</sup> FONSECA, Gondim da. *Bibliografia do jornalismo carioca (1808/1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

docência. Tem-se, não somente nesse grupo, uma deliberada iniciativa em favor da elaboração das condições que possibilitariam a docência às mulheres.

Dona Beatriz e dona Policena, mais no início do século, e dona Francisca, atuando de forma mais incisiva nas décadas finais do século XIX, vivenciaram momentos importantes, de transformações diversas no decorrer dessas décadas. Se em 1873 dona Francisca reiterava argumentos que valorizavam as Escolas Normais como espaços formativos importantes, a exemplo do que aconteceu com o grupo de professoras que vivenciaram as demandas desse período, pesquisadas no capítulo 2, deve-se levar em conta o movimento que progressivamente autorizava dona Maria Anna da Assunção (em Sabará), dona Beatriz e dona Policena a ocuparem-se da docência, na década de 1830, com todas as implicações que essa função exigia, no que diz respeito tanto às tarefas quanto à visibilidade e exposição demandadas.

A seguir, desenvolve-se um pouco mais os argumentos em favor do que se chamou de “emancipação das mulheres”, tal como difundidos por dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz em seu principal meio de comunicação, o periódico *O Sexo Feminino*.

#### **4.1 Docência e imprensa: Plataforma da emancipação de mulheres**

Ensinar e escrever se constituíram em algumas das principais e mais reconhecidas atividades remuneradas alcançadas por mulheres. No decorrer do século XIX, tanto no Brasil quanto em outras nações, algumas delas começaram a ensinar e outras tantas a escrever, ou, antes, a publicar seus escritos. Se o impresso vinha se constituindo como importante, se não o principal meio de comunicação e expressão de ideias, posições e manifestação de interesses diversos, um pequeno grupo de mulheres lançou-se, de forma entusiástica, à edição de jornais.

Francisca Diniz compôs esse grupo, bem como Narcisa Amália, Nísia Floresta e Júlia Almeida, nomes que alcançaram reconhecimento como algumas das

propositoras de um incipiente movimento feminista brasileiro, em que pese a diversidade de suas reivindicações.<sup>396</sup>

O jornal *O Sexo Feminino* tem sido a principal fonte de conhecimento sobre alguns dos pensamentos e reivindicações de Francisca Diniz, por, pelo menos, duas razões: a escassez de dados biográficos sobre essa professora jornalista; e, principalmente, o fato de ela ter editado um periódico que se identificava de forma marcante com suas ideias e posicionamentos, marca acentuada da imprensa do século XIX, momento em que os periódicos se caracterizavam pelo fato de o traço pessoal de seus redatores ter grande destaque.

Na tipografia do jornal *O Monarquista*, de propriedade de seu marido, Joaquim Diniz, Francisca imprimiu, em 7 de setembro de 1873, o primeiro exemplar do periódico *O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher*. Narcisa Amália, renomada poetisa de Rezende, Rio de Janeiro, uma das colaboradoras mais ilustres de *O Sexo Feminino*, assim recebeu o primeiro número desse periódico:

Do seio dessa terra de Minas, tão rica de seiva e de juventude, do seio dessa terra generosa, que recebeu e fecundou as primeiras ideias de nossa emancipação política, é que devia também partir brado pela emancipação da mulher.<sup>397</sup>

Francisca Diniz publicou em Campanha, semanalmente, outros 44 números, até 7 de setembro do ano seguinte, 1874, quando anunciou sua partida para a cidade do Rio de Janeiro, onde deu prosseguimento à publicação do jornal. Mudou-se com a família para a então Capital imperial, em 1875. Segundo Constância Duarte, tornou-se nessa cidade uma conceituada professora, além de somar-se à efervescente imprensa feminina da Corte.<sup>398</sup> Parece ter conciliado a manutenção de *O Sexo Feminino* no Rio de Janeiro com o magistério na cidade de Barbacena, cidade mineira que se situava na divisa com a província do Rio de Janeiro.

---

<sup>396</sup> Segundo Maria Amélia Teles, o Brasil foi a nação latino americana onde o jornalismo feminista demonstrou maior vigor no decorrer do século XIX. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

<sup>397</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 11 de outubro de 1873, p. 03.

<sup>398</sup> DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In.: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

Em maio de 1876, Francisca Diniz compunha a lista de professores e professoras da instrução pública daquela cidade.<sup>399</sup> Em agosto daquele ano, obteve adiantamento de salário<sup>400</sup>, sendo demitida a pedido em maio de 1879. Esses três anos de atuação em Barbacena parecem ter sido irregulares, obtendo licença por duas vezes. Na primeira, para tratar de sua saúde, em julho de 1878, por três meses; na segunda, em setembro do mesmo ano, por mais dois meses.

É possível que seus pedidos de licença e de adiantamento de salário se relacionassem de algum modo com sua função de editora de jornal. Enquanto esteve em Barbacena, manteve a publicação de *O Sexo Feminino*, editado até 1877. As idas e vindas de Francisca Diniz podem ter sido motivadas, inclusive, por sua condição de viúva, possibilidade não confirmada até o momento.<sup>401</sup>

Segundo June Hahner, Francisca e suas filhas tinham no magistério e no jornalismo atividades fundamentais para a própria sobrevivência, referindo-se ao período em que viveram no Rio de Janeiro. Declara a autora: “Ao contrário das protegidas senhoras da classe alta, bem educadas e cultas, elas necessitavam da renda que derivava de seus artigos jornalísticos”.<sup>402</sup> Hahner também ressalta que, para sobreviver, Francisca Diniz e suas filhas suplementavam a atuação no magistério e na imprensa com proventos que vinham de aulas de piano e de traduções, demonstrando certa erudição na formação dessas três mulheres.

Francisca Diniz continuou conciliando atuação no magistério e na publicação de jornais por algum tempo. No Rio de Janeiro, publicou a revista *Primavera*, em 1880, retomou *O Sexo Feminino*, em 1887, publicação que se chamaria *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em 1889<sup>403</sup>, colaborou para os jornais *Estação* e *A*

---

<sup>399</sup> MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. IP 30 – Matrícula dos professores da instrução pública (1854-1894).

<sup>400</sup> “Por ato de 30 de agosto de 1876 foi-lhe adiantada a quantia de 35% correspondente à terceira parte do seu ordenado”. MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. IP 30 – Matrícula dos professores da instrução pública (1854-1894).

<sup>401</sup> Em 1875, ano em que Francisca Diniz deixa a cidade de Campanha, o nome de seu marido, Joaquim Diniz, mantém-se na lista de professores daquela cidade. A partir daí não conseguimos encontrar mais referências sobre ele.

<sup>402</sup> HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, Santa Catarina: EDUNISC, 2003.

<sup>403</sup> A plataforma do voto das mulheres teria grande destaque nesse periódico.

*Voz da Verdade* e escreveu o romance *A Judia Rachel*.<sup>404</sup> Em 1889, inaugurou o Colégio Santa Isabel, onde trabalhou com suas filhas até, pelo menos, 1893.

Seus escritos n’*O Sexo Feminino*, em 1873, são indicativos das principais reivindicações que desenvolveria ao longo de sua trajetória na imprensa. O excerto seguinte traduz de certo modo essas reivindicações:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;  
Queremos reaver nossos direitos perdidos;  
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;  
Queremos a instrução pura para conhecermos os nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;  
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos quando a isso formos obrigadas;  
Queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e o pelo quê das coisas;  
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;  
Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa;  
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.<sup>405</sup>

A motivação principal das reivindicações de Francisca Diniz estava na condição de “traste de casa” e de “escravas”, às quais, na sua percepção, se submetiam as mulheres do século XIX. Segundo a redatora, a repressão e submissão a que estava submetida a mulher brasileira aproximavam ricas e pobres, negras e brancas<sup>406</sup>, invariavelmente identificadas como parte do mobiliário da cozinha ou, em casos extremos, tratadas com violência. A despeito de uma certa dramaticidade em seus argumentos, construídos com base em referenciais de unicidade entre as mulheres, estratégia compreensiva a quem intentava chamar a atenção da sociedade para as questões trazidas pelo jornal, o período das últimas décadas do século XIX será, de fato, como discutido no capítulo 2, período de investimento de vários setores na ressignificação da função social das mulheres.

Estes investimentos viriam, inclusive, de setores intelectuais e políticos do Império que percebiam a necessidade de ampliar o nível de educação das mulheres, que

---

<sup>404</sup> Sobre esse romance, conferir: ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>405</sup> *O Sexo Feminino*, n. 08, p. 2. Campanha, 25 de outubro de 1873.

<sup>406</sup> *O Sexo Feminino*, p. 01. Campanha, 8 de agosto de 1874.

priorizava até então, em função de uma longa tradição católica e jesuítica, a formação moral e cristã. Nesses novos discursos – revistos inclusive pela Igreja Católica, como discutido no capítulo 2 –, provenientes da doutrina positivista, cientificista – pensamentos em profusão na segunda metade do século XIX –, as mulheres alcançaram grande centralidade como educadoras da sociedade, atuando, sobremaneira, no espaço familiar.

Como participante desse movimento, Francisca Diniz posicionava-se a favor da valorização das mulheres, reivindicando uma interlocução entre o espaço familiar e o espaço do trabalho remunerado. Como forma de “reaver” os “direitos perdidos”, defenderia, por meio de seu jornal, a centralidade que a instrução – o que incluía acesso à ciência – teria nessa nova condição das mulheres. Agregada à defesa da instrução e da educação das mulheres, o jornal lançava-se em oposição à pena de morte e à manutenção da escravidão, pleiteando maior representatividade política e social das mulheres, utilizando-se de estratégias discursivas que agregavam a defesa das causas das mulheres a outras mais amplas, de interesse social. As mulheres instrumentalizariam, segundo o jornal, a ampliação de seu campo de atuação na sociedade, garantindo direitos civis e políticos, por meio de atitudes de maior responsabilidade social.

Presença constante tinha a emulação de mulheres bem sucedidas mundo afora. Francisca Diniz procurava demonstrar que, bem educadas, as mulheres poderiam alcançar fortuna, como ocorrido com George Sand, importante romancista francesa do século XIX, que, com pena e papel, ganhava muito dinheiro.

Apesar da eleição da docência como lugar por natureza destinado às mulheres, importa perceber que Francisca Diniz tinha como preocupação última o universo do trabalho remunerado para as mulheres. Apesar de sua enraizada missão doméstica, cenário naturalmente destinado ao dispêndio de suas energias – o “deserto em que vivemos [...] onde o destino decretou-nos a residência”<sup>407</sup> –, a inserção no mundo das profissões aparece ora com tonalidades mais discretas, ora

---

<sup>407</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 8 de agosto de 1874, p. 1.

como direito negado às mulheres, mas sempre como importante alternativa à sua escravização no lar.

Francisca Diniz contestava o lugar da casa como único reduto da mulher. A instrução, sempre conciliada com elementos educativos tradicionais, viabilizaria a emancipação das mulheres, seja por meio de sua participação social, seja por um trabalho remunerado. Os trabalhos tradicionalmente ocupados pelas mulheres, segundo Francisca, eram impregnados de um duplo problema: algumas vezes, a empurravam para a reclusão da vida privada – como no caso das bordadeiras, costureiras e roceiras, que, apesar de não se comprometerem moralmente, não conseguiam romper com certo estigma de inferioridade advindo de suas funções; outras vezes as funções exercidas no espaço público nem sempre garantiam o respeito devido às mulheres.

Os trabalhos tradicionais exercidos por mulheres, na visão de Francisca Diniz, estavam atrelados à mera sobrevivência humana, suprimindo as necessidades mais imediatas de manutenção da vida delas e, às vezes, dos seus familiares. Contudo, na nova sociedade propalada pelo jornal *O Sexo Feminino* a ocupação de mulheres ganharia novos ares.

A busca por alternativas de trabalho, da qual *O Sexo Feminino* era mensageiro, era uma tentativa de rompimento e de expansão da casa – lugar de produção da vida e, portanto, dos ofícios relacionados à esfera do privado – para a apropriação e o domínio da ação pública, por meio do pensamento cultivado, em um processo de ampliação de suas perspectivas profissionais e intelectuais. *O Sexo Feminino* considerava a necessidade de ampliação desses espaços em função de maior visibilidade social, o que, por sua vez, se condicionaria a um maior preparo intelectual.

Francisca Diniz, professora que havia estudado música e idiomas, representava a elite intelectual de Campanha. De certo modo, associava a educação de mulheres a novos domínios, diferentes dos já enraizados no imaginário social. Sua perspectiva parece se diferenciar da educação burguesa, para a qual as mulheres das elites deveriam ser educadas para frequentar adequadamente os eventos sociais, como

bailes, teatros e festas em geral. Por mais que tenha presença a perspectiva da ilustração, na medida em que estimula a mulher a tornar-se uma companhia mais agradável ao marido e de maior utilidade na educação dos filhos e filhas, a possibilidade de ampliar oportunidades de trabalho parece se sobrepor.

Médicas, advogadas, escritoras, professoras secundárias e telegrafistas, eram constantemente mencionadas pelo jornal, que publicava a luta de mulheres pela inserção em concursos públicos, assim como em cursos superiores pelo mundo, ao mesmo tempo em que protestava contra a exclusão das mulheres nas esparsas instituições superiores existentes no Brasil.

O acompanhamento sistemático e entusiástico de cada nova inserção das mulheres em faculdades pelo mundo pretendia incitar debates sobre a temática, amadurecendo a pretensão que viria a constituir-se em possibilidade em 1879, com a Lei de Reforma do Ensino Superior, e, anos mais tarde, com a primeira mulher a formar-se em medicina no Brasil, em 1887. Tratava-se de Rita Lobato Velho Lopes, que se graduou-se na Escola de Medicina da Bahia.<sup>408</sup>

No entanto, seria necessário promover a estruturação nos níveis primário e secundário de ensino, medida que significava importante barreira ao ensino superior para as meninas e as mulheres. Reclamava Francisca Diniz: “Mas no Brasil em geral, e especialmente nesta grande e opulenta província, tudo está ainda por fazer; nem cursos científicos, nem colégios de artes, nem mesmo escolas primárias regularmente montadas”.<sup>409</sup>

A instrução adequada habilitaria as mulheres ao mundo do trabalho. A intenção era oferecer-lhes todas as carreiras possíveis a suas condições físicas e morais, resguardando-as dos tradicionais bastiões masculinos, que seriam o militar, o político e o religioso.<sup>410</sup> “As senhoras, suposto não fossem destinadas para as

---

<sup>408</sup> Em 1888, Ermelinda Lopes de Almeida teria se formado na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano, outras duas brasileiras receberiam o diploma de Direito. HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, Santa Catarina: EDUNISC, 2003.

<sup>409</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 20 de janeiro de 1874, p. 02.

<sup>410</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.



armas, nem para a magistratura, e ministério da igreja, não têm, contudo, ocupações menos importantes para o bem geral da sociedade”.<sup>411</sup>

Francisca Diniz fazia questão de esclarecer que tal ampliação do universo de trabalho das mulheres não comprometeria sua moralidade e tampouco sua natureza de mulher. Nesse sentido, afirma:

[...] é extremamente satisfatório ver-se que o progresso intelectual efetua-se sem perder terreno, e sem que as qualidades femininas tenham de algum modo enfraquecido. A cultura do espírito não faz a mulher sair de sua esfera. Torna-a sim um ser mais nobre, mais sábia, melhor, e mais amável.<sup>412</sup>

A inserção de mulheres no universo do trabalho permitiria a elas maior independência da figura masculina, caso fosse necessário. O alto número de mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais ao longo dos séculos XVIII e XIX, como apontado por alguns estudos<sup>413</sup>, pode ter motivado as reflexões de Francisca Diniz. É nítido, contudo, que para Francisca Diniz a produtividade das mulheres mantém-se extrínseca, sob a proteção e a tutela masculinas.

A seguir, discutire-se de que modo, nesse conjunto de proposições, Francisca Diniz foi apresentando ao público argumentos que desenhava, aos poucos, o magistério como profissão ideal às mulheres, atuação que convergia, de certo modo, uma série de reivindicações pelas quais militava.

## 4.2 Francisca Diniz: Elaborando a docência de mulheres

Compreende-se a militância de Francisca Diniz em favor da atuação de mulheres no magistério como síntese das trajetórias de professoras que a antecederam. Autorizada por elas e pelos argumentos favoráveis que se originavam de diversos

---

<sup>411</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 25 de outubro de 1873, p. 03.

<sup>412</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 28 de janeiro de 1874, p. 01.

<sup>413</sup> Para citar um deles: PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

setores – religioso, político, médico, pedagógico –, Francisca participou de um duplo movimento, que, ao mesmo tempo, construía e se apropriava das condições de possibilidade para a docência, alargando e reforçando a autorização para ocupar esse espaço. Nessa mobilização, o magistério era representado por uma irrestrita positividade, indubitavelmente adequada às mulheres.

Apesar de não se tratar de uma imprensa estritamente pedagógica, o jornal fazia-se veículo constante das mais diversas questões referentes às condições da instrução, tanto pública quanto privada, pela província, pelo Brasil e pelo mundo. Neste sentido, reproduzia trechos de regulamentos de ensino, artigos considerados do interesse de professoras e professores, assim como, por meio de dados estatísticos, apresentava os avanços da instrução no Brasil. Em forma de números, procurava retratar as conquistas em termos educacionais, sobretudo se estas relacionassem à presença de mulheres no magistério.

*O Sexo Feminino* trazia, periodicamente, na coluna “Noticiário”, informações sobre periódicos que considerava serem ilustrados, ou seja, condizentes com o propósito de propagação de uma pedagogia progressista, bem como manuais pedagógicos recomendados aos professores e professoras. Contudo, os males da instrução estavam igualmente presentes nas páginas do jornal, como desafios a serem superados, tarefa para a qual as mulheres muito contribuiriam, na percepção do jornal.

A Escola Normal de Campanha tinha espaço destacado n’*O Sexo Feminino*. Além de Francisca Diniz e seu marido serem professores desta instituição, as filhas do casal, Albertina e Amália, estudavam na Escola Normal. Publicações quase diárias da dinâmica dessa instituição demonstram o intento de promovê-la e de legitimá-la como espaço de formação de professores e professoras. Os exames da escola, o calendário de aulas e de matrículas, as disciplinas cursadas e o número de alunos e alunas frequentes eram corriqueiros n’*O Sexo Feminino*.

Perpassa nas páginas de *O Sexo Feminino* uma nítida conexão entre uma representação feminina atrelada a uma representação de docência. A representação da mulher trazida pelo jornal visava à formação de um modelo de feminilidade, em

estreito vínculo com um ideal de professora, retratando o magistério como uma profissão talhada para as mulheres. Publicava o jornal:

É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher pode com vantagem educar a mocidade – e que tal educação assim bebida desde o berço é capaz de formar as boas ou más inclinações do educando, que tal será qual for a educação que tiver tido.<sup>414</sup>

Esse trecho é indicativo do propósito da redatora em criar uma ambiência favorável à docência de mulheres, além de ser bastante elucidativo de aspecto que acompanhará a docência, quer seja, a perspectiva da naturalização entre mulheres e magistério, inaugurando uma tradição. Nesse sentido, relaciona a educação das mulheres aos cuidados com as gerações futuras. E seguia na defesa dessa condição de educadora:

É tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e muito principalmente para o magistério, onde daremos à mocidade de ambos os sexos educação e instrução; e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e à sociedade que ensinaremos a juventude senão com mais proficiência que os preceptores, ao menos com mais constância, paciência, resignação, bondade e ternura maternal, sentimentos estes que Deus não confiou ao sexo masculino.<sup>415</sup>

Nessa sugestiva passagem, percebem-se elementos importantes em defesa da adequação do magistério a certa representação de feminilidade, revestida de docilidade, ternura e paciência, características próprias das mulheres. Lança-se mão desses argumentos visando garantir certa reserva de mercado. O professor turrão, insensível e punitivo era avesso, por suas características naturais, aos propósitos de civilizar a população por meio do incentivo de seu autocontrole. Igualmente desqualificadas para a educação das futuras gerações eram, segundo Francisca Diniz, as mestras religiosas. Para esse grupo, as críticas circunscreviam-se, basicamente, em torno da falta de experiência de vida, necessária, na visão de Francisca Diniz, para a boa educação das meninas. Sobre o que argumentava:

Um dos maiores defeitos da educação do sexo é pô-la em mãos de pessoas que separadas do mundo, nenhuma ideia tem dele.

---

<sup>414</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 27 de setembro de 1873, p. 1.

<sup>415</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 29 de novembro de 1873, n. 13, p. 2.

Pessoas voltadas ao celibato podem instruir uma menina nos deveres da vida conjugal?!  
Podem, desprovidas de experiência, premuni-la contra seduções e perigos que elas mesmas não devem conhecer?<sup>416</sup>

A noção de experiência difundida por Francisca Diniz, por meio d'*O Sexo Feminino*, relaciona-se à moralidade própria de uma professora casada, representante de uma sexualidade controlada pelos deveres de sua vida conjugal. Para esse novo modelo de magistério laico a mulher casada adequava-se muito bem.

A coeducação dos sexos seria outro argumento importante, fruto igualmente de uma percepção de adequação entre mulheres e controle da sexualidade. Em defesa do convívio entre meninos e meninas em uma mesma turma, Francisca Diniz argumentava:

[...] com a co-educação dos sexos, conseguiremos o mesmo resultado e outros ainda mais vantajosos, com menos despesas, preferindo principalmente para esse gênero de escolas as professoras. É sabido quanto a mulher é carinhosa, quanto ela gosta de cumprir seus deveres e a moderação com que sabe ensinar.  
Um ilustrado escritor disse – que a escola mista regida por mulher deixa de ser essa prisão sombria, cheia de horrores e castigos, a que a criança tem aversão; torna-se como que a continuação do lar doméstico, em que a irmã mais velha ensina a seus irmãos e irmãs menores.<sup>417</sup>

Por seus argumentos, Francisca Diniz parece compreender a coeducação dos sexos como a presença de meninos e meninas em uma mesma sala de aula. Associa de modo automático essas turmas mistas à presença da professora. No trecho seguinte, continuação do anterior, Francisca Diniz demonstra conhecer a experiência de escolas mistas difundidas nos Estados Unidos, referência importante para os adeptos dessa educação compartilhada. No ano anterior ao da publicação dessa matéria, a coeducação havia dominado parte das discussões das Conferências Pedagógicas, realizadas em janeiro de 1873, no município da Corte.<sup>418</sup>

Nessa ocasião, os argumentos contrários à coeducação complementavam-se entre aspectos morais e cognitivos, uma vez que, além dos perigos potenciais da

---

<sup>416</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 23 de maio de 1874, n. 33, p. 2.

<sup>417</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 2 de maio de 1874, n. 31, p. 2 e 3.

<sup>418</sup> A esse respeito, conferir: CHAMON, Carla Simone. Educando Meninos e Meninas: a co-educação dos sexos na corte carioca no final do império. In: *III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004, Curitiba. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.

convivência entre meninos e meninas, as diferentes capacidades de aprendizagem inviabilizariam a educação conjunta. A despeito de toda a discussão que a coeducação suscitaria nas décadas de 1870 e 1880, o costume de separar meninas e meninos no espaço escolar predominou até pelo menos o final do século XIX em várias partes do Brasil.

Elementos econômicos, especificamente relacionados ao trabalho de mulheres, teriam peso significativo na defesa da coeducação. Nas palavras de Francisca Diniz:

[...] Para a escola mista eu prefiro, em vez do professor, a professora, por motivos muito importantes. Em primeiro lugar, porque as professoras garantem mais os princípios de moralidade. Em segundo lugar, porque a mulher pobre no Brasil deixará de ser escrava ou criada, para, como nos Estados Unidos seguir a profissão do magistério. Os nobres colegas sabem que, quando acabou a guerra nos Estados Unidos, criaram-se ali 4 mil escolas, e imediatamente 4 mil mulheres se apresentaram para regê-las; sabem ainda que em Nova York, como em quase toda a União, o número de professoras é extraordinariamente maior do que o dos professores. Além disso [...], temos de garantir um futuro para a mulher; porque o homem, que por sua constituição pode suportar outros trabalhos, mais facilmente viverá.<sup>419</sup>

Numa sociedade em que as condições materiais induziam homens e mulheres à contingência do trabalho, o magistério era agregador de uma série de benefícios, na visão de Francisca Diniz. Significaria economia para o governo, na medida em que poderia manter num mesmo espaço meninos e meninas; garantiria a atuação de professoras mais adequadas às especificidades da função, inclusive no que diz respeito à moralidade requerida pela função; e, sobretudo, proporcionaria às mulheres pobres a oportunidade de trabalho que exigia menos esforço físico. Importa perceber que havia posicionamento claro de Francisca Diniz na defesa do magistério exercido por mulheres, o que agrega evidente parcialidade em seus argumentos, com o fim explícito de convencimento de seus leitores e leitoras.

Pode-se dizer, grosso modo, que os argumentos defendidos por Francisca Diniz deixavam as mulheres numa posição bastante confortável, como figuras moralizadoras da sociedade. Importa salientar que as realidades de vida que distinguiam cotidiano o de mulheres no século XIX, bastante propaladas por estudos recentes, induzem a concluir que essa representação de mulher difundida por

---

<sup>419</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 02 de maio de 1874, n. 31, p. 02 e 03.

Francisca Diniz n’*O Sexo Feminino* não dependia das possíveis ressonâncias da realidade.

A estratégia de Francisca Diniz de construir argumentos favoráveis à docência de mulheres desqualificando a atuação dos homens provocou o descontentamento do professor Olympio Catão, da cidade de Lorena, interior da província de São Paulo. Manifestava esse professor, em correspondência enviada para *O Sexo Feminino* e publicada em seguida: “Sujeito a tudo e a todos, regido por um regulamento severo, o professor não pode ter aquela independência precisa, e por isso é irresponsável pela degeneração dos costumes, pela prática de alunos”.<sup>420</sup>

Nessa correspondência, Olympio reclama das condições de trabalhos dos professores não apenas na província paulista, mas como condição invariável aos professores do Brasil, lamentando a “condição humilde a que se acha reduzida a sua nobre classe”.<sup>421</sup> A construção em torno das potencialidades da mulher na regeneração da docência era, assim, contrastada com uma realidade muito mais complexa, que envolvia questões de várias ordens, salientadas por Olympio. Esse professor destaca as ingerências de pessoas desqualificadas que ocupavam cargos administrativos na instrução pública, a falta de independência, reconhecimento e valorização dos professores e uma série de outros fatores que reforçavam uma: “posição acanhada que ocupa o professor na sociedade brasileira [...]”.<sup>422</sup>

A troca de correspondências entre Olympio Catão e Francisca Diniz fornece importantes elementos sobre como, na visão de dois professores, a função docente e a construção do magistério como profissão se conduziam. Dirigindo-se ao professor Olympio Catão, Francisca Diniz afirma: “Deixaste-vos cegar pelo espírito de classe!”.<sup>423</sup> Em uma longa passagem, Francisca, coerente com o propósito de que as mulheres representariam verdadeira “revolução” na instrução elementar, argumenta:

Oh! Vós vos enganastes perfeitamente, quando atribuístes aos professores em geral atributos e virtudes que muitos não têm, e nem almejam possuir.

---

<sup>420</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 6 de junho de 1874, n. 34, p. 2.

<sup>421</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 6 de junho de 1874, n. 34, p. 2.

<sup>422</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 6 de junho de 1874, n. 34, p. 3.

<sup>423</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 27 de junho de 1874, n. 37, p. 2

Quem diz professor, na acepção genérica da palavra, diz educador, e o grande número de preceptores que se encontram nas diversas províncias deste nosso vasto império merecem o qualificativo de educadores?

Conhecem ou ao menos sequer tem eles noções do que quer dizer pedagogia? E como se impuseram a árdua e difícil tarefa de ensinar; e ensinam ignorando a definição da ciência do ensino?

Nenhuma injúria se lhes faz em dizer que eles só são professores em nome. [...] A experiência me tem ensinado, e eu tenho constantemente observado esta contristadora verdade. Professores há que nasceram, cresceram e fizeram-se mestres em uma época de escuridão – nunca, portanto, viram e nem podiam ter visto a luz.

Outros que posto houve nascido na época da escuridão, foram mestres no tempo da luz; estes maldizem esses tempos, lastimando que não tivessem quem os instruissem nos princípios da ciência, não da tal ciência estacionária, mas dessa que caminha sempre.<sup>424</sup>

E a matéria continua, em número subsequente do jornal, valorizando a pedagogia como ciência da educação.

Há porém uma certa classe de professores que tendo nascido e crescido na época da luz, e tendo-se neste tempo feito mestres, são indiferentes ao progresso, tapam os olhos para não verem a luz, e até viram as costas para o sol. Acompanham a rotina, nada querem inovar, passam o tempo, e no fim deste estendem a mão para receber o dinheiro dos cofres públicos, que os retribuem não pelo serviço que prestaram, mas pelo tempo que inutilmente encheram.

Estes tais não são professores, mas são usurpadores, ou meros ganhadores.

Perguntai a estes pseudomestres que ideia fazem da pedagogia, qual a sua necessidade no ensino público ou privado, qual a sua utilidade – e eles estolidamente responderão: são novidades da época; nossos antigos mestres, que aliás eram sapientíssimos, nunca nos falaram nesse ramo de ciência; não há pois necessidade e nem utilidade de tal pedagogia.

E é a tais refratários da ciência que se dá o honroso título de professor! E de que tanto se orgulham para fazer monopólio do ensino.

[...] Que luzes verdadeiras, que exato conhecimento do homem, que virtude de fino quilate precisa reunir aquele que, sem se iludir acerca de suas forças, se entrega a tão nobre missão!

[...] Em uma palavra, o preceptor deve contas à família, ao estado, à pátria e à sociedade, pela má ou boa gerência do precioso depósito que lhe é confiado.

[...] Finalmente, meu ilustre colega, há professores que sabem sê-lo; há outros que desejam sabê-lo e outros que não o sabem e nem querem saber [...].

Francisca Senhorinha da Motta Diniz.<sup>425</sup>

Segundo Francisca Diniz, as mulheres estavam dispostas a prestar contas ao Estado, à pátria, às famílias e à sociedade de modo geral. Se se é tentado a incorrer em uma análise sexista dos diferentes posicionamentos desses professores, identificando, de um lado, a figura do homem questionador das suas concretas

<sup>424</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 27 de junho de 1874, n. 37, p. 2.

<sup>425</sup> *O Sexo Feminino*, Campanha, 8 de julho de 1874, n. 38, p. 1 e 2.

condições de trabalho e, de outro, a benevolência diante do estado da mulher professora, que assume para a categoria dos professores e professoras os problemas da instrução, é possível avaliar essas querelas sob outra perspectiva.

Assumir centralidade da professora na dinâmica da instrução pública elementar fazia parte da estratégia de Francisca Diniz e, ademais, de todos aqueles envolvidos com a defesa da atuação das mulheres no magistério. Francisca Diniz, em sua crítica acirrada aos preceptores, apresenta-se, de modo peremptório, em consonância com sua busca pelo que chamou de “regeneração do pessoal docente”, em defesa daquelas professoras que saberiam dedicar-se à função.

Francisca Diniz, em sua militância pela imprensa construía argumentos favoráveis à docência de mulheres e contribuía, nas páginas d'*O Sexo Feminino*, para a construção e divulgação de ambiência favorável a essa ocupação. Esses argumentos, na confluência de discursos diversos, reforçaram, em certo sentido, a naturalização da presença de mulheres no magistério e, a julgar por sua longa duração, comprovam a eficiência com que foram conduzidos.



## Considerações finais

Impulsionada centralmente pela perspectiva de conhecer melhor os elementos que autorizaram a inserção de mulheres no magistério, esta tese buscou no decorrer deste estudo responder à seguinte questão: De que modo um grupo de mulheres, durante o século XIX, elaborou as condições que as possibilitaram tornar-se professoras?

A hipótese que conduziu a este questionamento foi, ao final deste estudo, confirmada, quer seja: houve, no decorrer do século XIX, uma trama de relações que construíram uma ambiência favorável à inserção de um grupo de mulheres no magistério. Se não foi possível ter acesso, como inicialmente idealizado neste estudo, a questões que conduzissem ao cotidiano do grupo pesquisado, em momento anterior à docência, quando se imaginou poder perceber como foram alfabetizadas, quais livros liam<sup>426</sup>, se iam à missa, de quais festas participavam, pôde-se perceber, muitas vezes por meio de indícios, elementos igualmente importantes.

Uma primeira questão sobre a qual se chama a atenção vem da perspectiva do trabalho, ambiência importante na vida de parte considerável das mulheres pesquisadas. Pelo que foi possível analisar, o trabalho, numa sociedade com significativas demandas materiais, foi vivenciado como necessidade premente por muitas professoras, mesmo entre aquelas com melhores condições de vida, como dona Amélia Pacheco e as professoras da família Azeredo Coutinho, mas sobretudo para aquelas que demonstravam sacrifícios maiores para exercer a função, como é o caso de dona Miquilina, que, ao que indica a documentação, trabalhou em várias cidades da província, até se firmar em Sabará, com as duas filhas. A professora Miquilina indica que o trabalho reforçava a necessidade de mobilidade de pessoas entre a província e, mesmo, fora dela, inclusive de mulheres, como é o caso de dona Francisca, que veio, para Sabará, após aposentar-se como professora na província do Rio de Janeiro, e de dona Lydia. Essa última, após um mês de trabalho em Juiz

---

<sup>426</sup> Frustração foi perceber que nenhum dos inventários consultados nesta pesquisa fazia menção a livros.

de Fora, retorna a Sabará, confirmando as mudanças pelas quais passava a docência no decorrer do século XIX, comprovando a tese da centralização da atuação de normalistas em algumas cidades da província.

Ainda sobre a ambiência do trabalho, pôde-se concluir que o magistério, ao contrário do que é comumente difundido pelos estudos da temática, em que pese a ter significado importante espaço de atuação possível às mulheres, não significou a remissão delas, mulheres que, na perspectiva de alguns estudos, estiveram condenadas à reclusão doméstica.

Outra ambiência favorável à docência percebida no grupo de professoras estudado parece estar nas redes de sociabilidade vivenciadas por essas mulheres. A tradição patrimonialista que aos poucos se arraigou na cultura brasileira, herança portuguesa, foi mobilizada em favor de algumas dessas mulheres. Muitas delas se valeram de relações pessoais, de compadrio, para obterem indicações que endossavam a ocupação de cadeiras públicas, respaldada em aspectos que ultrapassavam questões de domínio de determinados saberes.

Por intermédio de dona Miquilina, percebe-se a importância dessas redes de sociabilidade não só na ocupação da docência, como também na aceitação social de uma mulher que, como *mascate do saber*, vinha *circulando* pela província vendendo suas habilidades de leitura, escrita e bordado – domínios esses nem sempre muito vastos. Dona Miquilina ia sendo aceita na cidade, demonstrando boas relações sociais. Em Sabará, casou sua filha com membro de importante família da cidade. Também se tornou examinadora de candidatas às cadeiras públicas de ensino. E seguia recebendo elogios por sua atuação no magistério.

A Igreja Católica parece ter exercido influência significativa para a elaboração das condições que possibilitaram a docência a essas mulheres. Em decorrência de uma espécie de “feminização do catolicismo brasileiro”, análise conduzida por Maria José Rosado Nunes<sup>427</sup>, o magistério de mulheres passou a ser visto como opção autorizada, sob as bênçãos da Igreja. Esse fator parece ter sido essencial para

---

<sup>427</sup> ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: un tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue Internationale de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, 503-513.

algumas mulheres, com destaque para aquelas da família Azeredo Coutinho. Os dados biográficos sobre essa família ressaltam, invariavelmente, a forte religiosidade desse grupo, percebida por meio de seus inventários<sup>428</sup>, pelos oratórios que possuíam em casa<sup>429</sup>, pela inserção em irmandades e pela presença de um padre na família. As mulheres dessa família parecem ter se valido dessa anuência religiosa para perceberem no magistério uma opção de atuação. Papel similar parece ter cumprido a Escola Normal de Sabará – espaço de grande legitimidade nos discursos pedagógicos da época – para esse grupo, uma vez que ocupariam cargos no magistério nas décadas finais do século XIX.

De forma mais tangencial, percebeu-se que a sala de aula também se constituiu como um dos lugares possíveis para se elaborar a docência. Elucidam os exemplos trazidos por Mônica Jinzenji.<sup>430</sup> Embora não se constatasse nenhum movimento de efetivação dessa prática, de algum modo ela se fez presente como possibilidade quando o “Regulamento para os Expostos do Município de Sabará”, publicado em 1853, apontava a perspectiva da aluna ajudante da professora.

Finalmente, maior destaque na ambiência que favoreceu a docência de mulheres parece caber à família. A família afigura-se como elemento desencadeador da docência, na medida em que parte significativa das professoras pesquisadas tinha em sua família algum membro, ou muitos, atuando no magistério. Em seu interior, por meio de ritos, conversas e expectativas que convergiam no sentido do magistério, foram gestadas importantes influências na construção das condições que possibilitaram a inserção de mulheres na docência. A ambiência familiar, que, em algum nível, associava-se às ambiências anunciadas anteriormente, parece ter, na confluência desses elementos, construído as condições que possibilitaram a docência, tornando-a mais que possível, autorizada, legitimada e percebida quase na ordem da natureza como uma herança familiar.

As quatorze mulheres pesquisadas, que se inseriram no magistério entre as décadas de 1830 e 1880, em Sabará e em freguesias e distritos de seu entorno,

---

<sup>428</sup> Santos da igreja católica são objetos comuns nos inventários da família Azeredo Coutinho.

<sup>429</sup> Caetano Azeredo Coutinho e Maria Olímpia casaram-se em um desses oratórios da família.

<sup>430</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

souberam se apropriar dessa ambiência favorável, bem como ajudaram a construí-la. Família, Igreja, trabalho e sala de aula parecem sustentar as condições que possibilitaram presença de mulheres na docência, tornando esse movimento de inserção bastante complexo.

Outras questões se apresentaram a este estudo. Algumas representações em torno da docência exercida por mulheres merecem ser repensadas e mais bem formuladas. A associação entre feminização do magistério e institucionalização das Escolas Normais, pelo menos em Minas Gerais, parece desconsiderar parcela considerável de mulheres que se inseriam como professoras nas classes de ensino elementar difundidas na província ao longo do século XIX, além de desconsiderar o fato de que o número de normalistas somente suplantou o de não normalistas em décadas avançadas do século XX.

Outra questão refere-se ao pouco espaço dado aos professores homens nos estudos sobre a docência. Esses estudos, em estreito diálogo com a categoria gênero, têm chamado atenção para a necessidade de dar voz às mulheres. A maneira como isso tem sido feito tem contribuído, de certo modo, para restringir a participação dos homens na história da docência. A crença no abandono e descaso dos homens em relação à profissão pode se derivar dessa ausência, que também pode contribuir para certa naturalização da presença predominante de mulheres na profissão.

A participação que as mulheres tiveram na elaboração da docência como função autorizada a elas é aspecto que merece destaque. Por diversas vias, algumas inclusive utilizando-se do meio impresso, adornaram a função com características que no imaginário da época igualmente se construíam como adequadas às mulheres. Mulheres essas que trabalhavam, de diversos modos, comungando das necessidades que se apresentavam às famílias e que, se perceberam o magistério como função atrativa, certamente não foram redimidas por ele. Em função dessas necessidades, percebeu-se grande mobilidade desse grupo de professoras, que estão longe de corresponderem à representação de mulheres reclusas, reforçadas, inclusive, por viajantes que passaram pela província mineira, que construíram testemunho com base em fragmentos de experiências observadas.

A inserção de mulheres no magistério comumente tem sido associada a piores condições de trabalho e a queda do salário pago ao professorado, acarretando desqualificação da profissão. Apesar de essas questões não terem sido discutidas de modo central neste estudo, salienta-se, por meio desses elementos, a necessidade de esclarecer alterações e permanências na medida em que as mulheres foram se ocupando da função docente.

A defesa que se faz em torno da necessidade de se revisitar a temática não tem, sobremaneira, nenhuma motivação de desqualificar estudos que foram e vem sendo realizados sobre a história da docência. Graças a eles e pela visibilidade que atribuem à temática, foi possível questionar algumas de suas afirmações, o que se presta a suscitar diálogos e contrapontos, essenciais ao movimento de produção de conhecimento. Foram muitas as dificuldades encontradas na realização deste estudo. Salienta-se, contudo, a necessidade de desconstruir certas representações que envolvem a presença de mulheres na docência como forma de melhor esclarecer seus desdobramentos.

## Fontes documentais

### Fundos arquivísticos

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro, Fundo Instrução Pública.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Sabará.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Fundo Seção Provincial.

### Inventários

BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM – CPON (43) 961/ 1893 – Inventário de José Francisco Ribeiro Wanderley.

BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM – CPON (45) 1012 / 1898 – Inventário de Domitila Benvinda Meireles.

BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM – CPON (57) I 1158 / 1917 – Inventário de Antônio Ferreira Passos.

BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM – CPON (57) I 1162 / 1916 – Inventário de Maria Gabriela de Azeredo Coutinho.

BRASIL. Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM. Inventário de Domitila Benvinda Meireles. CPON (45) – 1012 / Ano 1898.

MINAS GERAIS. Fórum de Sabará – Inventário de Dona Francisca de Paula Mairynk Laborão, 22 de outubro de 1851, Sabará, Minas Gerais.

### Periódicos

Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais. Ouro Preto. 1864-1875.

Correio Mineiro. Barbacena. 1964.

Folha Sabarense (A). Sabará. 1885-1890.

Sexo Feminino (O). Campanha. 1873-1874.

Universal (O).Ouro Preto. Oficina Patrícia do Universal. 1832.

## **Legislação**

BRASIL. Decreto de 6 de julho de 1832. Determina o método que se deve observar no provimento das cadeiras de primeiras letras na Província de Minas Gerais.

BRASIL. Lei de 1 de outubro de 1828. Dá nova forma às câmaras municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição, e dos juizes de paz.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.400, de 09 de dezembro de 1867. Aprova o Regulamento n.º 56, de 10 de maio de 1867, com as alterações nela declaradas.

MINAS GERAIS. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento, e os ordenados dos professores.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.724, de 05 de outubro de 1870. Autoriza o governo a aposentar com ordenado correspondente ao tempo de serviço a ex-professora de Sabará, Dona Francisca de Paula Adelaide Moura.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.794, de 3 de outubro de 1881. Cria na cidade de Sabará uma Escola Normal, anexa ao externato ali existente, com o mesmo regimento da Escola Normal da Capital.

MINAS GERAIS. Lei Provincial n.º 311, de 08 de abril de 1846.

MINAS GERAIS. Regulamento n.º 100, da Lei nº. 2.892, de 19 de junho de 1883.

MINAS GERAIS. Regulamento n.º 41, da Lei n.º 791, de 19 de maio de 1857.

MINAS GERAIS. Regulamento n.º 62, de 11 de abril de 1861.

MINAS GERAIS. Regulamento n.º 56, da Lei n.º 1.267, de 10 de maio de 1867.

## **Relatórios**

MINAS GERAIS. Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma província, Ouro Preto, Tipografia Social, 1857.

MINAS GERAIS. Relatório que ao Ilustríssimo e excelentíssimo Sr. Desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno primeiro vice-presidente da província e Minas Gerais, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Pereira Diogo de Vasconcellos, Ouro Preto, Tipografia Social, 1854 (Quadro demonstrativo das aulas públicas da província de Minas Gerais).

## Referências bibliográficas

- ALENCAR, Ágda Cristina Conti de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escola Normal de Sabará (1882-1889)*. Relatório de pesquisa enviado ao CNPq, 2009.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1994.
- APPLE, Michel. Ensino e Trabalho Feminino: uma análise comparativa de história e ideologia. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCCH, n. 64, 1988.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.
- BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz C. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007,
- BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, pgs. 183-191.
- CAMPANTE, Rubens Gayatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. In: *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, nº 1, 2003, p. 153 a 193.
- CARDOSO, Tereza M. Fachada L. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- CHAMON, Carla Simone. Educando Meninos e Meninas: a co-educação dos sexos na corte carioca no final do império. In: *III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004, Curitiba. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.



\_\_\_\_\_. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. 2005. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. 1996. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

CHAVES, Lenir Ferreira. *História da Educação em Sabará (1837-1973)*. Belo Horizonte: EMIL, 1973.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800)*. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

DAVID, Clarice Lisandra. *O Processo de Escolarização em Itabira do Mato Dentro/MG – (1860-1889)*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In.: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

DURÃES, Sarah Jane Alves. *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996, vol. 1 e 2.

FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane M. T.; JINZENJI, Mônica Y.; SÁ, Carolina M. de; NASCIMENTO, Cecília V. do; MACEDO, Elenice F. P.; ROSA, Walquíria M. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: Ana Maria Casasanta Peixoto; Mauro Passos. (Org.). *A escola e seus atores. Educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 53-87.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O Avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

\_\_\_\_\_. Mulheres nas Minas Gerais. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 3 ed. p. 141-188.

FONSECA, Gondim da. *Bibliografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

FONSECA, Marcus Vinícius. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *A Vila de Sabará no século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, set/dez. 2008, v. 13, n. 39.

\_\_\_\_\_. *Letras, Ofícios e Bons Costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII). In: *Congresso Internacional o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, Lisboa. O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2005. v. 1.

\_\_\_\_\_. PIRES, Adriana S.; CUNHA, Jussara M. F. da. *Morro Velho: história, fatos e feitos*. Nova Lima: Mineração Morro Velho, 1995.

GASPARELLO, Arlette Medeiro; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 21, p. 39-60, set/dez, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período imperial. In.: LOPES, Ana A. B. M.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano M.; XAVIER, Maria do C. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 260-264.

\_\_\_\_\_. Disciplinas e Saberes na Formação Docente: estudo das avaliações nas escolas normais mineiras (1870-1889). In: ROCHA, Heloisa Pimenta (Org.). *Personagens, Estratégias e Saberes na Construção da Escola Brasileira (séculos XIX e XX)*. Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2006, p. 139-166.

\_\_\_\_\_. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.189-211.

\_\_\_\_\_. Mestre: profissão professor(a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período colonial. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. Julho/dezembro 2001, n. 02.

GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Monografia (Graduação em Pedagogia) Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, Santa Catarina: EDUNISC, 2003.

HIGGINS, Kathleen J. *“Lecontentious liberty” in a Brazilian gold – mining region: slavery gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *À Sombra da Escola Normal: achegas para uma outra história da profissão docente*. XXV ISCHE, São Paulo, FEUSP, 2003.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas (1831-1840)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LE GOFF, Jacques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da Biografia. In.: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, ps. 167-182.

LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Da Sagrada Missão Pedagógica*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1991 (Tese).

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225-249.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, v. 01.

MONTEIRO, Maria Conceição. *Sombra Errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2000.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e termo de São João Del-Rey, Minas Gerais (1750-1850)*. 2009. 377 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MORLEY, Helena. *Minha Vida de Menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOURÃO, Paulo Krugger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

MUNIZ, Diva do Couto G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835- 1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)*. 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_ ; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007, p. 429-457.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NUNES, Luiz Gonzaga. *Azeredo Coutinho: ramo de Sabará* (esboço genealógico). Belo Horizonte, 2003 (mimeo).

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PAIVA, Clotilde Andrade; et al. *População de Minas Gerais; Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, [1985], v.1, 53 p. Relatório.

\_\_\_\_\_ ; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

PAIXÃO, Léa Pinheiro. Professoras de Amanhã de Aparecida Joly Gouveia. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Clássicos da Educação Brasileira*. Vol. 1, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, pag. 155-174.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: *Cadernos de Pesquisa*. N.104 p. 144-161.jul. 1998.

PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da cidade de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, v. 2.

\_\_\_\_\_. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

PAULA, Almênio José de; FERREIRA, Saturnino G. *Figuras Notáveis de Minas Gerais*. III Série. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes Editorial Ltda, 1974.

\_\_\_\_\_. *Precursores e Figuras Notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1972.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A Teia e a Trama da 'Fragilidade Humana': os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840)*. 2003. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará (1907-1916)*. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825- 1852)*. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais (1846-1850). In.: LOPES, Ana A. B. de M.; GONÇALVES, Irlen A.; FARIA FILHO, Luciano M. de; XAVIER, Maria do C. *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 277-286.

ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: um tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. *Social Compass – Revue International de Sociologie de la Religion*. 43(4), 1996, 503-513.

SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará / MG (1832-1860)*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

\_\_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano M. Processo de escolarização e redes de socialização em Sabará. *Cadernos de História da Educação*, n. 02, jan./dez., Uberlândia – Minas Gerais: EDUFU, 2003, p. 149-158.

SILVA, Diana. As reformas pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de primeiras letras no termo de Mariana (1772-835). In: VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de Práticas Educativas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. Professores e Professoras: retratos feitos de memória. In.: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Dos Arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 73-95.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *A civilização dos professores (1835-1906)*. (texto mimeo) Belo Horizonte, Faculdade de Educação, 2010.

VIANA, Fabiana da Silva. *Relações entre governo, estado e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In. STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Séc. XIX. Petrópolis: Vozes, 2004. vol. II, pg.104-115.

\_\_\_\_\_. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, 2003.

\_\_\_\_\_. O Mestre-Escola e a Professora. In.: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 2ª edição.

## **Anexos**



## **Anexo 1**

### **Regulamento para os expostos do Município de Sabará**

#### **Capítulo 1º Organização e Fins da Sociedade**

**Art. 1º** - Como as senhoras são muito mais próprias para vigiarem sobre o tratamento das crianças, cujas urgentes precisões reclamam sua natural sensibilidade, criar-se-á nesta cidade do Sabará, uma Sociedade, que se denominará – Beneficência das Senhoras Sabarenses – que tenha a seu cargo vigiar tudo que pertencer aos Expostos que houver neste Município, e participará todas as observações e providências que julgar necessárias a Mesa administrativa da Santa Casa, para esta resolver, quando lhe for isto possível, ou comunicar a Câmara Municipal para deliberar conforme necessidade que o caso exigir.

**Art. 2º** - A Sociedade – Beneficência das Senhoras Sabarenses – será composta de Sócias efetivas, e Sócias honorárias. As Sócias efetivas serão as senhoras residentes dentro da cidade, e as Sócias honorárias serão as senhoras residentes no Município de Sabará; o número de umas e outras Sócias será ilimitado.

**Art. 3º** - Haverá uma administração composta de cinco Senhoras, que se denominará – Junta Caritativa – eleita por escrutínio secreto, que dirigirá os negócios da Sociedade, sendo a mais votada a Diretora da Sociedade, e por tanto a que deverá presidir a todos os trabalhos da mesma; - a sua imediata em votos será a Vice-Diretora, que substituirá a Diretora em todos os casos de impedimento.

**Art. 4º** - Cada uma Sócia pagará uma mensalidade de Rs.160; cada uma das Senhoras da Junta Caritativa, porém, pagará uma mensalidade de 320 réis durante a sua administração.

**Art. 5º** - A Junta Caritativa dará trimestralmente conta de sua receita e despesa à Mesa Administrativa da Santa Casa, e bem assim do estado dos Expostos, e do seu número. Esta sobredita conta será enviada pela Mesa da Santa Casa à Câmara Municipal, que a fará publicar por editais ou por jornais do Ouro Preto.

**Art. 6º** - Haverá uma roda para receber as crianças; a Junta Caritativa zelará para que sejam assaz sadias as peças para estarem as crianças.

**Art. 7º** - Logo que for recebida a criança na roda será batizada, e matriculada em um livro para isso destinado, com dia, mês e ano da sua entrada; e igualmente se lançará em outro livro o dia da saída, ou morte.

**Art. 8º** - Cada criança terá seu berço separado, e receberá seu respectivo enxoval logo que entrar na roda.

**Art. 9º** - As crianças doentes, particularmente as de moléstias contagiosas, como sarna, aftas, etc. devem ser muito cuidadosamente separadas, assim como as suas amas, de todas as outras. A Junta terá neste ponto a mais escrupulosa vigilância.

**Art. 10º** - Na roda haverá constantemente ao menos uma ama de leite; nem uma será contratada sem que o médico declare que tem as qualidades necessárias para ser boa ama; além disso, deve ser conhecida a sua moral, preferindo-se a casada.

**Art. 11º** - As crianças da roda trarão um sinal característico, para não se confundirem com as outras. Pode ser um pequeno selo de chumbo pendente do pescoço por uma liga preta que não pode ser tirada pela cabeça: - no selo estará gravada de um lado – Municipalidade de Sabará – e mais abaixo 1853 – e do outro lado – Beneficência das Senhoras Sabarenses.

**Art. 12º** - Todos os meses, ou todos os trimestres, ao menos se pagará indefectivelmente as amas o seu ordenado que será de rs.3\$000 mensais, para as amas de leite, e para as amas secas de rs. 2\$500.

**Art. 13º** - No fim de cada seis meses se renovará o fato dos Expostos, e passados doze meses, termo ordinário da lactação, as amas receberão, além do salário ordinário, um prêmio, que nunca será menor de 2\$000, e nunca maior de 4\$000, conforme o tiverem merecido, a juízo da Junta Caritativa.

**Art. 14º** - Na roda e casa dos Expostos serão recebidos os órfãos desamparados, menores de 7 anos.

**Art. 15º** - Além da inspeção diária do Médico, a Junta caritativa deve visitar em dias indeterminados a Casa dos Expostos para observar o tratamento e cuidados que as amas prestam às crianças, e bem assim a regularidade com que os demais empregados desempenham seus deveres; não bastando as advertências, e repreensões, a Junta Caritativa as poderá despedir, mandando imediatamente contratar outras amas, ou empregadas.

**Art. 16º** - Quando as crianças adoecerem, as receitas, assinadas pelo médico da Santa Casa, serão aviadas por conta da mesma. Para esta despesa, assim como para outras indispensáveis aos expostos, e desamparados menores de 7 anos, a Mesa Administrativa da Santa Casa receberá trimestralmente da Sociedade de Beneficência das Senhoras Sabarenses e da Câmara Municipal a quantia necessária.

**Art. 17º** - As amas de leite, acabada a lactação, continuarão a ter as crianças até 5 anos de idade, com o título de amas secas, e perceberão o mesmo ordenado, e gratificação estipulados no art.12.

**Art. 18º** - Toda a escrituração relativa aos Expostos, assim como a contagem feitas às amas, as certidões, etc., se farão no escritório da Casa dos expostos em livros para isso destinados, para o que haverá um escrivão, que terá o honorário de 100\$.

**Art. 19º** - A Santa Casa nomeará, de entre os seus Mordomos, um que de comum acordo com a Junta Caritativa zele sobre tudo que disser respeito aos Expostos.

**Art. 20º** - Os rendimentos da Casa dos Expostos serão:

§ 1º Das mensalidades das Sócias.

§ 2º Do Câmara Municipal que dará anualmente 365\$000 pagos à Mesa administrativa da Santa Casa trimestralmente.

§ 3º Das ordens 3ª e Irmandades Religiosas, que a pedido da Junta Caritativa se prestarem a isso.

## **CAPÍTULO 2º**

**Art. 21º** - Quando as crianças completarem 5 anos de idade, irão aprender a ler.

**Art. 22º** - O Mordomo nomeado pela Mesa Administrativa da Santa Casa terá inspeção e governo na Casa dos Expostos, de acordo com a Junta Caritativa.

**Art. 23º** - Haverá uma Regente, e as serventes que forem necessárias, para o bom serviço da Casa dos Expostos nomeados pela Junta Caritativa.

**Art. 24º** - A Regente, ou alguma educanda mais adiantada ensinará as meninas a ler, e escrever, e costura, e os mais trabalhos necessários para fazer uma boa dona de casa, ou criada de servir; ocupando-se principalmente na prática e exercício das virtudes Religiosas, e domésticas.

**Art. 25º** - A Regente perceberá um honorário correspondente ao seu trabalho e zelo no desempenho de seus deveres.

**Art. 26º** - Os meninos aprenderão a ler, e escrever, nas escolas públicas.

**Art. 27º** - Haverá um uniforme para ambos os sexos, durante o tempo que estiverem debaixo da proteção da Sociedade, sendo ele em tudo econômico, e asseado.

**Art. 28º** - Quando os meninos fizerem dez anos de idade, sairão da escola, ou para casa de lavradores, ou para a de Mestres, que lhes ensinem ofícios para que os destinarem, à vista das tendências e aptidões de cada um. No primeiro caso já merecem algum salário, que se aplicará para o seu vestuário. A Junta Caritativa fará as vezes de uma desvelada Mãe, devendo reverter uma parte desse salário a benefício de estabelecimento, que lhes conservou a vida, quando ele for mais considerável, na opinião da referida Junta.

**Art. 29º** - Os expostos do sexo masculino terão preferência nos empregos públicos Municipais, sejam quais forem os lugares, com tanto que eles possam desempenhar seus deveres com aquelas vantagens, que sejam todas a benefício do mesmo público.

**Art. 30º** - As meninas continuarão a ser educadas na roda até a idade de quinze anos; e por este motivo se podem poupar os ordenados das serventes, porque as educandas mais velhas farão este serviço, vencendo algum salário. Nesta idade poderão sair para serventes de casas honestas, ou para se casarem.

**Art. 31º** - Antes da Junta Caritativa dar alguma educanda para criada de servir, tomará as necessárias informações acerca da probidade da família, para onde a destina, semelhantes informações lhe podem vir por intermédio do Mordomo.

**Art. 32º** - A Junta Caritativa terá todo o cuidado em promover, e felicitar o casamento das educandas para o que arbitrará os dotes, que forem compatíveis com as possibilidades da Sociedade.

**Art. 33º** - A Sociedade será herdeira daqueles de seus filhos, que morrerem solteiros e sem filhos.

### **CAPÍTULO 3º – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 34º** - A Sociedade se reunirá tantas vezes quantas julgar necessária a Junta Caritativa, devendo haver no correr do ano ao menos duas reuniões, sendo a primeira a 7 de janeiro, e a segunda a 7 de julho.

**Art. 35º** - A Junta Caritativa é obrigada em as suas reuniões gerais a fazer conhecer as Sócias, por meio de um relatório, o estado de finanças da Sociedade, bem como os meios de melhorá-la, não faltando aquelas reflexões, que forem adequadas aos interesses da Sociedade, fazendo sobressaírem os serviços humanitários, que ela tem prestado aos Expostos e à Orfandade desvalida do Município.

Está conforme.

Luiz Cassiano Martins Pereira – Secretário da Câmara.

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
1	Maria Magdalena de Jesus	F	24	Sabará	Francelino	02/10/1882	Concluiu em 1885	Sim
2	Maria Luiza de Meneses	F	19	Sabará	João Telles de Meneses (marceneiro)	02/10/1882	Concluiu em 1885	Sim (prof aula prática ENS)
3	Emilia Luisa do Nascimento	F	19	Sabará	Antônio Cassimiro do Nascimento	02/10/1882	Retirou-se em Julho de 1883	Não se sabe
4	Maria Emilia Pereira	F	16	Sabará	Jose Maria Pereira Guimarães (pai professor/irmão amanuense ENS)	02/10/1882	Concluiu em 1885	Não se sabe
5	Lydia Maria do Couto	F	16	Sabará	Te. Pedro Maria Carlos do Couto (tio professor)	02/10/1882	Concluiu em 1885	Sim (prof aula prática ENS)
6	Augusta Adelaide de Araújo Vianna	F	18	Sabará	Augusto de Araújo Vianna (inspetor, diretor do externato e da escola normal)	02/10/1882	Retirou-se	Não se sabe
7	Rita Adelaide de Araújo Vianna	F	16	Sabará	Augusto de Araújo Vianna (inspetor, diretor do externato e da escola normal)	02/10/1882	Retirou-se em 1 de Fevereiro de 1883	Não se sabe
8	Rita Augusta de Araújo Vianna	F	26	Sabará	Silvério Augusto de Araújo Vianna (Falecido)	02/10/1882	Concluiu o curso em 1885	Sim
9	Maria Philomena de Azeredo Coutinho	F	16	Sabará	João Theophilo de Azeredo Coutinho (tio professor)	02/10/1882	Concluiu o curso em 1887	Sim
10	Anna Augusta de Jesus	F	18	Sabará	Francisco Ferreira da Silva (pai porteiro do externato)	02/10/1882	Retirou-se em 1884. Voltando porém em 1885. Concluiu o curso em 1886	Sim
11	Maria Raimunda	F	16	Caeté	Maria Rosa	02/10/1882	Retirou-se em 1883	Não se sabe
12	Josefina Altina Wanderley	F	14	Congonhas	José Francisco Ribeiro Wanderley (promotor público/aluno do externato)	02/10/1882	Ouvinte. Já é matriculada. Concluiu o curso em 1886	Sim
13	Maria Cândida de Jesus	F	18	Curral del-Rei	Maximiano Baptista Vieira	02/10/1882	Concluiu o curso em 1885	Sim
14	Maria Emilia Soares	F	14	Sabará	Antonio Gomes Amâncio	02/10/1882	Ouvinte. Deixou de ser ouvinte pelo Reg. nº 100. Concluiu o curso em 1885	Sim
15	Francelina Augusta de Oliveira Franco	F	20	Sabará	Maria Custodia da Silva	03/10/1882	Despediu-se a 23 de 8bº de 1882	Não se sabe
16	Maria Jose Severina	F	16	Sabará	Adriano Jose Severino (comerciante)	23/10/1882	Morreu a 9 de Maio de 1884	Não se sabe
17	Guilhermina Maria Gomes da Cruz	F	23	Caeté	Theotonio Gomes da Cruz (Falecido)	23/10/1882	Concluiu o curso em 1885	Sim
18	Maria Rita de Lima	F	14	Sabará	Constança de Lima	23/10/1882	Ouvinte. Retirou-se em Julho de 1883	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
19	Maria Rita de Paula Santos	F	15	Sabará	Antônio Alves de Paula Couto (Falecido)	23/10/1882	Ouvinte. Deixou de ser ouvinte pelo Reg. nº 100. Concluiu o curso em 1886	Sim
20	Candido Maria de Azeredo Coutinho	M	21	Raposos	Major Antônio de Azeredo Coutinho (Falecido) (irmão professor)	23/10/1882	Concluiu o curso em 1882	Sim
21	Maria Augusta Severina	F	17	Sabará	Adriano Jose Severino (comerciante)	23/10/1882	Retirou-se em 1883	Não se sabe
22	Maria Augusta Jardim	F	16	Santa Rita	Francisco Alves Jardim	23/10/1882	Retirou-se	Não se sabe
23	Ignácia Maria Paula	F	14	Sabará	Te. Ignácio da Costa Martins (Educador)	23/10/1882	Ouvinte. Já é matriculada. Concluiu o curso em 1886	Não se sabe
24	Luiza Augusta Cândida Cintra	F	24	Sabará	Raphael Augusto Severo Cintra (juiz de paz)	31/10/1882	Retirou-se em 1884	Não se sabe
25	Amélia Augusta de Assis Jardim	F	16	Santo Antônio do Rio Acima	Silvério Augusto de Lima (professor)	04/11/1882	Retirou-se	Não se sabe
26	Paulina Generosa de Meirelles	F	15	Ouro Preto	Dometila Peregrina Bemvinda de Meirelles (examinadora)	04/11/1882	Ouvinte. Já se matriculou	Não se sabe
27	Carlota Peregrina de Meirelles	F	14	Ouro Preto	Dometila Peregrina Bemvinda de Meirelles (examinadora)	04/11/1882	Ouvinte. Já se matriculou. Retirou-se	Não se sabe
28	Rosa Maria da Cruz	F	14	Sabará	Jose Francisco Cruz (comerciante)	04/11/1882	Ouvinte. Já se matriculou. Concluiu o curso em Julho de 86	Não se sabe
29	Adelina Augusta de Jesus	F	24	Sabará	Augusta Cândida de Jesus	04/11/1882	Concluiu o curso em Julho de 86	Sim
30	Theresa Delminda Marçal Vieira	F	23	Sabará	João Baptista M. Vieira	04/11/1882	Concluiu o curso em Julho de 86	Sim
31	Maria Jose de Moraes	F	15	Sabará	Frederico Cândido de Moraes	06/11/1882	Ouvinte. Já se matriculou Concluiu o curso em Julho de 86	Sim
32	Maria Angélica de Moraes	F	14	Sabará	Frederico Cândido de Moraes	06/11/1882	Ouvinte. Idem. Concluiu o curso em Julho de 86	Não se sabe
33	Maria Anna Severina	F	14	Sabará	Adriano V. Severino (comerciante)	10/11/1882	Ouvinte. Idem. Retirou-se	Não se sabe
34	Maria Peregrina do Carmo Severina	F	13	Sabará	Adriano V. Severino (comerciante)	10/11/1882	Ouvinte. Idem. Retirou-se	Não se sabe
35	Maria Jose da Cruz	F	13	Sabará	Jose Francisco Cruz (comerciante)	10/11/1882	Ouvinte. Idem. Concluiu	Sim
36	Maria Elisa de Paula Borges	F	16	Sabará	Francisco de Paula Borges	01/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 86	Sim
37	Jose dos Reis Netto	M	18	Jequitibá	Leonel Justino Marques	01/02/1883	Retirou-se	Sim
38	Ambrosina Aug.ta Dias da Silva	F	16	Sabará	Catharina Dias da Silva (parentes no externato)	01/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 86	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
39	Georgina d'Azevedo	F	15	Sabará	Antonio Luiz d'Azevedo (parente de professor)	01/02/1883	Retirou-se em 1884	Não se sabe
40	Ormesinda Candida da Silva	F	16	Congonhas do Sabará	Miguel Augusto da Silva	01/02/1883	Retirou-se	Não se sabe
41	Maria Francisca de Jesus	F	15	Contagem	Manoel de Matos Pinho	01/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 86	Não se sabe
42	Rita Henrique de Castilho	F	20	Lagoa Santa	Francisco Henrique de Abreu	01/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
43	Maria Argentina de Moura	F	15	?	Marciano Augusto de Moura (delegado da instrução)	01/02/1883	Retirou-se	Sim
44	Maria Jose Machado	F	17	Sabará	Jose Joaquim Machado	08/02/1883	Retirou-se em 1883	Não se sabe
45	João Pereira da Silva Netto	M	18	Congonhas do Sabará	Felissimo Pereira da Silva	09/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
46	Amelia Augusta da Rocha	F	15	Congonhas do Sabará	Manoella Generosa de Souza Sabará	09/02/1883	Retirou-se em 1883	Não se sabe
47	Maria Jose Seabra	F	14	Sabará	Jose Maria Seabra (professor)	09/02/1883	Concluiu o curso em 1887	Sim
48	Joaquina de Mello e Silva	F	19	Curral D'El-rei	Jose Guilherme da Silva. (Falecido)	12/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 85	Sim
49	Joaquina Augusta da Rocha	F	15	Santa Anna de Rio acima	Ernesto Corrêa da Silva	13/02/1883	Retirou-se	Não se sabe
50	Maria Antonieia de Araújo Vianna	F	14	Sabará	Augusto de Araujo Vianna (inspetor, diretor do externato e da escola normal)	13/02/1883	Retirou-se	Não se sabe
51	Candido Pereira de Souza	M	22	Sete Lagoas	Antonio Pereira de Souza. (professor)	14/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1885	Sim
52	Augusto Celso de Moura	M	15	Sete Lagoas	Joaquim Jose de Moura	14/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
53	Antonio Pereira da Silva Junior	M	22	Sabará	Antonio Pereira da Silva Tão (professor)	16/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1885	Sim
54	Marciano Pereira da Silva	M	18	Santa Quitéria	Antonio Pereira da Silva Tão (professor)	16/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1885	Sim
55	Carlos Augusto Pinto Coelho Junior	M	20	Carmo da Italgua	Carlos Augusto Pinto Coelho	16/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1885	Sim
56	Candido José Coutinho da Fonseca Sobrinho	M	17	Lagoa Santa	Américo José Couto da Fonseca (comerciante/irmão no externato)	16/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1885	Sim (prof. ENS)
57	Antonio Paz da Rocha	M	16	Sabará	Américo de Paula Rocha (farmacêutico)	16/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Não se sabe
58	Jose Americano Brasileiro de Moura	M	20	Curvelo	Marciano Augusto de Moura (delegado da instrução)	17/02/1883	Retirou-se	Não se sabe
59	Jeorgina Barbosa Manço	F	14	Sabará	Luiz Maria Barbosa (procurador)	19/02/1883	Faleceu	Não se sabe
60	Ambrosina Candido Soares	M	16	Contagem	Bernardino Cândido Soares	23/02/1883	Concluiu o curso	Sim



## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

Nº Mat.	Nome	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
61	Maria José Cintra	F 14	Sabará	Manoella Augusta Cândida Cintra	26/02/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Não se sabe
62	Eloi Alves dos Reis	M 16	Jequitibá	Jose Alves dos Reis	26/02/1883	Retirou-se em 1884. Concluiu o curso em Julho de 86	Não se sabe
63	Thobias Augusto de Paula Pertence	M 20	Sabará	Antonio de Paula Pertence (ferreiro)	28/02/1883	Retirou-se. Voltou em 1888. Concluiu o curso.	Sim
64	Anna Eteivina Ribeiro Wanderley	F 13	Santa Rita do rio das Velhas acima	Jose Francisco Ribeiro Wanderley (promotor público/aluno do externato)	28/02/1883	Retirou-se. Voltou e concluiu o curso em 1890	Não se sabe
65	Elvira Adelaide Alves	F 13	Juiz de Fora	Jose Vicente Alves (professor)	01/10/1883	Retirou-se	Não se sabe
66	Rita Cassianna Martins Pereira	F 12	Sabará	Major Luiz Cassiano Martins Pereira (professor da escola normal)	01/10/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Não se sabe
67	Josefina Augusta Horta	F 15	Sabará	Jose Pedro Alves Horta (professor)	01/10/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
68	America de Oliveira Cheles	F 14	Sabará	Pedro José do Espírito Santo Cheles (professor/inspetor)	01/10/1883	Concluiu o curso	Não se sabe
69	Francisco Alves Pitta	M 24	Jequitibá	Felipe Alves Pitta (irmão no externato)	01/10/1883	Retirou-se no 2º ano	Não se sabe
70	Alexandre Diniz Costa	M 17	Jequitibá	Joaquim Ferreira da Costa	01/10/1883	Retirou-se em 1884	Não se sabe
71	Fidelis Diniz Costa	M 15	Jequitibá	Joaquim Ferreira da Costa	01/10/1883	Retirou-se em 1884. Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
72	Jorge Augusto Gomes Baptista	M 14	Sabará	Marcelo Augusto Gomes Baptista (pedreiro)	06/10/1883	Retirou-se antes de concluir o curso	Não se sabe
73	Maria Benigna dos Passos	F 14	Sabará	João Jose dos Passos (comerciante)	08/10/1883	Concluiu o curso	Sim
74	Antonia Joaquina Ferreira Penna	F 13	Sabará	Manoel João Ferreira (comerciante)	08/10/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Não se sabe
75	Anna Carolina da Piedade	F 12	Sabará	Carolina Roiz da Silva	16/10/1883	Concluiu o curso	Não se sabe
76	Maria Jose do Nascimento	F 18	Sabará	Candido Jose dos Anjos	22/10/1883	Retirou-se	Não se sabe
77	Eulina Alves dos Reis	F 14	Jequitibá	Valentim Alves dos Reis	31/10/1883	Concluiu o curso em 1887	Sim
78	Jose Teixeira Barbosa de Vasconcellos	M 17	Matosinhos	João Teixeira da Fonseca Vasconcelos	31/10/1883	Retirou-se em 1884	Não se sabe
79	Felisberto das Dores Moreira	M 18	Cuiabá	Jose Symplicio e Moreira	31/10/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
80	Jose Maria Seabra	M 15	Sabará	Jose Maria Seabra (professor de música)	31/10/1883	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
81	Amelia Cezarina Pinto	F 12	Sabará	Daniel Severino Pinto	31/10/1883	Retirou-se	Não se sabe
82	Candida Ananisa da Conceição	F 12	Sabará	Francisco Geraides da Sª Leão	31/10/1883	Retirou-se	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
83	Adelaide Augusta Vieira	F	15	Santo Antônio da Casa Branca	Joaquim Saturnino Vieira	?	Retirou-se	Não se sabe
84	Josephina Euphrazia Vieira	F	14	Santo Antônio da Casa Branca	Joaquim Saturnino Vieira	?	Ouvinte. Retirou-se. Voltou em 1886. Retirou-se novamente em 1886	Não se sabe
85	Carlos Portella de Campos	M	19	Santo Antônio do Rio Acima	Jose Moes Portella (aluno do externato)	15/10/1883	Retirou-se	Não se sabe
86	Maria Isaías de Azeredo Coutinho	F	14	Sabará	Augusto de Azeredo Coutinho (aluno do externato)	01/10/1884	Retirou-se antes de concluir o curso	Não se sabe
87	Francisca de Paula Rocha	F	12	Sabará	Augusto de Azeredo Coutinho (aluno do externato)	01/10/1884	Concluiu o curso em 1888	Não se sabe
88	Unistalda Horta Barbosa	F	26	Sabará	José Pedro Alves Horta (professor)	01/10/1884	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
89	Amelia de Souza Barbosa	F	17	Taboleiro Grande	Eugenio de Souza Lopes	04/10/1884	Concluiu o curso em 1887	Sim
90	Maria do Rosario dos Santos	F	13	Sabará	Ursula dos Santos	04/10/1884	Faleceu	-
91	Maria Antonieta Jardim	F	12	Congonhas	Antonio Alves Jardim (delegado da instrução)	04/10/1884	Concluiu o curso em 1888	Não se sabe
92	Felicissima de Azevedo	F	12	Sabará	Antonio Luiz de Azevedo (parente de professor)	04/10/1884	Retirou-se em 1886	Não se sabe
93	Lydia Angelica de Mello	F	13	Sabará	Antonio Hilario Souza Lopes (comerciante)	06/10/1884	Concluiu o curso	Sim
94	José Maria Pereira G. Junior	M	15	Sabará	José Maria Pereira Guimarães	06/10/1884	Concluiu o curso em 1888	Não se sabe
95	Maria Gonçalves Ribeiro	F	15	Taboleiro Grande	Manoel Pinto Ribeiro (professor)	06/10/1884	Concluiu o curso em 1887	Sim
96	Jesuina de Freitas Simões	F	16	Taboleiro Grande	José Pereira de Freitas	06/10/1884	Concluiu o curso em 1888	Sim
97	Antonio Gomes Horta	M	14	Sabará	José Pedro Alves Horta	13/10/1884	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
98	Manoel João Ferreira	M	14	Sabará	Manoel João Ferreira (comerciante)	14/10/1884	Retirou-se em 1885	Não se sabe
99	João Constante de Lima	M	14	Bom Jardim do Amparo	João Simplicio Souza Guerra	14/10/1884	Concluiu o curso	Não se sabe
100	José Luiz Bernardino Couto	M	16	Sabará	Pio Luiz Ferreira	14/10/1884	Retirou-se	Não se sabe
101	Augusta Maria de Jesus	F	16	Taboleiro Grande	Calisto de Freitas	15/10/1884	Concluiu o curso em 1887	Sim
102	Maria José de Azeredo Coutinho	F	14	Raposos	João Theophilo de Azevedo Coutinho (parente de professor)	24/10/1884	Concluiu o curso em 1887	Sim
103	Luiz Ernesto de Cerqueira	M	18	Caeté	Ernesto Luiz Cerqueira (professor)	15/10/1884	Concluiu o curso em 1885	Não se sabe
104	Maria da Conceição Teixeira da Motta	F	14	Santa Quitéria	Paulo Cesar Teixeira da Motta (Falecido)	15/10/1884	Retirou-se	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
105	Petrina Viçosa Teixeira da Motta	F	13	Santa Quitéria	Paulo Cesar Teixeira da Motta (Falecido)	15/10/1884	Retirou-se	Não se sabe
106	Francisca Leopoldina Furtado Leite	F	15	Santa Anna de Cocais	Ignacio Furtado Leite (parente professor)	01/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
107	Christina Dias de Magalhães	F	14	Sabará	José Custodio Dias de Magalhães (oficial de justiça/aluno externato)	01/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
108	Francisca Angelica de Menezes	F	18	Caeté	Antonio Coelho Ferreira	01/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
109	Anna Maria Camilla do Nascimento	F	14	Congonhas do Sabará	Francisco Horacio do Nascimento (Educador)	01/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
110	Maria das Mercez Claudia Vaz da Rocha	F	14	Sabará	Americo de Paula Rocha (farmacêutico/parente de professor)	01/10/1885	Retirou-se em 1886 Voltando porém em 1888. Retirou-se em 1889	Não se sabe
111	Deniz Augusto de Araujo Valle	M	17	Congonhas do Sabará	Quintiliano de Araujo Valle	01/10/1885	Concluiu o curso em 1887	Sim
112	Maria Isabel da Trindade	F	13	Sabará	Antonio Maria da Trindade	02/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
112a	Anna Augusta Dias da Silva	F	13	Sabará	Geraldina	02/10/1885	Concluiu o curso em 1890	Não se sabe
113	Maria Candida Jardim	F	12	Santo Antonio do Rio Acima	Antonio Alves Jardim (delegado da instrução)	02/10/1885	Concluiu o curso em 1890	Não se sabe
114	Zulmira Palmira de Lima	F	14	Sabará	Silverio Augusto de Lima (professor)	02/10/1885	Retirou-se da Eschola Normal d'esta Cidade a 23 de Fevereiro de 1887	Não se sabe
115	Maria Emilia Varella	F	12	Sabará	Antonio Alves Pereira	02/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
116	Maria Alexandrina da Silva Xavier	F	12	Sabará	Francisco Geraldo da Silva Leão.	06/10/1885	Retirou-se em 1889	Não se sabe
117	Maria Luiza da Rocha	F	13	Sabará	Lucas Neponoceno da Rocha	06/10/1885	Retirou-se em 1889	Não se sabe
118	Petrina Maria de Mello	F	13	Curral del-Rei	José Carlos Vaz de Mello	07/10/1885	Concluiu o curso em 1890	Não se sabe
119	José Antonino de Azevedo	M	15	Sabará	Maurício Antonio de Azevedo (dentista/irmão no externato)	07/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
120	Lucas Borges Sampaio	M	19	Roças Novas	Jose Francisco Alves	07/10/1885	Concluiu o curso	Sim
121	Antonio Carlos de Moraes	M	14	Sabará	Frederico Candido de Moraes	13/10/1885	Retirou-se antes de completar o curso	Não se sabe
122	Manoel de Figueredo Pinto Coelho	M	16	Itabira	Carlos Augusto Pinto Coelho da Cunha (parente professor)	14/10/1885	Concluiu o curso	Sim
123	Jeremias Esperidião Jorge	M	19	Santa Barbara	Cassiano Domingues Jorge	14/10/1885	Concluiu o curso em 1887	Sim
124	Francisco Rodrigues Moreira Junior	M	18	Contagem	Franciso Rodrigues Moreira	16/10/1885	Retirou-se em 1887	Sim

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

N <sup>o</sup> Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
125	Arthur Brasileiro Cheles	M	18	Sabará	Pedro José do Espírito Santo Cheles (professor)	19/10/1885	Retirou-se	Sim
126	Alexandre Augusto de Lima	M	21	Jequitibá	João Silverio de Lima	20/10/1885	Retirou-se	Sim
127	Maria José Augusta dos Santos	F	16	Sabará	João Alves dos Santos (comerciante)	20/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
128	Anna Etelevina Ribeiro Wanderley	F	15	Santa Rita do Rio das Velhas acima	José Francisco Ribeiro Wanderley (parente de professor)	23/10/1885	Concluiu o curso em 1890	Não se sabe
129	Anna Augusta de Jesus	F	21	Sabará	Francisco Ferreira da Silva (porteiro do externato)	23/10/1885	Concluiu o curso em Julho de 1886	Sim
130	Manoel Dias de Carvalho	M	18	Matosinhos	Jacinto Gomes da Silva	27/10/1885	Concluiu o curso em 1887	Sim
130a	Theolinda Maria de Jesus	F	16	Casa Branca	Capitão Joaquim Saturnino Vieira	27/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
131	Maria Feliciano Torres	F	21	Sabará	José Moreira Torres	27/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
132	Luíza Benta de São José Pereira	F	15	Sabará	Antonio Pereira da Silva Lamego (professor)	30/10/1885	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
133	Albina Carolina Martins Maia	F	14	Sabará	Albino de Oliveira Maia	31/10/1885	Retirou-se em 1889, sem completar o curso	Não se sabe
134	Joaquim Paulo Guilherme	M	14	Sabará	Paulo Guilherme Gomes da Cruz Faria (inspetor/professor)	31/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
135	Benjamin José de Araujo	M	22	Caeté	Pedro José de Araujo	31/10/1885	Retirou-se	Sim (já era professor)
136	Maria Augusta das Dores Moreira	F	13	Contagem	Dr. Cassiano Nunes Moreira (vereador/examinador)	31/10/1885	Jamais compareceu	Não se sabe
137	Eponina Amelia Pacheco Lessa	F	14	Sabará	Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa (professor)	31/10/1885	Retirou-se	Não se sabe
138	Roberto Carlos Amaral	M	19	Pará	Roberto Carlos de Amaral	01/10/1886	Retirou-se em 1889	Não se sabe
139	Maria Etelevina Augusta d'Assumpção	F	12	Capela Nova	Emilio Augusto da Silva	01/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
140	Francisca de Assis Martins da Costa	F	12	Sabará	Martimiano Augusto Costa (comerciante)	01/10/1886	Retirou-se em 1887	Não se sabe
141	Sophia da Conceição Dias da Silva	F	13	Sabará	Jacinto Dias da Silva (juiz de paz)	02/10/1886	Concluiu o curso	Não se sabe
142	Esmeraldina Antonia Martins Costa	F	14	Sabará	Martimiano Augusto Costa (comerciante)	04/10/1886	Retirou-se em 1887	Não se sabe
143	Thereza Olympica de Andrade	F	14	Venda Nova	José Maria de Andrade	01/10/1886	Retirou-se.	Não se sabe
144	Maria Edwirges da Silva	F	12	Quinta do Sumidouro	Francisco Beato da Silva	14/10/1886	Retirou-se em 1889	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

N <sup>o</sup> Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
145	Maria da Paixão Magalhães	F	18	Caeté	João Antônio de Magalhães	02/10/1886	Retirou-se em 1889	Não se sabe
146	Maria Alexandrina do Rosário	F	13	Congonhas	Alexandre Rodrigues Malta	02/10/1886	Concluiu o curso	Não se sabe
147	Marciana Dias de Magalhães	F	13	Sabará	José Custódio Dias Magalhães	01/10/1886	Concluiu o curso em 1889	Sim
148	Benigna Pinto Alves	F	14	Sabará	Joaquim Pinto Alves	02/10/1886	Retirou-se em 1889, sem concluir o curso	Não se sabe
149	Antonio Sergio Ferreira Fraga	M	14	Sabará	Horacio Ferreira Fraga	18/10/1886	Retirou-se em 1888	Não se sabe
150	Antonio Emilio Martins Pereira	M	16	Sabará	José Maria Pereira Guimarães	01/10/1886	Retirou-se sem concluir	Não se sabe
151	Silverio Chripiniano d'Araujo Vianna	M	19	Sabará	Augusto de Araújo Vianna (inspetor, diretor do externato e da escola normal)	02/10/1886	Retirou-se sem concluir	Não se sabe
152	João da Cruz dos Santos Trindade	M	16	Sabará	Joaquim Felix Homem	24/10/1886	Concluiu o curso em 1889	Não se sabe
153	João Urias Pereira Bacelete Junior	M	?	Roças Novas	João Urias Pereira Bacelete	01/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
154	Sophia Pereira Bacelete	F	19	Roças Novas	João Urias Pereira Bacelete	01/10/1886	Concluiu o curso em 1888	Sim
155	Lavinia Pereira Bacelete	F	16	Roças Novas	João Urias Pereira Bacelete	01/10/1886	Concluiu o curso em 1888	Sim
156	Lino Gomes Alves	M	17	São Sebastião dos Afilitos, município de Viçosa	João Anselmo Alves (professor da escola normal de Sabará)	27/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
157	Maria Gertrudes do Espírito Santo	F	15	Anipiadadas município de Ubá	João Anselmo Alves (professor da escola normal de Sabará)	27/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
158	José Augusto Ribeiro Wanderley	M	14	Sabará	José Augusto Ribeiro Wanderley (parente de professor)	25/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
159	Astrogildo Mineiro de Menezes	M	19	Itabira	José Cuncir de Menezes	27/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
160	José Antonio d'Almeida Junior	M	25	Itabira	José Antonio d'Almeida	27/10/1886	Concluiu o curso em 1888	Sim
161	Antonio Augusto de Lima	M	14	Sabará	Silverio Augusto de Lima (professor)	28/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
162	José Martins de Oliveira Fonseca	M	22	Itabira	José Martins Fontes	29/10/1886	Concluiu o curso em 1887	Não se sabe
163	Alexandre Arthur Pereira da Fonseca	M	17	Pitangui	Alexandre Pereira da Fonseca	29/10/1886	Retirou-se sem concluir	Não se sabe
164	Alfredo de Oliveira Lima	M	19	Caeté	Saturnino d'Oliveira Lima	29/10/1886	Retirou-se sem concluir	Não se sabe
165	José Carlos de Salles	M	15	Lagoa Santa	Capitão José Carlos de Salles	29/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
166	Julietta Bastardina de Castro	F	12	Curvelo	Joaquina Maria da Fonseca	28/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
167	Maria das Neves d'Azevedo	F	13	Sabará	Antonio Luiz d'Azevedo (parente de	29/10/1886	Retirou-se	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
				professor)				
168	Philomena da Rocha Mello	F	12	Congonhas	Antonio da Rocha Mello	29/10/1886	Retirou-se em 1887. Voltou a 31 de 8ºº de 1889	Não se sabe
169	Margarida Praxedes Torres	F	12	Sabará	José Moreira Torres	29/10/1886	Concluiu o curso em 1889	Sim
170	Albina Carolina Maia	F	12	Sabará	Albino dos Santos Oliveira Maia	29/10/1886	Retirou-se	Não se sabe
171	Rita Honorina Ottoni	F	15	Diamantina	Dr. Carlos Honorio Benedicto Ottoni (parente no externato)	01/10/1887	Retirou-se em 1889	Não se sabe
172	Francisca de Almeida Ottony	F	12	Diamantina	Dr. Carlos Honorio Benedicto Ottoni (parente no externato)	01/10/1887	Retirou-se em 1889	Não se sabe
173	Gustavo Pereira da Fonseca	M	14	São Francisco de Paula	Maria Felisberta	01/10/1887	Retirou-se em 1889	Não se sabe
174	Christina Maria da Conceição	F	15	Sabará	Silverio Papaisca (sapateiro)	01/10/1887	Retirou-se no 2º ano	Não se sabe
175	Francisco Pereira Costa	M	18	Cidade Pará	Antonio Pereira da Costa	03/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
176	Fernando Pereira de Mello Vianna	M	14	Sabará	Manoel Pereira de Mello Vianna (comerciante)	04/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
177	Benjamim Francklim Martins do Couto	M	15	Sabará	Herculino Carlos do Couto Lima (professor)	06/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
178	Angelica Maria de Almeida	F	19	Cidade Pará	Francisco Torquatro de Almeida	10/10/1887	Concluiu o curso em 1890	Não se sabe
179	Antonio Archanjo do Couto	M	17	Sabará	Pedro Maria Carlos do Couto (professor)	10/10/1887	Retirou-se em 1889	Não se sabe
180	Christina Maria do Nascimento	F	12	Sabará	Antonio Pedro da Silva Couto (parente de professor)	14/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
181	Antonio Baptista dos Santos	M	21	Nossa Senhora do Carmo do Cajuru	João Baptista dos Santos Jotta	17/10/1887	3º ano. Concluiu o curso em 1888	Sim
182	Severino José Ferreira da Silva	M	22	Queluz (Minas)	Severino Ferreira da Silva	18/10/1887	3º ano. Concluiu o curso em 1888	Sim
183	Angelina Geraldina de Resende Pinto	F	18	Cuiabá, município de Caeté	Antonio Resende Pinto	22/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
184	Maria Petrina Fernandes	F	15	Roças-Novas município de Caeté	Francisco Pedro Fernandes	22/10/1887	Concluiu o curso em 1889	Sim
185	Anna Augusta de Araujo	F	13	Sabará	Augusto de Araujo Vianna ((inspetor, diretor do externato e da escola normal)	22/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
186	Maurício Antonio de Azevedo Filho	M	15	Sabará	Maurício Antonio de Azevedo (dentista/irmão no externato)	22/10/1887	Retirou-se em 1888	Não se sabe
187	Josephina Augusta de Sousa Silvino	F	17	Sabará	Antonio Caetano de Souza Silvino	22/10/1887	Retirou-se	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
188	José Joaquim Fernandes Bijos	M	15	Raposos	Joaquim Fernandes Bijos	26/10/1887	Retirou-se no 1º ano	Não se sabe
189	Josephina Augusta de Sousa Silvino	F	14	Taquarassú	Francisco José da Cruz Frade	27/10/1887	Retirou-se em 1889	Não se sabe
190	Maria José da Silva	F	14	Taquarassú	Herculano Ferreira da Silva	29/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
191	Laurinda Alves de Mello	F	12	Sabará	Antonio da Silva Mello (funcionário dos correios)	29/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
192	Alfredo Antonio Jacoby	M	20	Brumado, termo de Santa Barbara	Leopoldo Jacoby	31/10/1887	Concluiu em 1891	Não se sabe
193	Manoel Candido Baptista	M	14	Curral d'El-Rei	Antonio de Padua Baptista	31/10/1887	Retirou-se	Não se sabe
194	Joaquim Maria Alvesnaz	M	19	Cattas Altas de Mato Dentro	Joaquim José Alvesnaz	31/10/1887	Concluiu o curso em 1888	Não se sabe
195	Victor Martins de Amorim	M	17	Matosinhos	Benjamim Antonio da Silva	31/10/1887	Retirou-se em 1888	Não se sabe
196	Francisco de Assis Ribeiro Wanderley	M	14	Sabará	José Francisco Ribeiro Wanderley (parente de professor)	02/10/1888	Retirou-se no 1º ano	Não se sabe
197	Maria das Mercez Ribeiro Wanderley	F	12	Piedade do Paraopeba	José Francisco Ribeiro Wanderley (parente de professor)	02/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
198	Henrique Barbosa Manso	M	15	Sabará	Luiz Maria Barbosa (procurador)	02/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
199	Mariana Amelia Martins Penna	F	14	Sete Lagoas	Claudiano Martins da Costa	03/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
200	Thereza Tecla do Carmo	F	13	Sabará	Antonio Hilario Souza Lopes (comerciante/padeiro)	03/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
201	Gabriella Diamantina de Azevedo	F	13	Diamantina	Joaquim Amador Pinheiro de Azevedo	03/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
202	Aurelio Probo	M	17	Montes Claros	Franciso da Silva Probo	05/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
203	Maria Emilia Candida da Costa	F	15	Sabará	José Candido da Costa	10/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
204	Barbara Albertina Gomes Baptista	F	12	Sabará	José Marciano Gomes Baptista (diretor do externato)	10/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
205	Nicolina Augusta da Silva Ramos	F	13	Santa Barbara	Capitão Carlos Augusto da Silva Ramos	10/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
206	José Augusto da Silva Ramos	M	14	Santa Barbara	Capitão Carlos Augusto da Silva Ramos	10/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
207	Luzia Thilemilia Leal	F	14	Queluz (Minas)	João Martins de Souza Leal	16/10/1888	Concluiu em 1893	Não se sabe
208	Virgilio Lafayete Martins Pereira	M	14	Sabará	Major Luiz Cassiano Martins Pereira (professor da escola normal)	16/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
209	Emilia Cezarina Martins de	F	15	Cocais	Dr. Adolpho Martins de Oliveira (Falecido)	16/10/1888	Retirou-se	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
Oliveira							
210	Joaquim Ricardo dos Reis	M 20	Santa Barbara	João Antonio dos Reis	16/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
211	José Alves de Souza Junior	M 14	Santa Barbara	José Alves de Souza	16/10/1888	Retirou-se p <sup>a</sup> Ouro Preto	Não se sabe
212	José Farago Garcia	M 17	Capão-Redondo	José Farago	16/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
213	Jovino Rodrigues Costa	M 14	Capão-Redondo	Cezario Rodrigues Costa	16/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
214	Carlos Alberto Pinto Coelho	M 21	Pará (Cidade)	Belmiro José Pinto Coelho (parentes professores)	16/10/1888	Concluiu em 1890	Não se sabe
215	Ulysses Pompeu do Couto Brasil	M 14	Sabará	Herculino Carlos do Couto Lima (professor)	20/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
216	Adelaide Augusta Candida Dias	F 16	Sabará	José Mariano Dias (comerciante)	23/10/1888	?	Não se sabe
216a	Josepha Maria Gomes de Freitas	F 25	São Miguel do Piracicaba	José Joaquim Gomes de Freitas	29/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
217	Maria Brazilina de Figueiredo	F 19	Catas Altas do Mato Dentro	Domingos Pinto de Figueiredo	29/10/1888	Retirou-se em 1889	Não se sabe
218	Eliza Morgan Birchal	F 18	Congonhas de Sabará	Frederico Birchal	29/10/1888	Jamais compareceu	Sim
219	Eponina Angelica de Mello	F 14	Rio-Novo	José Ferreira de Mello (aluno do externato)	30/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
220	Leopoldina Amelia Soares de Carvalho	F 22	Cidade de Santa Anna dos Ferros	Antonio Carvalho Soares de Andrade	30/10/1888	Concluiu em 1890	Sim
221	Oscar Morgan Birchal	M 15	Congonhas de Sabará	Frederico Birchal	29/10/1888	Retirou-se	Não se sabe
222	José Francisco Ribeiro Wanderley Junior	M 17	Sabará	José Francisco Ribeiro Wanderley (parente de professor)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
223	Maria Dolores	F 13	Sabará	Icognita. Exposta a Virginia Adelaide Gomes Baptista	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
224	Corina da Cruz Dias	F 12	Venda do Alto	Jose Marianno Dias (comerciante)	31/10/1889	Concluiu o curso	Não se sabe
225	Maria Cyrilla de Rezende	F 12	Cuiabá	Antonio Rezende Perito	31/10/1889	Nasceu a 16 de março de 1878. concluiu em 1901	Não se sabe
226	Jucelina Ricardina da Cruz	F 12	Sabará	Jose Francisco Cruz (comerciante)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
227	Etelvina Eugenia Jardim	F 13	Santa Rita de Santo Antonio do Rio acima	Antonio Alves Jardim (delegado da instrução)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
228	Maria Jose da Conceição	F 12	Curral D'El-rei	Antonio de Pádua Baptista Vieira	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe



**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
229	Raymunda Lourença	F	13	Congonhas	João Lourenço Teixeira	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
230	Virgínia Romula de Jesus	F	13	Casa Branca	Joaquim Saturnino Vieira	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
231	Anna Eugracia Malta	F	13	Congonhas	Alexandre Rodrigues Malta	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
232	Paulina Sophia Gomes de Freitas	F	23	São Miguel de Piracicaba	Jose Joaquim Gomes de Freitas	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
233	Noemi Clementina Gomes de Freitas	F	24	São Miguel de Piracicaba	Jose Joaquim Gomes de Freitas	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
234	Francisco Evaristo de Azevedo Coutinho	M	14	Sabará	Francisco de Paula Lopes Azevedo Coutinho (professor)	31/10/1889	Retirou-se em dezembro do mesmo ano. Voltou em outubro de 90. Retirou-se	Não se sabe
235	Antonio Theodoro Malta	M	14	Congonhas	Alexandre Rodrigues Malta	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
236	Maria Amelia de Lima	F	16	Santa Rita	Francisco Avelino de Araujo Lima	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
237	Maria Josefina de Souza Aragão	F	14	Sabará	Albino Aragão	Compareceu a 4 de 8brº de 1890	Retirou-se	Não se sabe
238	Amariles de Souza Aragão	F	13	Sabará	Albino Aragão	Compareceu a 4 de 8brº de 1890	Retirou-se	Não se sabe
239	Amenaide Augusta de Salles Lima	F	16	Santa Luzia de Sabará	Luis Augusto de Salles Lima	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
240	Adelia de Salles Lima	F	14	Santa Luzia de Sabará	Luis Augusto de Salles Lima	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
241	Gabriella de Oliveira Cheles	F	17	Sabará	Pedro Jose do Espírito Santo Cheles (professor)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
242	Alcina Flassheber de Aguiar Pinto	F	14	Juiz de Fora	Antonio Olintho de Aguiar Pinto Coelho	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
243	Henriqueta Flassheber de Aguiar Pinto	F	12	Juiz de Fora	Antonio Olintho de Aguiar Pinto Coelho	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
244	Maria Idalina Horta	F	14	Matosinhos	Modestino Jose Ferreira	31/10/1889	Retirou-se em 91 e voltou em 92. Retirou-se	Não se sabe
245	Franisca Siluralina de Siqueira	F	12	Cidade do Rio Novo	João Nascimento de Souza	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
246	Maria Christina Edwards	F	25	Curral D'El-Rei	Eduardo Edwards	31/10/1889	Concluiu o curso	Não se sabe
247	João Ferreira Passos	M	16	Congonhas de Sabará	Joaquim Ferreira Passos (parente no externato)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
248	Silvino Moreira dos Santos	M	15	Cidade do Pará	Jose Vicente Moreira dos Santos	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
249	João José de Sant'Anna	M	17	Juiz de Fora	Jose Antonio do Carmo	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
250	Maria Candida da Anunciação	F	15	Queluz de Minas	Maria Joanna	31/10/1889	Retirou-se em 10b <sup>o</sup> do mesmo ano	Não se sabe
251	Laura Emilia Domingues Maia	F	16	Contagem das Aboboras	Joaquim Domingues Maia (parente no externato)	31/10/1889	Concluiu o curso.	Não se sabe
252	Leopoldo Alberto Alves Horta	M	14	Sabará	Jose Pedro Alves Horta (professor)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
253	Virginia da Conceição Pereira	F	16	Curvelo	João Pereira Silva	31/10/1889	Frequentava escola desde Maio de 1888, com idade legal	Não se sabe
254	Olivia Adolfina Pontes	F	17	São Miguel de Piracicaba	Joaquim Rodrigues Vieira	31/10/1889	Concluiu o curso.	Não se sabe
255	Anna Maria dos Santos Macieira	F	21	São Gonçalo de Santa Bárbara	José da Costa Santos	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
256	Theresa Christina de Jesus	F	14	Sabará	Antonio Candido de Magalhães	31/10/1889	Retirou-se no mesmo ano	Não se sabe
257	Maria Jose Horta Lessa	F	12	Sabará	Antonio Jose dos Santos Lessa (diretor da escola normal)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
258	Henriqueta Peregrina de Magalhães	F	20	Sabará	José Custódio Dias de Magalhães (oficial de justiça/irmão no externato)	31/10/1889	Retirou-se no mesmo ano	Não se sabe
259	Maria Barbosa de Magalhães	F	15	Sabará	José Custódio Dias de Magalhães (oficial de justiça/irmão no externato)	31/10/1889	Concluiu o curso	Não se sabe
260	Ignacio Jose Martins	M	19	Matosinhos	Carlos Jose Silva Martins	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
261	Carlos Jose da Silva Sobrinho	M	18	Matosinhos	Manoel Couto	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
262	Joaquim Coelho Horta	M	19	Matosinhos	Raimundo Coelho Ferreira	31/10/1889	Concluiu o curso	Não se sabe
263	Altirio de Resende Pinto	M	17	Sabará	Antonio de Resende Pinto	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
264	Evaristo de Resende Pinto	M	15	Sabará	Antonio de Resende Pinto	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
265	Laura Augusta da Rocha	F	12	Congonhas de Sabará	Joaquim Pereira Rocha (irmão de professor)	31/10/1889	Retirou-se	Não se sabe
266	Jose Pereira da Costa	M	22	Cidade do Pará	Antonio Pereira da Costa	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
267	Theophila de Azevedo Coutinho	F	14	Pindaibas	João Theophilo de Azeredo Coutinho (parente de professor)	04/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
268	Maria Antunes Ferreira	F	20	Queluz de Minas	Joaquim Antonio Ferreira da Silva	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
269	Affonsina Conceição de Azeredo Coutinho	F	12	Sabará	Francisco de Paula Lopes de Azeredo Coutinho (professor)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
270	Anna do Coração de Jesus	F	18	Taquarassú	Pedro Paulino Pinto	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

N.º Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
271	Maria da Conceição Gomes Baptista	F	16	Sabará	Maria Amalia Gomes Baptista (fallecida)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
272	Angelica Augusta da Rocha	F	14	Cidade de Inhaúma	Francisco de Assiz Pereira Rocha (professor)	04/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
273	Maria das Neves de Paula Santos	F	14	Sabará	Francisco de Paula Santos	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
274	Jucelina Maria de Souza Maia	F	18	Jaboticatubas	Antonio Felix de Souza Maia	04/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
275	Maria Isabel dos Santos	F	16	Pompeia de Pitangui	Jose dos Santos Carvalho (professor)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
276	Maria Jose de Azevedo Barbosa	F	16	Sabará	Antonio Theodoro de Azevedo Barbosa (aluno do externato)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
277	Maria Sophia de Azevedo	F	12	Sabará	Mauricio Antonio de Azevedo (dentista/irmão no externato)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
278	Francisco de Assiz de Azevedo	M	14	Sabará	Mauricio Antonio de Azevedo (dentista/irmão no externato)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
279	Jesuina de Oliveira Porto	F	13	Sabará	Isodoro de Oliveira Porto	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
280	Maria Jose Monteiro	F	13	Sabará	Manoel Maria Monteiro (marceneiro)	04/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
281	Maria Claudia da Costa Azevedo	F	13	Sabará	Domingos Antonio da Costa Azevedo	06/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
282	Alyce de Aguiar Flasheber	F	17	Juiz de Fora	Günther Adolfo Flaseber	06/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
283	Maria do Nascimento de Freitas Simões	F	16	Taboleiro Grande	Jose Pereira de Freitas	06/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
284	Anna Jacinta da Fonseca Alves	F	14	Cidade da Itabira	Francisco Ferreira Alves	06/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
285	Anna Josefina da Fonseca e Silva	F	22	Rio de São Francisco (Santa Barbara)	Modesto Augusto da Silva Madureira	06/10/1890	Retirou-se em 91, voltando em 92.	Não se sabe
286	Jose Neponaceno da Rocha	M	15	Sabará	Lucas Neponaceno da Rocha	06/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
287	Maria do Carmo de São José	F	15	Pequi (Pará)	Belmiro Ramos de Queiroz	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
288	Maria Alexandrina de Souza	F	13	Araçuaí	Joanina Cyrina de Souza	31/10/1890	Concluiu	Não se sabe
289	Ambrosina Orsini de Castro	F	15	Montes Claros	Torquato M. Orsini e Castro	31/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
290	Maria Angelica de Mello	F	15	Rio Novo (Minas)	Jose Ferreira de Mello	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
291	Arthur Orsini Castro	M	14	Montes Claros	Torquato M. Orsini e Castro	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
292	Jose Cassimiro do Nascimento	M	14	Sabará	Antonio Cassimiro do Nascimento	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
293	Jose Maria Coutinho	M	14	Sabará	Maria José Coutinho (professora)	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
294	Jose Olympio de Carvalho e Silva	M	14	São José da Lagoa	Olympio Emílio da Silva	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
295	Gil Carvalho de Araujo e Silva	M	15	São José da Lagoa	Olympio Emílio da Silva	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
296	Avelino Barros dos Santos	M	14	Porto (Portugal)	Manoel de Barros Santos	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
297	Pedro Carlos do Couto	M	14	Sabará	Pedro Carlos do Couto (Falecido)	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
298	Jose Baptista Junior	M	17	Cocais	José Baptista	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
299	Miguel do Carmo	M	14	Barbacena	Jose Antonio do Carmo	31/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
300	Francisco Daniel da Rocha Junior	M	14	Congonhas	Francisco Daniel da Rocha	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
301	Jose Rodrigues da Rocha Bastos	M	14	São Jose D'El Rei	Manoel Lopes Bastos	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
302	Ignacio Martins da Costa	M	15	Sabará	Guilhermino Horta	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
303	Theophilo Jose Ferreira	M	15	Belo Horizonte	Jose Ferreira Leite	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
304	Miguel Caldas	M	15	Barbacena	Luis Gregorio Caldas	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
305	Francisco de Paula Rocha	M	14	Sabará	Augusto de Araujo Vianna ((inspetor, diretor do externato e da escola normal)	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
306	João Augusto dos Santos	M	15	Sabará	Paulo Alves dos Santos	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
307	Francisco Dias Duarte	M	17	Cocais	Joaquim Dias Duarte	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
308	Francisco de Assiz Dias Junior	M	16	São Gonçalo do Rio abaixo	Francisco de Assiz Dias	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
309	Ignacio Thiago Alves Horta	M	17	Sabará	Jose Pedro Alves Horta (professor)	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
310	Oscar Tarabal	M	18	Congonhas	Antonio Fasutino Fernandes Tarabal	31/10/1890	Concluiu o curso	Não se sabe
311	Francisco Martins da Costa Sobrinho	M	16	Sete Lagoas	Claudiano M. da Costa	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
312	Benjamim Franklim Martins do Couto	M	18	Sabará	Herculano Carlos do Couto Lima (professor)	31/10/1890	Retirou-se	Não se sabe
313	Ermelinda Augusta Ferreira Braga	F	13	Benito José Ferreira Braga	Benito Jose Ferreira Braga	13/02/1891	Retirou-se	Não se sabe
314	Camillo Avelar Pacheco Lessa	M	14	Sete Lagoas	Virgilio Pacheco Ferreira Lessa (parente de professor)	10/03/1891	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
315	Maria Carmelina de Lima	F	14	Vila Nova de Lima	Manoel Corrêa de Lima	10/03/1891	Passou para a escola de Ouro Preto	Não se sabe
316	Maria Jose dos Prazeres	F	14	Sabará	Joaquina Angélica da Costa	10/03/1891	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
317	Ignacio Antonio Ferreira	M	18	Queluz de Minas	Joaquim Antonio da Silva (Miquelino - era	15/02/1892	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
				professor)				
318	Osmindo Segrimundo Santhiago	M	17	Santa Barbara	João Julio Santhiago	19/02/1892	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
319	Philomena da Rocha Mello	F	18	Congonhas, hoje Vila Nova de Lima	Antonio da Rocha Mello	15/02/1892	É a 3ª vez que se matricula. Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
320	Paulina Sophia Gomes de Freitas	F	26	São Miguel de Piracicaba	J.e Joaquim Gomes de Freitas	15/02/1892	É a 2ª vez que se matricula. Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
321	Silvina Magdalena Guimarães	F	14	Taboleiro Grande	Antonio Caetano Guimarães	15/02/1892	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
322	Maria Idalina Horta	F	17	Matosinhos	Modestina José Ferreira	15/02/1892	É a 2ª vez que se matricula. Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
323	Anna Josephina da Fonseca e Silva	F	24	Rio de São Francisco (Santa Barbara)	Modesto Augusto da Silva Madureira	25/02/1892	É a 2ª vez que se matricula. Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
324	Braulio Pedro Alves dos Santos	M	16	Taboleiro Grande	Pedro Alves dos Santos	29/02/1892	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
325	Maria da Gloria Menezes Penna	F	14	Sete Lagoas	Claudio Menezes da Costa	29/02/1892	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
326	Henriqueta Augusta dos Santos Cintra	F	14	Sabará	João Alves Santos (negociante)	29/02/1892	Nasceu a 14 de Julho de 1878. Concluiu o curso hoje 23 de 7br de 1899	Não se sabe
327	Maria Domingues d'Ascensão	F	18	Cidade de Santa Barbara	Cassiano Domingues Jorge (Falecido)	29/02/1892	Retirou-se antes de completar o curso, passando para a escola de Ouro Preto.	Não se sabe
328	Olivia Augusta de Aguiar	F	15	Rio Novo	Augusto Cezar de Aguiar	29/02/1892	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
329	Antonio Raymundo Caldeira	M	16	São João do Morro Grande	Feliberto Caldeira	03/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
330	Judith Bruzzi	F	16	Catas Altas	José Maria Bruzzi	08/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
331	Jose Alves Ferreira Horta	M	16	Matosinhos do Rio das Velhas	Olympio Alves da Silva	09/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
332	Maria Luiza Menezes Pereira	F	14	Sabará	Maria Rosalina da Cruz	18/02/1893	Completo em Junho de 1898 (Concluiu)	Não se sabe
333	Herculano Carlos do Couto Lima	M	16	Sabará	Herculino Carlos do Couto Lima (examinador da ENS)	20/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
334	Maria Magdalena Magalhães	F	14	São Gonçalo do Rio Abaixo	(Não consta a filiação no livro)	26/02/1893	Completo o curso (concluiu).	Não se sabe
335	Emilia Magdalena do Couto	F	14	Sabará	Herculino Carlos do Couto Lima (examinador da ENS)	26/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

Número	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
336	Dimas Gomes Baptista	M	14	Sabará	José Marciano G.s Baptista (Falecido) (diretor e examinador do externato)	28/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
337	José Francisco Cruz J.or	M	14	Sabará	José Francisco Cruz (negociante)	28/02/1893	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
338	Fatyma Carneiro	F	19	Itapeçirica	Nominato Carneiro	14/02/1893	Fez os dous primeiros anos em São João del-Rei, recebendo o seu diploma aqui, a 1 de dezembro de 1893.	Não se sabe
339	Joaquim Ramos de Lima	M	15	Itajubá (cidade)	Fructosa Ramos de Lima	13/02/1894	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
340	Maria José de Araujo	F	14	Cidade de Itapeçirica	José Pedro de Araujo Lima	15/02/1894	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
341	Maria Amalia dos Anjos	F	14	Sabará	Virginia Adelaide Gomes Baptista (educadora)	15/02/1894	Completo o curso em 10br de 1898 (concluiu).	Não se sabe
342	Deniz Desirato Horta Barbosa	M	14	Sabará	João Deniz Barbosa (professor)	23/02/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
343	Cecília de Magalhães	F	17	Sabará	José Custódio Dias Magalhães (curso externato em 1868, era ourives e suplente de delegado)	28/02/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
344	Maria Augusta da Rocha	F	14	Vila Nova de Lima	Joaquim Pereira Rocha (eleitor/político?)	28/02/1894	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
345	Maria Bellarmina	F	14	Sabará	Antonio de Souza Lemos	28/02/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
346	Leontina Eugenia de Lima Lessa	F	16	Sabará	Quintiliano Pacheco Ferreira Lessa (Falecido) (professor)	02/03/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
347	Antonio Caetano de Azevedo Coutinho	M	14	Sant'Anna do Piratinga	Antonio Augusto de Azevedo Coutinho (professor)	15/03/1894	Completo o curso em 9br de 1897 (concluiu).	Não se sabe
348	Duarte Franklin Costa	M	14	Sabará	Martimiano Augusto Costa (negociante/eleitor)	15/03/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
349	Maria Jose Gomes	F	14	Sabará	Joaquim Brochado Gomes (ferreiro/lista de proprietários)	15/03/1894	Nasceu a 7 de agosto 1888. Concluiu o curso hoje 23 de 7bro de 1899	Não se sabe
350	Rosa Amelia dos Santos	F	15	Sabará	Antonio Pereira dos Santos (negociante/fazendeiro)	15/03/1894	Nasceu a 30 de agosto 1879. Concluiu o curso a 2 de Outubro de 1900.	Não se sabe
351	Belmira Ernestina Martins Maia	F	14	Sabará	Albina dos Santos Maia (aluna da ENS em 1887)	15/03/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
352	Francisco Avelino de Lima Junior	M	16	Vila Nova de Lima	Francisco Avelino de Lima	15/03/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
353	Olivia de Carvalho e Silva	F	14	São José da Lagoa	Olympio Emilio da Silva	15/03/1894	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
354	Antonietta Jardim	F	14	Santa Rita do Rio	Antonio Alves Jardim (delegado da	01/02/1895	Passou-se para a escola de Ouro	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
355	Paulo Alves dos Santos Vieira	M	15	Sabará	Paulo Alves dos Santos	14/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
356	Ermesinda Vidal Garcia	F	14	Carbalhedo – Espanha - Província Pontevedra	Clemente Vidal Garcia	14/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
357	Maria do E. S. Gomes	F	14	Sabará	José Broxado Gomes (ferreiro/lista de proprietários)	14/02/1895	Nasceu a 4 de dezembro 1881. Concluiu em 1901.	Não se sabe
358	Clotilde M. Maia	F	14	Sabará	Allino dos Santos da Oliveira Maia	14/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
359	Francisca de Assis Gomes Baptista	F	14	Sabará	José Marciano Gomes Baptista (diretor e examinador do externato)	15/02/1895	Nasceu a 17 de 7bro de 1883. Concluiu em 1902.	Não se sabe
360	Osias Baptista	M	15	Sabará	José Marciano Gomes Baptista (diretor e examinador do externato)	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
361	Dejanira Henriques de Marcennes	F	15	Sant' Anna do Morro do Chapéu	José Henriques Alves Bibiano	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
362	Jose Gonçalves Couto	M	18	D. Maria de Itabira	Joaquim Gonçalves Couto	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
363	Jose de Paula Moreira	M	15	Jequitibá	Luiz Antonio Moreira	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
364	Affonsina Conceição de Azevedo	F	16	Sabará	Francisco Lopes de Azevedo (professor)	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
365	Maria do Carmo dos Santos Costa	F	15	Sabará	Marianno José da Costa (fazendeiro)	15/02/1895	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
366	Amandina Carmelita de Magalhães	F	14	Sabará	Silverio Dias de Magalhães	15/02/1895	Nasceu a 18 de junho 1883. Concluiu o curso a 2 de Outubro de 1900	Não se sabe
367	Maria José da Cruz	F	14	Sabará	Joaquim Francisco Cruz (negociante/eleitor)	15/02/1895	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
368	Maria Josefina da Cruz	F	14	Sabará	Joaquim Francisco Cruz (negociante/eleitor)	15/02/1895	Retirou-se antes de completar o curso.	Não se sabe
369	Adelia de Carvalho	F	15	Ouro Preto	Dr. José Tristão de Carvalho	15/02/1895	Concluiu em 10bro de 1898.	Não se sabe
370	Dolores Augusta de Carvalho	F	19	Ouro Preto	Dr. José Tristão de Carvalho	15/02/1895	Concluiu em 10bro de 1898.	Não se sabe
371	Sylvia de Carvalho	F	13	Ouro Preto	Dr. José Tristão de Carvalho	15/02/1895	Retirou-se	Não se sabe
372	Maria Calixta Marques	F	14	Taboleiro Grande	Veronica Marques Ferreira	15/02/1895	Nasceu a 14 de 8bro 1882. Concluiu em 1901.	Não se sabe
373	Laudilia de Carvalho	F	13	Capela Nova do Betim	Manoel Pereira de Carvalho	30/02/1895	Transferiu-se da EN de Ouro Preto para esta. Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
374	Maria José de Siqueira	F	15	Curvelo	José Cupertino de Siqueira	04/04/1895	Transferiu-se da EN de Diamantina	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

№ mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
							para esta, e desta para a de Sete Lagoas. Concluiu o curso.	
375	Carolina Martinha Torres	F	14	Sabará	José Moreira Torres (lista de proprietários de Sabará)	12/02/1896	Nasceu a 11 de 9bro 1883. Concluiu o curso em 9bro de 1902.	Não se sabe
376	Antonio Martins dos Anjos	M	20	Sabará	Clemente Mir dos Anjos	13/02/1896	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
377	Virgilio Philippe dos Santos	M	16	Sabará	Bazilio Pereira dos Santos	15/02/1896	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
378	Antonia Augusta Ferreira	F	14	Capanema	João Emilio Ferreira de Padua	15/02/1896	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
379	Maria Cosntança de Araujo	F	14	Conceição do Rio Acima	Jose Joaquim de Araujo	15/02/1896	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
380	Maria Brandão Lobato	F	15	Itapeerica	Dr. Francisco de Paula Cordeiro de Negreiro Lobato	15/02/1896	Transferiu-se para a Eschola de São João D'El-rei.	Não se sabe
381	Roldão Nogueira Starling	M	14	Cipó	Vitalino Nogueira Netto	15/02/1896	Retirou-se no 2º ano.	Não se sabe
382	Corina Tolentino	F	15	Diamantina	Antonio Tolentino Monteiro	15/02/1896	Nasceu a 13 de Fevereiro de 1882	Não se sabe
383	Maria Luiza Dias	F	14	Sabará	José Gustavo Dias (aluno do externato em 1872)	15/02/1896	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
384	Raymunda Pertence	F	14	Sabará	J.e Augusto de Paula Pertence (muitos familiares como professores)	15/02/1896	Voltou em 1902. 3º em 1904	Não se sabe
385	Maria Carmelita Gomes	F	14	Sabará	José Broxado Gomes (comerciante)	15/02/1896	Nasceu a 29 de 9bro 1883. Retirou-se em 1902.	Não se sabe
386	Guiomar Soares Matos	F	14	Cachoeira do Campo	José Corrêa de Matos	25/02/1897	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
387	Antonietta Modestina de Freitas	F	14	Vila Nova de Lima	José Luiz Pereira de Freitas	27/02/1897	Retirou-se	Não se sabe
388	Palmira Zulmira de Lima	F	14	Santo Antonio do Rio-acima	Francisco Avelino de Azeredo Lima	27/02/1897	Nasceu a 6 de maio 1883. Retirou-se.	Não se sabe
389	Cazilda Muniz Passos	F	14	Sabará	Francisco de Paula da Souza Passos	09/03/1897	4º ano em 1903. Concluiu em 1903	Não se sabe
390	Regina Dias Duarte	F	15	Cocais	José Dias Duarte	09/03/1897	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
391	Clarinda Barroso da Silva	F	14	Capital Federal	Antonio Luiz da Silva (lista de proprietários devedores da CMS)	13/03/1987	Retirou-se sem completar o curso.	Não se sabe
392	Adelina Cecilia dos Santos	F	21	Pará	Marciano Evaristo dos Santos	12/08/1898	Nasceu a 17 de 8br de 1877. Concluiu o curso a 2 de outubro de 1900	Não se sabe
393	Angela Maria Allava	F	15	Sabará	José Allava	27/08/1898	Nasceu a 30 de 9br de 1882. Concluiu em 1903.	Não se sabe
394	Constança Ferreira Maia	F	14	Sabará	José dos Santos de Oliveira Maia	27/08/1898	Nasceu a 8 de janeiro 1885. 3º ano em 1902 e 1903. 4º em 1904.	Não se sabe
395	Ortilia Tolentino	F	14	Diamantina	Antonio Tolentino Moreira	27/08/1898	Nasceu a 18 de outubro 1884. 2º ano em 1903.	Não se sabe



## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

N <sup>o</sup>	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
396	Maria Robustina Gomes	F	14	Sabará	Joaquim Broxado Gomes	27/08/1898	Nasceu a 7 de Junho 1886. Retirou-se em 1902.	Não se sabe
397	Maria Magdalena de Jesus	F	14	Ouro Preto	José Francisco Paschoal	27/08/1898	Não compareceu	Não se sabe
398	Antonio de Lima Vianna	M	14	Sabará	Olegário dos Santos Vianna	27/08/1898	Nasceu a 24 de abril 1885. Retirou-se em 1901	Não se sabe
399	Marietta Broxado	F	14	Sabará	Dr. Candido José dos Santos Broxado (Major/câmara municipal)	27/08/1898	Não compareceu. Concluiu.	Não se sabe
400	Judith Esther de Mello	F	14	Sabará	Antonio Hiliário de Souza Lopes Filho (negociante e padreiro)	27/08/1898	Retirou-se no 1º ano.	Não se sabe
401	Maria Augusta do Carmo	F	15	Matosinhos	João Joaquim do Carmo (educador)	27/08/1898	Nasceu a 31 de agosto 1881. Passou da escola de Sete Lagoas para esta . Concluiu o curso e foi diplomada a 31 de março de 1900.	Não se sabe
402	José Alves Nogueira	M	14	Ouro Preto	João Alves Nogueira	27/08/1898	4º ano em 1903. Concluiu em 1903	Não se sabe
403	Evangelina Maria da Conceição	F	19	Santa Bárbara	José Pedro Barreto	03/10/1898	Nasceu a 9 de Julho 1879. Passou da Escola de Ouro Preto para esta. Concluiu o curso a 2 de Outubro de 1900.	Não se sabe
404	Herculano H. Barbosa	M	15	Sabará	João Deniz Barbosa (professor)	26/03/1897	Concluiu em junho de 1898.	Não se sabe
405	Jenny Hermont	F	16	Vitória	Anacleto Felisberto	28/08/1899	Nasceu a 28 de Fevereiro 1884. 4º ano em 1903. Concluiu em 1904.	Não se sabe
406	Lucilia Hermont	F	14	Vitória	Anacleto Felisberto	28/08/1899	Nasceu a 13 de janeiro de 1886. 3º ano em 1903. 4º em 1904.	Não se sabe
407	João Evaristo de Azevedo	M	14	Sabará	Francisco Lopes Azevedo (professor)	28/08/1899	Nasceu a 14 de Julho de 1886. 3º ano 1903.	Não se sabe
408	Maria Jose dos Santos Vianna	F	15	Sabará	Paulo Alves dos Santos Vianna	28/08/1899	Nasceu a 21 de 7bro de 1883. Retirou-se em 1901	Não se sabe
409	Maria do Carmo Aragão	F	15	Sabará	Felicissima Aragão	28/08/1899	Nasceu a 4 de Junho de 1884. Retirou-se em 1902.	Não se sabe
410	Juanita Carmelia	F	15	Sabará	Francisco Onorio de Souza Lopes	28/08/1899	Nasceu a 27 maio de 1884. 1º ano em 1902 e 1903. Retirou-se	Não se sabe
411	Aly Itacolomy de Souza Lopes	M	16	Sabará	Francisco Onorio de Souza Lopes	28/08/1899	Nasceu a 15 de março de 1883. 2º ano em 1903. Retirou-se em 1903.	Não se sabe
412	Abel de Alvarenga Lessa	M	14	Sabará	Manoel Antonio Pacheco Ferreira Lessa (professor em Sabará)	28/08/1899	Nasceu fevereiro de 1886. 3º ano 1903.	Não se sabe
413	Virgilio Filipe dos Santos	M	19	Sabará	Basilio Pereira dos Santos	28/08/1899	Em continuação. 4º ano em 1903	Não se sabe
414	Ordalia Ribeiro	F	15	Sabará	Leonidia Ribeiro	28/08/1899	Retirou-se em 1902	Não se sabe
415	Honirita Guimarães	F	14	Sabará	Francisco Candido da Silva Guimarães (Falecido)	28/08/1899	Retirou-se em 1902	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
416	Marianna Clara de Azevedo Barbosa	F	14	Sabará	Antonio Theodoro de Azevedo Barbosa (aluno do externato em 1867)	28/08/1899	Nasceu a 10 de março de 1885. 3º ano em 1903	Não se sabe
417	Theophilo Ferreira do Nascimento	M	20	Taboleiro Grande	Antonio Ferreira do Nascimento	25/11/1899	Nasceu a 10 de outubro de 1879. (Transferido da E. Normal de Sete Lagoas e matriculado ao 4º ano. Concluiu o curso a 2 de Outubro de 1900.)	Não se sabe
418	Manoel Vicente da Costa	M	27	Pêra Portugal	Vicente Francisco da Costa	21/11/1899	Nasceu a 3 de janeiro de 1873. (Transferido da E. Normal de Sete Lagoas e matriculado no 3º ano.) Concluiu em 1901.	Não se sabe
419	Maria José de Siqueira	F	19	Curvelo	José Cupertino de Siqueira	23/11/1899	(Em Continuação). Removida da E. Normal de Sete Lagoas e Matriculada no 3º ano. Nascida a 17 de março de 1880. Concluiu o curso a 2 de outubro de 1900.	Não se sabe
420	Maria Barbosa Pereira da Silva	F	22	Sete Lagoas	Antonio Pereira da Silva Tão (professor desde 1858)	04/12/1899	Nasceu a 22 de Dezembro de 1877. (Transferida da E. Normal de Sete Lagoas e matriculada no 3º ano. Concluiu em 1901.	Não se sabe
421	Barbara Maria Pereira da Silva	F	20	Sete Lagoas	Antonio Pereira da Silva Tão (professor desde 1858)	04/12/1899	Nasceu a 27 de março de 1879. (Transferida da E. Normal de Sete lagoas e matriculada no 3º ano). Concluiu o curso em 1901.	Não se sabe
422	Evangelina Edethrudes Pereira da Silva	F	17	Sete Lagoas	Antonio Pereira da Silva Tão (professor desde 1858)	04/12/1899	Nasceu a 23 de Dezembro de 1882. (Transferida da E. Normal de Sete Lagoas e matriculada no 3º ano.) Retirou-se.	Não se sabe
423	Herculino Pereira de Souza	M	20	Sete Lagoas	José Pereira de Souza Sobrinho	12/02/1900	Nasceu a 7 de Dezembro de 1880. (Transferido da E. Normal de Sete Lagoas e matriculado no 4º ano.) Concluiu o curso em 1900.	Não se sabe
424	Alcina Eugenia d'Avila Barbosa	F	15	Santa Luzia Rio das Velhas	Olavo Mineiro da Trindade	28/08/1900	Retirou-se em 1902.	Não se sabe
425	Altina dos Santos Carvalho	F	17	Pitangui	José dos Santos Carvalho (professor desde 1870)	28/08/1900	aluno do 3º ano. Tendo feito o 1º e 2º ano na E. Normal de Sete Lagoas. 4º ano em 1903. Concluiu em 1903.	Não se sabe
426	Maria Rosa Amorim	F	15	Santo Antonio do Monte	Oliverio Ferreira de Mello	28/08/1900	3º ano em 1903	Não se sabe
427	Virgilia da Gloria Amorim	F	17	Santo Antonio do	Oliverio Ferreira de Mello	28/08/1900	Retirou-se em 1903.	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

N <sup>o</sup> Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
428	Alicides de Freitas	M	15	Paty do Alferes (Estado do Rio)	Nicolão de Freitas	28/08/1900	Retirou-se em 1902	Não se sabe
429	Heocilia Campos	F		Sabará	Symphronio de Souza Campos (marido de professora/presidente da santa casa de misericórdia)	28/08/1900	1º ano em 1903. Retirou-se.	Não se sabe
430	Altina Josephina R. Wanderley	F	14	Sabará	José Francisco Ribeiro Wanderley (aluno do externato em 1886 promotor público em 1875)	28/08/1900	Retirou-se em 1902	Não se sabe
431	Idalina Moreira de São Pedro	F	15	Pará (Minas)	Gonçalves Moreira	28/08/1900	3º ano em 1903. 4º em 1904.	Não se sabe
432	Anna Emilia Guimarães	F		Sabará	Antonio Candido da Silva Guimarães (aluno do externato, juiz de paz, coronel, CMS)	28/08/1900	2º ano em 1903	Não se sabe
433	Julieta Rocha	F	13	Sabará	Séptimo de Paula Rocha (professor)	28/08/1900	2º ano em 1903	Não se sabe
434	Maria Argentina do Couto	F	19	Sabará	Pedro Maria do Couto Filho	01/09/1900	2º ano em 1903. 3º ano em 1904.	Não se sabe
435	Chiquita Magalhães	F		Sabará	José de Magalhães Santeiro	09/10/1900	2º ano em 1903. 3º ano em 1904.	Não se sabe
436	Maria Rita de Carvalho	F	14				3º ano em 1903.	Não se sabe
437	Afonso Evaristo de Azevedo	M	14	Sabará	Francisco Lopes Azevedo (professor)	28/08/1900	2º ano em 1903	Não se sabe
438	José Augusto de Paula Rocha	M		Sabará	Séptimo de Paula Rocha (professor)	28/08/1900	4º ano em 1903	Não se sabe
439	Raymundo Paulo de Lima	M	15	Sabará	Joaquina Jose de Lima	28/08/1900	Retirou-se em 1904. Prestou exame de admissão	Não se sabe
440	José Marinho Morato	M	21	Pitangui	Pedro Ivo de Faria Morato	28/08/1900	3º ano em 1903. 4º em 1904.	Não se sabe
441	Isaltina Cajuby da Silva	F	14	Sabará	Raymundo Nonato da Silva	28/08/1900	3º ano em 1903. 4º em 1904.	Não se sabe
442	Odilia dos Santos Vianna	F	14	Sabará	Paulo Alves dos Santos Vianna	19/02/1902	1º ano em 1903. 2º em 1904	Não se sabe
443	Elisa Resende da Piedade	F	14	Sabará	Altivo Resende Pinto (aluno do externato)	23/02/1902	Matriculou-se no 2º ano. Não concluiu fim do ano. 3º ano em 1903.	Não se sabe
444	Maria Oradina de Siqueira	F	14	Sabará	Francisco Antunes de Siqueira (professor, vice-diretor do externato)	28/02/1902	2º ano em 1903.	Não se sabe
445	Elisa dos Santos Vianna	F	16	Sabará	Paulo Alves dos Santos Vianna	28/02/1902	2º ano . Passou ao 3º ano em 1903.	Não se sabe
446	Iara Bernard Epaminondas	F	14	Vila Nova de Lima	Fausto Faveiro	01/03/1902	Retirou-se em 1902.	Não se sabe
447	Amélia de Mello Vianna	F	14	Sabará	Manoel Pereira Mello Vianna (negociante)	03/03/1902	Continuou no 1º ano em 1903. 2º em 1904.	Não se sabe
448	Julietta Coutinho	F	15	Barbacena	Francisco de Azevedo Coutinho (professor)	03/03/1902	2º ano . Continua em 1903 no 3º ano.	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Matrícula	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
449	Josephina de Mello Vianna	F	18	Sabará	M.e Pereira Mello Vianna (negociante)	03/03/1902	Continua no 1º em 1903. Retirou-se	Não se sabe
450	Maria Guaycuhy de Azevedo Lopes	F	14	Sabará	Francisco Ovidio de Souza Lopes	03/03/1902	Retirou-se em 1902.	Não se sabe
451	Maria Augusta Passos	F	14	Vila Nova de Lima	Augusto Ferreira Passos	03/03/1902	Passou ao 2º ano em 1903.	Não se sabe
452	Lucilia Magno	F	14	Sabará	Pedro Magno	03/03/1902	Continua no 1º em 1903. Retirou-se em 1903	Não se sabe
453	Laurinda Josephina Pinto	F	15	Sabará	Pedro Nolasco Pinto (porteiro e contínuo da escola normal)	03/03/1902	Continua no 1º em 1903. 2º ano em 1904.	Não se sabe
454	Maria José Pinto Coelho	F	14	Cidade do Pomba	Carlos A. Pinto Coelho da Gama Junior (professor normalista)	03/03/1902	Continua no 1º em 1903. 2º ano em 1904.	Não se sabe
455	José Marciano Gomes Baptista	M	16	Sabará	Pedro Paulo Gomes Baptista	03/03/1902	2º ano. Continua no 2º em 1903. 3º em 1904.	Não se sabe
456	Maria do Carmo Azevedo Lopes	F	15	Sabará	Francisco Ovideiro de Souza Lopes	03/03/1902	Continua no 2º em 1903. 3º em 1904.	Não se sabe
457	Maria Fôes	F	15	Sabará	Alfredo Rodrigues Fróes (aluno do externato em 1876)	03/03/1902	Continua no 2º em 1903. Retirou-se em 1903.	Não se sabe
458	Marietta Brochado	F	16	Sabará	Dr. Damaso José dos Santos Brochado	03/03/1902	2º ano. Passou ao 3º em 1903. Concluiu em 1904, recebendo o diploma a 28 de maio do mesmo ano.	Não se sabe
459	Carmem de Paula Rocha	F	15	Sabará	Septimo de Paula Rocha (professor)	03/03/1902	2º ano. Continua no mesmo em 1903.	Não se sabe
460	Isabel Vicentina de Novaes	F	15			05/03/1902	Continua no 1º ano em 1903. Retirou-se em 1903.	Não se sabe
461	Antonio Hermont	M	17	Vitória (Espírito Santo)	Anacleto Felisberto	07/03/1902	2º ano. Passou ao 3º em 1902. Retirou-se em 1903.	Não se sabe
462	Maria do Carmo G. Baptista	F	14	Sabará	Pedro Paulo Gomes Baptista	07/03/1902	2º ano. Passou ao 3º em 1902.	Não se sabe
463	Marietta Noemy Cintra dos Santos	F	15	Sabará	João Alves dos Santos (negociante)	12/03/1902	2º ano. Passou ao 3º em 1903. Continua no mesmo em 1903.	Não se sabe
464	Maria Luiza C. dos Santos	F	17	Sabará	João Alves dos Santos (negociante)	12/03/1902	2º ano. Continua no mesmo em 1903.	Não se sabe
465	Gercina Ferreira de Azevedo Coutinho	F	16	Santa Anna do Pirapetinga	Antonio Augusto de Azevedo Coutinho (professor)	15/03/2002	2º ano em 1903. Retirou-se em 1903.	Não se sabe
466	Isabel Brito Mendes	F	16	Juiz de Fora	Dr João Ribeiro Mendes	15/03/2002	Retirou-se em 1902.	Não se sabe
467	Maria Camila Mendes	F	14	Juiz de Fora	Dr João Ribeiro Mendes	15/03/2002	Retirou-se em 1902.	Não se sabe
468	Henrique Hermont	M	14	Vitória (Espírito Santo)	Anacleto Felisberto	15/03/2002	Continua no 1º ano em 1903.	Não se sabe
469	Maria Ignez de Macedo	F	29	Dores do Indaia	João Clarck	15/03/2002	2º ano. Passou ao 3º em 1903.	Não se sabe

## Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)

Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
470 Florisbela Horta Barbosa	F	14	Sabará	João Diniz Barbosa (professor)	15/03/1902	2º ano em 1903.	Não se sabe
471 Alia de Meirelles	F	14	Sabará	Francisco de Assis Costa (aluno do externato)	15/03/1902	Continua no 1º em 1903. 2º ano em 1904.	Não se sabe
472 Elvídio de Paula Rocha	M	15	Sabará	Septimo de Paula Rocha (professor)	15/03/1902	Continua no 1º em 1903. Retirou-se.	Não se sabe
473 Elisa Hermont	F	15	Vitória (Espírito Santo)	Anacleto Felisberto	15/03/1902	Continua no 1º em 1903. 2º ano em 1904.	Não se sabe
473a José Pinto Ribeiro	M	17	Sabará	Joaquim Pinto da Luz (ourives)	15/03/1902	Continua no 1º em 1903. 2º ano em 1904.	Não se sabe
474 Maria Emilia Pinto	F	14	Sabará	Joaquim Pinto da Luz (ourives)	15/03/1902	Passou ao 2º ano em 1903.	Não se sabe
475 Mercedes Dolabella	F	17	S. Luzia do Rio das Velhas	João Gaspar Evangelista dos Santos	05/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe
476 Maria de Lourdes Pereira	F	15	Sabará	Carlos Pinto Pereira	05/03/1903	Nasceu a 21 9br- 1888. 2º ano em 1904	Não se sabe
477 Raúl Guimarães	M	14	Sabará	Francisco Candido da Silva Guimarães	05/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe
478 Antonio de Assis Pereira	M	14	Sabará	Francisco de Assis Pereira (porteiro da escola normal)	05/03/1903		Não se sabe
479 Edgard da Fonseca Vianna	M	14	Sabará	João Gomes Vianna	05/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe
480 Maria Amalia de Campos	F	16	Curvelo	Manoel Edetrudes de Oliveira Campos	05/03/1903	2º ano	Não se sabe
481 João da Motta Lima	M	14	Sabará	Francisco Augusto Lima	05/03/1903	2º ano	Não se sabe
482 Maria Perpetua Horta Barbosa	F	14	Sabará	João Deniz Barbosa (professor)	07/03/1903	2º ano em 1904	Não se sabe
483 Maria Alves Horta	F	15	Sabará	Hilario Alves Horta	07/03/1903	Retirou-se.	Não se sabe
484 Antoni Alves Horta	M	14	Sabará	Hilario Alves Horta	07/03/1903		Não se sabe
485 Maria Isabel da Trindade	F	31	Sabará	Antonio Maria da Trindade	07/03/1903	3º ano em 1904.	Não se sabe
486 Noemy Marietta Cintra dos Santos	F	14	Sabará	João Alves dos Santos (negociante)	15/03/1903		Não se sabe
487 Henriqueta Clarck	F	19	Vila Nova de Lima	Eduardo Henrique Clarck	15/03/1903	2º ano.	Não se sabe
488 Carmelita Clarck	F	18	Vila Nova de Lima	Eduardo Henrique Clarck	15/03/1903	2º ano.	Não se sabe
489 Eugenia Carmelita Clarck	F	17	Vila Nova de Lima	Eduardo Henrique Clarck	15/03/1903	2º ano em 1904	Não se sabe
490 Maria José Clarck	F	14	Vila Nova de Lima	Eduardo Henrique Clarck	15/03/1903	2º ano. 3º em 1904	Não se sabe
491 Otilia Carvalho	F	19	Vila Nova de Lima	Manoel Egydio de Carvalho	15/03/1903	2º ano. 3º em 1904	Não se sabe
492 Maria Vidal Lois	F	14	Sabará	Clemente Vidal Garcia	15/03/1903		Não se sabe
493 Anykernes Victor Teixeira Lopes	M	14	Vassouras (Estado do Rio)	Auxibio Victor Teixeira Lopes	15/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
494 Maria Antonietta Passos	F	14	Sabará	Americo Ferreira Passos	15/03/1903		Não se sabe
495 Maria Bella Ferreira	F	15	Sabará	Luiz Neopoceno Gomes Ferreira	15/03/1903	2º ano em 1904	Não se sabe
496 Dolores da Rocha Mello	F	16	Sabará	Antonio da Rocha Mello (aluno do externato em 1867)	15/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe
497 Perry da Rocha Mello	?	14	Sabará	Antonio da Rocha Mello (aluno do externato em 1867)	15/03/1903	Retirou-se em 1903.	Não se sabe
498 Precilia Magalhães Drumond	F				29/02/1904	Fez os dois primeiros anos em São João del-Rei. 3º ano	Não se sabe
499 Orozimbo Nonnato da Silva	M	14	Sabará (Minas)	Raymundo Nonnato da Silva (filho de professora)	29/02/1904	2º ano	Não se sabe
500 Anna Emiliana Teixeira	F	14	Sabará (Minas)		29/02/1904		Não se sabe
501 Clovis de Oliveira Tito	M	19	Formiga (Minas)	Arthur Rodrigues Tito	29/02/1904		Não se sabe
502 Josino de Araujo Vianna	M	15	Sabará	Antonio Augusto de Araujo Vianna (aluno do externato)	29/02/1904		Não se sabe
503 Adalia de Figueiredo Vianna	F	14	Sabará	Antonio Augusto de Araujo Vianna (aluno do externato)	29/02/1904		Não se sabe
504 Maria Carolina de São José	F	14	Sabará	Francisco Alvares da Souza Campos	29/02/1904		Não se sabe
505 Murillo França	M	17	Anta (Sapucaia - Rio de Janeiro)	Antonio Martimiano França	29/02/1904		Não se sabe
506 Alice França	F	15	Entre Rios - Paraíba do Sul - Rio de Janeiro	Antonio Martimiano França	29/02/1904		Não se sabe
507 Morina França	F	14	Entre Rios - Paraíba do Sul - Rio de Janeiro	Antonio Martimiano França	29/02/1904		Não se sabe
508 Luiz Rodrigues Goulart	M	15	Sabará	Antonio Rodrigues Goulart	29/02/1904		Não se sabe
509 Cecília Vaz da Rocha	F	14	Sabará	Candido Vaz da Rocha (seu irmão ? Antonio era professor da ENS)	29/02/1904		Não se sabe
510 Juvenal de Souza Cintra	M	14	Passos (Minas)	Geraldo de Souza Manso	29/02/1904		Não se sabe
511 Maria Catharina de Jesus	F	16	Sabará		29/02/1904		Não se sabe
512 Maria Rosa de Azevedo Lopes	F	15	Sabará	Francisco Ovidio de Souza Lopes	29/02/1904		Não se sabe
513 Maria Alini de Azevedo Lopes	F	14	Sabará	Francisco Ovidio de Souza Lopes	29/02/1904		Não se sabe
514 Maria Casimira Guimarães	F	14	Sabará	Antonio Candido da Souza Guimarães (aluno do externato, negociante, juiz de paz)	29/02/1904		Não se sabe
515 Albertina Carolina de Macêdo	F	14	Sabará	Virgilio Carolino de Macedo	29/02/1904		Não se sabe

**Anexo 2 – Lista de matrícula da Escola Normal de Sabará (1882-1904)**

Nº Mat.	Nome	Sexo	Idade	Naturalidade	Filiação	Data da matrícula	Observações	Atuação no magistério
516	Maria de Lourdes Magalhães	F				29/02/1904		Não se sabe
517	Anna Magalhães	F				29/02/1904		Não se sabe
518	Petrina Alexandrina de Menezes	F	15	Sabará	Manoel Antonio de Menezes	29/02/1904		Não se sabe
519	Maria Alexandrina de Menezes	F	14	Sabará	Manoel Antonio de Menezes	29/02/1904		Não se sabe
520	Aurora Vidal Lois	F	14	Sabará	Clemente Vidal Garcia	29/02/1904		Não se sabe
521	Maria Candida Vieira	F	14	Sabará	Vigilato Saturnino Vieira	29/02/1904		Não se sabe
522	Demetrio de Freitas Braga	M	15	Volta Redonda	Balduino de Freitas Braga	14/03/1904		Não se sabe
523	Antonia Altina Ferreira	F	14	Sabará	Luiz Naponoceno Gomes Ferreira	14/03/1904		Não se sabe
524	Maria Gonçalves Dornas	F	14	Itaúna	Cassiano Dornas dos Santos	14/03/1904		Não se sabe
525	Maria Dolabella Portella	F		Lagoa Santa	Jose Alves Portella (professor)	14/03/1904	4º ano	Não se sabe
526	Domingos Campos	M	14	Capela Nova do Betim	Arthur Campos	14/03/1904		Não se sabe
527	Victorino Eloy dos Santos	M	15	Vassouras (Rio)	Domingos dos Santos	14/03/1904		Não se sabe
528	Honorita Pinto	F	14	Sabará	Pedro Nolasco Pinto (porteiro e contínuo da escola normal)	14/03/1904		Não se sabe
529	Clotildes de Mello Vianna	F	14	Sabará	Cond. Manoel Pereira de Mello Vianna (negociante)	14/03/1904		Não se sabe